

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Economia

Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI)

UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DA VULNERABILIDADE EXTERNA ECONÔMICA E GEOPOLÍTICA DA RÚSSIA

Numa Mazat

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Economia Política Internacional, sob orientação do Prof. Dr. Franklin Leon Peres Serrano

Rio de Janeiro

Abril de 2013

NUMA MAZAT

**UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DA VULNERABILIDADE
EXTERNA ECONÔMICA E GEOPOLÍTICA DA RÚSSIA**

Tese de Doutorado apresentada ao
Corpo Docente do Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Doutor em Economia
Política Internacional.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Franklin Leon Peres Serrano (IE/PEPI/UFRJ) - orientador

Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros (IE/PEPI/UFRJ)

Prof. Dr. Raphael Padula (IE/PEPI/UFRJ)

Dr. Marcos Antonio Macedo Cintra (IPEA)

Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos (IE/UNICAMP)

Mazat, Numa

Uma análise estrutural da vulnerabilidade externa econômica e geopolítica da Rússia / Numa Mazat. – Rio de Janeiro. UFRJ, IE, PEPI 2013
XIII, 261p: il, tab.; 31cm

Orientador:

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2013

1. Vulnerabilidade 2. Geopolítica 3. Abordagem estrutural 4. Rússia 5. União Soviética I. Serrano, Franklin. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia. III. Uma análise estrutural da vulnerabilidade externa econômica e geopolítica da Rússia

Para Renata

Agradecimentos

Gostaria de agradecer às pessoas e instituições que permitiram e me auxiliaram no trabalho de pesquisa e redação desta tese. Seus apoios foram fundamentais para minhas condições materiais e psicológicas durante o longo período de dedicação a este trabalho, além de terem sido responsáveis por importantes contribuições intelectuais que enriqueceram o resultado aqui presente. Enquanto compartilho com eles os méritos, reservo para mim toda a responsabilidade sobre os erros, omissões e limitações desta tese.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao professor Franklin Serrano que é fonte de inspiração intelectual e que me guiou durante todo o período do doutorado. Sua orientação dedicada me salvou de muitas armadilhas e outros obstáculos que as trajetórias acadêmicas às vezes nos colocam.

Agradeço também aos outros professores que marcaram minha formação acadêmica, me ajudaram a entender melhor a ciência econômica e suas várias correntes e, principalmente, me estimularam a pensar os problemas da sociedade. Gostaria ao menos de citar alguns que exerceram especial influência sobre mim: os professores Carlos Medeiros, José Luís Fiori, Carlos Pinkusfeld, Fabio Freitas, e Raphael Padula.

Agradeço também aos familiares que me apoiaram incondicionalmente: Renata, meus pais, Ricardo, Cristina, Mustafá, David e Patrícia.

Enfim, não poderia deixar de mencionar os amigos que tornaram esse período do doutorado tão especial. Nominalmente aqueles que foram interlocutores frequentes na vida acadêmica: Pedro Fleury Curado, Luiz Sanná, Gustavo Lucas, Alexandre Freitas, Ian Ramalho, Esther Majerowicz, Lucas Teixeira, Alexis Saludjian, Cristina Reis, Ernesto Salles, Felipe “Fatah” Teixeira, Gabriel “Foca” Aidar, Regina Egler, Eduardo Bastian, Raquel Nadal, Eduardo Crespo, Nicolas Trebat, Maria Malta, Jesus Mercado, Luciano Wexell e Zé Paulo Guedes.

Materialmente, não teria sido possível seguir o curso de doutorado não fosse o apoio da FAPERJ.

Resumo

Os quatro ensaios que compõem esta tese tratam de características econômicas e geopolíticas estruturais da Rússia e da União Soviética, com ênfase na vulnerabilidade externa. Esses ensaios foram concebidos de forma independente, mas, dialogam um com o outro.

O primeiro ensaio, consagrado à geopolítica da Rússia do reino de Pedro o Grande até o fim do período soviético. Ele mostra como, depois de uma era de expansionismo contínuo até meados do século XIX, a Rússia, a partir de sua derrota na Guerra da Criméia, entrou numa fase de sua história marcada por uma forte vulnerabilidade do ponto de vista geopolítico. Esta vulnerabilidade decorria de diversos elementos interligados, como a proximidade de suas fronteiras com áreas de influência de outras potências, a vasta extensão territorial de baixa densidade demográfica e econômica e a dificuldade de acesso a portos de mares quentes e abertos. Essa vulnerabilidade foi agravada, na época soviética, pela hostilidade gerada pela ameaça que a alternativa do sistema social soviético representava para as potências capitalistas.

Aliás, essa vulnerabilidade geopolítica da União Soviética se refletiu na escolha do modelo econômico soviético, concebido originalmente para garantir a sobrevivência da URSS num contexto de quase autarquia. O segundo capítulo analisa o crescimento econômico da URSS no período 1950-1991, levando em conta a grande importância dos aspectos geopolíticos da vulnerabilidade externa soviética para entender as mudanças estruturais da economia da URSS. Um ponto central das mudanças que ocorreram no período foi uma crescente integração da outrora quase autárquica economia soviética com a economia mundial capitalista a partir dos anos 1970. Esta integração gerou uma forte vulnerabilidade econômica externa (dependência de importações, pauta de exportações e endividamento externo) tanto comercial quanto financeira, o que, junto com a desorganização da economia causada pelas reformas da *Perestroika*, contribuiu para o colapso da economia e posterior fim da URSS.

O capítulo 3 estuda a trajetória da economia da Federação Russa após 1991, focando nos aspectos estruturais da evolução da economia russa. Muitas características estruturais da Rússia herdadas da União Soviética e notadamente sua vulnerabilidade

externa, agravada pela abertura comercial e financeira externa descontrolada, tiveram um grande papel na definição do desempenho econômico do país. Juntamente com as mudanças radicais na atuação do Estado e suas políticas econômicas entre a ‘Era Iéltsin’ e a ‘Era Putin’, além das evoluções na situação da economia mundial, estes elementos estruturais influíram consideravelmente sobre o desempenho contrastado da economia russa entre a década de 1990 e os anos 2000.

No quarto e último capítulo, são analisadas as mudanças na inserção geopolítica da Rússia no período pós-soviético. O contraste entre o processo de forte enfraquecimento da posição geopolítica da Rússia na década de 1990 e a adoção de uma postura mais assertiva nos anos 2000 deve muito à recuperação interligada do poder de atuação do Estado e da economia russos, após a chegada ao poder de Vladimir Putin.

Palavras-chave: vulnerabilidade, geopolítica, abordagem estrutural, Rússia, União Soviética

Abstract

The four essays that make up this thesis deal with economic and geopolitical structural characteristics of Russia and the Soviet Union, with emphasis on external vulnerability. These texts were designed independently, but are linked one with each other.

The first essay is devoted to Russia's geopolitics from Peter the Great to the end of the Soviet period. He shows how, after an era of continued expansionism until the mid-nineteenth century, Russia, from its defeat in the Crimean War, entered a phase of its history marked by a strong geopolitical vulnerability. This vulnerability stemmed from several interconnected elements, such as proximity to its borders with areas of influence of other powers, a vast territory with low population density and difficulty of access to warm seas and opened ports. This vulnerability was exacerbated in the Soviet era, by the hostility generated by the threat that the Soviet social system alternative represented to the capitalist powers.

Incidentally, this geopolitical vulnerability of the Soviet Union was reflected in the choice of the Soviet economic model, originally designed to ensure the survival of the USSR in a context of almost autarky. The second chapter analyzes the economic growth of the USSR in the period 1950-1991, taking into account the importance of the geopolitical aspects of Soviet foreign vulnerability to understand the structural changes in the economy of the USSR. A central point of the changes that occurred in the period was a growing integration of the once almost autarchic Soviet economy with the capitalist world economy from the 1970s. This integration created a strong external economic vulnerability (dependence on imports, the exports and external debt) both commercial and financial, which, along with the disruption caused by the economic reforms of Perestroika, contributed to the collapse of the economy and the posterior end of the USSR.

Chapter 3 examines the trajectory of the economy of the Russian Federation after 1991, focusing on the structural aspects of the development of the Russian economy. Many structural features of Russia inherited from the Soviet Union and especially its external vulnerability, exacerbated by trade liberalization and external

financial uncontrolled, played a major role in shaping the country's economic performance. Along with the radical changes in the activity of the State and its economic policies between the 'Yeltsin Era' and 'Putin Era', in addition to developments in the situation of the world economy, these structural elements influenced greatly the contrasted performance of the Russian economy between the late 1990 and the 2000s.

The fourth and final chapter analyzes the changes in Russia's geopolitical integration in the post-Soviet period. The contrast between the process of strong weakening of the geopolitical position of Russia in the 1990s and the adoption of a more assertive stance in the 2000s owes much to the recovery of the interconnected power performance of the Russian State and the economy after the coming to power of Vladimir Putin.

Key words: vulnerability, geopolitics, structural approach, Russia, Soviet Union

Sumário

Introdução

| | |
|------------|----|
| Geral..... | 14 |
|------------|----|

Capítulo I: Uma potência vulnerável: a geopolítica da Rússia de Pedro o Grande até o fim da URSS.....16

| | |
|--|----|
| I.1 De Pedro “o Grande” à Guerra da Criméia: a continuidade expansiva e a aquisição do status de grande potência no sistema mundial (1700-1853)..... | 18 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| I.1.1) O nascimento do Império russo e sua afirmação no “sistema mundial moderno” durante os reinos de Pedro “o Grande” e de Catarina “a Grande” (1700-1796)..... | 18 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| I.1.2 A consolidação da posição geopolítica do Império czarista no sistema mundial (1796-1853)..... | 25 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| I.2 Da Guerra da Criméia à Revolução bolchevique : a crescente vulnerabilidade geopolítica da Rússia czarista (1853-1917)..... | 28 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| I.3 A União Soviética: uma potência vulnerável no sistema mundial (1917-1991)..... | 38 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| I.3.1 O ‘socialismo num só país’ (1917-1945)..... | 38 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| I.3.2 A URSS na Guerra Fria: uma superpotência vulnerável..... | 45 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| I.3.3 A Perestroika: o fim de uma superpotência..... | 56 |
|--|----|

| | |
|-----------------------------|----|
| I.4 Observações finais..... | 57 |
|-----------------------------|----|

| | |
|--|----|
| I.5 Estudo de caso: as relação entre a União Soviética e a Iugoslávia no contexto dos primeiros anos da Guerra Fria..... | 58 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| I.5.1 A aplicação do modelo soviético (1945-1949)..... | 59 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| I.5.2 A ruptura entre Tito e Stalin e suas consequências imediatas..... | 64 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| I.5.3 O Titismo: a criação de um modelo original (1950-1965)..... | 73 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| I.5.4 Algumas observações finais sobre o processo de construção e afirmação da Iugoslávia titista..... | 81 |
|--|----|

Capítulo II: Uma análise do crescimento econômico soviético dos anos 1950 até o colapso da União Soviética.....83

| | |
|---|------------|
| II.1 As principais características do sistema econômico soviético..... | 85 |
| II.2 O período de crescimento econômico acelerado (1950-1973)..... | 95 |
| II.3 O período de estagnação econômica (1974-1984)..... | 104 |
| II.3.1 As causas da desaceleração do crescimento econômico soviético no período..... | 105 |
| II.3.2 A mudança do padrão de inserção externa da URSS..... | 115 |
| II.4 A <i>Perestroika</i> : o desmantelamento do sistema soviético (1985-1991)..... | 123 |
| II.5 Algumas observações finais..... | 132 |
| | |
| Capítulo III: O crescimento econômico na Federação Russa: do fracasso da Terapia de choque à Recuperação da ‘era’ Putin..... | 134 |
| III.1 A transição para o capitalismo via “Tratamento de choque” (1992-1998)..... | 135 |
| III.1.1 O programa da “Terapia de Choque”..... | 135 |
| III.1.2 A aplicação da Terapia de Choque: a desorganização da economia russa e o período de alta inflação (1992-1995)..... | 137 |
| III.1.3 A estabilização da inflação e a criação das condições para a crise financeira de 1998 (1995-1998)..... | 144 |
| III.1.4 As privatizações e a deterioração da situação social e distributiva..... | 151 |
| III.1.5 Algumas observações sobre as mudanças estruturais na economia russa durante o período da Transição..... | 154 |
| III.1.6. A crise da dívida..... | 163 |
| III.2 A recuperação Nacionalista (1998-2008)..... | 165 |
| III.2.1 A fase da recuperação (1998-2002): o papel central do Estado e da sua reconstrução..... | 165 |
| III.2.1.1 Aspectos macroeconômicos..... | 165 |
| III.2.1.2 A reconstrução do Estado russo..... | 173 |
| III.2.1.3 O sucesso econômico consolidado (2002-2008)..... | 176 |
| III.2.1.4 A inserção externa da Rússia nos anos 2000..... | 179 |
| III.2.1.5 A valorização do câmbio..... | 185 |
| III.2.1.6 A evolução da distribuição de renda nos anos Putin..... | 186 |

| | |
|---|------------|
| III.2.1.7 Algumas observações sobre as mudanças estruturais na economia russa durante o período da Transição..... | 187 |
| III.3 A resposta da Rússia à crise de 2008: a confirmação da vulnerabilidade externa russa..... | 193 |
| III.4 Algumas observações finais..... | 195 |
| Capítulo IV: A geopolítica da Rússia no período pós-soviético: vulnerabilidade, cooperação e conflito..... | 197 |
| IV.1 Estrutura e estratégia: a posição da Rússia na geopolítica do mundo assimétrico pós-Guerra Fria..... | 198 |
| IV.2 Enfraquecimento do poder russo e a “cooperação” unilateral com o Ocidente na era Ieltsin (1991-1999)..... | 202 |
| IV.2.1 O mito da “integração virtuosa” da Rússia no sistema internacional..... | 202 |
| IV.2.2 O colapso econômico russo dos anos 1990: a participação dos Estados Unidos e da Europa..... | 204 |
| IV.2.3 O enfraquecimento militar..... | 205 |
| IV.2.4 A estratégia de cerco norte-americana..... | 206 |
| IV.2.5 Os tratados internacionais de desarmamento no período Boris Ieltsin..... | 209 |
| IV.2.6 A política de enfraquecimento da posição russa na área energética..... | 209 |
| IV.3 A tentativa de reconstrução do poder da Rússia na era Putin (1999-)..... | 211 |
| IV.3.1 A colaboração da Rússia com os Estados Unidos e seus aliados no início da presidência de Putin..... | 212 |
| IV.3.2 A reafirmação geopolítica da Rússia no antigo espaço soviético: a definição de uma nova zona de segurança..... | 214 |
| IV.3.3 As “revoluções coloridas” e a influência ocidental..... | 216 |
| IV.3.4 As boas relações entre a Rússia e a China..... | 217 |
| IV.3.5 A reconstituição parcial do potencial militar..... | 218 |
| IV.3.6 Os tratados internacionais de desarmamento no período Putin/Medvedev..... | 219 |
| IV.3.7 A intervenção russa na Geórgia..... | 221 |
| IV.3.8 A abertura do mercado interno russo: as críticas ocidentais ao “protecionismo” russo..... | 223 |

| | |
|--|------------|
| IV.4 A geopolítica da energia e as relações com a Europa nos anos 2000..... | 224 |
| IV.4.1 As difíceis relações da UE com a Rússia..... | 224 |
| IV.4.2 As relações entre a Rússia e a Alemanha..... | 227 |
| IV.4.3 A afirmação russa na geopolítica da energia..... | 228 |
| IV.4.4 A Questão dos recursos energéticos da Ásia Central..... | 232 |
| | |
| IV.5 Reações à nova geopolítica da Rússia e perspectivas..... | 234 |
| IV.5.1 As reações americanas à estratégia de afirmação geopolítica da Rússia..... | 234 |
| IV.5.2 Obama e Medvedev: algumas tentativas para melhorar as relações entre Rússia e Estados Unidos..... | 235 |
| | |
| IV.6 Observações finais..... | 239 |
| | |
| Conclusão Geral..... | 240 |
| | |
| Bibliografia Geral..... | 241 |

Introdução Geral

Os quatro ensaios que compõem esta tese tratam de características econômicas e geopolíticas estruturais da Rússia e da União Soviética, com ênfase na vulnerabilidade externa. Esses ensaios foram concebidos de forma independente, mas, dialogam um com o outro.

O primeiro ensaio, consagrado à geopolítica da Rússia do reino de Pedro o Grande até o fim do período soviético. Ele mostra como, depois de uma era de expansionismo contínuo até meados do século XIX, a Rússia, a partir de sua derrota na Guerra da Criméia, entrou numa fase de sua história marcada por uma forte vulnerabilidade do ponto de vista geopolítico. Esta vulnerabilidade decorria de diversos elementos interligados, como a proximidade de suas fronteiras com áreas de influência de outras potências, a vasta extensão territorial de baixa densidade demográfica e econômica e a dificuldade de acesso a portos de mares quentes e abertos. Essa vulnerabilidade foi agravada, na época soviética, pela hostilidade gerada pela ameaça que a alternativa do sistema social soviético representava para as potências capitalistas.

Aliás, essa vulnerabilidade geopolítica da União Soviética se refletiu na escolha do modelo econômico soviético, concebido originalmente para garantir a sobrevivência da URSS num contexto de quase autarquia. O segundo capítulo analisa o crescimento econômico da URSS no período 1950-1991, levando em conta a grande importância dos aspectos geopolíticos da vulnerabilidade externa soviética para entender as mudanças estruturais da economia da URSS. Um ponto central das mudanças que ocorreram no período foi uma crescente integração da outrora quase autárquica economia soviética com a economia mundial capitalista a partir dos anos 1970. Esta integração gerou uma forte vulnerabilidade econômica externa (dependência de importações, pauta de exportações e endividamento externo) tanto comercial quanto financeira, o que, junto com a desorganização da economia causada pelas reformas da *Perestroika*, contribuiu para o colapso da economia e posterior fim da URSS.

O capítulo 3 estuda a trajetória da economia da Federação Russa após 1991, focando nos aspectos estruturais da evolução da economia russa. Muitas características estruturais da Rússia herdadas da União Soviética e notadamente sua vulnerabilidade externa, agravada pela abertura comercial e financeira externa descontrolada, tiveram

um grande papel na definição do desempenho econômico do país. Juntamente com as mudanças radicais na atuação do Estado e suas políticas econômicas entre a ‘Era Iéltsin’ e a ‘Era Putin’, além das evoluções na situação da economia mundial, estes elementos estruturais influíram consideravelmente sobre o desempenho contrastado da economia russa entre a década de 1990 e os anos 2000.

No quarto e último capítulo, são analisadas as mudanças na inserção geopolítica da Rússia no período pós-soviético. O contraste entre o processo de forte enfraquecimento da posição geopolítica da Rússia na década de 1990 e a adoção de uma postura mais assertiva nos anos 2000 deve muito à recuperação interligada do poder de atuação do Estado e da economia russos, após a chegada ao poder de Vladimir Putin.

Capítulo I: Uma potência vulnerável: a geopolítica da Rússia de Pedro o Grande até o fim da URSS

A geopolítica da Rússia foi marcada por uma expansão territorial quase contínua ao longo do século XVIII e na primeira metade do século XIX. A Rússia Czarista conquistava territórios contíguos, ao contrário das outras potências europeias, como a Inglaterra ou a França, que construía impérios coloniais ultramarinos. O Império russo não encontrava em geral muita resistência nesta fase de sua expansão, as áreas conquistadas não sendo estratégicas para as grandes potências da época. Mas, um dos grandes objetivos geopolíticos russos de longo prazo era a conquista de acessos a “mares quentes”¹, ou seja, com águas e portos não congelados², e ‘abertos’³ e terras cultiváveis. Ora, na tentativa de obter o controle sobre a parte oriental do Mediterrâneo, a Rússia acabou se chocando com os interesses das potências europeias lideradas pela Inglaterra e pela França, que travaram contra o Império Czarista a Guerra da Criméia.

A partir de sua derrota na Guerra da Criméia, a Rússia entrou numa fase de sua história marcada por uma forte vulnerabilidade do ponto de vista geopolítico, onde seu território sempre foi contestado, ao contrário do que aconteceu com potências como a Inglaterra ou os Estados Unidos, por exemplo. Esta vulnerabilidade externa condicionou as escolhas geopolíticas da Rússia e, posteriormente da União Soviética, até seu desaparecimento em 1991. No caso da URSS, os países capitalistas temiam o contágio da revolução comunista e buscavam pura e simplesmente o aniquilamento da União Soviética. A escolha feita na URSS pela via do “socialismo num só país”⁴ aparece,

¹ O Mar Ártico, na sua parte ‘europeia’, está coberto pelo gelo por cinco meses durante o ano, enquanto este período dura mais de oito meses na Sibéria Oriental (Brown et al., 1994, p. 6).

² Para uma visão diferente sobre esta questão, ver Morrison (1952) e Green (1993).

³ O Mar Cáspio é completamente fechado, a ponto de ser considerado um lago por alguns (ver impacto deste debate no capítulo IV). O Mar Negro, por sua parte, é ligado ao Mediterrâneo pelos estreitos (Dardanelos, com 1,2 km de largura e Bósforo, com 0,7 km de largura), o que faz que ele possa dificilmente ser considerado um mar realmente ‘aberto’.

⁴ Formulado por Stalin em 1924 e desenvolvido por Bukharin, o princípio do ‘socialismo num só país’ foi adotado pelo XIV Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1925,

então, como a resposta a uma situação de profunda vulnerabilidade externa da União Soviética. Na prática, apesar de seus discursos universalistas, os dirigentes soviéticos, salvo raras exceções, passaram a ser mais preocupados, do ponto de vista geopolítico pela preservação da independência de seu país e de sua integridade territorial do que pela difusão da ‘Revolução’ a nível mundial, mesmo após 1945, quando a URSS se tornou uma superpotência no sistema internacional. Neste sentido, parece difícil aceitar a ideia, bastante difundida na literatura geopolítica da Rússia como potência fundamentalmente expansionista, com uma estratégia internacional sistematicamente ofensiva (Mackinder, 1904; Brzezinski⁵, 1986) e desestabilizadora do sistema mundial (Fiori, 2007b)⁶.

O objetivo deste capítulo é analisar os aspectos centrais desta vulnerabilidade geopolítica do Império russo desde Pedro o Grande e posteriormente da URSS⁷.

Numa primeira parte, será analisada a continuidade expansiva e o papel crescente da Rússia na geopolítica internacional, durante o período que começa com o reino de Pedro I “o Grande” e acaba em 1854 com o início da Guerra da Crimeia. Numa segunda parte, será estudada a crescente vulnerabilidade geopolítica da Rússia, até o despertar da Revolução Bolchevique e o fim do Império Czarista. Numa terceira e última parte, será examinada a influência da vulnerabilidade intrínseca da URSS sobre sua trajetória geopolítica desde a Revolução de 1917 até seu colapso em 1991.

Enfim, depois de algumas observações finais, este capítulo contém um anexo sobre a gênese do estado iugoslavo no contexto da Guerra Fria, questionando o papel do suposto ‘expansionismo soviético ilimitado’ neste processo. É mostrado, em particular, que a tese, muito difundida na literatura sobre o assunto, segundo a qual ruptura entre a Iugoslávia e a URSS teria sido causado pelo imperialismo soviético é contestável.

apesar da forte oposição do grupo liderado por Trotsky. Não cabe a este capítulo estudar os debates e as lutas políticas internas na URSS que precederem a adoção deste modelo.

⁵ Brzezinski (1986, p. 17) escreve que “Russian history is [...] a history of sustained territorial expansionism”.

⁶ Geyer (1987, p. 5) denuncia, também, “the ‘old cliché’ about the Russians’ unbridled drive to expand and dominate the world”.

⁷ As questões de geopolítica interna serão pouco analisadas neste trabalho por serem extremamente complexas na Rússia e exigirem um tratamento extenso que não é o foco desta pesquisa. Por abranger um período muito largo da história, este capítulo não entrará em grandes detalhes historiográficos, apenas desenhando tendências. Por exemplo, a questão das nacionalidades, tanto no caso da URSS quanto da Rússia, é tão complexa que ela poderia dificilmente ser tratada aqui de forma aprofundada.

I.1 De Pedro “o Grande” à Guerra da Criméia: a continuidade expansiva e a aquisição do status de grande potência no sistema mundial (1700-1853)

Durante o período imperial, «a Rússia se voltou cada vez mais para a Europa. É isso que constituiu, durante os séculos de sua modernidade e até 1917, o fato crucial de sua história⁸ » (Braudel, 1987, p. 566 [tradução própria]). Entretanto, como será mostrado, a expansão russa no Cáucaso, na Ásia Central e no Extremo Oriente desempenharam um papel importante, também, para a construção da potência russa.

I.1.1) O nascimento do Império russo e sua afirmação no “sistema mundial moderno” durante os reinos de Pedro “o Grande” e de Catarina “a Grande” (1700-1796)

Pedro I ficou na história russa como Pedro o Grande porque ele fez plenamente entrar a Rússia no “sistema mundial moderno”. “Pedro herdou um imenso império cujos únicos litorais marítimos eram cobertos de gelo. Foi obrigado a buscar acessos a mares abertos” (Toynbee, 1978, p. 669). Essa busca foi uma das marcas do reino de Pedro o Grande e um objetivo perseguido por todos os dirigentes russos até o fim da URSS. Além disso, Pedro o Grande promoveu um processo de ocidentalização do país que mudou definitivamente a situação geopolítica da Rússia no mundo.

Apesar desta aproximação da Europa, é importante sublinhar o papel que cumpriu a servidão como elemento unificador do sistema social russo até sua abolição em 1861. Neste sentido, a Rússia conservou fortes traços feudais muito depois que eles tivessem desaparecido na Europa Ocidental. Não cabe a esse capítulo fornecer uma análise aprofundada desta questão, mas, é importante sublinhar que ela teve consequências inegáveis sobre a inserção internacional da Rússia.

Desde sua juventude, Pedro I o Grande, que governou *de jure* entre 1682 e 1725 e *de facto* entre 1694 e 1725, demonstrou um grande interesse para a Europa. Aliás, ele

⁸ “la Russie se tourne de plus en plus vers l’Europe. C’est là, pendant les siècles de sa modernité et jusque’en 1917 et même au-delà, le fait crucial de son histoire ».

fez uma grande viagem através da Europa em 1696 e incorporou a ideia da necessidade de uma modernização ocidental e de uma presença maior no espaço europeu para que seu país possa se afirmar como uma potência. Como observou Toynbee (1978, p. 668-669):

“o acontecimento principal da Cristandade Ortodoxa Oriental nos séculos XVII e XVIII foi a ocidentalização revolucionária da Rússia por Pedro o Grande. [...] Pedro teve sucesso porque reconheceu que uma potência ocidental de segunda ordem, tal como a Suécia de então, não poderia ser derrotada sem o domínio da técnica militar e naval ocidental, e que um exército e marinha russos de estilo ocidental não podiam ser criados sem a ocidentalização da administração pública da Rússia, bem como do setor industrial de sua economia”.

Pedro o Grande começou, então, um movimento de modernização do exército russo no molde ocidental, construindo manufaturas de armas inspiradas pelo modelo colbertista francês (Gershenkron, 1971). Em seguida, a Rússia iniciou em 1700 a Grande Guerra do Norte contra a Suécia para obter a supremacia no Báltico e, assim, um acesso garantido ao espaço marítimo europeu. Depois da derrota inicial de Narva em 1700, Pedro o Grande reconstituiu e reorganizou suas forças, conseguindo vencer os suecos em Poltava em 1709 e invadir uma parte da Suécia em 1719. Pedro o Grande acabou vencendo a Grande Guerra do Norte contra a Suécia e assinou em 1721 o tratado de Nystad, que garantia à Rússia a anexação da Livônia, da Estônia assim como vastos territórios no Sul da Finlândia. A paz de Nystad é considerada como uma derrota definitiva da Suécia na sua ambição de grande potência do Norte europeu. De fato, depois da Grande Guerra do Norte, nunca mais a Suécia ia conseguir anexar alguma parte do território russo. O destino da Polônia, também, mudou depois deste conflito:

“Poland became, after Sweden, the second major victim of the Great Northern War. [...] Poland emerged from war nominally among the victors, in reality a ruined and a second-rate power” (Bromley, 1971, p. 714-715).

A influência da Rússia na Polônia se tornou muito forte e, como escreve Heller (2009, p. 444 [tradução própria]) “as condições da partilha da Polônia são criadas durante este conflito [a Grande Guerra do Norte]”⁹.

Enquanto isso, a Rússia conseguiu conquistar o status de grande potência europeia que estava perseguindo Pedro I desde sua juventude. A “Grande Guerra do

⁹ “O historiador polonês Pawel Jasienica conclui o seguinte ‘a Guerra do Norte determinou sem recurso nosso futuro’ (Heller, 2009, p. 444 [tradução própria]).

Norte' [...] trouxe finalmente a Rússia de Pedro 'o Grande' para dentro do mesmo e velho "jogo das guerras" europeias" (Fiori, 2004, p. 24). Alias, em 1721, Pedro I adotou o título de imperador, que os soberanos russos iam conservar até a Revolução de 1917¹⁰. Essa nova importância da Rússia na Europa foi assinalada de forma muito clara pelo próprio Pedro o Grande quando, depois de ter conquistado a Ingria, ele decidiu fundar nessa região, ao longo do rio Neva, a cidade de São Petersburgo em 1703, que se tornou a nova capital da Rússia¹¹. Essa decisão tinha uma grande força simbólica porque ela ancorava a Rússia na Europa. Ainda por cima, foram arquitetos e artistas europeus (principalmente italianos e Franceses) que participaram da construção e da decoração da maior parte dos monumentos de São Petersburgo, mostrando o quanto a Rússia queria se integrar no velho continente, tanto do ponto de vista geopolítico quanto cultural. Aliás a prática do francês, língua diplomática e artística da Europa na época, foi se difundindo cada vez mais dentro da aristocracia e da burguesia russa ao longo do século XVIII. Como escreve Toynbee :

« ao invés de se submeter a uma ocidentalização forçada sob o controle de seus vizinhos do Oeste – Poloneses, Suecos, Alemães – os Russos [...] realizaram eles mesmos sua própria transformação social, o que lhes permitiu entrar na comunidade das nações ocidentais com o título de grande potência, e não como uma possessão colonial » (citado em Heller, 2009, p. 446 [tradução própria]).

Outro aspecto do expansionismo russo durante o reino de Pedro o Grande foi a luta contra os otomanos, que impediam o acesso ao Mar Negro, ou seja, ao Mediterrâneo. A Rússia, para seu desenvolvimento econômico, e ainda mais, para sua afirmação estratégica, devia dispor desse acesso. Mas, ela não foi muito bem sucedida nessa ambição. Depois das derrotas de 1686 e 1687 contra os tártaros da Criméia, aliados dos turcos, Pedro "o Grande" conseguiu tomar Azov, um porto da Criméia, em 1696. Mas, a tentativa de invadir a Turquia em 1711 foi um desastre e a Rússia foi compelida a restituir Azov assim como outros territórios anexados em 1713, na Paz de Andrinopla¹². Apesar desse fracasso, quando Pedro o Grande morre em 1725, a Rússia

¹⁰ É interessante observar que a maior parte dos estados europeus não admitiram facilmente essa mudança. Assim, a Áustria e a Inglaterra esperaram 1742 para reconhecer o novo título do soberano russo, enquanto a França e a Espanha só o fizeram em 1745 (Riasonovsky, 2005, p. 249).

¹¹ Pedro "o Grande" transferiu a capital de Moscou para São Petersburgo em 1713 (Carrère D'Encausse, 2005, p.64).

¹² Vale ressaltar que a última campanha militar de Pedro o Grande foi vitoriosa. Ele conseguiu derrotar as tropas persas em 1723 e adquirir territórios no litoral do Mar Cáspio.

já entrou no círculo fechado das grandes potências europeias, um lugar do qual ela não saiu até hoje (ver mapa 1):

“Russia's new power naturally had intellectual and psychological repercussions abroad, requiring a drastic revision of the contemptuous indifference long current in the West” (Bromley, 1971, p. 739).

Como escreve Puchkin, a Rússia atingiu “idade de homem” graças ao “gênio de Pedro” (Heller, 2009, p. 418).

Entretanto, a Rússia não chegou a se afirmar como uma grande potência econômica nesta época, principalmente devido à ausência de progressos significativos na agricultura, cuja organização era baseada na servidão. A construção de manufaturas e de estaleiros se limitava ao uso militar, e, mesmo assim, era bastante limitada se for comparada com a situação na Inglaterra e na França. Esse paradoxo da afirmação da Rússia como potência política, militar e diplomática¹³, sem possuir necessariamente a força econômica que lhe é geralmente associada, constitui uma dos aspectos mais relevantes da originalidade russa. Mas, sua superioridade demográfica sobre seus oponentes explica o sucesso do expansionismo russo na época. De fato, a superioridade militar, apesar da importância cada vez maior da artilharia, era ainda baseada no número de homens compondo o exército.

Mapa 1: A expansão russa do século XVI até o século XIX.

¹³ “From 1707, Russia began to acquire for the first time a system of consular representation in western Europe. By 1725 she was equipped with a diplomatic service comparable with that of any other European state” (Bromley, 1971, p. 738).



Fonte: Sciences Po (2012).

O expansionismo da Rússia dos sucessores de Pedro o Grande foi menor, ainda que o país tenha alcançado mais vitórias contra os turcos. Assim, Azov foi reconquistado em 1739, mas, sem permitir aos Russos acessar ao Mar Negro. Da mesma forma, os Kazares acabaram se submetendo formalmente aos russos em 1731, o que estendeu o território do Império até o Mar de Aral. Mas, a Rússia perdeu os ganhos territoriais de Pedro o Grande ao longo do Mar Cáspio. Outro fato notável foi a descoberta da Alaska em 1732, que ia ter consequências importantes no século seguinte.

Esse período de fraqueza relativa da Rússia acabou quando Caterina II a Grande acedeu ao trono em 1762. A expansão territorial russa foi ainda mais pronunciada neste período do que durante o reino de Pedro o Grande. A população da Rússia mais do que dobrou, passando de 19 para 36 milhões de habitantes, graças à incorporação de novos territórios e aos progressos, mesmo limitados, realizados na agricultura (Heller, 2009). A população russa era, então, bem superior à de qualquer outro país da Europa. É um elemento importante porque esse peso demográfico ia permitir à Rússia continuar sendo uma grande potência militar por mais um século mesmo sem se transformar num grande país industrial:

“Russia’s power was based on serfdom, but that was no hindrance. Before the Industrial Revolution, a servile labor force and an army drawn

from unwilling and illiterate serfs was no handicap. Indeed, under Catherine Russia suffered fewer military consequences from its economic and social gap with western Europe than at any time in its history” (Stone, 2006, p. 76).

Apesar de tudo, deve-se notar um esforço, durante o reino de Caterina a Grande para ampliar o número e o porte das manufaturas ligadas à produção militar, mas, o complexo-militar industrial russo permanece atrofiado especialmente se for levado em conta o tamanho da população, em relação às potências europeias. Essa característica da Rússia se manteve até a Guerra da Criméia. Entretanto, a indústria bélica russa se torna superior, nesta época, ao complexo militar-industrial otomano, o que se refletiu no resultado dos conflitos entre os dois países. É particularmente interessante observar que os estaleiros se multiplicaram na Rússia durante o reino de Caterina a Grande, que sejam voltados para a produção de navios comerciais¹⁴ ou de guerra (Blackwell, 1968).

O reino de Catarina II “a Grande” começou no contexto do fim da Guerra de Sete Anos. A participação vitoriosa da Rússia convenceu ainda mais os europeus que os russos tinham se tornado atores incontornáveis na geopolítica da Europa:

“Having entered the Seven Years’ War in 1756 as the junior partner in the anti-Prussian coalition, Russia had emerged by 1763 as ‘the arbiter of eastern Europe’” (Dixon, 2009, p. 184).

A Rússia de Catarina a Grande conseguiu exercer uma pressão expansiva bem-sucedida na direção do Oeste com a incorporação de boa parte do território polonês através das partilhas da Polônia, em 1772, 1793 e 1795¹⁵. Alias, em 1795, o estado independente polonês desapareceu por completo, situação que ia permanecer até a Primeira Guerra Mundial. Pela primeira vez de sua história, a Rússia tinha fronteiras comuns com a Prússia e a Áustria.

Outro grande feito da Rússia de Catarina a Grande foi conseguir um acesso permanente ao Mar Negro e conseqüentemente ao Mediterrâneo, derrotando o Império Otomano em várias batalhas entre 1770¹⁶ e 1791. A Rússia conseguiu, assim, anexar a

¹⁴ O comércio marítimo russo se intensificou bastante durante o reino de Caterina a Grande, com crescentes exportações de grãos e de madeira na direção da Inglaterra, principalmente.

¹⁵ As maiores aquisições territoriais foram realizadas em 1793 e 1795. Depois das derrotas contra a França revolucionária, a coalizão formada pela Prússia, pela Áustria e pela Rússia usou a partilha do território do fraco estado polonês para reestabelecer seu prestígio.

¹⁶ Em 1770, a Rússia vence a batalha naval de Chesma e destruí totalmente a frota otomana.

Criméia em 1783. A Rússia adquiriu, então, portos no Mar Negro capazes de abrigar uma frota para atuar no Mediterrâneo.

Doravante, a Rússia dispunha, então, dos acessos marítimos essenciais para seu desenvolvimento militar, estratégico e econômico. As vitórias navais contra os Otomanos¹⁷ tinham mostrado ao mundo que a Rússia tinha se tornado uma grande potência naval. “Como a França e a Inglaterra, a Rússia se tornou, então, uma potência global” (Carrère D’Encausse, 2005, p. 73 [tradução própria]). Além disso, a anexação da Criméia e a fundação de Sebastopol por Potemkine, o grande ministro de Catarina II, mostrou o surgimento de um “projeto grego” que consistiria na restauração, sobre as ruínas do Império Otomano, do antigo Império Bizantino¹⁸. Mesmo se ele nunca se concretizou, esse “projeto grego” é interessante porque ele mostra que a componente “messiânica” da política externa russa, pouco enfatizada pela historiografia, atravessou a história do país.

Catarina a Grande continuou aprofundando a ocidentalização da Rússia, principalmente na área cultural e intelectual. Ela usou as correspondências que ela mantinha com alguns dos maiores intelectuais da época para difundir a imagem de uma soberana esclarecida e acabar com o mito dos “russos bárbaros”. Essa estratégia de “*soft power*”, seguida também por Frederico II da Prússia, funcionou e pensadores como Voltaire ou Diderot foram seus admiradores incondicionais.

“Na morte de Catarina II [...] a Europa descobre nas suas fronteiras um império universal que ela não pôde impedir de crescer e de se afirmar na terra e no mar, e cuja expansão é longe de ter acabado. O século XIX vai consagrar novos sucessos russos e testemunhar da vocação eurásiana do Império” (Carrère D’Encausse, 2005, p. 79 [tradução própria]).

Paulo I, sucessor de Catarina a Grande, continuou a obra de sua mãe. Ele consolidou as aquisições territoriais da Rússia no Cáucaso, conseguindo anexar a Geórgia em 1801¹⁹. Mas, a preocupação principal durante boa parte do seu curto reino foi a contenção do avanço da Revolução Francesa. Assim, a Rússia entrou na Segunda

¹⁷ Em 1770, a Rússia vence a batalha naval de Chesma e destruí totalmente a frota otomana.

¹⁸ “The “Greek Project” [...] envisioned a partitioning of the Ottoman dominions of the Balkans between Russia and Austria; the establishment of an independent kingdom of Dacia in Romania, presumably for Prince Potemkin; and, in the event of sufficient military success, the complete destruction of Turkey and the restoration of the ancient Byzantine Empire under Catherine’s grandson [o futuro Alexandre I]” (Lieven, 2006, p. 512-516).

¹⁹ A Geórgia já era um protetorado da Rússia, desde 1783.

Coalizão contra a França em 1798. Entretanto, devido à falta de apoio de seus aliados ingleses e austríacos, o país se retira da coalizão em 1800, assinando a paz com Napoleão. A tomada do poder por Napoleão era vista num primeiro momento, na Rússia, como uma garantia de estabilidade para a Europa, sendo que a Rússia estava enfraquecida por décadas de guerras em várias áreas.

I.1.2 A consolidação da posição geopolítica do Império czarista no sistema mundial (1796-1853).

No início do reino de sucessor, Alexandre I, ficou claro que a França napoleônica era na verdade um grande fator de desequilíbrio na Europa e podia acabar ameaçando a Rússia. A Rússia voltou, então, a integrar a coalizão contra a França em 1805. Mas, as sucessivas derrotas de Austerlitz e Friedland, catastróficas para o exército russo, constrangeram a Rússia a fazer uma reviravolta. Em 1807, Alexandre I assinou um tratado de paz com a França que selou uma reconciliação aparente com Napoleão. Na verdade, era uma atitude pragmática, levando em conta a inferioridade militar momentânea da Rússia. Era uma forma para o Império czarista tentar recuperar seu potencial bélico, fortemente abalado pelo conflito. Houve uma mobilização com um aumento do investimento nas manufaturas do país para produzir as armas necessárias para poder enfrentar o exército napoleônico (Riasanovsky, 2005). Ele aproveitou a aliança provisória com a França para conseguir anexar o resto do território finlandês em 1809.

A invasão da Rússia pelas tropas francesas em 1812 acabou com essa paz de fachada. Começou a “guerra patriótica” contra o invasor francês. As tropas de Napoleão chegaram até Moscou, que foi incendiado, mas, o frio e a determinação das tropas russas reverteram o quadro. Como observa justamente Clausewitz (2007 [1832], p. 247) “the vast expanse of Russia meant that an invader’s strength could be worn down to the bone in the course of five hundred miles’ retreat”. O clima rigoroso e a vastidão, duas características essenciais do território russo, não tinham sido levados em conta por Napoleão. A campanha de Rússia acabou assim em desastre para a França. O exército russo perseguiu as tropas napoleônicas até Paris, que foi ocupado em 1814. A Rússia

tinha derrotado o supostamente invencível Napoleão. Esse grande feito garantiu ao país uma aura de potência que ia permanecer pelo menos até a guerra da Criméia.

É interessante notar que a decisão de Alexandre I de “caçar” as tropas napoleônicas até Paris gerou controvérsia na própria Rússia. Muitos membros de alto escalão do exército e da alta administração russos consideravam que expulsar as tropas francesas do território russo tinha sido suficiente e que a prioridade era de reconstruir o país, de tornar suas fronteiras seguras. De fato, a coesão da Rússia, com seu mosaico de povos e seu território gigante escassamente povoado, era um verdadeiro problema. Muitos achavam, então, que era preferível consolidar o país nas suas fronteiras existentes em vez de sempre acrescentar território, tornando a questão da coesão interna ainda mais delicada.

Entretanto, é inegável que a atuação do exército russo impressionou os outros membros da coalizão anti-napoleônica, permitindo à Rússia assumir um papel central no congresso de Viena, que redesenhou o mapa da Europa. Ela obteve o controle de uma parte suplementar da Polônia, Grande Ducado de Varsóvia²⁰ e a Bessarábia²¹. Fundadora da Santa Aliança ao lado da Prússia e da Áustria, a Rússia tinha como objetivo de manter a estabilidade na Europa e de afastar a ameaça que podiam representar os movimentos revolucionários para os estados autocráticos da época. Nessa ótica, Alexandre I se recusou a aceitar uma partilha da França entre os vencedores e defendeu a ideia da criação de um estado tampão, o Reino Unido dos Países Baixos, para conter os eventuais projetos expansionistas francesas.

O quase aniquilamento das forças russas em 1812 convenceu Alexandre I do fato que a sociedade russa devia permanecer mobilizada para a guerra. Ele fundou, então, colônias militares em muitas províncias do império para criar uma classe militar permanente e independente. Essa reforma permitiu ao exército russo manter uma força permanente de 300 000 homens. Era um exército de crise permanente, devido às múltiplas áreas disputadas onde o país estava presente, cada um com inimigos prontos a aproveitar a situação peculiar desse país gigante, mas, cuja densidade populacional era extremamente baixa.

²⁰ Esse território, chamado reino da Polônia, era formalmente autônomo, mas, na prática acabou sendo totalmente integrado à Rússia a partir de 1832 (Lieven, 2006, p. 33-34).

²¹ Região hoje distribuída entre a Ucrânia e a Moldávia.

O sucessor de Alexandre I, Nicolau I (1825-1855) foi um dos campeões da defesa dos poderes autocráticos na Europa, ao lado de Metternich. Ele ganhou o apelido de ‘gendarme da Europa’ por ter participado às ações para abafar os movimentos revolucionários de 1830 e de 1848. De fato, as autoridades russas temiam uma possível contaminação revolucionária do país. Além disso, o sucesso da revolução belga de 1830 podia servir de exemplo para a Polônia, onde a maior parte da população não tinha aceitado a anexação. Aliás, os poloneses se revoltaram tanto em 1830, quanto em 1846 e em 1848.

Fortalecida pelo seu sucesso na guerra contra Napoleão, a Rússia tentou prosseguir sua política de expansão, com estratégias diferentes segundo a região envolvida:

“St Petersburg basically divided the world beyond into three parts and acted with each according to a distinct strategy. To its west, Russia aspired to maintain its dignity as a leading power and therefore championed the status quo. With regard to Turkey, motivated by anxiety over the Straits, tsarist officials jockeyed for position among European rivals. And in Central and East Asia, they pursued a policy of cautious opportunism, occasionally expanding the realm where and when possible” (Lieven, 2006, p. 555)”.

Nos Balcãs, a Rússia conseguiu derrotar o Império Otomano várias vezes. Em 1827, a Rússia destruiu a frota turca na batalha de Navarino e em 1829, no Tratado de Andrinopla, os russos obtiveram o delta do Danúbio, assim como territórios no litoral leste do Mar Negro, no Cáucaso. Ao lado da França e da Inglaterra a Rússia impôs aos otomanos um estado grego independente em 1830. Além disso, os russos ajudaram os otomanos a vencer a guerra contra os egípcios de Mehemet Ali, apoiado pela França, em 1833. A Rússia participou, também, do segundo conflito turco-egípcio em 1840, ao lado da Inglaterra, da Áustria e da Prússia. A ideia dos russos era auxiliar o Império Otomano para impedir seu esfacelamento antes que a Rússia fosse capaz de controlar o Mediterrâneo. Nesse sentido, o grande objetivo da política externa da Rússia nos Balcãs era obter o controle dos estreitos. Enquanto isso, a França perseguia o objetivo oposto. Ela era aliada aos egípcios justamente para recolher os frutos imediatos de uma queda do Império Otomano. A Inglaterra, por sua parte, queria impedir tanto a Rússia quanto a França de assumir o controle do Mediterrâneo. Os ingleses não podiam tolerar que os russos obtivessem o controle dos estreitos porque isso significaria potencialmente o fim de sua supremacia total nos mares. Aliás, na conferência dos estreitos organizada em

Londres em 1841, a Inglaterra obteve que o controle otomano sobre os estreitos seria reestabelecido com seu fechamento aos navios de guerra, o que contrariou fortemente as ambições russas.

É importante sublinhar que o Império czarista estendeu-se durante o período que vai do século XVIII à primeira metade do século XIX em regiões onde suas ambições não se chocavam com os planos de outras potências. Como Gibson (2002) enfatiza:

Russian expansion [...] was generally accomplished without competition from other expansionist powers. [...] Only on the Northwest Coast against Spain, Great Britain, and the United States in the late 1700s and early 1800s, and to some extent on the Baltic coast against Charles XII's Sweden during the Great Northern War (1700–21), did Russia's imperial thrust meet a counter thrust from other formidable imperialists. Elsewhere the Russian Empire was gained mostly from nomadic or semi-nomadic peoples of the tundra and steppe and sedentary or semi-sedentary hunters, fishers, and gatherers of the taiga, all of whom were so technologically inferior to the Russians in one way or another [...] as to render them relatively easy prey. The imperial powers that were in a position to challenge Russia's advance eastwards across Siberia to the Pacific—China and Japan—and southwards across the steppe into the desert—the Ottoman and Persian Empires—chose not to do so as long as Russia did not cross the southern wall of mountains guarding their northern frontiers (and Russia generally refrained”.

Mas, na sua busca do acesso aos “mares quentes” e abertos (Báltico, Mediterrâneo, Mar do Japão) assim como a terras cultiváveis, a Rússia ia, a partir da Guerra da Criméia, encontrar uma oposição bem mais forte das outras potências do sistema mundial. Suas sucessivas derrotas, como será mostrado em seguida, marcaram o enfraquecimento progressivo do poder imperial russo, expondo a crescente vulnerabilidade do país.

I.2 Da Guerra da Criméia à Revolução bolchevique : a crescente vulnerabilidade geopolítica da Rússia czarista (1853-1917)

A guerra de Criméia começou com a questão da proteção dos lugares santos em Jerusalém, então parte do Império Otomano. Nicolau I, como chefe da Igreja Ortodoxa sob a administração otomana, exigia que a Rússia tomasse conta dos lugares santos cristãos. Os turcos, apoiados pela França e pela Inglaterra, se recusaram a aceitar,

declarando a guerra à Rússia em 1853. Os russos tinham obtido o que eles queriam, ou seja, um pretexto para enfim conquistar o controle dos estreitos e acelerar o fim do Império Otomano, com os ganhos territoriais que isso poderia significar.

A destruição da frota turca em Sinope, no Mar Negro, em 1853, pareceu indicar que a estratégia russa estava certa. Mas, a França e a Inglaterra, unidas na vontade de impedir o controle dos estreitos e uma possível dominação do Mediterrâneo pela Rússia, acabaram declarando a guerra ao Império czarista em 1853. A Rússia teve, então, que enfrentar uma coalizão formada pelas duas grandes potências europeias da época.

Franceses e ingleses enviaram um corpo expedicionário, com armamentos e logística bem superiores aos que dispunha o exército russo²². O exército russo registrou uma série de derrotas que culminou com o longo cerco de Sebastopol, a partir de 1854, importante porto russo do Mar Negro que acabou se rendendo à coalizão em 1856. A Rússia acabou sendo logicamente derrotada. O conflito foi responsável pela morte de 750.000 soldados, dos quais dois terços eram russos (Figs, 2011) e demonstrou as imensas carências estruturais do império czarista: uma indústria militar incapaz de fornecer armas modernas e em quantidade suficiente, infraestrutura de transporte deficiente para o transporte das tropas nas bordas do território russo,... Na Guerra da Crimeia, a vitória foi obtida pela coalizão franco-inglesa graças a sua superioridade técnica, característica de dois países que já tinham feito a revolução industrial. Do outro lado, a Rússia ainda não era industrializada e possuía uma organização social arcaica, marcada pela servidão (Gershenkron, 1964).

De um ponto de vista geopolítico, a guerra da Criméia marcou, então, uma evolução importante. A Rússia demonstrou uma série de fraquezas estruturais que expuseram claramente sua vulnerabilidade. O império czarista era uma das maiores potências do sistema mundial, mas, ao mesmo tempo, talvez a mais vulnerável (Heller, 2009). O novo imperador, Alexandre II (1855-1881) teve que assinar o Tratado de Paris em 1856 que punha um fim à Guerra da Criméia e consagrava uma perda de influência significativa da Rússia na Europa. Os russos deviam entregar a Bessárbia à Moldávia e aceitar a neutralização da região em volta do Mar Negro. A Rússia era, também, constringida a abandonar seus direitos de navegação no Mar Negro e seu privilégio de

²² Um corpo expedicionário alemão, composto de soldados oriundos de vários principados da futura Alemanha participou, também, do conflito.

passagem para o Mediterrâneo, assim como a proteção dos cristãos ortodoxos em território otomano.

A derrota da Rússia na Guerra de Criméia teve consequências geopolíticas muito importantes na medida em que ela representou um forte freio às ambições expansionistas do império czarista para o Oeste, que seja no Mediterrâneo ou na Europa Oriental. As grandes potências europeias da época tinham deixado muito claro que nenhuma ampliação territorial significativa da Rússia nas zonas estratégicas do Mediterrâneo e do Báltico seria tolerada, contrariando os planos russos de acesso a “mares quentes”.

A importância da Guerra da Criméia foi recentemente reavaliada por uma série de obras historiográficas (Gouttmann, 2003; Figes, 2011). Muitos historiadores consideram, assim, que a Guerra da Criméia foi o primeiro conflito moderno. Numerosas inovações técnicas foram testadas durante a Guerra da Criméia pela coalizão anglo-francesa, que iam se generalizar nos conflitos posteriores, como a Guerra de Secessão americana. Como escreve Gouttman (2003, p. 78):

“A Guerra da Criméia pode ser considerada como a primeira guerra total, conduzida segundo critérios industriais. [...] São usados navios de guerra movidos à vapor pela primeira vez na história. É o primeiro conflito no qual é usada a mobilização logística ferroviária, que desempenhou um papel fundamental na vitória da coalizão”.

A Rússia, cuja potência militar era tradicionalmente baseada na sua superioridade demográfica, não tinha como vencer esta primeira guerra moderna, que enfatizou o atraso social, tecnológico e econômico do Império czarista.

A humilhação da Guerra da Criméia, produto de um exército pouco adaptado às necessidades da guerra moderna, teve, então, grandes consequências tanto de um ponto de vista social, quanto político ou econômico. Os dirigentes russos perceberam que uma modernização da economia, das infraestruturas e das estruturas sociais era crucial para garantir a sobrevivência do império.

A criação de uma indústria de armamento moderna se tornou uma prioridade para a Rússia. Da mesma forma, a construção de uma rede de estradas de ferro ligando os grandes centros do país às fronteiras se impôs como uma necessidade. De fato, o abastecimento das tropas russas durante a Guerra da Criméia foi desastroso, contribuindo bastante à derrota.

A permanência da servidão, um dos pilares do sistema social da Rússia czarista, começou, também, a ser questionada, até que ele foi, finalmente, abolida em 1861. Na verdade, os dirigentes russos perceberam que a Rússia precisava se modernizar e que sua sobrevivência dependia disso. Sua inabilidade a realizar de forma eficiente essa modernização explica por grande parte o enfraquecimento progressivo da potência russa até sua derrota na Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 1917. Nas palavras de Lieven (2006, p. 540):

“The Crimean War exploded one of the principle justifications for autocracy – its ability to beget military power and security. The Crimean defeat not only discredited the Russian military system but also destroyed confidence in the empire’s entire panoply of political, social and economic structures [...]”.

Nesse contexto de enfraquecimento do poder czarista e de mudanças sociais, os primeiros movimentos revolucionários (socialistas, anarquistas,...) estruturados²³ apareceram na Rússia nos anos 1860 (Hobsbawm, 1997, p. 113). Sua forte consolidação até a Primeira Guerra Mundial explica, pelos menos parcialmente, o sucesso da Revolução Bolchevique de 1917.

A rivalidade russo-turca continuou depois da Guerra da Criméia. Os Bálcãs foram o teatro de outro conflito entre a Turquia e a Rússia em 1877-1878, que originou-se nas revoltas anti-turcas da Bósnia e da Bulgária em 1875-76 e na derrota servia em 1877 contra os turcos. Movido pelo forte sentimento pan-eslavista que tinha tomado conta da população russa, o imperador Alexandre II declarou a guerra aos otomanos para liberar os eslavos dos Bálcãs. A Rússia saiu vencedora do conflito e impôs em fevereiro de 1878, na Paz de San Stefano, uma grande mudança no mapa balcânico. Assim, a Sérvia, o Montenegro e a Romênia obtiveram sua independência, enquanto a Bulgária adquiria um status de autonomia.

Mas, seu inimigo tradicional, a Inglaterra, não deixou a Rússia aproveitar sua vitória esmagadora sobre os turcos. De fato, a Inglaterra, apoiada pela Áustria, temia essa nova hegemonia russa que estava se desenhando nos Bálcãs. A Inglaterra, a Alemanha e o Império Austro-húngaro manobram no Congresso de Berlim em 1878 e

²³ Para uma descrição da conturbada trajetória dos movimentos revolucionários e suas idéias, políticas e econômicas, na Rússia, ver Miglioli (1981) e Gerschenkron (1962).

conseguiram reduzir consideravelmente os ganhos russos²⁴. Essa impossibilidade de conservar boa parte das conquistas do Tratado de San Stefano foi percebida como um sinal do poder declinante da Rússia.

A vitória militar contra o Império Otomano tinha se transformada numa derrota diplomática. Era a confirmação que a Inglaterra, a maior potência mundial da época, não deixaria se concretizar os sonhos expansionistas russos no Mediterrâneo, situação que já tinha sido explicitada pela derrota na Guerra da Criméia.

Além da questão do domínio sobre o Mediterrâneo, a Inglaterra queria impedir qualquer expansão russa no Ocidente por medo da possibilidade de uma aliança entre a Alemanha e a Rússia para dominar a Europa continental. Esse temor permeou todo o comportamento da Inglaterra em relação à Rússia ao longo do século XIX. Não é por acaso que Halford John Mackinder, um dos fundadores da geopolítica e defensor dos interesses ingleses, considerava que a Rússia era um império gigante potencialmente desestabilizador de todo o sistema geopolítico internacional. Mackinder escrevia:

“Russia replaces the Mongol Empire. Her pressure on Finland, on Scandinavia, on Poland, on Turkey, on Persia, on India, and on China, replaces the centrifugal raids of the steppemen. In the world at large she occupies the central strategical position held by Germany in Europe. She can strike on all sides and be struck from all sides, save the north” (Mackinder, 1904, p. 436).

Mackinder considera que a superioridade das potências navais sobre as potências terrestres, tese defendida por Mahan (1887 [1890]), foi real até o final do século XIX. Mas, o cenário mudou com expansão forte das estradas de ferro que dotaram as potências terrestres de um mecanismo muito eficiente para integrar seu território e deslocar rapidamente tropas, por exemplo. A potência terrestre ganhou em agilidade e capacidade de intervenção. Nesta nova configuração, a superioridade dos poderes terrestres tem muita chance de se afirmar. A Rússia, segundo Mackinder, constitui, de longe, o maior exemplo de poder terrestre. Mackinder chega, então, à conclusão que o

²⁴ “At peace talks in the village of San Stefano just outside Istanbul, Russia imposed a settlement that provided for the creation of a large autonomous Bulgaria, independence for Serbia, Romania, and Montenegro, and the surrender of Ottoman territories in the Caucasus and the Balkans. Britain and Germany, however, judged the gains Russia awarded itself to be excessive and threatening. Joined by Austria-Hungary, they compelled Russia to enter new peace negotiations in Berlin where the great powers could collectively adjudicate a settlement” (Reynolds, 2011, p. 14).

território russo representa boa parte do que ele chama de área *Pivot* da geopolítica mundial (ver mapa 2). Ele escreve assim:

“Is not the pivot region of the world's politics that vast area of Euro-Asia which is inaccessible to ships, but in antiquity lay open to the horse-riding nomads, and is to-day about to be covered with a network of railways?” (Mackinder, 1904, p.434).

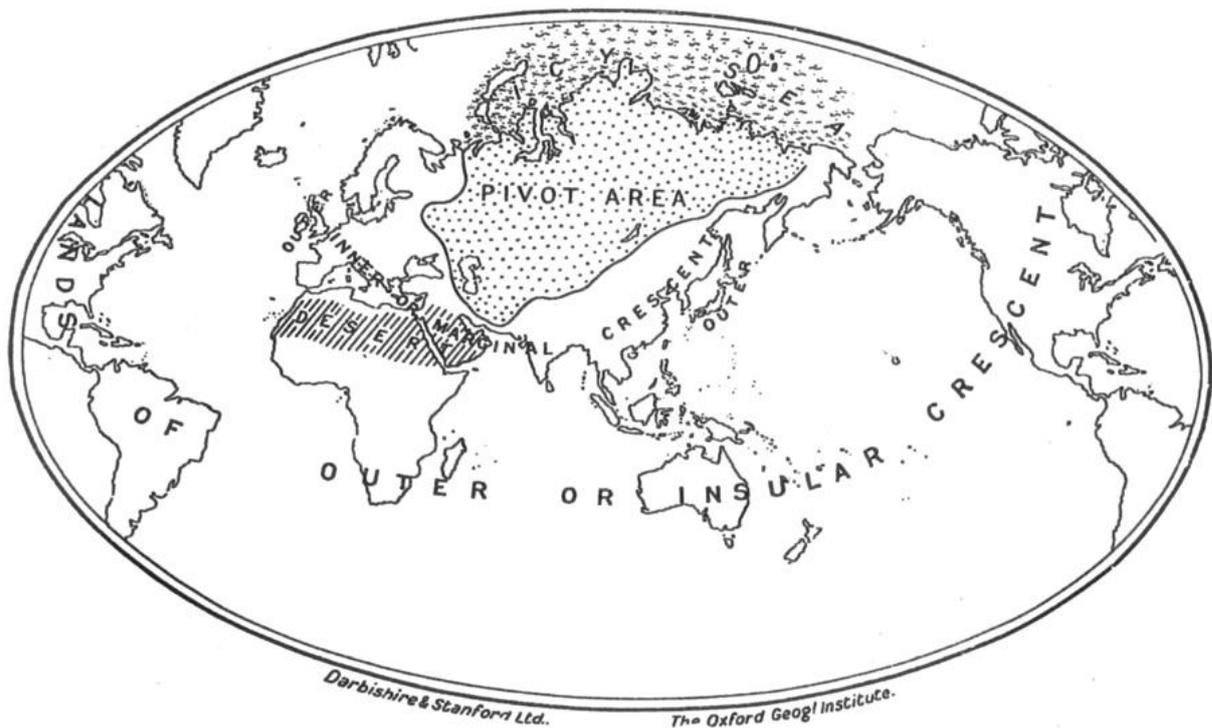
Mackinder achava que o destino da área *Pivot* determinaria o futuro geopolítico mundial. De fato, se o perigo vinha primeiro da própria Rússia, existia, também, o risco que uma das potências localizadas nas regiões fronteiriças da área *Pivot*, que Mackinder chama de Crescente Marginal (ver mapa 2), possa tomar o controle do espaço russo. A maior preocupação de Mackinder, do ponto de vista da preservação do poder inglês, seria uma associação dos russos e dos alemães. Ele sustenta que o estado fruto dessa união germano-russa, se ela for realizada, dominaria o mundo. Nas palavras de Mackinder:

“The oversetting of the balance of power in favour of the pivot state, resulting in its expansion over the marginal lands of Euro-Asia, would permit of the use of vast continental resources for fleet-building, and the empire of the world would then be in sight. This might happen if Germany were to ally herself with Russia” (Mackinder, 1904, p. 436).

Mackinder está, também, preocupado, mais no futuro, por uma possível aliança asiática entre a China e o Japão para tomar o controle da Rússia e, talvez se impuserem como poder dominante no mundo:

“it may be well expressly to point out that the substitution of some new control of the inland area for that of Russia would not tend to reduce the geographical significance of the pivot position. Were the Chinese, for instance, organized by the Japanese, to overthrow the Russian Empire and conquer its territory, they might constitute the yellow peril to the world's freedom just because they would add an oceanic frontage to the resources of the great continent, an advantage as yet denied to the Russian tenant of the pivot region“(Mackinder, 1904, p. 437).

Mapa 2: O mundo Segundo Mackinder.



Fonte: Mackinder (1904, p.312).

Mackinder forjou, também, o conceito de *Heartland* que é muito próximo ao de área *Pivot* e, também, de *World Island*, que corresponderia ao conjunto formado pela África, pela Europa e pela Ásia. Mas, essas evoluções da semântica não mudaram a essência da análise de Mackinder, como aparece claramente neste trecho:

“Who rules East Europe commands the Heartland.
Who rules the Heartland commands the World-Island.
Who rules the World-island commands the World” (Mackinder, 1919, p. 186).

O outro grande teatro geopolítico onde as tendências expansionistas da Rússia acabaram sendo contidas foi a Ásia Central. Existia nesta região do mundo uma grande rivalidade entre o Império Czarista e a Inglaterra. A Rússia conseguiu conquistar imensos territórios nessa região ao longo do século XIX, correspondendo aos atuais Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão e Tadjiquistão. Essa expansão foi tal que os russos chegaram às fronteiras do Afeganistão, muito próximo à Índia. Ora, os ingleses queriam preservar a qualquer custo seu controle da Índia, considerada uma peça chave do império colonial britânico pela sua contribuição econômica e estratégica. Os ingleses tentaram colonizar o Afeganistão para conter de forma mais eficiente o avanço russo,

mas, nunca conseguiram, apesar de várias tentativas. Ao longo do século XIX, a Inglaterra manobrou para limitar o expansionismo russo na Ásia Central, mas, nunca houve um enfrentamento direto entre as duas potências nesta região. Assim, a rivalidade entre a Rússia e a Inglaterra na Ásia Central ganhou o nome de “Grande Jogo”²⁵:

“British and Russian [...], during their Great Game [...] became locked in a geopolitical game of pushing territorial advances into areas traditionally recognized as lands of dependent states of the Persian Empire. These Anglo-Russian territorial contests eventually settled the political geography of South, Central, and West Asia in its present form” (Mojtahed-Zadeh, 2004, p. 6).

O desfecho do “Grande Jogo” foi a Convenção Anglo-Russa concluída em 1907. Os dois países tinham como objetivo comum de contrabalançar a influência alemã crescente nos Balcãs e no Império Otomano. Foi decidido na convenção que o Afeganistão viraria um estado-tampão entre os dois impérios, assim como o Tibete. A Rússia renunciava a toda pretensão sobre o Afeganistão, que virava um semi-protetorado inglês, enquanto o Irã era dividido em duas zonas de influência, britânica no Sul e russa no Norte.

O Cáucaso foi uma zona onde a Rússia se expandiu, com certo sucesso até o final do século XIX, adquirindo territórios pertencentes à Pérsia e ao Império Otomano. As últimas aquisições no Transcáucaso foram realizadas depois da guerra contra a Turquia de 1877-1878 e oficializadas na Conferência de Berlim, mas, como já foi mostrado, com restrições impostas pelas outras potências europeias (Inglaterra, Alemanha, Áustria-Hungria). Esse quadro mais favorável no Cáucaso pela Rússia explica-se pelo fato que a região não era considerada tão estratégica pela Inglaterra, especialmente se for comparada aos Balcãs, à Ásia Central ou ao Extremo-Oriente.

O caso do Extremo Oriente é, então, bem diferente. O objetivo da Rússia era ampliar seu território para o Sul para conseguir acesso às “aguas quentes” do Mar do Japão e do Mar Amarelo. A Rússia queria aproveitar a fraqueza do estado chinês, em plena decadência, para conseguir territórios que lhe permitiriam se tornar a grande potência naval do Pacífico.

É interessante observar que, no século XIX, a Rússia e os Estados Unidos mantiveram boas relações. De fato, os dois países tinham uma hostilidade comum

²⁵ A expressão “Grande Jogo” foi popularizada por Rudyard Kipling no seu livro “Kim”, publicado em 1901.

contra a Inglaterra. Aliás, a venda do Alasca em 1867 permitiu a Rússia de recompor parte de suas reservas depois da derrota na Criméia e de assegurar uma aproximação com os Estados Unidos que lhe garantia uma margem de manobra maior no Extremo-Oriente (Carrère D'Encausse, 2005, p. 108).

É importante notar que as opções geopolíticas escolhidas pela Rússia ao longo do século XIX e até a Revolução de 1917 foram objeto de um grande debate dentro do próprio estado russo. Existia assim, dentro do ministério das relações exteriores russo, um “Departamento Asiático”, encarregado de lidar com a política externa ligada à Ásia. Esse “Departamento Asiático” demonstrou tendências muito mais expansionistas que o resto do ministério das relações exteriores da Rússia, principalmente na segunda metade do século XIX. De fato, a diplomacia russa, crescentemente consciente da vulnerabilidade estrutural do país, pensava mais em consolidar o território já adquirido e em manter boas relações com as potências ocidentais, ainda mais depois da Guerra da Criméia. Esse conflito é bem resumido por Oye:

“Even when the [Russian] Foreign Ministry was firmly in charge of the empire’s relations with other states, it did not always speak with one voice. Officials at the Asian Department, which had officially been established in 1819 to deal with Eastern states (including former Ottoman possessions in south-eastern Europe), had a very different outlook on the world than their colleagues who dealt with Western and Central Europe. Unlike the latter, who tended to be well-born, cosmopolitan dilettantes, the Asian Department was largely staffed by ethnic Russians, often with special training in Oriental languages. Caution and aristocratic etiquette were alien to its *modus operandi*. Acting as a semiautonomous institution, the Asian Department at times conducted a policy at odds with the broader lines of tsarist diplomacy. This had particularly unfortunate consequences in the Balkans, where more enthusiastic patriots like Count Ignat’ev could frustrate his minister’s efforts to defuse tensions”(Oye, 2006, p. 573).

No Extremo oriente, a Rússia conseguiu obter a administração conjunta da ilha estratégica de Sacalina com o Japão em 1853. Os Tratados de Aigun (1858) reconheceu sua soberania sobre o distrito do Amur (Norte do rio Amur) e o de Pekim (1860) oficializou a anexação da região de Ussuri (Leste do Amur), onde foi fundado o porto de Vladivostok, para abrigar a frota russa²⁶. Em 1875, em troca das Ilhas Curilas, a Rússia obteve a totalidade de Sacalina. A decisão de construir o Transiberiano a partir

²⁶ Esses tratados desiguais iam causar grandes tensões entre a URSS e a China comunista, a partir dos anos 1950.

de 1891 foi mais uma demonstração da importância que a Rússia dava ao Extremo Oriente. Aliás, a expansão dos russos na região continuou nos anos 1890 graças à influência cada vez maior que eles tinham sobre a China. Assim, em troca de sua ajuda na guerra sino-japonesa de 1895, a Rússia obteve a concessão da estrada de ferro até Port-Arthur, o que significava o controle de facto sobre a Manchúria. Os russos aproveitaram a revolta dos Boxers em 1900 para ocupar a Manchúria. Port-Arthur era, assim, o primeiro porto russo livre de gelo (ao contrário de Vladivostok), constituindo uma base de operação perfeita para a Rússia atingir sua ambição de dominar o Pacífico. Mas, os russos tinham subestimado a capacidade de intervenção do Japão.

O Japão, potência emergente na Ásia desde o advento da Revolução Meiji em 1868 estava muito preocupado pela ocupação russa na Manchúria e pelas pretensões de Moscou na Coreia. Os japoneses temiam para sua segurança e tinham, também, planos expansivos que estavam sendo contrariados pelos russos. O Japão declarou, então, a guerra a Rússia em 1904. Aproveitando sua proximidade com o teatro de operação e sua recente industrialização, os japoneses derrotaram os russos, que foram obrigados a assinar uma paz humilhante em 1905. De fato, a Rússia perdia o Sul de Sacalina, assim como toda a Manchúria. O ‘sonho do Pacífico’²⁷ tinha morrido e a Rússia era a primeira potência ocidental a ser derrotado por um país oriental.

Essa humilhação teve consequências consideráveis, tanto internas quanto externas. Ela foi percebida como uma segunda Guerra da Criméia, expondo mais ainda a profunda vulnerabilidade do país. Assim, a guerra russo-japonesa foi o detonador da Revolução de 1905 que já anunciava a de 1917. Enfraquecida pela derrota, incapaz de se modernizar, a Rússia temia se tornar uma presa fácil para a Alemanha, a grande potência econômica e militar que tinha emergido na sua fronteira ocidental. Em consequência o Império Czarista aprofundou sua aliança com a França e a Inglaterra, consolidando a Tríplice Entente. Em caso de guerra, o objetivo era enfraquecer a Alemanha e seu aliado austríaco, obrigando-lhes a lutar em duas frentes de batalha, uma no Oeste (França, Inglaterra) e outra no Leste (Rússia).

Na Primeira Guerra Mundial, a Rússia lutou, então, ao lado da França e da Inglaterra contra a Alemanha, a Áustria e a Turquia. Frente à ofensiva alemã, os russos tiveram que recuar, perdendo a Polônia. No início de 1917, a frente de batalha tinha se

²⁷ Expressão usada na segunda metade do século XIX para designar as ambições expansionistas russas no Extremo Oriente (Carrère D’Encausse, 2005).

estabilizado, mas, o exército russo estava praticando uma estratégia defensiva desgastante, provocando muitas perdas humanas, uma grande desmoralização das tropas e inumeráveis casos de deserção. A situação interna piorou ainda mais a posição russa na guerra. A Revolução começou em fevereiro de 1917 e o dia de 2 de março, o czar Nicolau II teve de abdicar. Acabavam séculos de reino dos Czares sobre a Rússia. A revolução de Outubro consagrou a tomada do poder pelos Bolcheviques. A República Socialista Federativa Soviética de Rússia (RSFSR) nascia em julho de 1918.

I.3 A União Soviética: uma potência vulnerável no sistema mundial (1917-1991)

I.3.1) O ‘socialismo num só país’ (1917-1945).

Os Bolcheviques não pretendiam continuar a participar de uma guerra entre “potências imperialistas”. Ainda por cima, eles sabiam que precisavam concentrar seus esforços na consolidação do poder interno recentemente conquistado e já contestado por revoltas. Os Bolcheviques pediram, então, um armistício em novembro de 1917 e assinaram o tratado de paz de Brest-Litovsk em março de 1918 com as potências centrais. Essa decisão mostra a prioridade que deram os Bolcheviques à sobrevivência do estado recém-nascido em detrimento da difusão da revolução, que certamente teria sido facilitada na Alemanha se a Rússia tivesse continuado participando do conflito (Ferro, 1990, p. 352-360).

Com o Tratado de Brest-Litovsk, a Rússia tinha que abandonar uma série de territórios: a Polônia, a Ucrânia, a Bessárabia, os estados bálticos e a Finlândia (ver mapa 3). Essas perdas territoriais significavam que o acesso russo ao Mar báltico se limitava de novo ao fundo do Golfo da Finlândia, com o porto de São Petersburgo, como no início do século XVIII.

Mapa 3: As evoluções territoriais após a Primeira Guerra Mundial.



Fonte: Sciences Po (2012).

Mas, os Bolcheviques ganhavam tempo para se preparar a uma guerra civil que ia ameaçar a sobrevivência de seu regime. De fato, desde novembro de 1917 uma parte das tropas russas, comandadas por ex-oficiais czaristas tinha se juntado para formar os “exércitos brancos” que iam lutar contra o novo poder bolchevique até 1920²⁸. Esses “exércitos brancos” foram financiados pelos ex-aliados da Rússia durante a Primeira Guerra Mundial. A França, a Inglaterra, o Japão, a Grécia, os Estados Unidos, a Sérvia, a Romênia chegaram a mandar tropas na Rússia para ajudar os “exércitos brancos” a derrotar os Bolcheviques. A RSFSR tinha que enfrentar tropas numerosas²⁹ e melhor equipadas:

“Nos piores momentos da brutal e caótica Guerra Civil de 1918-1920, a Rússia Soviética foi reduzida a uma faixa de território sem saída para o mar, no Norte e no Centro da Rússia, em algum ponto entre a região dos Urais e os atuais Estados Bálticos, a não ser pelo estreito dedo exposto de

²⁸ Na verdade, alguns focos de resistência, principalmente na parte oriental, iam permanecer até 1922.

²⁹ As tropas dos “exércitos brancos” chegaram a somar mais de dois milhões de homens no ponto culminante da Guerra Civil Russa.

Leningrado, apontado para o golfo da Finlândia” (Hobsbawm, 1996, p. 70).

A futura União Soviética, então, quase chegou a desaparecer. Entretanto, a desorganização dos exércitos brancos e dos aliados, sua incapacidade a obter o apoio do campesinato russo, combinadas à reorganização eficiente do Exército Vermelho por Trotsky, permitiram à RSFSR de reverter um quadro inicialmente muito desfavorável. Os sucessos militares soviéticos levaram os aliados a abandonar os “exércitos brancos” e os Bolcheviques venceram a Guerra Civil em 1920. A Rússia saía muito enfraquecida da Guerra Civil. Ela tinha abandonado territórios estratégicos para o acesso ao Báltico com a perda da Finlândia, dos Estados Bálticos e de parte da Polônia. Mas, a URSS, criada em 1922 a partir da associação da RSFSR com as repúblicas soviéticas da Ucrânia, da Bielorrússia e do Transcáucaso, conservava o título de maior país do mundo, com uma presença nas áreas geopolíticas mais estratégicas do planeta.

A intervenção das potências ocidentais, com o Japão, durante a Guerra Civil, demonstrou a hostilidade unânime do qual foi objeto a União Soviética, desde seu nascimento. Isso é um elemento essencial para entender a inserção geopolítica da União Soviética. De fato, a URSS se criou sozinha contra todos. Os soviéticos souberam desde o início que a própria existência da URSS estava o tempo todo em jogo e que eles dificilmente poderiam estabelecer relações normalizadas com as potências ocidentais, quaisquer que fossem. De fato, os países capitalistas temiam o risco de contágio da revolução comunista. Eles não queriam que a URSS servisse de inspiração para seu próprio proletariado. Ora, a Revolução russa teve fortes repercussões na Europa imediatamente após o fim da Primeira Guerra Mundial, com uma série de levantes, que acabaram sendo abafados (Hobsbawm, 1995, p. 70-89). Como escreve Hobsbawm (1995, p. 62):

“Parecia óbvio que o velho mundo estava condenado. [...] Aparentemente, só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o socialismo pelo capitalismo [...] . A Revolução Bolchevique de 1917 pretendeu dar ao mundo esse sinal”

Mas, se as potências ocidentais temiam o impacto do exemplo soviético sobre sua população, a URSS estava preocupada com sua vulnerabilidade que representava um grande risco para sua sobrevivência com estado independente e a manutenção de seu território. Stalin conseguiu, então, impor a visão da necessidade de assegurar a existência do estado soviético antes de almejar a exportação do seu modelo além das fronteiras da URSS. A União Soviética adotou oficialmente a tese do “Socialismo num

só País”, que defendia a ideia que o socialismo podia ser atingido na União Soviética, sem que necessariamente os outros países avançados já tenham conhecido uma revolução socialista. Stalin considerava que o comunismo devia ser consolidado internamente antes que a URSS possa pensar em exportá-lo. Ele sabia que a URSS precisava se desenvolver economicamente e militarmente para ter a projeção necessária para espalhar o socialismo, o que orientou a escolha do sistema econômico escolhido pelo país, com um grande enfoque na industrialização (ver capítulo II). A vocação universalista da URSS, simbolizada pelo *Comintern* (criado em 1919 por Lenin) estava conservada, na medida em que não ameaçava sua existência.

Nos anos 20, a União Soviética teve que enfrentar um grande isolamento diplomático. As relações com a França, a Inglaterra e os Estados Unidos foram distantes, devido ao antagonismo manifestado durante a Guerra Civil³⁰. A primeira potência ocidental com quem a URSS estabeleceu raports normalizados foi a Alemanha, através do Tratado de Rapallo, em 1922. Uma cooperação econômica e militar entre os dois países foi estabelecida. Essa associação entre os dois países era ditada pelo pragmatismo. De fato, a Alemanha, supostamente desmilitarizada, aproveitou a ajuda soviética para reconstituir um exército e contornar as disposições do Tratado de Versalhes. Do outro lado, os soviéticos conseguiam romper, assim, seu isolamento e, também, importar máquinas e equipamentos, assim como as técnicas para produzi-los na própria URSS³¹. Além disso, alemães e soviéticos compartilhavam o mesmo interesse pela Polônia, cujo território eles almejavam.

No Extremo-Oriente, a URSS viu a invasão da Manchúria pelo Japão em 1931 com muita preocupação. Um acordo potencial entre o Japão e a China de Tchang Kai Check poderia representar uma grande ameaça para a integridade territorial soviética. A ofensiva japonesa contra a China em 1937 acabou com esse temor e a URSS assinou esse mesmo ano um pacto de não-agressão com a China, que continuou sua guerra com o Japão.

³⁰ A URSS foi reconhecida pela França, pela Inglaterra e pela Itália em 1924 e pelos Estados Unidos somente em 1933 (Brown, 1994, p. 547).

³¹ Acordos sigilosos assinados entre os dois países permitiam a Alemanha testar suas armas e realizar manobras militares no próprio território soviético, em áreas longínquas, contornando assim as restrições estabelecidas no Tratado de Versalhes.

Os anos 30 ilustraram plenamente o pragmatismo da política externa soviética, ditado por sua vulnerabilidade. A URSS fez e desfez alianças com a maior parte das potências ocidentais, só perseguindo um objetivo: preservar a paz nas suas fronteiras. O processo de desenvolvimento industrial e militar que tinha iniciado nos anos 20 estava já avançado nesta época, mas, Stalin estimava que a URSS não estaria pronta a enfrentar um conflito de grande amplitude antes dos anos 50. Conseqüentemente, a União Soviética, temendo os planos expansionistas cada vez mais claros da Alemanha e do Japão decidiu adotar uma estratégia de aproximação com as potências ocidentais, que ela considerava até então suas maiores inimigas. Em 1932, a URSS assinou pactos de não agressão com a França, a Polônia e a Finlândia. Em 1933, ela retomava as relações diplomáticas com os Estados Unidos. Em 1934, a URSS entrava na Liga das Nações que a Alemanha e o Japão tinham abandonado em 1933. Em 1935, França e URSS concluem um acordo de assistência mútua. A aproximação da União Soviética com as potências ocidentais pode surpreender, mas:

“As Stalin put it (at the XVII Congress of the CPSU in 1934) ‘we were not in the past oriented towards Germany and are not now oriented towards Poland and France. Our orientation, past and present, is exclusively towards the USSR’. Though he went on to speak of rapprochement with ‘countries not interested in the breach of the peace’ he was clearly serving notice that the USSR would accept whatever alliances its own security seemed to demand” (Brown, 1994, p. 548).

O pragmatismo geopolítico de Stalin ajuda, também, entender mais a atitude soviética na Guerra Civil espanhola onde o apoio dado às tropas antifranquistas foi muito limitado. Documentos soviéticos mostram, assim claramente que a URSS não pretendia gastar muitos recursos num conflito longínquo que não representava nenhuma prioridade estratégica³² (Bennassar, 2004). Além disso, a URSS não queria dar a impressão que ela estava fomentando uma revolução comunista na Europa Ocidental para não comprometer uma potencial aliança com as potências ocidentais contra os regimes nazistas e fascistas. Assim, a ajuda soviética aos republicanos não foi tão eficiente o quanto o apoio da Alemanha nazista e da Itália fascista aos nacionalistas de Franco e a Espanha caiu no fascismo.

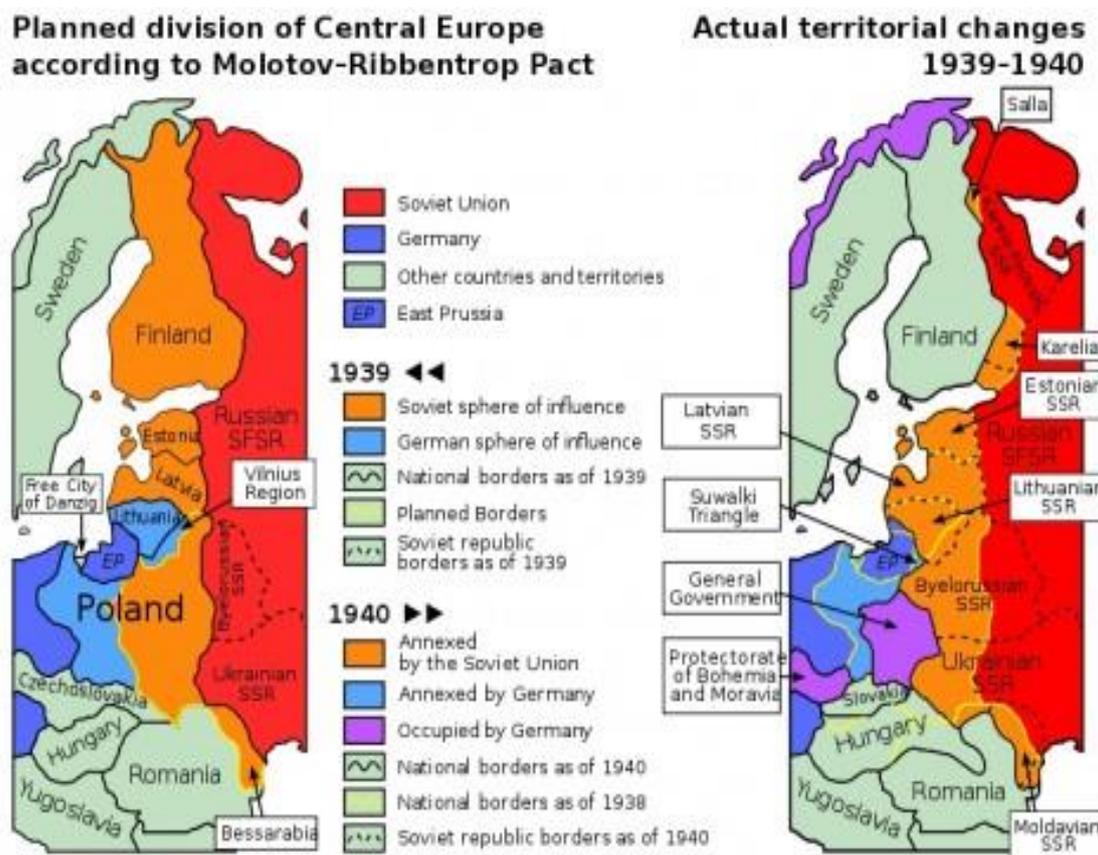
A decisão do *Comintern*, em 1935, de permitir a participação de seus membros a “frentes populares” para impedir a chegada do fascismo ao poder foi acolhida com

³² A Guerra Civil espanhola, neste sentido, era mais vista como uma oportunidade de testar o material militar em situação real.

muita irritação pela Alemanha e pela Itália. Essa decisão, além do lado ideológico, tinha como finalidade limitar a formação de estados fascistas que poderiam se aliar e ameaçar diretamente a União Soviética. O Pacto anti-Comintern assinado pelo Japão e pela Alemanha em 1936 e pela Itália em 1937, alimentou ainda mais o medo que começavam desenvolver os russos em relação aos regimes fascistas. Paradoxalmente, esse pacto e a participação na Guerra Civil Espanhola em lado opostos não impediram a Alemanha e a URSS de assinar um acordo de não agressão, conhecido como Pacto Molotov-Ribbentrop, em 23 de agosto de 1939, ou seja, uma semana apenas antes da invasão da Polônia pelas tropas alemãs.

Num primeiro momento, a União Soviética tirou proveito da ofensiva alemã no Oeste da Europa para anexar uma parte da Polônia, a Finlândia e os Estados Bálticos, regiões que ela tinha perdido depois da Primeira Guerra Mundial. Esses ganhos territoriais soviéticos relativamente parecidos com aqueles planejados com os alemães quando o Pacto Molotov-Ribbentrop tinha sido assinado (ver mapa 4).

Mapa 4: Ganhos territoriais soviéticos após o Pacto Molotov-Ribbentrop.



Fonte: Sciences Po (2012).

Mas, ao assinar o pacto com a Alemanha, o verdadeiro objetivo de Stalin era de afastar a URSS de uma guerra que, segundo os soviéticos, nada lhes dizia a respeito:

“USSR was slow to recognize that Hitler was a much more serious threat to peace, and to itself, than Britain or France had ever been. Indeed, it saw the Nazi regime to begin with as merely an ‘alternative instrument’ to which capitalism resorted when parliamentary democracy with ‘social fascist’ (social democratic’) participation ceased to serve its purpose” (BROWN, 1994, P. 548).

A ofensiva Barbarossa lançada pela Alemanha nazista contra a URSS em 1941 mostrou que o Pacto Germano-Soviético não foi capaz de proteger a URSS contra uma invasão alemã por muito tempo. Os soviéticos apostavam no receio dos nazistas de criar duas frentes de combate que dividiriam suas forças. Despreparadas e com armamentos ainda muito inferiores em qualidade e quantidade, as tropas russas não conseguiram parar o avanço do exército alemão até 1942. Os alemães chegaram às portas de Moscou e a URSS tinha perdido boa parte de suas terras agrícolas, de suas minas, de sua capacidade industrial e de transporte. Essa situação parecia desesperada e o cerco de Stalingrado foi visto por muitos como uma das últimas etapas de uma derrota inexorável.

Mas, a União Soviética conseguiu mobilizar todos seus recursos humanos e materiais para desenvolver rapidamente uma indústria militar competitiva nas regiões afastadas da frente do conflito. Novas armas, mais adaptadas para lutar contra o moderno exército nazista foram criadas, como a famosa *Katioucha* (lançador de foguete múltiplo). Os soviéticos conseguiram assim reverter a tendência e Stalingrado se tornou o símbolo da resistência do povo russo. A contra-ofensiva iniciada a partir de novembro de 1942 levou as tropas soviéticas até Berlim em dois de maio de 1945. A URSS tinha participado de forma decisiva à vitória contra a Alemanha nazista e saía da guerra com um imenso prestígio. Ela se tornou, através do seu papel central na derrota da Alemanha nazista, uma das duas superpotências mundial, ao lado dos Estados Unidos da América (EUA), situação consolidada pela aquisição rápida do status de potência nuclear³³. A obtenção de uma das cinco cadeiras permanentes do Conselho de Segurança da ONU materializou esta nova situação.

Antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial a URSS usou sua nova importância para negociar com seus aliados ocidentais (Inglaterra e Estados Unidos)

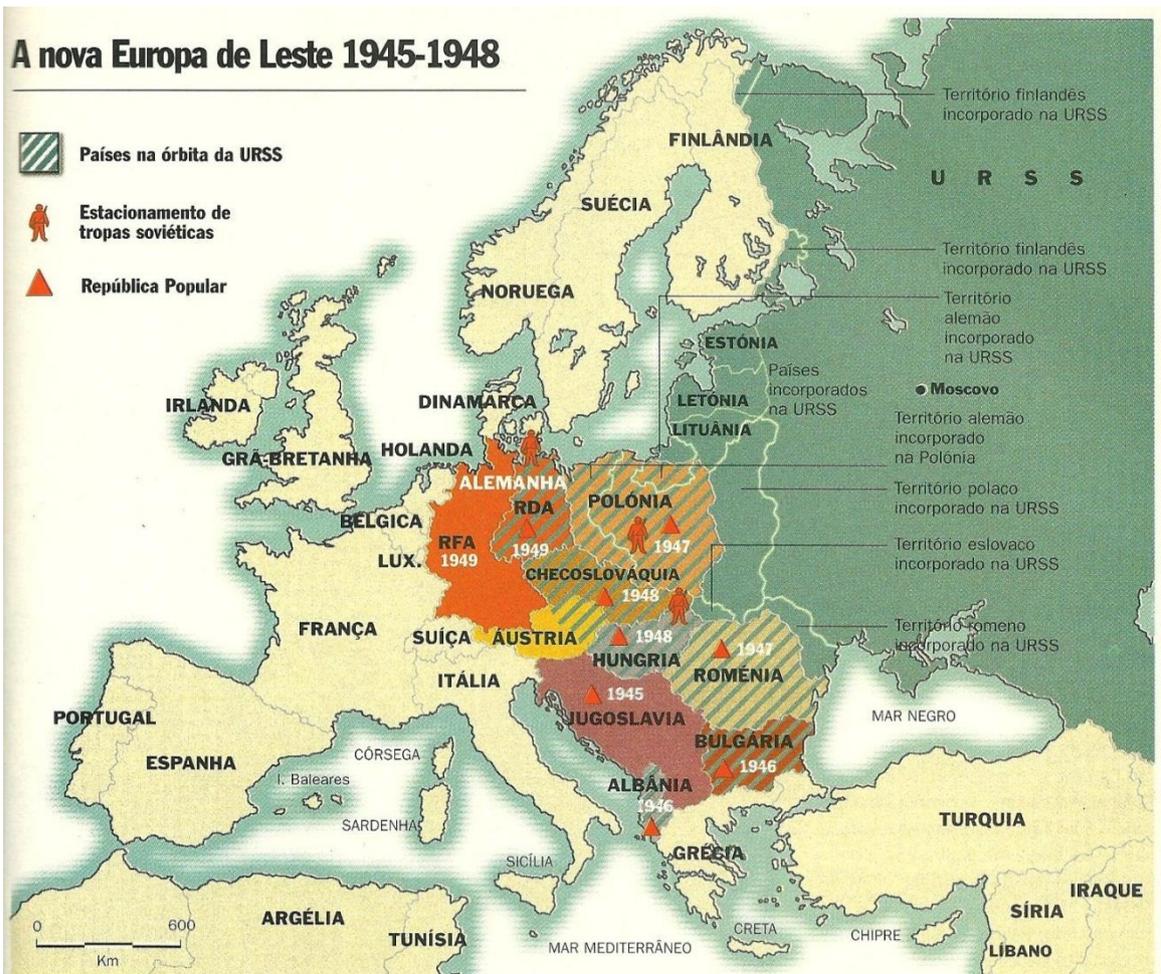
³³ A URSS testou sua primeira bomba atômica em 1949.

uma série de ganhos territoriais e a garantia de poder dispor de uma zona de influência correspondendo aos países da Europa Central e do Leste que ela tinha liberado do jugo nazista. Uma série de conferências (Ialta, Potsdam) garantiu aos soviéticos parte do que eles queriam. Além disso, a Segunda Guerra Mundial permitiu à URSS anexar parte do território da Polônia e da Romênia, os Estados Bálticos e o Sul da Ilha de Sacalina.

I.3.2 A URSS na Guerra Fria: uma superpotência vulnerável.

Além dos territórios incorporados, União Soviética conseguiu, então, criar uma zona de influência considerável na Europa Central do Leste, incluindo a Romênia, a Bulgária, a Albânia, a Iugoslávia, a Polônia, a Checoslováquia, a Hungria e a Alemanha Oriental (ver mapa 5). Ela atingiu seu objetivo substituindo entre 1947 e 1948 o sistema pluralista de partidos vigente na maior parte desses países (tirando a Albânia e a Iugoslávia) por governos pró-soviéticos, controlados pelos partidos comunistas locais.

Mapa 5: A nova zona de influência soviética na Europa Central e do Leste após a Segunda Guerra Mundial.



É interessante observar que os estados satélites do Centro e do Leste Europeu constituíam, também, pela URSS uma zona tampão contra seus inimigos ocidentais. De fato, apesar do expansionismo demonstrado no imediato pós-guerra, a URSS estava vulnerável, dilacerada pela Segunda Guerra Mundial, conservando, então, uma forte preocupação defensiva, herdada de sua gênese conturbada. Ao contrário dos Estados Unidos (tirando a experiência de Pearl Harbor), a União Soviética tinha sofrido conflitos no seu próprio território e temia as consequências de uma guerra que poderia associar todas as potências ocidentais contra ela.

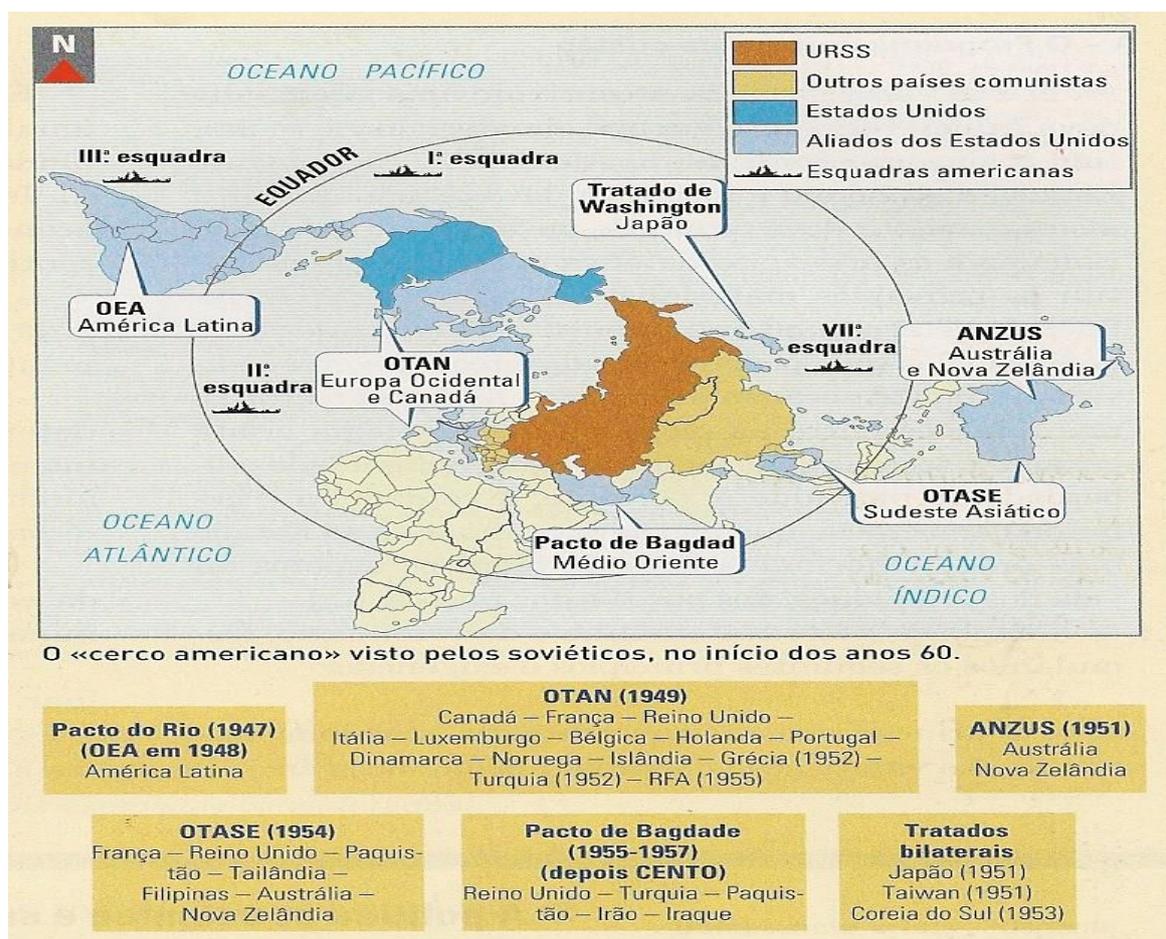
Os Estados Unidos, que lideravam o campo capitalista, reagiram à criação dos estados satélites pela URSS na Europa Central e do Leste com uma série de iniciativas destinadas a conter o avanço soviético. Assim, a Doutrina Truman foi formulada, prometendo assistência americana a qualquer estado ameaçado por uma tomada de poder comunista. Ela fazia parte de uma estratégia de *containment*, imaginada por especialistas como George Kennan, que estavam prontos a tudo para impedir o

crescimento da influência soviética no sistema mundial. A ideia de *containment* tinha sido antecipada por Spykman. Como escreve Fiori (2011):

“Nicholas Spykman (1893-1943), o geopolítico que mais influenciou a estratégia internacional dos EUA na segunda metade do século XX [...] desenvolve e muda um pouco a teoria de Mackinder, mas chega quase às mesmas conclusões e propostas estratégicas. Para conquistar e manter o poder mundial, depois da Segunda Guerra, Spykman recomenda que os EUA ocupem o “anel” que cerca a Rússia, do Báltico até a China, aliando-se com a Grã Bretanha e a França, na Europa, e com a China, na Ásia”.

Essa estratégia de *containment* se materializou por um verdadeiro cerco desenvolvido pelos Estados Unidos através de alianças com países em volta da área de controle soviética, que seja na Europa, no Oriente Médio ou na Ásia (ver mapa 6).

Mapa 6: O cerco americano durante a Guerra Fria.



Em 1947, os americanos concebiam o Plano Marshall para ajudar à reconstrução dos países atingidos pela guerra. Era, também, uma forma pelos Estados Unidos de assegurar sua influência nas regiões beneficiadas. Os Estados Unidos formularam como exigência que os países que querendo beneficiar do Plano Marshall tenham uma

democracia multipartidária para poder beneficiar. Era obviamente uma forma de afastar os países comunistas. A URSS não podia, então, aceitar as condições que os Estados Unidos queriam impor aos países participantes. Stalin temia ainda por cima que a cooperação econômica entre os países do bloco comunista e as nações ocidentais possa levar a uma perda de controle da URSS sobre seus satélites. A URSS se recusou, então, a participar do Plano Marshall e obrigou seus estados satélites a adotar sua posição. Aliás, Stalin afirmou o seguinte: “the only aim of Marshall Plan was to isolate the USSR” (Stalin em Fetjö, 2000, p. 185).

Os Estados Unidos usaram, também, sua potência econômica para ajudar países em outras áreas e garantir, assim, sua influência geopolítica neles (Coreia do Sul, Turquia, Formosa,...). Trata-se do chamado ‘desenvolvimento a convite’ que pode ser definido da seguinte forma:

“podemos caracterizar como “desenvolvimento à convite” a estratégia americana de não apenas permitir como também em vários casos promover deliberadamente o desenvolvimento econômico dos países aliados nas regiões de maior importância estratégica para o conflito com a URSS” (Medeiros & Serrano, 1999).

A União Soviética criou o *Kominform* em 1947 para coordenar as atividades dos estados pertencentes a sua zona de influência. Em 1949, a criação da OTAN pelos Estados Unidos e do CAEM³⁴ pela União Soviética confirmava ainda mais a bipolarização do sistema mundial. Uma “cortina de ferro”³⁵ estava separando a Europa em dois blocos antagonistas, com os estados pró-americanos no Oeste e os estados pró-soviéticos no Leste. A Guerra Fria tinha começado. De um ponto de vista geopolítico, usando as categorias de Mackinder, Brzezinski (1986, p. 12) observa que a Guerra Fria apresenta as características da rivalidade entre “continentalismo” e “oceanismo”:

“It was still the legatee of the old, traditional, and certainly geopolitical clash between the great oceanic powers and the dominant land powers. The United States was in this sense the successor to Great Britain (and earlier, Spain or Holland) and the Soviet Union to Nazi Germany (and earlier, Imperial Germany or Napoleonic France)”.

Uma das características da Guerra Fria é que nunca houve uma confrontação direta entre a União Soviética e os Estados Unidos. A URSS tinha se dotado da bomba

³⁴ O CAEM (Conselho para Assistência Mútua) era uma organização internacional criada pela URSS para a integração econômica dos países do bloco comunista.

³⁵ Expressão forjada por Churchill e utilizada pela primeira vez no seu discurso de Fulton em 5 de março de 1946.

atômica em 1949. Um eventual conflito entre as duas superpotências nucleares poderia ter consequências tão devastadoras que o conflito direto entre elas era dificilmente concebível.

A luta entre as duas superpotências se deu, então, no território de outros países. Por exemplo, na Guerra da Coreia, entre 1950 e 1953, os soviéticos forneceram aviões e pilotos aos Norte Coreanos para lutar contra os sul-coreanos que se beneficiavam, por sua vez, do apoio americano através de um mandato da ONU. Mais tarde, na África, o mesmo tipo de esquema ia se reproduzir em vários países.

Um elemento essencial na evolução da Guerra Fria foi a multiplicação das dissensões dentro do próprio bloco comunista. A URSS pretendia exercer um controle total sobre os países da sua zona de influência no Centro e no Leste da Europa. Assim, o caso da ruptura com a Iugoslávia de Tito em 1947 aparece exemplar. Essa ruptura deve ser atribuída à insistência de Tito em perseguir planos expansionistas nos Bálcãs apesar das consequências negativas que esse projeto poderia ter sobre a estabilidade da região e, portanto, a segurança da URSS. O cisma entre Belgrado e Moscou não foi, então, uma iniciativa de Tito para afirmar sua originalidade. Foi, pelo contrário, uma decisão tomada por Stalin e a URSS de forma unilateral para se proteger das ambições potencialmente desestabilizadoras da Iugoslávia titista no contexto de tensão da Guerra Fria. A União Soviética não queria ser arrastada num conflito inútil e Stalin temia um efeito de contágio nos países vizinhos. Stalin simplesmente mantinha a estratégia defensiva tradicional da URSS. As razões e as consequências da ruptura entre a URSS stalinista e a Iugoslávia titista são estudadas detalhadamente no anexo a este capítulo.

A morte de Stalin em 1953 e a chegada de Khrushchov ao poder ampliaram o fenômeno das crises dentro do próprio bloco comunista. De fato, Khrushchov denunciou oficialmente a ação de Stalin num discurso durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956. Essa denuncia teve um efeito desastroso sobre o controle exercido pela URSS no bloco comunista porque contribuiu para desacreditar o poder soviético. Difundiu-se nos países do bloco comunista a ideia que eles poderiam escolher sua própria via em direção do socialismo, tal como já tinha feito a Iugoslávia. Essa perda de legitimidade da URSS se materializou em outubro de 1956 com a tentativa de reforma democratizante de Gomulka na Polônia, seguida da Insurreição de Budapeste no mesmo ano. Essas duas manifestações de independência em estados satélites foram duramente reprimidas pelos soviéticos que mandaram tropas para

reafirmar seu controle. Mas, a frustração nascida desta repressão ia ter uma grande repercussão em toda a Europa Central e do Leste, anunciando as tentativas de reforma e as revoltas anti-soviéticas de 1968.

A atuação da União Soviética na crise de Suez em 1956, pelo contrário, foi geralmente vista de forma bem mais positiva. De fato, a URSS protegeu a nacionalização do canal de Suez por Nasser contra a intervenção conjunta da Inglaterra, da França e de Israel. Com essa intervenção, a União Soviética ganhou um grande prestígio nos países do Terceiro Mundo e no mundo árabe em particular.

Entretanto, Khrushchov e a URSS não conseguiram administrar tão bem sua relação com a China, o outro grande país comunista da época. Stalin na época da revolução chinesa não tinha acreditado numa possível vitória dos comunistas locais. Mas, depois da vitória dos comunistas chineses liderados por Mao Tsé-Tung em 1949, a URSS se aliou à China. Essa aliança foi acompanhada por uma forte ajuda econômica soviética para o esforço de industrialização da China, inclusive com transferência tecnológica e a formação de cerca de 30 000 técnicos chineses na URSS. A China tinha adotado o modelo econômico e organizacional soviético com bastante sucesso, conseguindo uma industrialização rápida até o final dos anos 1950.

Mas, os comunistas chineses e Mao Tsé-Tung em particular não aceitavam de se subordinar à União Soviética. A China queria, na verdade, liderar a Revolução mundial e não concordava com a opção da URSS para “o socialismo num só país”, julgando esta posição em contradição com os objetivos universais do comunismo, além de desprezar o pragmatismo soviético. Os soviéticos, pelo contrário, temiam o ‘messianismo comunista’ da China e não queriam ser arrastados para conflitos indesejáveis em áreas longínquas e de importância geopolítica limitada para a URSS. Eles queriam ainda menos que a China desestabilizasse áreas próximas ao território soviético³⁶. A Guerra

³⁶ A questão das relações sino-soviéticas é bastante controversa e muitos autores (Brzezinski, 1977; Fiori, 2013) não compartilham nossa análise e defendem a visão de uma China defensiva frente à ameaça soviética. Fiori (2013) escreve assim que “o grande salto capitalista” da China começou no final da década de 50, com a ruptura entre o comunismo chinês e o soviético. Uma ruptura ideológica que se transformou numa disputa de fronteira, durante toda a década de 60, culminando com o conflito militar do Rio Ussuri, em 1969. A partir daí, a URSS aumentou geometricamente sua força militar junto à fronteira chinesa, e a China respondeu ao cerco russo, com seus primeiro teste nuclear, em 1964, e com o lançamento do seu primeiro foguete balístico, em 1966. O sentimento de ameaça e insegurança crescente, levou Mao Tse Tung a convocar de volta, em 1969, um grupo quatro marechais do Exército de Libertação Popular, que haviam sido expurgados pela Revolução Cultural – Chen Yi, Nie Rongzhen, Xu Xiangqian e Ye

da Coreia fornece um bom exemplo destas divergências. Ela foi fomentada pela China comunista, que arrastou para este conflito uma URSS pouco entusiasta com esta ideia.

As posições chinesas e soviéticas se tornaram, então, rapidamente irreconciliáveis. Neste sentido, a China provocou a ruptura da aliança com a URSS em 1960. Esta situação é bem resumida por Engerman (2009, p. 420-421):

“Not all crises between East and West were initiated by one or another superpower. The Taiwan Straits crisis of 1958 demonstrates the complexity of bipolar conflict. [...] The existence of Taiwan was a sign that Mao’s victory was not complete, and he frequently sought to enlist Khrushchev in ending the *de facto* division of China. Mao had discussed with Soviet officials his desire to start a military operation against the Nationalists, but met a distinct lack of Soviet enthusiasm. Khrushchev was seeking ways to reduce superpower tensions, to establish some kind of *modus operandi* for the cold war. Mao’s interest in escalating the crisis was, on the one hand, related to a desire to solve a lingering local problem. But the Straits crisis, over ten tiny islands, revealed the revolutionary fervor of Mao’s China compared to Khrushchev’s less confrontational attitude. The years after the Straits the cold war crisis saw increasing Sino-Soviet tensions: the end of Soviet assistance in 1960 and even occasional border skirmishes. Ideological exhortations from China exerted a radicalizing pressure on Soviet foreign policy, especially in the early 1960s. This ideological pressure was evident in the Third World, especially in the two regions that would define the cold war in the 1960s: Cuba and Indochina” (Engerman, 2009, p. 420-421).

A ruptura sino-soviética ia ganhar um significado suplementar quando a China se aproximaria dos Estados Unidos no início dos anos 70, isolando ainda mais o bloco soviético.

Um grande erro geopolítico de Khrushchov foi o episódio conhecido como Crise dos Mísseis em 1962. Em represália à fracassada tentativa de desembarque da Baía dos Porcos e à instalação pelos EUA de mísseis nucleares na Itália e na Turquia em 1961, Khrushchov decidiu posicionar mísseis nucleares em Cuba. A proximidade de Cuba com o território americano levou os EUA a considerar a iniciativa soviética como uma declaração de guerra. Aliás, um conflito entre os EUA e a URSS foi evitado por pouco, graças ao recuo dos soviéticos que retiraram os mísseis de Cuba. A insensatez de

Jianying – com a tarefa de apresentar um mapa das opções estratégicas da China, frente aos desafios criados pela ruptura do bloco comunista. O diagnóstico da alta comissão militar foi terminante, e suas propostas mudaram a história da política externa chinesa. A URSS era definida como a principal ameaça à segurança chinesa, e deveria ser contida através de uma política militar de “defesa ativa”, e de uma estratégia política-diplomática “ofensiva”, de reaproximação com os EUA”.

Khrushchov foi contrabalanceada pelo pragmatismo dos outros dirigentes do PCUS que mandaram retirar os mísseis. A iniciativa irracional de Khrushchov quase despertou uma guerra mundial³⁷ e abalou profundamente a imagem internacional da União Soviética.

O balanço da liderança de Khrushchov em termos de projeção internacional da União Soviética, apesar do seu papel positivo na resolução da crise de Suez em 1956, foi, então, péssimo. Khrushchov conseguiu abalar bastante o prestígio da URSS. Esse fracasso foi decisivo, ao lado de reformas internas malsucedidas, para selar o destino de Khrushchov, que foi expulso de suas funções em 1964 (Du Quenoy, 2003, p. 341-42). A União Soviética perdeu muita atratividade neste período e o forte crescimento do movimento dos não-alinhados oferece uma prova disso.

A chegada de Brejnev ao poder em 1964 marcou a volta de uma política externa soviética mais pragmática, preocupada pela vulnerabilidade da situação geopolítica da URSS. Uma estratégia externa mais conciliadora foi adotada. Brejnev tinha justamente sido escolhido por encarnar a ala mais pragmática do PCUS que tinha uma visão muito negativa da atuação de Khrushchov.

O início do período Brejnev (1964-1982) coincidiu com a repressão dura da chamada “Primavera de Praga” em 1968. A intervenção soviética na Checoslováquia foi muito mal percebida no mundo, até pela esquerda. A URSS perdeu bastante poder de atração com esse episódio. Mas, a repressão do regime reformador checoslovaco era bastante lógica na perspectiva soviética de preservação de sua influência nos países do Pacto de Varsóvia. A política de subordinação dos governos socialistas dos países satélites aos interesses do bloco comunista ficou conhecida como “Doutrina Brejnev”. A “Doutrina Brejnev” ia ser usada mais tarde para justificar a intervenção soviética no Afeganistão.

Isso não impediu a Alemanha Ocidental de se aproximar da URSS no início dos anos a partir de 1969, com a *Ostpolitik*. A *Ostpolitik* corresponde a uma ruptura com a estratégia tradicional de afastamento da República Democrática Alemã e da URSS promovida pela CDU entre 1949 e 1969. A *Ostpolitik* é associada à figura de Willy Brandt, líder do SPD e chanceler da República Federal da Alemanha entre 1969 e 1974,

³⁷ Vale observar que a Crise dos Mísseis levou a URSS e os EUA a iniciar discussões sobre a questão da gestão dos arsenais nucleares, levando à assinatura do Tratado de Não Proliferação em 1968, cujo valor foi mais simbólico do que efetivo.

que era favorável a uma normalização das relações do seu país com o bloco socialista. A legitimidade da Alemanha Oriental foi reconhecida e uma série de acordos diplomáticos foi concluída com a União Soviética (Pittman, 1992). Ademais, houve um acordo decisivo entre a Alemanha Ocidental e a União Soviética, assinado em 1970 e que abriu verdadeiramente o caminho para a atual dependência energética europeia. Em troca de um empréstimo³⁸ e da entrega de tubos para a construção do gasoduto por parte da Alemanha Ocidental, a URSS se comprometia a entregar gás para seus parceiros alemães. A Alemanha se tornou assim financiadora da União Soviética, o que ele permanece com a Rússia atual. Os gasodutos viraram, então, um elemento pacificador do continente europeu na medida em que os países da Europa Oriental ficaram cada vez mais dependentes em relação ao gás soviético.

A substituição de Willy Brandt por Helmut Schmidt (também membro do SPD) na chancelaria alemã em 1974 marcou uma certa estagnação na *Ostpolitik*, apesar da clara vontade de continuidade manifestada por Brejnev. Como escreve Ménudier (citado em Pittman, 1992, p. 134):

“The policy towards the East has lost the priority character which it had under the Brandt governments: Mr Helmut Schmidt often gives the impression that foreign policy amounts essentially to action by the Government in the field of energy and of economics”.

Mas, apesar desta desaceleração, a *Ostpolitik* continuou sendo praticada pelos sucessores de Willy Brandt, inclusive pelo chanceler CDU Helmut Kohl (1982-1998), com uma notável aceleração depois da chegada ao poder de Gorbachov (Pittman, 1992, p. 157-158).

Frente aos problemas de abastecimento em produtos alimentares e às necessidades não satisfeitas em bens de consumo, tecnologia e bens de capital, a União Soviética resolveu mudar sua inserção comercial e exportar grandes volumes de petróleo a partir do início dos anos 70, quando o preço do petróleo conhece uma alta sem precedente. Os campos petrolíferos da Sibéria, descobertos no final dos anos 60 começaram a ser explorados. Os dirigentes russos decidiram uma reorientação da política energética do país, na direção de uma substituição parcial do petróleo pelo gás na indústria, nas centrais térmicas e na calefação, para reservar mais petróleo para aumentar suas exportações na direção dos países ocidentais. Era uma inserção externa

³⁸ O empréstimo era de 1,2 bilhões de marcos, um número colossal para a época.

parecida com os países em desenvolvimento, baseada na exportação de commodities e na importação de certas tecnologias (máquinas e informática especialmente). Desta forma, houve o abandono de uma política de exportação de bens a alto conteúdo tecnológico (tirando as armas), apesar do alto potencial científico soviético. Criou-se uma vulnerabilidade externa que permanece na Rússia de hoje (Gaidar, 2007). Essa escolha foi, então, muito problemática do ponto de vista geopolítico porque ela viabilizou uma dependência cada vez maior do país em relação às importações de produtos agrícolas, de bens de consumo e de componentes tecnológicos. Ora, na sua posição de superpotência antagônica aos Estados Unidos, o abandono da soberania na área tecnológica e alimentar era certamente um grande erro. Além disso, as exportações de petróleo são sujeitas à volatilidade dos preços internacionais, o que foi confirmado nos anos 80, quando eles caíram dramaticamente, participando de uma degradação maior ainda da economia soviética (ver capítulo II para maiores detalhes).

Brejnev tentou parar a corrida armamentista com os Estados Unidos, através da estratégia de *détente* nos anos 70. Depois do Tratado de Não proliferação em 1968, que não foi efetivo, o primeiro esforço para limitar os estoques de armas nucleares foi realizado em 1971 com a assinatura dos acordos SALT I (Strategic Arms Limitation Talks).

Mas, a saída de Nixon, que tinha, também, iniciado o movimento de aproximação dos Estados Unidos com a China, comprometeu a *détente*. O novo presidente americano, Jimmy Carter, aconselhado por personalidades como Zbigniew Brzezinski, estava bem menos favorável ao apaziguamento das relações com a URSS do que seu predecessor.

O golpe fatal para a *détente* foi a invasão do Afeganistão pela URSS em 1979. A intervenção russa no Afeganistão pode parecer irracional, visto a vulnerabilidade da URSS, mas, não se deve esquecer que o território afegão estava na fronteira soviética. Os soviéticos temiam o efeito de contágio que uma revolução islamista poderia ter sobre sua população na Ásia Central e no Cáucaso. Esse temor não era sem fundamento, sendo que os americanos incentivavam a tomada do poder no Afeganistão pelos islamistas, querendo assim desestabilizar a URSS, criando um foco fundamentalista na sua fronteira.

As tropas soviéticas não conseguiram vencer os *mudjahidines* afegãos que recebiam armas e financiamento dos Estados Unidos. Andropov, já em 1982, queria

retirar as tropas soviéticas do Afeganistão, mas, a persistência dos Estados Unidos na sua estratégia de instalar um regime islamista neste país fez com que a URSS não tenha como sair do conflito, por medo da presença dos Talibãs na sua fronteira.

As consequências da Guerra do Afeganistão para a potência soviética foram dramáticas. A intervenção soviética no Afeganistão foi uma catástrofe pela imagem do exército Vermelho, um dos dois pilares da URSS, junto com o Partido Comunista. O conflito afegão custou muito dinheiro ao país, que já estava enfrentando uma estagnação econômica desde o início dos anos 70.

Além disso, os Estados Unidos usaram o pretexto do Afeganistão para restringir consideravelmente suas exportações em direção da União Soviética. Ora, a União Soviética sofria de uma dependência externa forte, que não parava de crescer desde o início dos anos 70, alimentada pelas exportações de petróleo e de gás, principalmente. Era, também, uma boa oportunidade para tentar frear a geopolítica do gás inaugurada pelos soviéticos nos anos 70. Os Estados Unidos fizeram assim de tudo para impedir a crescente dependência energética dos países da Europa Ocidental e particularmente da Alemanha Ocidental, país-chave no contexto da Guerra Fria. Eles obrigaram os membros europeus da OTAN, particularmente a Alemanha, a limitar tanto suas exportações de máquinas e equipamentos para o setor gasífero quanto suas próprias importações de gás (Schweizer, 1994). Mas, os esforços dos Estados Unidos não foram totalmente coroados de sucesso e a participação do gás russo na matriz energética europeia não parou de aumentar.

Os Estados Unidos continuaram seu plano de desestabilização da posição geopolítica soviética com o anúncio pelo presidente americano Ronald Reagan de programas de armamento muito ambiciosos (Iniciativa de Defesa Estratégica) a partir de 1981. Essa decisão dos Estados Unidos tinha como claro objetivo de obrigar a URSS a participar de uma corrida armamentista e tecnológica que ela não estava mais capaz de enfrentar.

As pressões americanas, também, se exerceram através do apoio dado aos movimentos anti-comunistas e anti-soviéticos presentes em alguns países-satélites da Europa Central e Oriental. O caso da Polônia é o mais emblemático. O sindicato *Solidarnosc* (Solidariedade), fundado em 1980 por Lech Walesa e um grupo de dissidentes se opôs frontalmente ao poder comunista local, organizando grandes greves que paralisaram parte da indústria polonesa. Apoiado fortemente pela Igreja Católica e

pelos Estados Unidos, *Solidarnosc* adquiriu rapidamente tanta força que o governo polonês não conseguiu impedir sua consolidação como principal movimento de oposição. O surgimento de uma força opositora como *Solidarnosc* num dos países mais importante do Pacto de Varsóvia sem reação enérgica da URSS comprovou o enfraquecimento do poder de controle soviético sobre seus satélites.

Além disso, o governo americano ampliou nos anos 80 o número de artigos proibidos de serem comercializados com o Leste. Assim, o número de artigos proibidos passou de 125 em 1979 a cerca de 800 no início dos anos 80 (Fernandes,1982), incluindo muitos produtos tecnológicos.

Os Estados Unidos exerceram, também, uma forte pressão sobre seus aliados membros da OPEP (em particular a Arábia Saudita) para aumentar a produção e a exportação de petróleo a fim de provocar uma queda dos preços internacionais. Essa estratégia funcionou e os dos preços internacionais do petróleo começaram a cair a partir de 1985. Essa situação foi logicamente acompanhada de uma queda forte do valor das exportações soviéticas para os países da OCDE, o que explica por parte a desaceleração do crescimento do consumo e o aprofundamento dos problemas econômicos constatado nesse período, o que fragilizou ainda mais a estabilidade da URSS.

A inserção externa realizada a partir da exportação de petróleo provocou, também, a uma exploração excessiva dos campos petrolíferos, com a consequência de uma estagnação da produção de petróleo nos anos 80, apesar dos investimentos consideráveis realizados no setor.

I.3.3 A Perestroika: o fim de uma superpotência

A chegada ao poder de Gorbachev em 1985 foi o início da fase terminal da vida da URSS. Ele tentou implementar um conjunto de reformas para liberalizar e modernizar o sistema soviético, então em crise. Gorbachev abriu mão do uso potencial das armas estratégicas soviéticas, sem pedir nenhuma contrapartida para os Estados Unidos, através de várias decisões unilaterais como o uma moratória sobre os testes nuclear anunciada em 1985 apenas alguns meses de sua chegada ao poder. A assinatura do Tratado INF (Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty) entre a URSS e os Estados

Unidos em 1987, prevendo a eliminação dos mísseis balísticos e de cruzeiro de médio alcance, aparece, neste contexto, como uma compensação limitada por parte dos Estados Unidos pela ‘boa vontade’ soviética neste período final. O objetivo de Gorbachev, ao realizar essas concessões, era supostamente cortar uma parte do gasto militar e usar esses recursos para reformar a economia do país e ajudar a resolver a crise que estava atravessando.

Gorbachev renunciou, também, oficialmente à doutrina Brejnev num discurso pronunciado na Assembleia das Nações Unidas em 7 de dezembro de 1988, quando ele afirmou o seguinte:

“A liberdade é um princípio universal. Não devem existir exceções” (Gorbachev em Judt, 2008, p. 601)

Esse pronunciamento de Gorbachev constituía assim um sinal claro que a URSS não ia intervir nem nos Estados-satélites do Centro e do Leste Europa caso eles se desvinculassem do comunismo e até de sua aliança com a União Soviética. Outro sinal de boa vontade em direção ao Ocidente foi a busca de uma saída do conflito afegã desde início de 1986, que se concretizou pela retirada total das tropas soviéticas em 1989.

O problema foi que as sucessivas reformas de Gorbachev no âmbito da *Perestroika* acabaram desorganizando todo o sistema econômico da URSS. Além disso, os movimentos nacionalistas nas Repúblicas Soviéticas, já presentes desde os anos 70, se ampliaram graças ao incentivo dado por políticos ambiciosos, na sua grande maioria quadros do Partido Comunista da União Soviética. Boris Iéltsin, primeiro presidente da Federação de Rússia é um perfeito exemplo. As dificuldades econômicas aliadas a essas tensões nacionalistas conduziram ao fim da União Soviética que foi oficializado em dezembro de 1991. Depois de 74 anos de existência, a União Soviética, a única potência capaz de competir com os Estados Unidos pela supremacia mundial, parava de existir. Outra vez na sua história a Rússia tinha conhecido o auge do poder e depois a decadência.

I.4 Observações finais.

A expansão territorial da Rússia entre o século XVIII e o século XIX foi acompanhada da conquista do status de grande potência no sistema mundial. Mas, ao

tornar-se um país gigante abrangendo algumas das áreas mais estratégicas do mundo, a Rússia foi percebida pelas outras potências como uma ameaça. A partir da Guerra da Criméia, o território russo foi sempre contestado, situação que se manteve durante o período soviético. As várias coalizões que se opuseram à Rússia ao longo de sua história demonstram isso. Uma série de características intrínsecas do território russo (gigantismo, clima, ausência de barreiras naturais físicas, dificuldade de acesso aos ‘mares quentes’...), junto com a hostilidade das outras potências, fizeram com que a Rússia tenha sempre sido um ator central e ao mesmo tempo vulnerável do sistema mundial.

Essa vulnerabilidade que caracterizou a posição geopolítica tanto da Rússia quanto da União Soviética teve consequências profundas sobre o tipo de inserção econômica externa escolhida, principalmente no caso da URSS. Como será mostrado no capítulo II, o isolamento internacional da União Soviética contribuiu fortemente para configurar o modelo econômico seguido pelo país.

I.5 Estudo de caso: as relação entre a União Soviética e a Iugoslávia no contexto dos primeiros anos da Guerra Fria

A República Popular Federativa da Iugoslávia foi proclamada em 29 de novembro de 1945. O Partido Comunista iugoslavo, ao contrário do que aconteceu nos outros países do Centro e do Leste europeu, conseguiu ascender ao poder por conta própria, sem depender de uma coalizão local ou do apoio da URSS. Esse elemento é essencial para entender a trajetória original que seguirá a Iugoslávia sob a liderança de Tito.

A Iugoslávia “titista” se distinguiu bastante dos outros países socialistas europeus sob vários aspectos após 1948. Tito pretendia criar uma ‘Federação Balcânica’ comunista associando seu país à Albânia, à Bulgária e a uma parte da Grécia. Esse projeto expansionista iugoslavo não era acolhido com muito entusiasmo pela URSS. Mas, o elemento que contribuiu mais para distanciar a Iugoslávia da União Soviética foi a ajuda que Tito pretendia dar aos comunistas gregos na sua luta para conquistar o poder. A Grécia, segundo a partilha da Europa decidida com os Aliados, pertencia à esfera de influência americano-inglesa. Ora, Stalin, consciente da grande

vulnerabilidade da URSS após a Segunda Guerra Mundial, não pretendia criar um *casus belli* com seus ex-aliados na Grécia. A insistência de Tito em carregar seus projetos expansionistas envolvendo a Grécia fez com que a União Soviética rompesse suas relações com a Iugoslávia em 1948. Paradoxalmente, a Iugoslávia foi castigada por um excesso de expansionismo comunista, mas, que ameaçava a segurança da URSS. Até então, a Iugoslávia tinha sido fiel seguidora do modelo soviético, tanto do ponto de vista social quanto econômico ou político. Entretanto, o afastamento do bloco soviético tornou necessária a invenção de um novo modelo.

Neste sentido, o sistema original de inserção geopolítica e de organização social e econômica desenvolvido por Tito na Iugoslávia após a ruptura com a URSS tem origens geopolíticas. Ele foi uma resposta ao isolacionismo que ameaçava a Iugoslávia.

Este artigo estuda a gênese do modelo “titista”, desde a ortodoxia soviética do imediato pós-guerra até 1965, quando a segunda fase da implementação do modelo de autogestão começa. Na primeira parte, serão apresentadas as características do regime iugoslavo entre 1945 e 1949, período no qual foram seguidos os princípios soviéticos. Numa segunda parte, será analisada a ruptura entre a Iugoslávia e a URSS, suas origens e suas consequências. Numa terceira e última parte, será examinado o nascimento do modelo original “titista” e seu desenvolvimento até 1965.

I.5.1 A aplicação do modelo soviético (1945-1949).

A vitória esmagadora da Frente Popular nas eleições de 1945 garantiu aos comunistas iugoslavos um controle total sobre o processo político. O Partido Comunista da Iugoslávia exercia um controle *de facto* sobre a maior parte das instituições do país. Uma depuração dos elementos não comunistas foi realizada nos setores-chaves da sociedade. Da mesma forma, os oponentes foram neutralizados. Os *Chestniks* e os *Ustaše* foram perseguidos e executados, ação apoiada pela população dado que esses grupos tinham cometido muitas atrocidades durante a guerra. A legitimidade de Tito, que havia derrotado o fascismo e salvado a independência do país, era total.

Os comunistas iugoslavos, de 1945 a 1948, tinham como referência o modelo soviético. Milovan Djilas, número 2 do regime “titista” entre 1945 e 1954 e futuro ideólogo da autogestão escreveu assim: “todos nós tínhamos o espírito voltado para [a URSS]. E todos teríamos mantido a nossa dedicação” (Judt, 2008, p. 154). Grande admirador do modelo soviético, Tito tentou, então, criar um estado inspirado na URSS

para a Iugoslávia até que a ruptura com Moscou o obrigou a mudar seus planos. Para isso, ele teve que reformar profundamente tanto as instituições quanto a economia do país imprimindo, também, nova direção à inserção internacional iugoslava.

As reformas institucionais.

A Constituição iugoslava promulgada em 31 de janeiro de 1946 era uma imitação da constituição soviética de 1936 (Krulic, 1993, p. 43). Como a União soviética, a Iugoslávia era um estado multinacional. O censo de 1946 mostra que a população de 15,7 milhões de habitantes do país estava dividida entre 6,5 milhões de sérvios, 3,8 milhões de croatas, 1,4 milhões de eslovenos, 800 mil muçulmanos (a maior parte da Bósnia), 800 mil macedônios, 750 mil albaneses, 496 mil húngaros, 400 mil montenegrinos, 100 mil valáquios, além de minorias búlgaras, tchecas, alemãs, italianas, romenas,... (Judt, 2008, p. 186). A Constituição iugoslava de 1946 proclamou a igualdade de todos os povos constituindo a Iugoslávia³⁹, que se tornou um estado federativo, no molde soviético, com seis repúblicas constituintes (Sérvia, Eslovênia, Macedônia, Bósnia, Montenegro e Croácia) que tinham o direito de se separar da Federação caso sua população assim quisesse. Malgrado o federalismo multinacional *de jure*, o poder real das repúblicas era muito restrito. Além do mais, a possibilidade de optar pela separação seria cancelada por Tito em 1953, para assegurar a “iugoslavização” da população do país e abafar eventuais movimentos separatistas.

Tito estava consciente da dificuldade de reunir num mesmo país tantas nacionalidades, cada uma com sua identidade religiosa, cultural e histórica. Além disso, o nível de desenvolvimento econômico da Iugoslávia era extremamente desigual de uma república a outra. Essa situação contribuía a alimentar ainda mais as frustrações e as aspirações nacionalistas. As ambiciosas reformas econômicas empreendidas a partir de 1945 não permitiram resolver esse problema.

As reformas econômicas e agrícolas.

³⁹ Artigo 1 da Constituição de 1953 : “A República Federativa Popular da Iugoslávia é um Estado federal socialista democrático constituído de povos soberanos e iguais em direito” (Castellan, 1960).

Ao sair da Segunda Guerra Mundial, a Iugoslávia considerando todas as repúblicas que a constituíam, era um dos países menos desenvolvidos da Europa, com mais de 77% de população rural (Hoffman, 1967). As destruições da guerra foram consideráveis e atingiram muito o setor produtivo. Assim, o índice de produção industrial global em 1945 só representava 35% do nível atingido antes da guerra, em 1939, e entre um milhão e 1,7 milhões de pessoas morreram durante o conflito, segundo as estimativas⁴⁰ (Krulic, 1993, p. 61). Nesse contexto, a reconstrução do país e de sua economia era uma necessidade e um desafio enorme para Tito. Como na área política e institucional, as grandes reformas econômicas feitas na Iugoslávia foram inspiradas pelo modelo soviético. A nacionalização da indústria, dos bancos, dos seguros e dos transportes foi rapidamente realizada. Muitos imóveis foram confiscados⁴¹ e redistribuídos para a população.

O planejamento centralizado, inspirado na URSS, foi implementado. Como na União Soviética, a ênfase seria dada à indústria pesada. Além disso, a Iugoslávia precisava desenvolver suas infraestruturas, já insuficientes em 1939, e que tinham sido bastante atingidas pela guerra. Reflexo dessas prioridades, o primeiro plano quinquenal (1947-1951) enfatizou a industrialização (indústria pesada), a reconstrução e a extensão da rede de transporte (estradas de ferro principalmente) e a eletrificação do país.

A Iugoslávia recebeu ajuda externa para se reconstruir. “A Administração das Nações Unidas para Auxílio e Restabelecimento (ANUAR) destinou mais recursos (415 milhões de dólares) à Iugoslávia do que a qualquer outra região da Europa, sendo que 72% dos recursos provinham dos EUA” (Judt, 2008, p. 153). Mas, a proposta de inclusão no Plano Marshall foi rejeitada pela Iugoslávia em junho de 1947 (Benson, 2004, p. 90). Por sua parte, a União Soviética forneceu ajuda técnica para modernizar e ampliar o parque industrial iugoslavo. Numerosas sociedades mistas soviético-iugoslavas, baseadas na transferência de tecnologia e na garantia de compras de uma parte da produção pela URSS foram criadas. A ajuda da URSS tinha o duplo objetivo de permitir à Iugoslávia de se reerguer e de criar uma dependência forte da economia iugoslava em relação à soviética. Por isso, os planos de industrialização autônoma,

⁴⁰ Em 1939, a população da Iugoslávia era de 15,6 milhões de pessoas. Krulic (1994, p. 37) estima que houve um milhão de mortos durante a Segunda Guerra Mundial, enquanto Bozic (1974, p. 670) avança o número de 1,7 milhões.

⁴¹ Todos os bens das pessoas que se comprometeram com os ocupantes foram confiscados, assim como os imóveis de um tamanho julgado excessivo pelo número de pessoas que os ocupavam.

voluntarista e rápida lançados pela Iugoslávia não eram muito bem vistos por Moscou. Stalin não queria que a Iugoslávia construísse uma economia forte e autocrata, que poderia dar ao país uma autonomia na indústria de armas.

No setor agrícola, as reformas implementadas foram menos polêmicas do ponto de vista soviético, ainda que tenham gerado mudanças de grande amplitude. A população rural representava cerca de três quartos da população total iugoslava e constituía um apoio essencial à sustentação do regime de Tito. Para não perder o apoio de um mundo rural cuja contribuição foi essencial para a reconquista do país, os dirigentes iugoslavos descartaram uma coletivização forçada das terras tal como tinha acontecido na União Soviética depois da NEP.

Por essa razão, a reforma agrária realizada a partir de 1945 foi prudente. Ela consistiu em nacionalizar as fazendas de mais de 25 hectares, e a Constituição de 1946 afirmou que os proprietários da terra deviam ser as pessoas que a cultivavam, além de proibir a venda ou a hipoteca das terras redistribuídas pelo Estado (Benson, 2004, p. 90). As terras nacionalizadas por meio da reforma agrária e as terras confiscadas das minorias expulsas⁴², das igrejas ou dos colaboradores durante a ocupação serviram para criar um fundo agrário. Esse fundo permitiu tanto a criação de fazendas coletivas, sob a forma de cooperativas de trabalho chamadas *Zadrugas* quanto a distribuição de terras para os agricultores pobres. A opção por cooperativas em vez de fazendas coletivas no molde soviético foi claramente guiada pela ideia de não se alienar a população rural. De forma pragmática, as *Zadrugas* permitiam estabelecer uma forte ligação entre os agricultores e o Estado, sem que eles perdessem a propriedade de suas terras. Na visão dos dirigentes iugoslavos, o Estado poderia, assim, promover gradualmente uma modernização e uma racionalização do campo (Bokovoy, 1998, p. 76-77). O número de *Zadrugas* aumentou rapidamente, passando de 31 no final de 1945 a mais de 1 900 no final de 1948 (Dalmas, 1950, p. 27). Muitos iugoslavos, oriundos das repúblicas e regiões meridionais mais pobres migraram, para o Norte do país, principalmente a Voivodina, que concentrava as minorias alemãs expulsas. Mesmo sendo conduzido de forma cautelosa, o ritmo de coletivização das terras na Iugoslávia colocava o país na vanguarda do bloco comunista no imediato pós-guerra, na medida em que esse processo nem tinha começado na maior parte dos outros Estados-satélites.

⁴² Mais de 450.000 alemães, morando nas regiões setentrionais da Iugoslávia, foram expulsos para a Áustria em 1945 (Bogdan, 1994, p. 391). 150 000 hectares de terras foram confiscados da minoria alemã nesse processo (Krucic, 1993, p.68).

Se em termos econômicos a Iugoslávia seguiu uma certa ortodoxia soviética entre 1945 e 1949, a situação é um pouco diferente quando se trata da inserção internacional do país. Mesmo pertencendo ao bloco soviético, o país adotou uma política externa relativamente original, principalmente no espaço balcânico.

As relações internacionais da Iugoslávia no período soviético.

A Iugoslávia, até a ruptura com a União Soviética em 1948, era claramente identificada, a nível internacional, como um país membro do bloco comunista. No acordo informal concluído durante a conferência de Moscou de 9 de outubro de 1944 entre Churchill e Stalin, que tinha estabelecido a zona de influência de cada país nos Bálcãs, a situação da Iugoslávia não tinha sido claramente definida⁴³. Mas, no plano interno, o papel central desempenhado por Tito e os comunistas na liberação da Iugoslávia, assim como a liderança incontestável que ele assumiu a partir de 1945 e as reformas implementadas não deixavam muitas dúvidas a respeito de sob qual esfera de influência o país ficaria.

Além disso, a partir de outubro de 1946, a Iugoslávia ajudou abertamente os comunistas do general Markos na guerra civil grega, ao lado da Albânia e da Bulgária, afirmando assim sem ambiguidade sua adesão ao campo socialista a nível internacional.

O principal projeto regional de Tito era a criação de uma grande Iugoslávia, que consistiria numa “Federação Balcânica” associando seu país à Albânia, à Bulgária e a uma parte da Grécia (principalmente a Macedônia). A Bulgária era o país mais entusiasmado por esse projeto. O tratado de Euxinograd, assinado em 27 de novembro de 1947, previa uma colaboração econômica e cultural total entre a Iugoslávia e a Bulgária, assim como a criação de uma união aduaneira (De Vos, 1955, p. 118). Na Grécia, Tito pensava usar o fato de tê-los ajudado para exigir a Macedônia dos comunistas gregos, caso eles vencessem a guerra civil. O caso mais problemático era a Albânia, onde os dois principais dirigentes, Enver Hoxha e Koçi Xoxe, tinham uma visão muito divergente sobre essa questão. Enver Hoxha era profundamente hostil à ideia da “Federação Balcânica”, enquanto Xoxe, seu ministro da Defesa, que tinha combatido ao lado dos iugoslavos, estava muito favorável à sua realização. Num

⁴³ Esse acordo previa uma predominância soviética na Romênia e na Bulgária enquanto a Grécia devia permanecer sob influência inglesa. A Hungria e a Iugoslávia deviam ser objeto de uma influência compartilhada (Droz, 1992, T. II, p. 233).

primeiro momento, os soviéticos não tiveram objeções em relação ao plano de reorganização regional de Tito. Mas, essa posição ia mudar a partir de 1948, quando Stalin rompeu as relações da URSS com a Iugoslávia, numa tentativa de derrubar o regime de Tito, cuja ação estava incomodando Moscou.

I.5.2 A ruptura entre Tito e Stalin e suas consequências imediatas.

A ruptura entre Tito e Stalin foi um evento que deu uma grande inflexão na trajetória da Iugoslávia. Tanto suas origens quanto sua oficialização, bem como suas consequências negativas sobre o país, contribuem a explicar a necessidade da invenção de uma nova via socialista na Iugoslávia.

As origens da ruptura.

Boa parte da historiografia abraça o ponto de vista iugoslavo quando se trata do cisma entre Belgrado e Moscou em 1948⁴⁴. A visão um tanto maniqueísta que resultou desse viés historiográfico deve ser ponderada, com a ajuda de novas fontes como os arquivos soviéticos recentemente liberados⁴⁵.

Assim, muitos historiadores exageram o peso das tensões e divergências originárias que não teriam parado de aumentar entre a União Soviética e a Iugoslávia desde 1943, ano da proclamação do governo provisório liderado por Tito. Nesse caso, vale lembrar que a ruptura das relações entre a Iugoslávia e a URSS surpreendeu todos os atores da época porque a Iugoslávia dependia economicamente dos soviéticos, além de ser considerada bastante adiantada no seu processo de transição para o socialismo, principalmente se comparada a outros países do bloco socialista. A Iugoslávia era considerada o país mais próximo ideologicamente e politicamente da União Soviética,

⁴⁴ “The great number of Yugoslav publications about the conflict (many of them memoirs by high-ranking participants in the conflict such as Tito, Milovan Djilas, and Edvard Kardelj) provided historians with a rich—albeit one-sided—base of information” (Perović, 2007, p. 33).

⁴⁵ Será usado o artigo “The Tito-Stalin Split. A Reassessment in Light of New Evidence” de Perović (2007) para essa tarefa. De fato, Perović usou documentos de arquivos russos recentemente liberados para escrever um texto que traz uma luz nova sobre a gênese da ruptura entre Tito e Stalin, vista do lado soviético.

ao ponto de ser escolhida, em 1947, como sede do *Kominform*⁴⁶ (Bogdan, 1994, p. 431). Essa proximidade era claramente reconhecida pela URSS, que citava a política interna e externa da Iugoslávia como exemplo. Isso aparece nitidamente nas palavras do embaixador soviético em Belgrado quando ele escreve em dezembro de 1945 o seguinte:

“the Yugoslav Popular Front is connecting this victory [...] with the foreign policy of the Soviet Union, which is seen as actively supporting the new Yugoslavia. This conviction is not only prevalent among the country’s leadership but also among larger circles of the democratic intelligentsia and the people” (Perović, 2007, p. 39).

A aprovação das reformas internas na Iugoslávia por parte da URSS era, também, ampla, como prova esse trecho de um relatório da Comissão de Política Internacional do Comitê Central do Partido Comunista Soviético de setembro de 1947, onde está escrito que “all reactionary and bourgeois forces in Yugoslavia had been eliminated” e que “the roots of inner and outer capitalism [in Yugoslavia] had been wiped out more thoroughly than in the other [East European] states” (Perović, 2007, p. 38).

Sendo inegável a relação estreita que existia entre a Iugoslávia e a URSS, os historiadores iugoslavos tentaram argumentar, depois do cisma com Moscou, que seu país nunca tinha abandonado sua independência. Vladimir Dedijer (1971, p. 39), ex-ministro de Tito e historiador, escreveu assim que, antes da ruptura:

“a Iugoslávia [...] fora a mais fiel seguidora da política externa soviética, mesmo do sistema interno soviético. De outro lado, tivera o mais autônomo desenvolvimento revolucionário: em 1944 e 1945, equipes treinadas em Moscou haviam assumido o poder na Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária, mas não na Iugoslávia”.

O antagonismo pessoal entre Stalin e Tito foi, também, exageradamente enfatizado. É verdade que existia uma certa desconfiança entre Tito e Stalin desde os tempos da Segunda Guerra Mundial, quando a URSS ajudou os *Chetniks* bem antes dos *Partisans* de Tito⁴⁷. Mas, isso não impediu o próprio Tito de fazer a seguinte afirmação em 1945:

⁴⁶ O *Kominform* (contração em russo de “Bureau de Informação Comunista”) foi uma organização criada em 1947 e encarregada de centralizar a ligação entre os partidos comunistas europeus.

⁴⁷ A URSS só começou a ajudar a Frente Popular de Tito a partir de 1944, ou seja, um ano mais tarde que os outros aliados (Bozic, 1974).

“the peoples of Yugoslavia have convinced themselves over the past year that in the great Soviet Union they have found the most honorable ally and the strongest protector who assists in the development [of Yugoslavia] in peacetime as well as in war” (Perović, 2007, p. 39).

Além do mais, como será mostrado mais adiante, a decisão de romper com a Iugoslávia foi unilateralmente tomada pelos soviéticos.

As razões da ruptura entre a Iugoslávia e a URSS não devem ser procuradas, então, do lado de um suposto afastamento entre o modelo iugoslavo e a ortodoxia soviética, mas do lado da afirmação das ambições internacionais dos dois países.

A URSS, entre o final de 1947 e meados de 1948, realizou um processo acelerado de sovietação dos países do Centro e do Leste Europeu que estava na sua órbita depois da Segunda Guerra Mundial. Ela conseguiu criar uma zona de influência considerável incluindo a Romênia, a Bulgária, a Polônia, a Checoslováquia, a Hungria e a Alemanha Oriental, substituindo entre 1947 e 1948 o sistema pluralista de partidos vigente nesses países desde o pós-Segunda Guerra Mundial por governos pró-soviéticos, controlados pelos partidos comunistas locais. É interessante observar que os estados satélites do Centro e do Leste Europeu constituíam, também, para a URSS uma zona tampão contra seus inimigos ocidentais. A criação do *Kominform*, controlado pela URSS, foi considerada, na época, uma resposta soviética imediata ao Plano Marshall lançado em 1947 e antecipada ao Atlantismo concretizado em 1949 com a criação da OTAN. Os historiadores iugoslavos usaram o sentimento de indignação que esse movimento de sovietação provocou no Ocidente para difundir a idéia de que Tito estava cada vez mais irritado pelo rígido controle que a URSS pretendia exercer sobre a Iugoslávia e que, nessas condições, a ruptura era inevitável. Segundo essa leitura, Stalin não teria aceitado que a Iugoslávia estivesse tentando desenvolver um estado autônomo, com uma indústria pesada completa, um Exército forte, um planejamento centralizado nacional e um partido dirigente não controlado por Moscou. Mas essa explicação não basta porque, como escreve Perović (2007, p. 42):

“the gradual worsening of relations between Moscow and Belgrade was by no means unique within the socialist camp. The Soviet Union was establishing much tighter control over all the East European states”.

Além disso, a Iugoslávia apoiou com entusiasmo a iniciativa de sovietação do Leste Europeu, pelo menos até o cisma com Stalin. Isso permite afirmar que se a mudança na política internacional da URSS no sentido de uma sovietação da sua área de influência foi uma condição necessária para o despertar da crise com a Iugoslávia,

certamente não foi uma condição suficiente. A verdadeira origem do conflito iugoslavo-soviético deve ser procurada do lado da política expansionista que Tito pretendia praticar nos Balcãs.

As primeiras tensões com a URSS começaram já no final da Segunda Guerra Mundial com as pretensões de Tito sobre o Território Livre de Trieste que a Iugoslávia disputava com a Itália. O Exército iugoslavo liberou e ocupou a cidade de Trieste a partir de abril de 1945, junto com o corpo expedicionário da Nova Zelândia. Os aliados ocidentais não pretendiam abandonar Trieste à Tito, devido à sua posição estratégica no Adriático. Esperando um apoio soviético que não veio, Tito foi quase até o conflito armado contra os aliados para obter o controle de Trieste. Mas Stalin queria evitar as tensões com os países ocidentais e não apoiou o projeto iugoslavo. Tito foi obrigado a recuar e teve que aceitar uma divisão do Território Livre de Trieste em duas zonas distintas. A Iugoslávia recebeu a administração da zona menos povoada, sem a cidade de Trieste. Esse episódio era um primeiro sinal dado pela URSS para deixar claro que ela não sacrificaria seu interesse em manter relações pacíficas com os aliados aos planos expansionistas de Tito. Isso mostrou, também, que “Tito did not show understanding of the overriding importance of Soviet interests which the Russian leaders expected” (Auty, 1974, p. 287).

Nessas condições, as pretensões hegemônicas de Tito sobre os Balcãs só podiam entrar em choque com os projetos soviéticos. Já em 1943, Tito tinha tentado unificar sem sucesso os movimentos de resistência da Grécia, da Bulgária, da Albânia e da Iugoslávia sob seu comando. Um dos grandes objetivos de Tito no Pós-Guerra foi de levar adiante seu projeto de “Federação Balcânica”. Para atingi-lo, Tito considerava imprescindível conseguir incorporar a Albânia dentro da Federação Iugoslava⁴⁸. Ele acreditava que a crescente colaboração econômica entre os dois países, encorajada por Moscou⁴⁹, fosse contribuir ao sucesso desta empresa, apesar da oposição da população albanesa e de Enver Hoxha à unificação. Foi a combinação desta ambição na Albânia e da insistência de Tito em ajudar os comunistas gregos que contribuiu muito à deterioração das relações entre a Iugoslávia e a União Soviética. Os dirigentes

⁴⁸ Segundo Tito, isso permitiria resolver, também, a questão dos protestos da região iugoslava do Kosovo para ser cedida à Albânia.

⁴⁹ “Albanian-Yugoslav relations at this time were dominated by the secret principle that ‘the way from Tirana to Moscow leads through Belgrade’” (Perović, 2007, p. 44).

soviéticos desaprovavam o apoio ostensivo dado a partir de 1946 pela Iugoslávia aos comunistas gregos durante a guerra civil⁵⁰.

Além disso, em janeiro de 1948, Tito conseguiu convencer Enver Hoxha a acolher tropas iugoslavas no Sul da Albânia a fim de se garantir contra o risco de uma incursão dos “*gregos monárquico-fascistas apoiados pelos anglo-saxões*” (Perović, 2007, p. 48). Esse acordo foi concluído sem sequer consultar os soviéticos, que ficaram ainda mais atordoados quando descobriram que o ministro da defesa albanês Koçi Xoxe estava trabalhando numa fusão iminente entre os Exércitos albaneses e iugoslavos. A reação de Moscou foi violenta, à altura de uma situação que podia comprometer gravemente a segurança da URSS. Molotov, o ministro das Relações Exteriores soviético escreve assim numa carta destinada a Tito:

“it is apparent that you consider it normal if Yugoslavia, which has signed a Treaty of Mutual Assistance with the USSR, not only believes it can forgo consulting the USSR about the question of deploying its army to Albania but does not even consider it necessary at least to inform [the USSR about such matters]. . . . The Sov[iet] Gov[ernment] has purely by chance, through personal discussions between Soviet representatives and Albanian officials, become aware of the Yugoslav government’s decision concerning the deployment of your army to Albania. The USSR does not consider such a procedure to be normal. But if you regard it as normal, then on behalf of the Soviet government I must inform you that the USSR cannot agree to being presented with a *fait accompli*. It goes without saying that the USSR as an ally of Yugoslavia is not prepared to accept responsibility for the potential consequences of such conduct” (Perović, 2007, p. 50).

Essas palavras de Molotov mostram claramente o quanto os soviéticos temiam que a persistência de Tito em querer realizar seu projeto balcânico pudesse desencadear um conflito desestabilizador nesta região, no qual eles seriam arrastados pelo mero fato de serem aliados da Iugoslávia. Ele sabia que os ocidentais viam o comportamento de Moscou em relação à Grécia como um indicador dos planos expansivos soviéticos. Ora, Stalin não tinha nenhuma vontade de entrar em guerra contra os países ocidentais por uma razão fútil. A URSS tinha acabado de ter perdas humanas consideráveis e precisava

⁵⁰ “Although supplies were received from Yugoslavia and Bulgaria, the Soviet government gave no encouragement or support to the [Greek] rebels. Stalin, in fact, wanted the revolt halted before it caused difficulties for Soviet policy elsewhere. In April 1948 he expressed his disapproval to visiting Yugoslav and Bulgarian leaders, arguing that the rebellion had no prospect of success at all. What do you think, that Great Britain and the United States - the United States, the most powerful state in the world - will permit you to break their line of communications in the Mediterranean Sea! Nonsense. And we have no navy. The uprising in Greece must be stopped, and as quickly as possible” (Jelavich, 1999, p. 312).

concentra seu esforço na reconstituição e na ampliação do sistema produtivo, fortemente atingido durante a guerra.

A resposta soviética ao expansionismo titista foi, então, de impedir que Iugoslávia, Albânia e Bulgária continuassem ajudando os comunistas gregos. Da mesma forma, Stalin reformulou o projeto de criação de uma “Federação Balcânica” no sentido de uma associação progressiva entre a Iugoslávia, a Bulgária e a Albânia. Essa associação começaria por uma federação iugoslavo-búlgara. Só depois que a Albânia poderia se juntar aos dois países. Fica claro que Stalin pretendia com esse projeto acabar com os esforços da Iugoslávia para incorporar a Albânia. Ao mesmo tempo, ele pensava em acabar com boa parte da soberania iugoslava através do novo arranjo institucional que constituiria essa “Federação Balcânica”⁵¹.

Entretanto, apesar das ameaças apenas escondidas, Tito não aceitou se submeter aos planos soviéticos. Tito continuou ajudando os comunistas gregos e tentando anexar a Albânia até que finalmente Stalin decidiu romper com ele. Essa decisão era inelutável do ponto de vista de Moscou. A União Soviética não queria ser arrastada num conflito inútil e Stalin temia um efeito de contágio nos países vizinhos (Krucic, 1993, p. 87-88).

A ruptura.

Nesse contexto de tensão entre a URSS e a Iugoslávia, a reunião do *Kominform*, organizada em 28 de junho de 1948, em Bucareste⁵², foi caracterizada pela formulação de críticas muito graves em relação ao Partido Comunista Iugoslavo. As chamadas “forças sãs do partido” eram incentivadas a se revoltarem contra a direção que os “titistas” estavam tomando. O *Kominform* era usado por Stalin para controlar os partidos comunistas, criando tensões internas para enfraquecer as facções que poderiam discordar da linha de Moscou. Assim, o político soviético Andrei Jdanov afirmou que Tito era um espião imperialista. O Partido Socialista da Iugoslávia foi, também, acusado de ter um funcionamento antidemocrático. Teria se tornado um partido “pequeno-burguês”, seguindo uma política capitalista e tendo abandonado os princípios da luta de

⁵¹ Stalin, primeiro oposto ao projeto, queria que a Bulgária e a Iugoslávia tivesse o mesmo peso nas decisões dentro da federação, o que não podia aceitar Tito, sendo que seu país era 3 vezes mais povoado do que a nação vizinha.

⁵² Os representantes dos partidos comunistas da Hungria, da Bulgária, da Romênia, da Polônia, da Checoslováquia, da França, da Itália e da União Soviética estavam presentes nesta reunião.

classe. Os Partidos Comunistas presentes na reunião deviam exercer uma pressão sobre o Partido Comunista da Iugoslávia para mudar seu rumo. Os chamados “traidores titistas” começaram a ser perseguidos nos países comunistas, acusados de traição, de trotskismo, de perversão capitalista,...

Essa estratégia foi usada pela URSS para desacreditar Tito e seus seguidores, a fim de que a iniciativa da ruptura com Belgrado não fosse vista com estranheza pelos comunistas soviéticos e do resto da Europa. Teria sido difícil confessar que a URSS estava se afastando da Iugoslávia porque Tito não aceitava submeter suas decisões de política externa aos interesses soviéticos. Existiria, ademais, a delicada tarefa de explicar que a URSS deixava os comunistas gregos serem massacrados porque não queria criar tensões inúteis com o bloco capitalista.

A data de 28 de junho de 1948 marcou, então, o início da ruptura entre a União Soviética e a Iugoslávia. Essa ruptura foi uma decisão tomada por Stalin e a URSS de forma unilateral, sem que Tito pudesse realmente reverter o processo. A consequência dessa decisão soviética foi um afastamento cada vez maior entre a Iugoslávia e os outros países do bloco socialista, pelo menos até a morte de Stalin.

Grandes processos foram organizados em todos os países comunistas contra os supostos agentes iugoslavos. Esses processos foram só um pretexto para a URSS e seus representantes eliminarem eventuais oponentes comunistas ao domínio soviético nos países do bloco socialista. O caso de Rajk, o ministro do Exterior húngaro, foi um dos mais famosos. Seu julgamento teria revelado que a Iugoslávia era uma “base imperialista” nos Balcãs e na Europa Central, encarregada pelos americanos, ingleses e franceses, de desestabilizar os países comunistas. Mesmo se suas acusações fossem sem fundamento, a União Soviética usou essas “revelações” em 29 de setembro de 1949 para cancelar oficialmente o tratado de amizade e ajuda mútua que existia entre ela e a Iugoslávia. Numa nota enviada nesse dia pelo governo soviético, estava escrito que:

“o atual governo iugoslavo depende totalmente dos círculos imperialistas estrangeiros e foi transformado num instrumento de sua política agressiva, que deveria conduzir, e realmente conduziu, à liquidação da independência da República de Iugoslávia” (Dedijer, 1971, p. 187).

As consequências imediatas da ruptura.

A ruptura entre a Iugoslávia e a URSS em 1948 afetou profundamente o regime “titista”. O resultado da ruptura entre Moscou e Belgrado foi o cancelamento de todos os tratados de aliança assinados pela Iugoslávia com os outros países do bloco soviético em outubro de 1949.

As consequências para a economia iugoslava também foram dramáticas. A Iugoslávia dependia muito da URSS para seus planos de industrialização e de construção de infraestrutura, seja do ponto técnico ou financeiro. Ora, antes mesmo que a ruptura das relações entre os dois países fosse oficializada, todos os oficiais e técnicos soviéticos presentes no território iugoslavo foram chamados de volta em março de 1948. As relações comerciais entre as duas nações foram suspensas, penalizando fortemente a Iugoslávia, que dependia muito do comércio com a União Soviética⁵³. Da mesma forma, as sociedades mistas soviético-iugoslavas foram desfeitas, o que atingiu duramente um país ainda em reconstrução. Além disso, um bloqueio comercial total foi decretado pelo conjunto de países do bloco soviético em 1949, o que piorou ainda mais a situação da Iugoslávia. Parte da realização do primeiro plano quinquenal era vinculada à ajuda econômica que a URSS e os outros países socialistas deviam fornecer à Iugoslávia e aos fluxos comerciais com os futuros membros do CAEM⁵⁴. É interessante observar que o produto social (conceito usado para medir a atividade econômica usado nos países socialistas, que deixa de lado os “serviços improdutivos”) da Iugoslávia só voltou a seu nível de 1949 em 1953 (Pejovich, 1966, p. 57).

A ruptura com Moscou levou, também, a um aumento considerável dos gastos de defesa, que passaram de 9,4% do PIB em 1948, um montante já elevado num país supostamente em paz, para 16,7% em 1950 (Judt, 2008, p. 187).

Em represália à perseguição dos « titistas » nas outras democracias populares, Tito estabeleceu uma repressão forte contra os pró-soviéticos⁵⁵. Eles foram caçados e condenados a penas longas de “reeducação” para desencorajar qualquer oposição interna ao novo rumo que o país estava tomando. Personalidades importantes do regime, como Sreten Vujović (ministro das Finanças) ou Andrija Hebrang (presidente do órgão

⁵³ A União Soviética era responsável por metade das importações e das exportações iugoslavas antes da ruptura (Benson, 2004, p. 95).

⁵⁴ Fundado em 1949, o CAEM (Conselho para Assistência Mútua) era uma organização internacional criada pela URSS para a integração econômica dos países do bloco comunista.

⁵⁵ “Out of a total Party membership of half a million, some 60 000 were expelled and 12 000–13 000 imprisoned, for alleged Cominformist leanings. More than 200 000 state functionaries were removed or transferred from their posts, half of them during 1950 alone” (Benson, 2004, p. 95).

de planejamento centralizado) foram excluídas do comitê central do partido, presas e condenadas. A Polícia para a Segurança do Estado, composta de homens totalmente fieis a Tito, exercia um controle pesado sobre os membros do aparato de Estado. Eles deviam impedir uma insurreição pró-soviética, que Tito temia, especialmente num contexto econômico transitoriamente difícil, devido ao fim da assistência da URSS. Esse temor tinha fundamentos. Vários grupos de resistência pró-soviéticos se constituíram no país, especialmente em Montenegro, onde existia uma tradição russófila antiga. A URSS chegou, também a favorecer a preparação de um golpe militar contra Tito. O general Jovanovitch, chefe de Estado Maior da Iugoslávia e que permaneceu fiel aos soviéticos, devia encabeçá-lo, mas o Exército iugoslavo não estava disposto a acompanhá-lo. A conspiração acabou sendo descoberta e o general Jovanovitch foi executado, assim como seus cúmplices (Bogdan, 1994, p. 435).

Tito alcançou a proeza de usar a ruptura com a União Soviética para aumentar seu prestígio. Dessa forma, ele apareceu à população iugoslava como o corajoso defensor da independência do seu país, não importa qual fosse o custo. Mas essa postura só podia ser sustentável a longo prazo se a Iugoslávia se afastasse do modelo econômico e social soviético que ela estava tentando adotar até então.

O cisma com Moscou não significou para a Iugoslávia uma ruptura imediata e total com as práticas soviéticas. Os comunistas iugoslavos foram pegos de surpresa pela decisão de Stalin e não estavam preparados para substituir um novo modelo ao modelo soviético que eles tentavam implementar desde 1945. Num primeiro tempo, o regime iugoslavo tentou, então, demonstrar a natureza intrinsecamente comunista e não herética das suas políticas. Por exemplo, a política de coletivização das terras foi intensificada em 1949, enquanto nesse mesmo ano foi decidida a nacionalização do artesanato e do comércio, para mostrar que a Iugoslávia continuava sendo um país socialista. Vale a pena ressaltar que a coletivização acelerada decidida a partir de 1949 visava, também, a uma extração maior do excedente agrícola para o país sobreviver às perdas econômicas ligadas à ruptura com Moscou. Da mesma forma, o culto à personalidade de Stalin foi mantido até meados de 1949. No plano internacional, os dirigentes iugoslavos continuavam insistindo sobre os estragos provocados pelo imperialismo americano e as votações iugoslavas na ONU permaneceram alinhadas sobre as posições do bloco socialista liderado pela União Soviética (Krulic, 1993, p. 94).

Entretanto, para a sobrevivência de sua legitimidade e de seu regime, Tito e o Partido Comunista Iugoslavo precisavam criar uma nova doutrina, um novo modelo de

desenvolvimento social e econômico capaz de mobilizar a população e de justificar o afastamento da URSS, sem abandonar os princípios do socialismo. Da mesma forma, a Iugoslávia tinha que reinventar sua posição no concerto das nações. A Iugoslávia era um país socialista, mas que tinha sido rejeitado pelo bloco comunista. No contexto maniqueísta da Guerra Fria, era uma situação extremamente desconfortável.

I.5.3 O Titismo: a criação de um modelo original (1950-1965)

É muito importante observar que a decisão de Tito de inventar um modelo socialista original, seja do ponto de vista da política interna ou externa, veio da ruptura com a URSS, decidida unilateralmente por Stalin. Foi uma imposição vinda do exterior. A Iugoslávia teve que redefinir sua participação na construção do socialismo para afirmar sua especificidade em relação à via soviética. O modelo da autogestão foi adotado no âmbito interno enquanto o país se tornava um dos campeões do Não-Alinhamento no cenário externo. A Iugoslávia foi, assim, o primeiro exemplo do fenômeno do comunismo “nacional”, independente do bloco soviético (Riasanosky, 2005, p. 582).

A criação do modelo de autogestão.

A redefinição do seu modelo social e econômico depois da ruptura com Moscou representou um grande desafio para a Iugoslávia. Os ideólogos do Partido Comunista Iugoslavo tiveram que inventar entre 1948 e 1950 um modelo diferente do soviético, identificando suas fraquezas, mas preservando a natureza socialista do estado iugoslavo. A solução achada foi a autogestão. O princípio da autogestão era que os trabalhadores se organizassem em pequenas unidades, que não seriam responsáveis perante nenhuma instância superior (República ou Federação), mas que deveriam respeitar os princípios definidos pelo Partido Comunista Iugoslavo. A ideia era de fugir do peso do modelo burocrático soviético e de chegar mais rápido num dos grandes objetivos do socialismo, o fim do Estado. Kardelj⁵⁶ descreveu bem essa opressão burocrática quando ele escreveu a seguinte frase em 1952: “the ‘executive apparatus’ in the USSR had produced an independent bureaucratic caste with special social interests” (Benson,

⁵⁶ Kardelj (1910-1979) foi, ao lado de Djilas, o grande teórico da autogestão e um dos autores de todas as constituições “titistas”.

2004, p. 96-97). Djilas considerava, também, que era a melhor forma de evitar a formação de uma burocracia todo-poderosa, tal como existia na URSS, onde ela confiscava a propriedade coletiva (Kubli, p. 135). A descentralização associada à ideia de autogestão era uma forma de restituir ao povo sua capacidade de gestão administrativa, econômica e cultural (Droz, 1992, t. III, p. 171).

Inicialmente, Tito estava bastante cético em relação à conformidade da autogestão com as ideias de Marx e de Lênin. Apesar desta reticência inicial, Milovan Djilas⁵⁷, o pai teórico da autogestão, conseguiu convencer Tito que este era o caso⁵⁸. A primeira experiência de autogestão foi a instalação de “conselhos de trabalhadores” em algumas empresas a partir de meados de 1949. Mas, a autogestão foi introduzida oficialmente em 27 de junho de 1950, por meio da Lei Básica sobre os Trabalhadores, generalizando esta prática para todas as empresas, organizações de trabalhadores e instituições locais. Esta lei previa que o “conselho dos trabalhadores” (de 15 a 120 membros), o “comitê administrativo” (3 a 10 membros) e o diretor fossem eleitos (ou revogados) pelos trabalhadores em cada empresa, organização de trabalhadores e instituição local. Essas novas instituições, internas a cada empresa, podiam decidir o nível dos salários, do investimento, as orientações da produção, independentemente do estado central.

Entretanto, existiam restrições, no sentido que as eleições nos “conselhos de trabalhadores” estavam controladas por um sindicato dominado pelo partido comunista e que havia grandes limitações na autonomia financeira das empresas. Dois terços dos recursos das empresas estavam sob o controle do planejamento centralizado, para evitar uma desorganização do sistema econômico. Em verdade, a primeira versão iugoslava da autogestão outorgava uma autonomia bastante reduzida às empresas. A regulação do sistema econômico ainda era assumida essencialmente pelo planejamento centralizado. O grande problema desta primeira experiência de autogestão era a contradição fundamental entre um mecanismo de planejamento centralizado de um lado e o controle teoricamente local da produção do outro.

A implementação do modelo de autogestão foi, também, acompanhada por políticas de bem-estar social. As medidas se aplicavam a todos os trabalhadores, fora o

⁵⁷ Presente ao lado de Tito durante toda a guerra, ele assumiu cargos de grande destaque depois de 1945. Vice presidente da Iugoslávia e presidente da assembleia em 1953, ele era considerado o herdeiro natural de Tito.

⁵⁸ Djilas se referiu principalmente aos escritos de Marx sobre a Comuna de Paris.

setor agrícola. Em 1952, por exemplo, foram ampliados os benefícios para as crianças, que chegavam a representar uma parcela não negligenciável da renda familiar.

No campo político, a autogestão foi associada à ideia de descentralização. Assim, a nova Constituição proclamada em janeiro de 1953 introduziu a autogestão no campo político. Competências variadas e estendidas foram atribuídas aos municípios, seja na área social ou educacional. Os municípios se tornavam, assim, a unidade política e administrativa de base para o modelo iugoslavo de autogestão. As assembleias de município adotavam uma forma bicameral, com uma “câmara produtiva” constituída de representantes dos “conselhos de trabalhadores” e uma “câmara política” eleita com base no sufrágio universal. Os membros das assembleias de município eram encarregados de votar para designar os representantes na assembleia de cada república. Por sua vez, os representantes das assembleias republicanas designavam os deputados da assembleia federal. Esse sistema permitia ao Partido Comunista Iugoslavo e a Tito exercer um controle forte sobre as assembleias das repúblicas e da federação.

Do ponto de vista econômico, os resultados das altas taxas de crescimento econômico foram observados entre 1953, quando a economia iugoslava já tinha se recuperado dos efeitos da ruptura com Moscou e 1965, quando começam as reformas que introduziram mais economia de mercado e perturbaram o planejamento. Assim, o produto social cresceu a uma taxa média anual de 8,1% entre 1953 e 1965, enquanto a produção industrial aumentou 12,4% na média por ano nesse mesmo período.

A evicção de Djilas e seu significado.

O VI congresso do Partido Comunista da Iugoslávia de 1952 foi marcado pelo triunfo de Milovan Djilas e de seus conceitos descentralizantes. O Partido Comunista da Iugoslávia mudou seu nome para virar Liga dos Comunistas da Iugoslávia (LCI). A ideia de Djilas e da maior parte dos participantes do congresso era que o Partido, junto com o Estado, devia ver seu papel diminuir progressivamente para deixar cada vez mais iniciativas nas mãos do povo. O Partido se transformaria, então, em mero instrumento pedagógico. A escolha do novo nome do Partido não era inocente. Referia-se às origens das ideias marxistas, o Manifesto do Partido Comunista tendo sido redigido por Marx em 1848 pela Liga dos Comunistas originária.

Encorajado por seu sucesso, Djilas começou a denunciar numa serie de artigos no jornal oficial da LCI o estilo de vida dos dirigentes comunistas, assim como a falta

de ética que eles podiam demonstrar. Ele acreditava nas ideias defendidas durante o VI Congresso e pedia menos burocracia e mais democracia, dentro da própria LCI⁵⁹. Mas ele foi longe demais na crítica e Tito decidiu excluí-lo da LCI. Tito tinha percebido que as ideias de Djilas podiam representar uma ameaça para seu controle hegemônico do poder. A saída de Djilas foi importante porque ela assinalou, também, que a natureza reformadora do regime iugoslavo tinha limites, ligados à vontade de Tito de continuar controlando totalmente o poder, através da LCI.

Substituindo o Partido Comunista da Iugoslávia, a LCI deveria ter tido um papel cada vez menor se os princípios da autogestão formulados por Djilas tivessem sido aplicados totalmente. Mas não foi o caso e a LCI conservou um grande poder. Inicialmente composto principalmente de ex-*Partisans*, oriundos do campo, a LCI acabou virando uma instituição cada vez mais voltada para os interesses dos trabalhadores urbanos. Isso contribui a explicar porque a situação dos trabalhadores rurais não melhorou ao mesmo ritmo que o resto da sociedade iugoslava.

A questão agrícola: o abandono do modelo soviético.

A tentativa de implementação do modelo soviético no setor agrícola iugoslavo não foi muito bem sucedida. A produção agrícola em 1950 só representava 73% do nível atingido antes da guerra. O mundo rural iugoslavo tinha reagido muito mal à coletivização massiva das terras decidida em 1949. Ora, ao contrário da situação em muitos países, a base do Partido Comunista (LCI) era ainda constituída por membros da classe agrícola. No contexto difícil que seguiu a ruptura com Moscou, era perigoso se alienar um grupo que representava ainda a maioria da população (Jelavich, 1999, p. 385).

Em consequência, a coletivização forçada das terras foi abandonada em 1953, através de uma lei que previa a criação de um sistema de cooperativas baseada no principio da adesão voluntária, com fazendas individuais limitadas a 15 hectares nas regiões montanhosas e 10 hectares nas outras. Mais de 80% das antigas cooperativas

⁵⁹ Djilas escrevia em 1954: “The League of Communists would change from the old Party into areal and vital union of ideologically united men . . . The present League of Communists would 'weaken,' 'wither way as a classical party . . . [It] would gradually take on the character of a strong, ideological, widely-diffused nucleus, but would lose its party character. It would merge with the Socialist Alliance, and the communists would merge with ordinary citizens” (Jelavich, 1999, p. 389).

foram dissolvidas. Os agricultores foram, também, liberados parcialmente da obrigação de vender sua produção a um preço fixado pelo Estado. Em decorrência dessa política, nos anos 1960, o setor privado representava 85% das terras e 75% da produção (Droz, 1992, t. III, p. 171).

Infelizmente, essas evoluções não eram suficientes para melhorar significativamente as perspectivas do setor agrícola. A agricultura iugoslava precisava ser modernizada, mecanizada. Ora, somente 7% do investimento produtivo total na Iugoslávia foi consagrado à agricultura no período entre 1960 e 1965, por exemplo. Além disso, a reforma limitando o tamanho das fazendas tinha consequências negativas sobre o aumento da produtividade. Além disso, a situação dos agricultores era extremamente contrastada, de uma região a outra. As terras ricas da Vojvodina ofereciam rendimentos bem superiores aos campos montanhosos da Bósnia, por exemplo. Essa disparidade regional no nível de desenvolvimento do setor agrícola podia ser estendida a toda a economia.

O problema da disparidade de desenvolvimento entre as repúblicas.

As seis repúblicas que constituíam a Federação Iugoslava ostentavam um nível de desenvolvimento econômico e social muito desigual, herdado da história do país. Assim, a Eslovênia era de longe a república mais rica apresentando os melhores indicadores sociais, desde o nascimento da Iugoslávia (ver tabela 1). A Croácia, também, tinha um desempenho econômico e social bem acima da média nacional. A Sérvia, menos homogênea que as outras repúblicas⁶⁰, estava já bem abaixo em termos sociais e econômicos. A Bósnia, a Macedônia e Montenegro constituíam as partes mais atrasadas do país (Castellan, 1960).

Consciente da necessidade de corrigir essas desigualdades, o poder central iugoslavo implementou vários planos de homogeneização econômica e social do país. Sucessos importantes foram obtidos na área educacional. Mas, do ponto de vista econômico, o balanço dessas ações foi menos positivo. Aliás, a persistência dessas desigualdades de riqueza entre as repúblicas da federação originou o desenvolvimento de um nacionalismo econômico, marcado por uma luta cada vez forte entre as repúblicas para a obtenção de recursos por parte do estado central. Essa situação

⁶⁰ A Região Autônoma do Kosovo, incluída na República da Sérvia, era a parte mais pobre da Iugoslávia.

contribuiu bastante para o ressurgimento do nacionalismo e as reivindicações de autonomia crescentes da parte das repúblicas observados a partir dos anos 1960 (CANAPA, 1991).

Tabela I: Alguns indicadores sociais e econômicos das repúblicas compondo a Federação Iugoslava (1955).

| | Parcela da população total(em %) | Parcela do PIB (em %) | Taxa de analfabetismo (em %) |
|------------|----------------------------------|-----------------------|------------------------------|
| Sérvia | 41,1 | 35,4 | 27,9 |
| Croácia | 22,6 | 27,5 | 16,3 |
| Eslovênia | 8,5 | 16,4 | 2,7 |
| Bósnia | 17,2 | 13,3 | 40,1 |
| Macedônia | 8,0 | 6,1 | 35,7 |
| Montenegro | 2,6 | 1,3 | 30,2 |

Fonte: Castelan (1960).

O neutralismo titista: a retomada das relações com o Oeste e a normalização das relações com o bloco soviético.

Preocupado pelo abandono das relações comerciais e das alianças com o bloco soviético, Tito percebeu que ele teria que melhorar suas relações com os países capitalistas para assegurar a sobrevivência de seu regime. O abandono do apoio aos comunistas gregos em 1949, mesmo motivado pelo fato de que seu líder Markos ficava fiel à linha soviética, agradou as potências ocidentais. A Iugoslávia foi mais longe ainda na sua aproximação do Ocidente quando assinou um tratado de amizade mútua e de cooperação com a Grécia e a Turquia em 1953, que se tornou em 1954 uma aliança por uma duração de vinte anos. Os iugoslavos aceitaram, também, colocar um fim, em 1954, à disputa sobre Trieste que envenenava suas relações com a Itália⁶¹.

Os Estados Unidos, no âmbito de sua estratégia de *containment*, enxergaram o proveito que eles poderiam tirar de uma aproximação com a Iugoslávia⁶². Eles

⁶¹ A Iugoslávia ganhou toda a Ístria, assim como o porto de Fiume (hoje Rijeka), que foram integrados à Croácia. Só Trieste virou italiana (Bogdan, 1994, p. 390).

⁶² “The controversy had already proved of great advantage to the Western allies; the thirty-three divisions of the Yugoslav army were neutralized. In 1949 the border with Greece was closed, an

concederam os primeiros empréstimos ao Estado iugoslavo em 1950, rapidamente seguidos por um programa de ajuda alimentar. A Iugoslávia acabou recebendo mais de 1,2 bilhões de dólares de ajuda externa da parte dos EUA entre 1949 e 1955⁶³. A assinatura em novembro de 1951 de um acordo de cooperação militar entre os dois países foi o ponto alto dessa política (Benson, 2004, p. 95-96).

Os laços criados com as potências ocidentais não impediram Tito de ver como uma necessidade a retomada das relações com a URSS e os países satélites. A oportunidade surgiu com a morte de Stalin em 1953, que permitiu aos iugoslavos almejar a possibilidade de restabelecer as relações com a União Soviética. A reconciliação oficial entre a URSS e a Iugoslávia aconteceu com a Declaração de Belgrado assinada por Tito e Krushchov em 2 de junho de 1955. Isso garantiu aos iugoslavos que eles poderiam seguir sua via original e ao mesmo tempo permanecerem reconhecidos como comunistas. Os países do bloco soviético, um depois do outro, acompanharam a decisão da URSS e normalizaram suas relações com a Iugoslávia. A única exceção foi a Albânia de Enver Hoxha, que temia as tendências expansionistas de Tito (Bogdan, 1994, p. 454).

Mas, mesmo depois dessa normalização, as relações entre a Iugoslávia e a União Soviética conservaram certo grau de ambiguidade. Uma boa prova dessa situação de desconfiança recíproca é fornecida pelo episódio da crise de Budapeste em 1956. No início da crise, apesar da aproximação com Moscou em 1955, Tito apoiou abertamente o movimento de comunismo nacional húngaro liderado por Imre Nagy e criticou a primeira intervenção soviética. Tito concedeu asilo temporariamente a Imre Nagy antes de entregá-lo aos soviéticos contra uma promessa de imunidade, que não foi respeitada. Foi só depois de muitas hesitações que Tito acabou aceitando a segunda intervenção

action that effectively ended the civil war there. The defense of Italy was considerably simplified, since Yugoslavia could be considered a neutral. Recognizing the advantages of the situation, the Western governments decided that the Yugoslav position should be supported and that efforts should be made to keep Tito in power” (Jelavich, 1999, p. 328).

⁶³ Metade em ajuda econômica e outra metade em ajuda militar (Jelavich, 1999, p. 328).

soviética em novembro de 1956⁶⁴. Além de querer impedir a queda do comunismo na Hungria, a decisão final de Tito foi motivada pelo medo da contaminação das ideias nacionalistas da revolução húngara dentro da própria Iugoslávia (Granville, 1998).

O caso da revolução húngara demonstra o quanto era complicado para a Iugoslávia ter uma política exterior totalmente independente, principalmente quando se tratava de países na órbita da URSS. Foi o que levou Tito a ser um dos fundadores do movimento dos não-alinhados, que rejeitava a ideia de zona de influência, seja ela americana ou soviética.

O movimento dos Não-Alinhados.

O movimento dos não-alinhados começou de forma oficiosa com o encontro de Brioni, na Iugoslávia, em 1956, do qual participavam Nehru, Nasser e Tito. O comunicado publicado depois desse encontro enfatizou princípios comuns aos países não-alinhados, como a necessidade do desarmamento, a rejeição da bipolarização do mundo ou a busca da segurança coletiva. Mas, isso não impediu que existissem divergências entre os três dirigentes em termos da visão que cada um tinha da inserção de seu país no sistema mundial.

Em 1961, em Belgrado, se reuniu a primeira conferência oficial dos países não-alinhados, com a participação de 25 membros da ONU. Os não-alinhados se ergueram contra o domínio das duas superpotências, a União Soviética e os Estados Unidos. Eles desejavam uma nova ordem mundial na economia e na política, onde todos os países teriam uma voz e poderiam participar das decisões que os afetavam. No discurso inaugural da Conferência dos Países não Alinhados organizada em 1961 em Belgrado, Tito afirmou assim que “esta reunión [...] debe conducir a las grandes potencias al conocimiento de que el destino del mundo no puede estar sólo en sus manos” (Tito, 1979, p. 14).

⁶⁴ Tito escreveu para para Krushov em 8 de novembro de 1956: “It is true that during our conversation on Brioni we agreed with your assessment, that the weakness of the Nagy government and its actions led to the danger of the destruction of the essential socialist achievements in Hungary. We agreed that the Hungarian communists should not remain in such a government, and that they should ... decisively resist the reaction. There is no need to remind you that we expressed our doubts about the consequences of open assistance from the Soviet army from the very beginning, as well as during all conversations. But such help became unavoidable” (Granville, 1998, p. 511).

Os não-alinhados exigiam a descolonização total por parte dos países ocidentais e davam uma grande ênfase ao desenvolvimento econômico das nações periféricas. Mas, a grande heterogeneidade dos países participantes da conferência fez com que a ordem das prioridades fosse diferente, dependendo dos estados. Assim, as ex-colônias, como Gana, Indonésia ou Egito consideravam que a descolonização e a luta anti-imperialista eram as condições necessárias para o estabelecimento de uma paz duradoura no mundo. Do seu lado, a Índia e a Iugoslávia estimavam que o mais importante era o fim das tensões entre os dois blocos antagônicos⁶⁵. Apesar dessas divergências, os não-alinhados conseguiram publicar um comunicado comum em que eram listados os cinco grandes princípios do movimento:

“política independente, apoio aos movimentos de liberação nacional, rejeição de qualquer tipo de aliança militar coletiva e de qualquer tipo de aliança bilateral com uma grande potência, rejeição da implantação de qualquer base militar estrangeira” (Droz, t. III, p. 311).

O número de países membros do movimento dos não-alinhados foi crescendo com os anos, mas, a Iugoslávia, como parte do grupo original, conservou muita influência. Como escreve Allison (1988, p. 59):

“since the early 1950s Yugoslavia has had a strong influence on the ideology and autonomous world view of the Third World. [...] During the 1960s Yugoslavia was indisputably the most influential self-proclaimed non-aligned state. Yugoslavia's conception of non-alignment and its role in the evolution of the Non-Aligned Movement brought it international renown and prestige”.

É interessante observar que a Iugoslávia era o único país não-alinhado da Europa continental.

I.5.4 Algumas observações finais sobre o processo de construção e afirmação da Iugoslávia titista

O processo que levou a Iugoslávia a adotar um modelo de socialismo diferenciado, baseado na autogestão no plano interno e no não-alinhamento no plano externo, foi imposto pela ruptura com a União Soviética em 1948. Essa ruptura deve ser atribuída à

⁶⁵ “For the original group of non-aligned states, and Yugoslavia in particular, the principles of peaceful coexistence were [...] the sole basis of international relations in general” (Allison, 1988, p. 49).

insistência de Tito em perseguir planos expansionistas nos Bálcãs apesar das consequências negativas que esse projeto poderia ter sobre a estabilidade da região e, portanto, a segurança da URSS. O cisma entre Belgrado e Moscou não foi, então, uma iniciativa de Tito para afirmar sua originalidade. Foi, pelo contrário, uma decisão tomada por Stalin e a URSS de forma unilateral para se proteger das ambições potencialmente desestabilizadoras de Tito no contexto de tensão da Guerra Fria.

A partir de 1948, a construção de um modelo original na Iugoslávia foi marcada por experimentações e tateamentos. A reforma econômica da autogestão foi implementada progressivamente e ao menos até 1965 a economia iugoslava se manteve na prática próxima ao sistema da URSS. A Iugoslávia conseguiu se reerguer depois das destruições consideráveis da guerra e conheceu um período de prosperidade inegável. O país adquiriu um grande prestígio a nível internacional com seu papel fundador no movimento dos não-alinhados. A questão das nacionalidades, muito delicada no fim da Presidência de Tito, não se manifestou de forma muito aguda entre 1945 e 1965. O relativo sucesso do modelo “titista” durante esse período levou os dirigentes iugoslavos a ir ainda mais longe nas reformas a partir de 1965, com resultados que foram em geral menos positivos.

Capítulo II: Uma análise do crescimento econômico soviético dos anos 1950 até o colapso da União Soviética

Existem grandes debates sobre a questão da industrialização da União Soviética tanto antes da Segunda Guerra Mundial quanto durante. Houve muitas contribuições tanto de economistas soviéticos (Fel'dman, G.A. (1928) [1964]; Preobrazhensky, E. (1926) [1964]) quanto de acadêmicos ocidentais (Erhlich, 1960; Gerschenkron, 1962; Spulber, 1964; Dobb, 1978; Zaleski, 1980; Nove, A., 1992; Allen, 2003) sobre este tema. O recente estudo de Allen (2003) oferece, aliás, uma visão muito interessante deste processo.

Mas, o período posterior à Segunda Guerra Mundial não foi muito discutido do ponto de vista estrutural na literatura. Ora, as características estruturais da economia soviética mudaram bastante entre o período anterior e posterior a 1950. Assim, no período estudado neste capítulo, não existe mais o sub-investimento na agricultura que caracterizava o sistema soviético nos anos 1920 e 1930. Da mesma forma, muitos estudos sobre a economia da URSS insistem na questão da autarquia, enquanto será mostrado neste trabalho que houve um forte processo de abertura comercial a partir do início da década de 1970.

Este capítulo investiga melhor do ponto de vista estrutural os determinantes do crescimento econômico da União Soviética entre 1950 e 1991. A evolução da economia soviética entre 1950 e 1991 pode ser dividida em três fases, cada uma associada a um diferente nível de crescimento econômico, que correspondem a distintos padrões de acumulação de capital e de mudança estrutural. A observação das taxas médias de crescimento do produto (PIB) da União Soviética de 1950 a 1991 nos mostra claramente estas três fases bem distintas ⁶⁶ (ver tabela II.1). Temos uma fase inicial de taxas de

⁶⁶ Existem grandes debates e controvérsia sobre a qualidade e exatidão de indicadores econômicos construídos para a União Soviética (tanto pelo governo quanto por analistas externos). Os estatísticos soviéticos eram acusados por certos especialistas ocidentais (principalmente americanos) de manipular os dados para fins de propaganda. Essas acusações eram em geral ligadas a motivos ideológicos e “few indeed are those who believe that Soviet output statistics are invented. The consensus is that they represent the data which planners and statisticians themselves use” (Nove, 1977, p.351). Outra questão importante era a comparabilidade das estatísticas de crescimento econômico soviéticas com as estatísticas ocidentais. Os estatísticos soviéticos usavam o conceito de ‘Produto Material Líquido’ (PML) para medir o crescimento econômico. O ‘Produto Material Líquido’ difere do ‘Produto Nacional

crescimento relativamente elevadas, que vai dos anos 1950 até o início da década de 1970. Ela corresponde a um regime de acumulação extensiva de capital com um rápido crescimento da produção e do PIB per capita. A fase seguinte, que se estende de meados dos anos 1970 até 1985, corresponde a um período de desaceleração do crescimento econômico, com tentativas mal sucedidas de adotar um regime de acumulação de capital mais intensivo. A terceira e última fase começa em 1985 com as reformas da *Perestroika* implementadas por Mikhail Gorbachev. Ela é caracterizada por uma forte degradação do desempenho econômico e pelo dismantelamento do sistema soviético.

Tabela II.1: Taxa de crescimento média do PIB per capita da URSS (1950-1991)

| Período | Taxa de crescimento média do PIB per capita (%) |
|---|---|
| Crescimento econômico elevado (1950-1973) | 3,6 |
| Estagnação (1974-1984) | 0,93 |
| <i>Perestroika</i> (1985-1991) | -1,3 |

Fonte: Maddison (2006, p. 478-479).

Este capítulo pretende mostrar como, depois do esgotamento do modelo de acumulação extensiva de capita, houve imensas dificuldades para mudar as prioridades do sistema soviético que inviabilizaram a passagem para um regime de acumulação mais intensivo. Será demonstrado que essas dificuldades não superadas levaram as autoridades soviéticas a achar uma solução no aumento considerável da abertura da economia soviética. Esta maior abertura carregou consigo uma crescente vulnerabilidade externa que, junto com a desestruturação do sistema soviética durante a *Perestroika*, foi responsável pelo colapso econômico da URSS.

Bruto' porque o PML só leva em conta a atividade dos setores de produção material, incluindo somente os serviços diretamente ligados à produção de bens físicos, como o frete, os serviços de comunicação e de informação,... (Lavigne, 1979, p.226-228; Nove, 1977; Ellman, 1980). Reconstruções das estatísticas soviéticas segundo o padrão ocidental foram realizadas por muitos economistas, que chegaram a resultados muito heterogêneos em termos de taxa média de crescimento econômico. No entanto, as mudanças na economia e sociedade soviéticas no período analisado são tão drásticas que praticamente todos os indicadores disponíveis para o período tendem a se mover na mesma direção geral, que é o que nos interesse num estudo com um enfoque mais estrutural (Kotz, 2007, p. 35).

O capítulo é organizado da seguinte forma. A seção II.1 explora de forma sintética as principais características do sistema econômico soviético. A seção II.2 examina os determinantes das altas taxas de crescimento econômico observadas na URSS entre a década de 1950 e o início dos anos 1970. A seção II.3 discute das razões que levaram à desaceleração do crescimento econômico entre o início dos anos 1970 e meados da década de 1980. A seção II.4 se concentra na análise das consequências das reformas da *Perestroika* e da *Glasnost* sobre o sistema econômico soviético, que acabaram provocando seu colapso. A seção II.5 oferece algumas breves observações finais.

II.1 As principais características do sistema econômico soviético

A URSS era uma economia planejada de comando, que operava em condições de escassez de capital, com propriedade estatal dos meios de produção (incluindo a coletivização das terras)⁶⁷. A produção era voltada para o uso e não para a venda e o lucro.

O pleno emprego do trabalho era garantido constitucionalmente e ao mesmo tempo (para todos os homens aptos) havia uma obrigação legal de trabalhar. A escolha de ocupação pelo trabalhador era em princípio livre, mas, na prática, havia fortes restrições à mobilidade geográfica dos trabalhadores (passaportes internos e dificuldades de conseguir moradia). Quando os diferenciais de salário ou outras vantagens (naturalmente bem menores que nos países capitalistas) não atraíam a mão de obra necessária, o Estado tomava diversos tipos de iniciativas de mobilização de trabalho praticamente compulsório para seus projetos.⁶⁸

O Estado soviético possuía o monopólio do comércio exterior, decidindo quais bens deviam ser exportados e importados, segundo as prioridades do país. A alocação

⁶⁷ Ericson(1991) aponta que em 1987 o Estado soviético era responsável por 100% do valor adicionado da indústria, 98% do valor adicionado do comércio e 88% do da agricultura. O Estado era proprietário de 78% da área construída urbana e 25% da rural, o restante sendo residências privadas. 91% do emprego era no setor estatal e 6% nos *Kolkhozs* (que desde meados dos anos 50 eram geridas praticamente como as fazendas estatais).

⁶⁸ Existia o uso em larga escala de trabalho forçado de prisioneiros -inclusive políticos -pelo menos até a morte de Stalin. Uma fonte interessante sobre a evolução das relações de trabalho na URSS pode ser encontrada em Filtzer (1992).

das importações era realizada fisicamente a partir das decisões do sistema de planejamento central (Dyker, 1992; Smith, 1993). A moeda russa era inconvertível e os controles da conta de capitais eram absolutos e a taxa de câmbio nominal era fixa em termos nominais.

Assim, é interessante observar que a URSS exportou matérias primas, principalmente agrícolas, durante seus primeiros anos de existência para financiar a importação de bens de capital, em geral provenientes da Europa Ocidental (Alemanha), porque essas máquinas e equipamentos eram imprescindíveis para realizar seu projeto de industrialização (Allen, 2003).

O planejamento centralizado alocava os recursos para todo o processo produtivo. Na União Soviética, a atividade econômica era definida por decisões vindas do centro. A produção e a disponibilidade física (distribuição e comercialização) de bens de consumo eram decididas a priori pelos planejadores. A realização dos objetivos planejados era imperativa. Como Stalin (Ellman, 1979, p. 17) afirma: “plans are not forecasts but instructions”. Nas palavras de Kowalik (1987, p.390):

“In both its design and implementation stages, central planning is based on a hierarchical pattern of national economy, which in turn presupposes obedience and discipline”.

O órgão de planejamento central, encarregado da elaboração dos planos, era o *Gosplan* (Comissão Estatal de Planejamento).

O sistema de preços era totalmente administrado. Os preços eram determinados administrativamente pelos custos primários de produção, mais uma margem que servia tanto para arrecadar impostos indiretos quanto para cobrir a reposição do capital fixo. Havia, no entanto, uma imensa variedade de impostos extras e vários tipos de subsídios embutidos nos preços dos diversos bens pelos mais variados motivos, o que, somado à relutância de aumentar os preços nominais dos bens de consumo essenciais, tornava os preços relativos administrados (não respondiam à demanda) também bastante opacos mesmo como indicadores de custo⁶⁹.

O *Gosplan* definia objetivos físicos de produção para toda a economia. O sistema de planejamento central era voltado explicitamente para maximizar a produção de bens materiais a partir da mobilização dos recursos disponíveis de trabalho, capital,

⁶⁹ Por isso, era comum que o mesmo produto tivesse preços diferentes segundo os setores usuários ou as regiões geográficas de comercialização.

terra e demais recursos naturais. A minimização dos custos e o aumento da eficiência não eram prioridades.

A produção era organizada em empresas de tamanho médio e grande⁷⁰, com plantas industriais (e fazendas estatais) com escalas de produção de produtos padronizados em geral bem maiores que nas economias capitalistas⁷¹. As empresas costumavam ser praticamente monopolistas em seu segmento do “mercado” em termos de tipo de produto ao menos numa região geográfica. As empresas tinham que cumprir um conjunto de metas estipuladas pelos planejadores centrais do *Gosplan* ou (em mais detalhe) pelos ministérios setoriais. Em geral, as metas mais importantes eram estabelecidas em termos de valor bruto da produção, pois a tarefa principal do sistema de planejamento central era garantir que quantidades físicas de bens materiais específicos fossem produzidas por uma empresa e entregues dentro de determinados prazos para outras empresas e/ou usuários finais (os militares ou os consumidores, por exemplo)⁷².

Os Planejadores centrais costumavam propor metas ambiciosas de produção em geral calculadas como uma taxa de crescimento a partir das metas atingidas pela empresa no período de planejamento anterior, pois o objetivo era obter o máximo crescimento da economia a partir dos recursos humanos e materiais disponíveis. Por isso, existiam vários incentivos para que as metas de produção fossem cumpridas (e se possível, superadas)⁷³ e em geral não havia recusa ao financiamento de despesas extras que surgissem nas empresas em sua tentativa de atingir as metas⁷⁴.

⁷⁰ Ickes (2007) mostra que embora mesmo as grandes empresas soviéticas fossem bem menores do que as grandes empresas multinacionais capitalistas a característica marcante da estrutura industrial soviética era a quase total ausência de pequenas empresas.

⁷¹ Cano (2000) fala em plantas com escalas de produção dez vezes maiores que as dos países capitalistas.

⁷² Este é um ponto central embora mal compreendido pelos economistas ocidentais e neoclássicos para o entendimento do sistema de alocação de recursos soviético. São comuns as referências anedóticas às distorções causadas por metas deste tipo, mas, raramente se explica qual era a razão de ser das metas, nem o motivo pelo qual o sistema era mantido apesar das distorções. Por exemplo, quando, depois das reformas de Kossygin em 1965, houve uma tentativa de introduzir metas de valor adicionado, as empresas passaram a produzir mais bens que tinham margens brutas de lucro mais altas e que nem sempre eram os produtos necessários para que a economia cumprisse o plano. Dyker (1992) é um dos poucos a oferecer uma descrição menos ideológica do sistema de planejamento soviético.

⁷³ Para que as metas gerais definidas pelo *Gosplan* fossem atingidas (num contexto de crescente complexidade da economia e do problema de coordenar administrativamente os suprimentos tanto de insumos para os diversos setores quanto de bens finais de produção ou consumo)

Desta forma a economia soviética se constituía basicamente numa economia de comando onde a alocação de recursos era feita em grande parte a partir das decisões administrativas dos planejadores.

Neste sistema, a coordenação dos investimentos era realizada pelo Estado por meio do sistema de planejamento que tentava alocar diretamente e em termos físicos os bens de capital fixo e circulante de acordo com as prioridades definidas pelos planejadores. Na prática, não se configurava nenhuma restrição financeira aos investimentos planejados. Devido a metas ambiciosas para o investimento e o gasto militar, combinadas com a política de garantia de pleno emprego da mão de obra e o alto grau de rigidez de preços nominais e relativos, a economia de comando era caracterizada por uma situação de permanente excesso de demanda no mercado de bens, uma economia onde a produção era limitada pela oferta e não pela demanda efetiva como nos países capitalistas. A produção potencial era limitada pelo estoque de capital fixo e por seu grau de utilização real que podia ser restringido pela escassez de capital circulante ou de força de trabalho (Fel'dman, 1928 [1964]; Kalecki, 1966 [1993], 1970 [1993]). A economia soviética, como toda economia socialista, tinha restrição de oferta, com “utilization parameters of resources determined [...] by the supply side” (Kornai, 1979).

A economia da escassez operava na prática a partir de diversos tipos de racionamento quantitativo e filas (e naturalmente existia um mercado negro ilegal de bens de consumo). Como apontaram Kalecki (1966 [1993]) e Nell (1997), no agregado, a economia da escassez implicava em que a variável de ajuste entre a oferta e a demanda agregada fosse o nível real do consumo dos trabalhadores através um mecanismo de poupança forçada a preços fixos, que era o que restava uma vez deduzido do produto os gastos do Estado (investimento e gastos militares).

houve, ao longo do tempo, uma tendência à crescente integração vertical para trás das empresas e de alguns dos ministérios setoriais (que produziam muitos dos seus próprios insumos e até energia) e surgiu também um “mercado cinza” onde empresas (ou até ministérios setoriais) trocavam entre si suprimentos de insumos e materiais (de construção por exemplo), bens e até alguns tipos de serviços através do crédito informal entre empresas.

⁷⁴ Esta garantia de vendas do nível de produção e cobertura dos custos foi batizada “soft budget constraint” pelo economista húngaro Kornai (Kornai, 1979).

Os trabalhadores recebiam salários em dinheiro e podiam decidir livremente o que consumir (ou poupar a juro praticamente zero) à preços nominais que se mantinham estáveis por décadas.

Havia também uma oferta adicional de bens agrícolas relativamente pequena vendida no mercado legalmente a preços mais ou menos livres. Esta oferta vinha do fato de que os trabalhadores das fazendas coletivizadas (*Kolkhoz*) podiam vender no mercado ou consumir livremente o excesso de sua produção sobre as cotas de produção estipuladas no plano e que os trabalhadores assalariados das fazendas estatais (*Sovkhoz*) também podiam trabalhar certos períodos de tempo para si próprios⁷⁵.

Não havia problema de demanda efetiva na Economia Soviética, ao contrário do que acontece nas economias capitalistas. Como afirma Kalecki (1970 [1993], p. 113):

“[in] socialist economies [...] the problem of effective demand is really solved [...]: prices are fixed by planning authorities in relation to wages in such a way as to achieve full utilization of resources (and this is true not only in the long run but even in a short period)”.

As prioridades do sistema soviético, pelo menos até o fim da década de 1960, eram na ordem:

- 1) O crescimento econômico liderado pelo investimento
- 2) O gasto militar
- 3) Consumo pessoal de subsistência (alimentos, roupas, alojamento)
- 4) O consumo público⁷⁶
- 5) A Diferenciação do consumo.

A diversificação do consumo e a produção de bens de consumo duráveis não representavam, portanto, objetivos prioritários, pelo menos antes dos anos 1970.

A União Soviética tinha uma economia de comando caracterizada por uma mobilização dos recursos para realizar uma industrialização rápida (Grossman, 1987).

⁷⁵ A economia privada ou “Segunda economia” incluía também um mercado negro e ilegal de bens que era combatido pelas autoridades e um outro mercado informal de serviços pessoais urbanos (reparadores de eletrodomésticos, encanadores, etc.) que não era muito reprimido (apesar de formalmente ser também ilegal).

⁷⁶ O consumo público corresponde ao suprimento para toda a população do que os soviéticos chamavam de consumo comunitário ou comunal que incluía todos os gastos com o sistema de saúde, educação e demais serviços sociais e culturais inclusive a operação e manutenção de hospitais escolas, museus, bibliotecas, facilidades esportivas etc. (as universidades e a pesquisa científica também estavam incluídas na definição de consumo comunal).

No sistema econômico soviético, a prioridade na alocação dos investimentos era dada às indústrias de bens de produção em detrimento do setor de bens de consumo. Esta estratégia era muito clara desde o Primeiro Plano Quinquenal (1928-1933). Assim, Feldman (1964 [1928], p. 194), um dos mais importantes economistas soviéticos dos anos 1920 escrevia o seguinte:

“[an] increase in the rate of growth of income demands industrialization, heavy industry, machine building, electrification”.

A ênfase na indústria pesada em detrimento da indústria de bens de consumo pode ser explicada pela importância do complexo militar-industrial soviético. Como Clarke (2007, p.11) argumenta:

“the soviet system [...] was a system of surplus appropriation and redistribution subordinated to the material needs of the state and [...] of its military apparatus. [...]The development of the system was not subordinated to the expansion of the gross or net product in the abstract [...] but to expanding the production of specific materials and equipment – tanks, guns, aircraft, explosives, missiles – and to supporting the huge military machine”.

A economia soviética era altamente militarizada porque o país era constantemente confrontado à hostilidade de outras potências estrangeiras, particularmente os Estados Unidos e também da China depois de 1960 (ver capítulo I para maiores detalhes). Nas palavras de Gerschenkron (1962, p. 148):

“there is very little doubt that [...] Russian industrialization in the Soviet period was a function of country’s foreign and military policies”.

Essa militarização da economia teve fortes implicações estruturais⁷⁷. A economia soviética era já altamente militarizada nos anos 1930, mas, a Segunda Guerra Mundial e as derrotas iniciais da URSS mostraram que sua estrutura econômica não estava ainda totalmente preparada para um conflito de grande porte. Foi somente em 1942, após mais de um ano de conflito, que foi completada, como escreve Lagovsky, "the conversion of the nation's economy to a war footing" (Gaddy, 1996, p. 37). Após a

⁷⁷ Andrei Lagovsky, um coronel soviético especialista reconhecido na questão da economia militar, ofereceu no seu livro “Estratégia e Economia” [*Strategiya i ekonomika*], publicado em 1957, uma análise muito completa e contundente das implicações da militarização para a estrutura econômica soviética. O trabalho de Lagovsky, amplamente citado e usado por Gaddy (1996) serve de base para nosso estudo do impacto estrutural da militarização da economia soviética.

Segunda Guerra Mundial, no contexto ameaça permanente contra a segurança da URSS característico da Guerra Fria, uma série de medidas foi tomada para melhorar, então, a preparação da economia soviética para uma eventual guerra.

A questão da localização das fábricas no território soviético foi examinada com muita atenção. A concentração da indústria soviética na parte ocidental do país tinha sido muito predicável no início da Segunda Guerra Mundial, quando a URSS perdeu uma parte não negligenciável de sua capacidade produtiva com a invasão nazista. A decisão foi, então, tomada de espalhar os complexos industriais em todo o território da URSS, até em regiões longínquas e com condições climáticas difíceis (Sibéria). Esta dispersão geográfica não foi decidida por razões econômicas, já que ela representava um gasto adicional de recursos muito elevado, mas, porque ela se inseria na estratégia global de um país permanentemente ameaçado por um conflito em larga escala (Dobb, 1978).

Da mesma forma, a URSS possuía sempre várias fábricas produzindo exatamente os mesmos componentes e equipamentos necessários para alimentar a produção de armas e munições:

"Under contemporary conditions of active impact of aviation on industry, it is impermissible to have one-of-a-kind plants. The same products, the same part or assembly must always be manufactured at several plants located in different economic regions. The duplication of production, even many times over, is absolutely essential." (Lagosky em Gaddy, 1996).

O gasto militar elevado, com a constituição e a manutenção de estoques gigantes, cujo tamanho ia bem além das necessidades de uma economia operando em condições normais, também, era necessário no contexto de uma "economia de guerra permanente". Mas, esses estoques de armas, munições e equipamentos militares não eram suficientes para garantir que o país esteja pronto para enfrentar uma guerra. Como observa Gaddy:

"producing and stockpiling large quantities of arms and ammunition before the war was not enough (though that is important). Indeed, to build up the necessary stocks of all weapons systems and munitions would be impossible; most production would have to occur during the war itself. Therefore, even more important than stockpiling finished inventory was to have maximum production capacity - the ability to produce during the war".

A economia soviética foi, então, reorganizada para garantir essa capacidade de produzir em grande escala para o esforço de guerra, caso fosse necessário. O VPK, a Comissão Militar-Industrial Soviética, era encarregado de garantir uma capacidade de mobilização rápida de toda a economia para alimentar o exército em armas, equipamentos e suprimentos no caso de uma ameaça contra a segurança da URSS. O VPK controlava assim a produção inteira dos setores-chave da indústria soviética (ver figura II.1). Como escreve Gaddy (1996, p. 37):

“The military therefore had to exert an active influence on these and other branches of the economy. The most direct way it could do that was to ensure that all sectors of industry vital to the conduct of war were not allowed to atrophy in peacetime”.

O VPK exercia, desta forma, um verdadeiro controle sobre a estrutura, a organização, a composição e o design da produção industrial civil. Assim, as máquinas e ferramentas usadas na indústria soviética eram de uso geral para permitir que, em caso de guerra ou de forte ameaça de conflito, a produção civil possa ser substituída pela produção de armas e equipamentos militares:

“Another way in which the civilian manufacturing sector served a dual-use capacity was by being structured so as to be capable of immediately switching over to military production in a mobilization. Many civilian manufacturing plants were intentionally not equipped with the specialized tools and machines best suited for the product they manufactured, but rather with so-called universal machines. These were machines that could be easily adapted, if need be, to produce a wide range of products (especially, of course, military goods). The problem was that although such machines could indeed do many different things, they did none of them as well as more specialized machines would have. The effect was to guarantee that the civilian products manufactured with these machines were inefficiently made and of poor quality. As Yevgeny Kuznetsov wrote: ‘Almost any strictly civilian enterprise (although to a widely varying degree) was affected by the constraints on product design and plant layout imposed by the requirements of the military. Civilian technologies were supposed to be designed in a way guaranteeing easy conversion to military manufacturing. Plants producing agricultural machinery were to be converted to the production of tanks (that is one of the reasons why Soviet tractors were of excessive weight and capacity) and other heavy military equipment’” (Gaddy, 1996, p. 41).

Além da organização industrial, a própria natureza dos produtos industriais soviéticos foi afetada pela militarização da economia. Muitos bens manufaturados para uso civil eram concebidos com especificações determinadas pelos militares. A ideia é que, em caso de conflito, esses bens e equipamentos civis possam ser usados facilmente para o esforço de guerra:

“the military planners demanded that a whole range of what would normally be considered civilian industrial products be designed and manufactured to military specifications. "Civilian production must absolutely be required to meet military standards with respect to strength, dimensions, speed of movement, and so on," emphasized Lagovsky. [...] He encouraged the military to make a thorough inventory of the technologies existing in the civilian economy to see which would be useful to the military and then to insist on the necessary design modifications. The result was that a large number of products manufactured in the Soviet Union nominally for civilian use were in fact only "on loan" by their real owners, the military. These products were often heavily overengineered and far from ideally suitable for the civilian purpose intended. At the same time, they cost more to produce”.

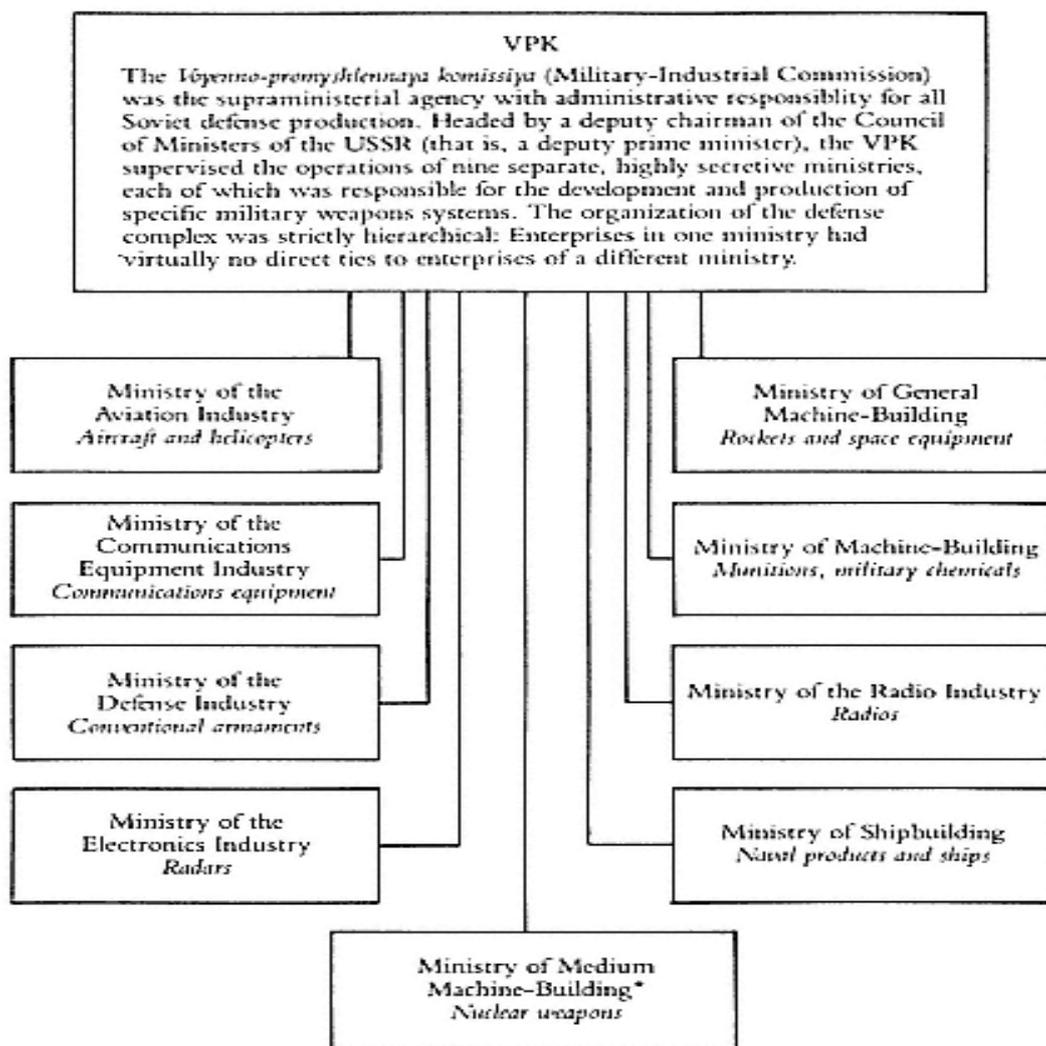
Os produtos soviéticos civis, já pouco adaptados para as necessidades da população⁷⁸, não beneficiavam, ainda por cima, de um bom controle de qualidade, reservado ao setor militar:

“the concept of dual use negatively affected civilian industry [...] when military and civilian industry used identical components or materials. Once more, this usually meant that the designs of the civilian products had to be modified. The operative mechanism here was the way products were separated into those destined for the military and those for civilian industry. A peculiar and extremely costly form of quality control was used. Large quantities of a product would be produced. The military would choose those units that met their rigorous standards, and the rest would be left over for the civilian sector. In some cases, the same component might be passed down an entire chain: If the defense sector rejected it, it was passed on to the "civilian producer goods" sector. If rejected there, it would be considered for use in the consumer goods sector. Then, if it was not deemed totally worthless, it might finally end up as part of a toaster, television set, or the like used in a Soviet household” (Gaddy, 1996, p. 50).

⁷⁸ “The Russian economist Viktor Belkin offered examples. Writing in 1992, he pointed out that even at that relatively late date, most of the trucks, tractors, and airplanes being turned out by Russian factories were still being manufactured according to military specifications. The most common type of truck seen on Soviet roads, for instance, was a four- to six-ton model the size deemed most useful for the Soviet Army. But such trucks were not suited for most everyday civilian uses. They were too large for transporting small commercial loads inside urban areas and too small to be efficient for long hauls and large loads. Similarly, the tractors shipped to Soviet farms were huge, heavy, and powerful not so much because that was what the farm sector wanted, but because that would make the tractors usable for the military in wartime. Meanwhile, in their peace time applications these behemoths not only wasted fuel but also compacted the soil, rendering it completely infertile. The excessive size and weight of Soviet-made passenger airliners once again due in part to Soviet military requirements made them extremely fuel-inefficient. Even the official Soviet airline, Aeroflot, calculated that it would be worth using scarce foreign currency to buy Western-built planes, because the fuel saving alone would be equal to up to twice the cost of the plane over its lifetime” (Gaddy, 1996, p. 42).

Enfim, uma última consequência da militarização da economia soviética era a ‘confiscação’ da maior parte das inovações tecnológicas e dos avanços científicos para um uso estritamente militar. Este fenômeno será estudado detalhadamente mais adiante.

Figura II.1: A organização da Comissão Militar Industrial (VPK) na União Soviética no início dos anos 1980.



*Transferred in 1989 to the newly created Ministry for Atomic Power and Industry, which was given responsibility for both military and civilian applications of nuclear power.

Fonte: Gaddy (1996, p. 17).

Havia propriedade coletiva das terras na URSS desde o processo de coletivização dos anos 1930⁷⁹. As fazendas coletivas eram divididas em duas grandes

⁷⁹ A produção agrícola privada, também, existia na União Soviética. Ela correspondia à produção dos lotes familiares e ao gado de propriedade própria dos trabalhadores agrícolas. A produção da agricultura privada era negligenciável para os grãos e as culturas industriais, mas,

categorias: os *kolkhozs* e os *sovkhozs*. Os *kolkhozs* eram cooperativas e os *sovkhozs* eram fazendas estatais. Como escreve Lewin (1985, p. 142), “Grain [...] was a strategic raw material indispensable to the process of running the State and of industrializing it”. A coletivização era uma forma de garantir o abastecimento em produtos agrícolas da crescente classe de trabalhadores industriais. Ela facilitou a transferência de uma parte significativa do excedente agrícola para a acumulação de capital no setor industrial (Preobrazhensky, 1926 [1964]; Allen, 2003). Gerschenkron (1962, p.146) faz, assim, a seguinte observação, descrevendo a situação dos anos 1930:

“Once the peasantry had been successfully forced into the machinery of collective farms, once it became possible to extract a large share of agricultural output in the form of ‘compulsory deliveries’ without bothering much about the *quid pro quo* in the form of industrial consumers’ goods”.

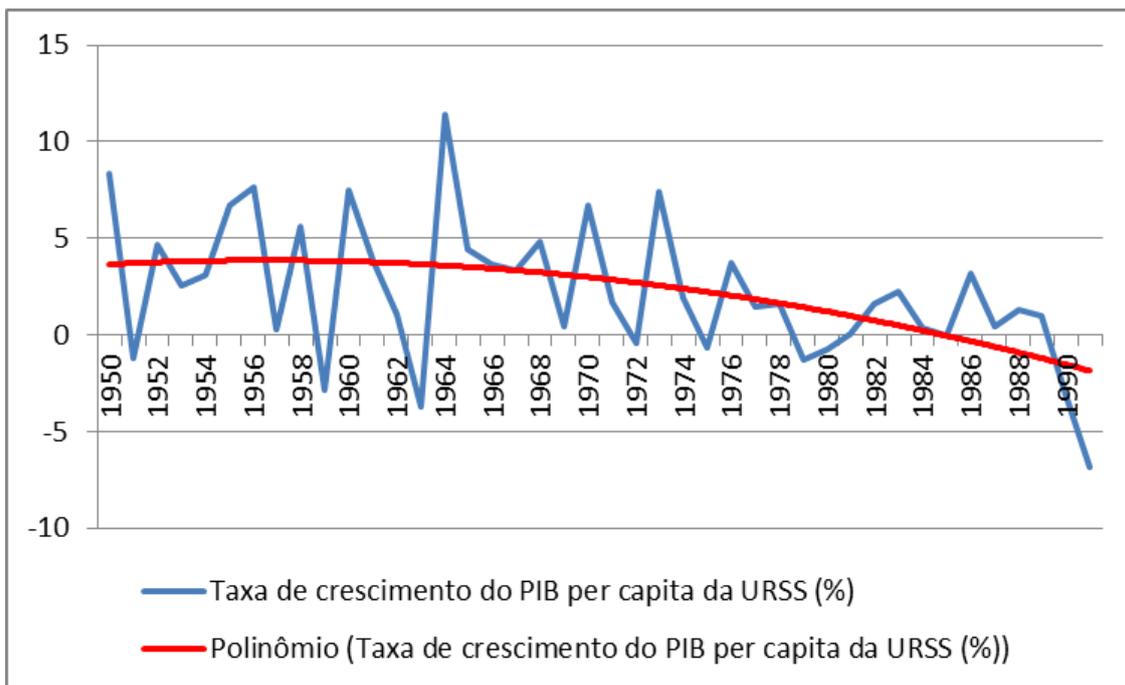
Após a Segunda Guerra Mundial, esse cenário mudou e a produção agrícola passou a receber mais recursos, como será mostrado na seção seguinte. Da mesma forma o debate sobre a questão de saber se a organização *kolkhoziana* ou *sovkhoziana* era melhor perde relevância. O processo de ‘sovkhozição’ da agricultura soviética estava já avançado e, na prática, muitos ‘*kolkhozianos*’ tinham passado a receber salários (Violin, 1970).

II.2 O período de crescimento econômico acelerado (1950-1973)

Esta primeira fase, que vai da década de 1950 até o início dos anos 1970, corresponde a um regime de acumulação de capital intensivo, com crescentes taxas de investimento e um crescimento acelerado da produção e do PIB per capita (ver gráfico II.1). Assim, a taxa anual de crescimento do PIB per capita foi de 3,6% durante este período (ver tabela II.1). Uma importante mudança estrutural aconteceu neste período, com a ampla transferência de força de trabalho da agricultura para a indústria e com o progresso técnico incorporado na nova maquinaria. A produção agrícola, como será mostrado, fez, também, grandes progressos durante este período.

Gráfico II.1: Evolução da taxa de crescimento do PIB per capita da União Soviética entre 1950 e 1991 (em %)

representava uma parcela significativa do setor pecuário e da produção de frutas e legumes (Nove, 1977, p. 26-27).



Fonte: Maddison (2006, p. 478-479).

O programa de desenvolvimento econômico da União Soviética era baseado num processo de industrialização rápida. O modelo de crescimento extensivo soviético era focado no aumento do excedente graças à mobilização de recursos adicionais. Neste sentido, a ênfase na indústria pesada, de bens de capita e de armamento era uma escolha totalmente assumida pelos dirigentes soviéticos. Assim, Stalin (1951 [1972]) escreveu o seguinte:

“the national economy [of the USSR] cannot be continuously expanded without giving primacy to the production of means of production”.

Em 1928, 60,5% da produção industrial soviética era de “bens do grupo B” (bens de consumo) e 39,5% de “bens do Grupo A” (bens de produção)⁸⁰. Em 1950, essa proporção já era mais do que inversa, com 68,8% da produção industrial constituída de “bens do Grupo A” e 31,2% de “bens do Grupo B” (Ellman, 1980). Novas técnicas de produção, como o Fordismo, importado dos Estados Unidos, foram adotadas na União Soviética já nos anos 30 e generalizadas durante a Segunda Guerra Mundial.

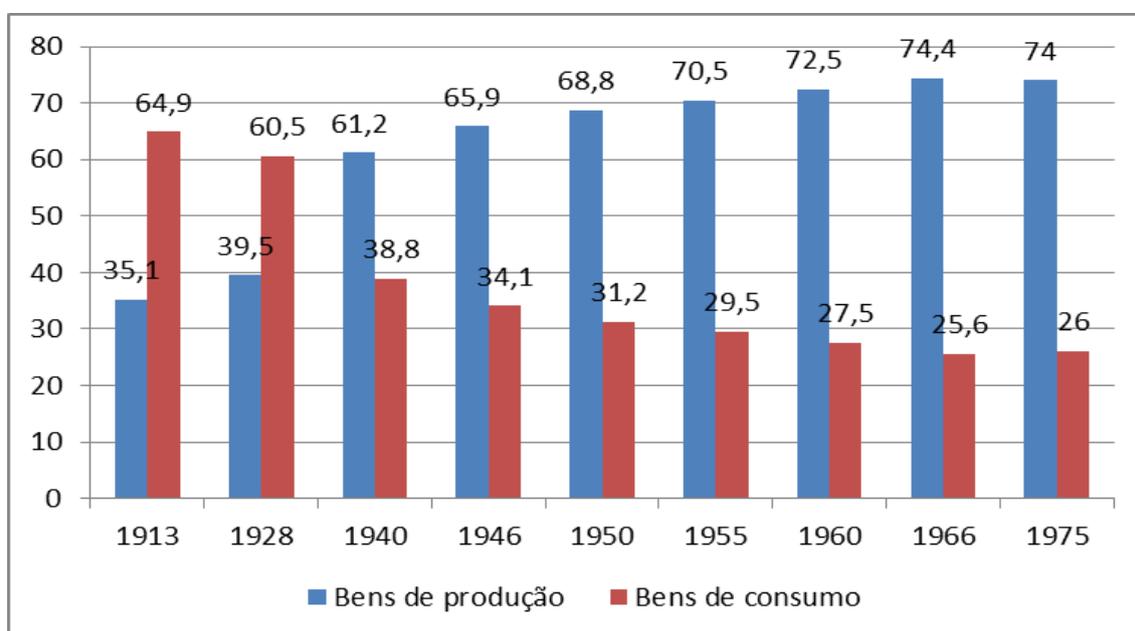
Mas, a prioridade absoluta dada aos bens de produção em detrimento dos bens de consumo foi atenuada quando Nikita Khrushchov chegou ao poder. Khrushchov declarou assim num discurso pronunciado em 1956:

⁸⁰ Essa terminologia era usada na planificação e prática de estatística soviética.

“now that we possess a powerful heavy industry developed in every respect, we are in position to promote rapidly the production of both the means of production and consumer goods” (Dobb, 1978, p.331).

Essa nova estratégia soviética foi confirmada nos anos 1960⁸¹. A parcela dos bens do Grupo A na produção industrial soviética continuou a aumentar até meados da década de 1960, mas, num ritmo muito lento. A proporção de bens de consumo na produção soviética começou, então, a aumentar muito ligeiramente no final dos anos 1960 e no início da década de 1970, revertendo uma tendência que tinha sido inerente ao sistema econômico da URSS (ver gráfico II.2).

Gráfico II.2: Divisão do Produção industrial soviética entre bens de consumo e bens de produção (em %)



Fonte: ELLMAN (1979, p. 120).

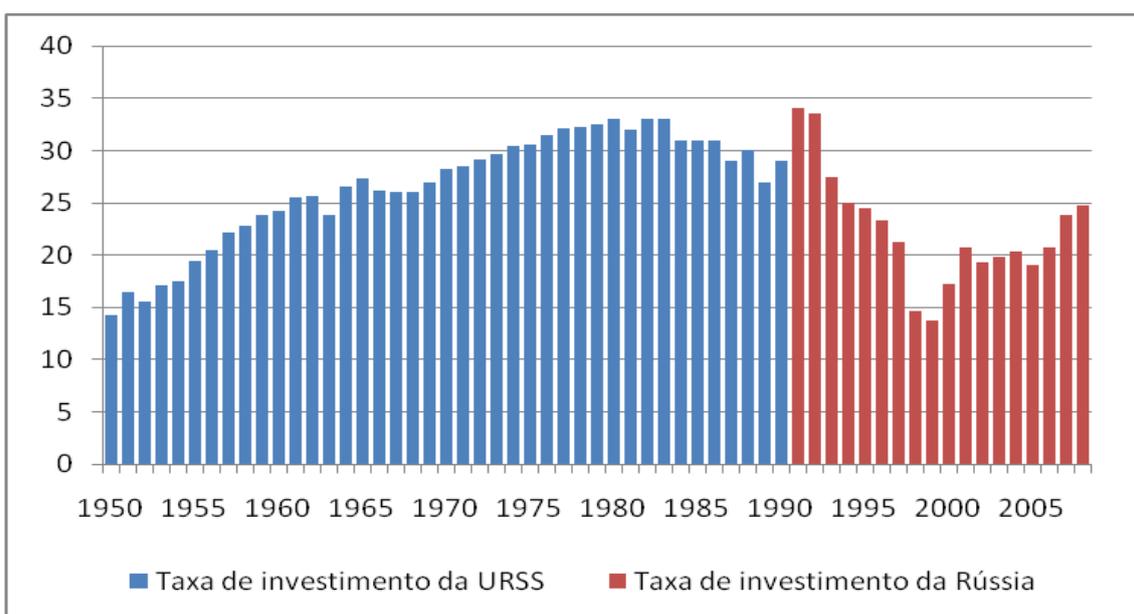
As inovações nas técnicas e na organização produtiva, como o taylorismo, importado dos Estados Unidos, foram adotadas na União Soviética já nos anos 30 e generalizadas durante a Segunda Guerra Mundial.

Durante o período de crescimento econômico rápido, a parcela do investimento no PIB cresceu muito, passando de 14% em 1950 para cerca de 30% em 1973 (ver gráfico II.3). O ritmo de crescimento do investimento era, então, maior que a taxa de crescimento do PIB durante o período. Essa evolução foi coerente com o modelo de

⁸¹ No Novo Programa do Partido Comunista da União Soviética de 1961, “emphasis was again laid upon the importance of ‘ensuring a rapid increase in the output of consumer goods’ and ‘an accelerated development of all branches of light and food industry’” (DOBB, 1978, p.327).

acumulação extensiva de capital escolhido pela União Soviética e descrito acima. Numa situação de abundância de força de trabalho disponível oriunda do campo e de matérias primas de baixo custo, o único fator limitante para o crescimento econômico da URSS era o capital. O investimento soviético era, então, particularmente concentrado na indústria pesada, no setor de bens de capital e no complexo militar-industrial. Mas, a agricultura não foi negligenciada e havia uma tendência ao aumento da parcela do investimento voltado para o setor agrícola no total do investimento.

Gráfico II.3: Evolução da taxa de investimento na URSS (1950-1991).



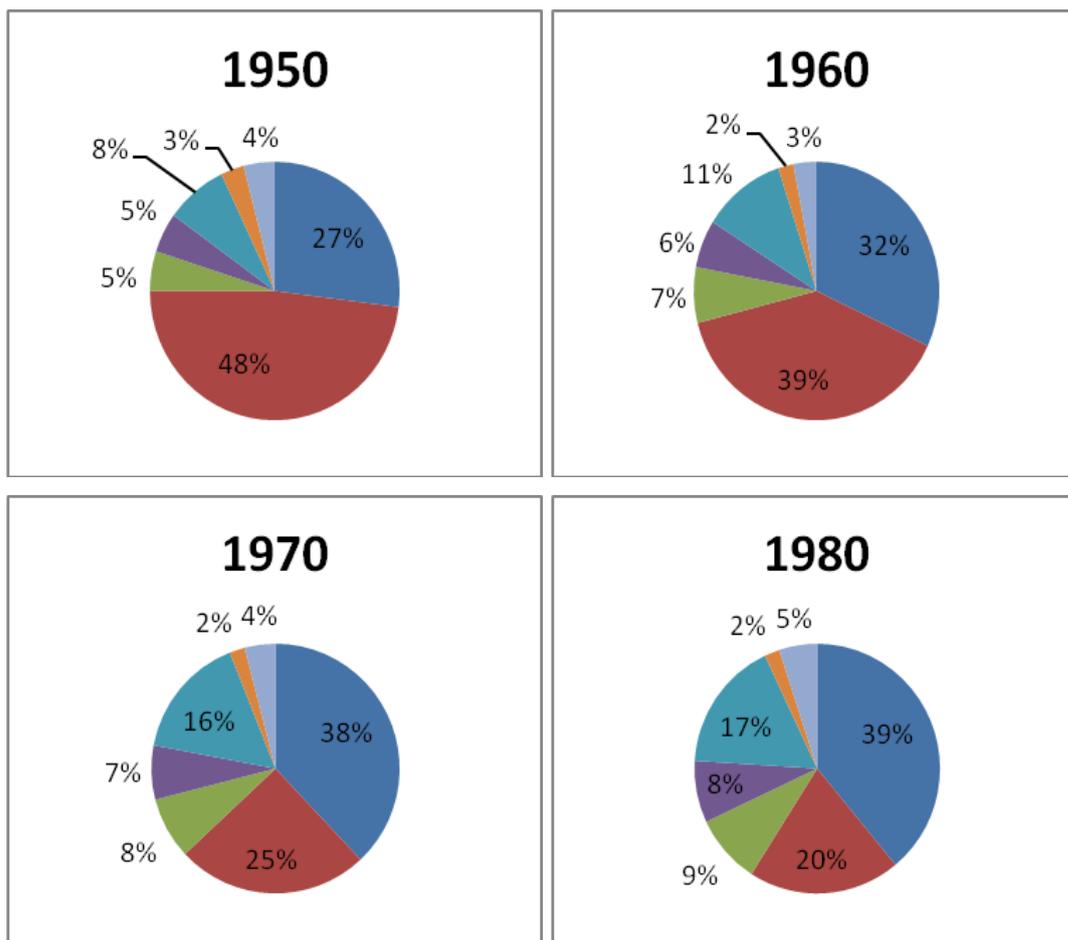
Fontes: Joint Economic Committee (1982) & Federal State Statistics Service (2012).

Devido à ênfase no investimento e nos bens de produção, a parcela do consumo no PIB soviético caiu de 55% em 1950 para 49% em 1970 (Ofer, 1987). Apesar desta tendência à queda da parcela do consumo, o padrão de consumo soviético melhorou de forma significativa no período, graças ao forte aumento da taxa de crescimento da renda per capita.

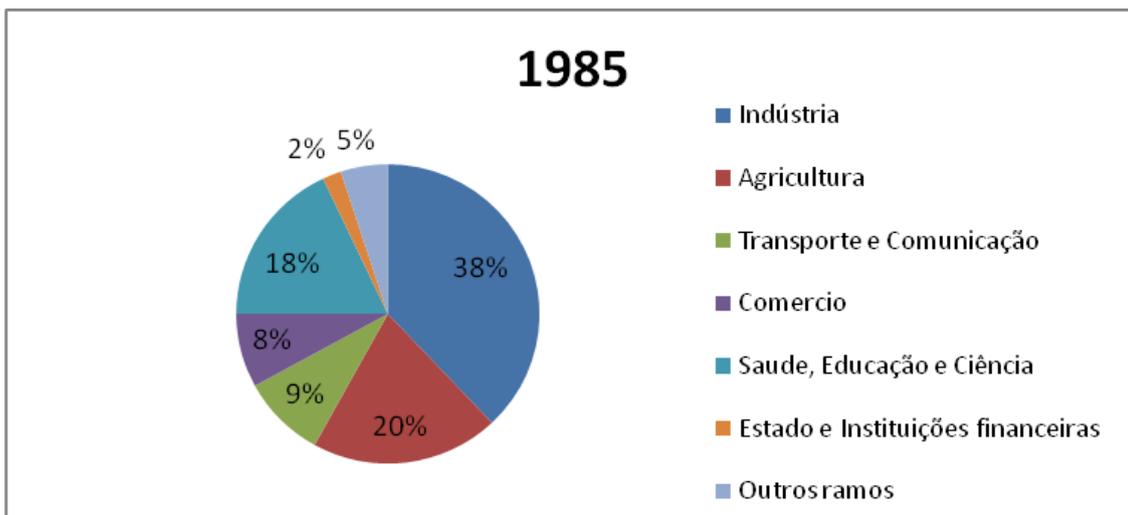
Uma importante mudança na estrutura setorial do emprego pode ser observada na União Soviética nesta fase. Era o resultado lógico da estratégia soviética de industrialização intensa, que tinha começado nos anos 1920 e se intensificado na década de 1930. O crescimento soviético se apoiava na rápida expansão do estoque de capital industrial mobilizando a força de trabalho em situação de subemprego no setor

agrícola⁸². Isso levou a um grande deslocamento de força de trabalho da agricultura para a indústria. Assim, em 1950, 48% da população ativa da União Soviética trabalhavam no setor agrícola (ver gráfico II.4), enquanto, em 1970, esse número tinha caído para 25%. Simetricamente, a indústria, que empregava 27% da população ativa soviética em 1950 passou a empregar 38% em 1970.

Gráfico II.4: Evolução da distribuição da força de trabalho na economia soviética (1950-85).



⁸² Isso corresponde à parte da força de trabalho que usava métodos de produção atrasados no campo.

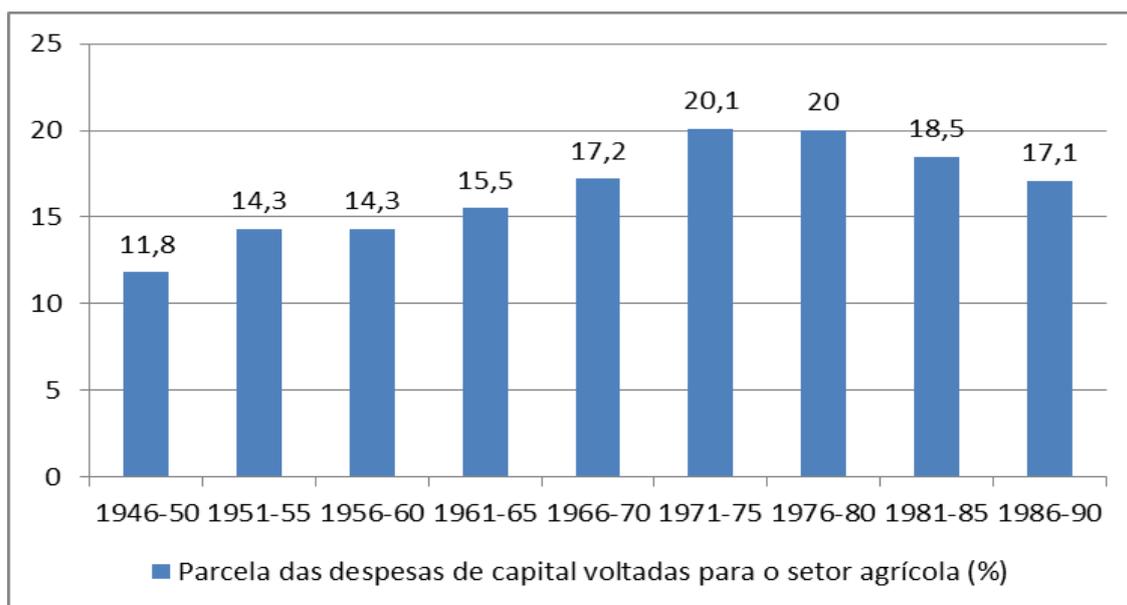


Fonte : Narkhoz em Slavic Research Center (2009).

Afinal, havia um nível estruturalmente alto de desemprego disfarçado nas áreas rurais soviéticas, pelo menos até o final dos anos 1950. A produtividade tinha, também, aumentado graças ao investimento na mecanização (tratores,...), mesmo se seu nível era ainda relativamente baixo antes da década de 1950. A parcela do investimento voltado no setor agrícola aumentou de forma significativa a partir dos anos 1950 (ver gráfico II.5) porque os líderes soviéticos notaram que, ainda nesta década, o desemprego disfarçado nas zonas rurais do país estava desaparecendo rapidamente. O fim desta reserva de mão de obra facilmente disponível significava que a acumulação de capital poderia levar a níveis menores de crescimento econômico. Além disso, o nível da produção agrícola deveria aumentar na medida em que a população urbana soviética estava crescendo e precisa de um melhor abastecimento em alimentos⁸³.

Gráfico II.5: Evolução da parcela das despesas de capital voltadas para o setor agrícola (em % do total do gasto em bens de capital) (1946-1990).

⁸³ Em decorrência do fenômeno de deslocamento da mão de obra do setor agrícola para outros setores, principalmente a indústria, houve um forte êxodo rural. Assim, a população urbana se tornou majoritária na União Soviética, já nos anos 60. A população rural, que ainda representava 55% da população total em 1956, só correspondia a 40% em 1975.



Fonte : Narkhoz em Gaidar (2007, p. 87).

Neste contexto, aumentar significativamente a produtividade do setor agrícola era uma necessidade para preservar o modelo de crescimento soviético. Para tentar atingir este objetivo, as autoridades soviéticas promoveram a colonização das ‘terras virgens’ e a uma mecanização mais intensa da agricultura, através um aumento do investimento no setor agrícola. A colonização das ‘terras virgens’, promovida por Khrushchov, era uma tentativa de expandir as áreas cultivadas fora dos férteis chernossolos (terras negras)⁸⁴ que constituíam a ‘*black soil belt*’ no Sul da União Soviética. Graças à drenagem, à irrigação e ao uso massivo de fertilizantes e de produtos químicos, os territórios que não tinham terras negras se tornaram importantes produtores agrícolas. Essa estratégia foi relativamente bem-sucedida até o início dos anos 1960 (Gaidar, 2007, p. 85, Volin, 1970).

Mas, é importante observar que a dotação de terras agrícolas e as condições climáticas da URSS eram particularmente desfavoráveis, se foram comparados com a Europa Ocidental e os Estados Unidos. O clima soviético era caracterizado por temperaturas extremamente frias, que levavam ao congelamento do solo e fortes precipitações de neve. Essas condições adversas limitavam muito a estação de crescimento das culturas e conseqüentemente o tamanho da safra. Isso explica, também, a tradicional fraqueza da atividade de criação de animais desde os tempos da Rússia

⁸⁴ O *chernozem* ou chernossolo é um tipo de solo preto, rico em matéria orgânica, extremamente fértil, que se encontra na parte ocidental do território soviético.

czarista. Outra característica da agricultura soviética era a variabilidade dos rendimentos de uma safra para outra, essencialmente devido a episódios de seca. Apesar do alto nível de investimento, da mecanização e da pesquisa agrônômica, o aumento da produtividade agrícola só podia ser limitado na União Soviética devido a essas condições climáticas e naturais difíceis, que explicam parcialmente o desempenho agrícola pior da União Soviética em relação aos países da Europa Ocidental e aos Estados Unidos (Bellinger & Dronin, 2005).

A mudança estrutural levou a um crescimento da produtividade do trabalho na economia com um tudo (ver tabela II.2), pela mera mudança setorial associada ao deslocamento de mão de obra da agricultura para a indústria, onde o nível de produtividade era bem maior. O crescimento rápido da produtividade era, também, devido ao progresso técnico incorporado nas novas máquinas, que seja no setor agrícola ou industrial (ver tabela II.2). Mas, como aponta Nove (1976, p. 336), na URSS, “such problems as training factory labor and building great new industrial complexes, seemed much more important than ‘efficiency’, or replacing machines by better machines”.

Melhorar a ‘eficiência’ da capacidade produtiva já instalada não era, então, a prioridade do sistema soviético, pelo menos até os anos 1970. Em praticamente todos os setores da economia soviética, a produção de cada unidade de produto costumava necessitar mais insumos para ser realizada do que nos países ocidentais industrializados. Por exemplo, a quantidade de matérias primas e de energia necessária para produzir o mesmo produto final era, respectivamente, 1,6 e 2,1 vezes maior na união Soviética do que nos Estados Unidos na década de 1970 (Gaidar, 2007, p. 75). Na verdade, a ‘eficiência’ da capacidade produtiva instalada na URSS era afetada pela militarização da economia, pela deterioração da ‘disciplina’ dos trabalhadores soviéticos e pelas condições climáticas extremas na maior parte do país. A natureza e as consequências desses fenômenos serão analisadas mais adiante.

Tabela II.2: Estimativas de indicadores da economia soviética (1950-1990)

| Global | | |
|---------------|---------|---------|
| | 1950-78 | 1978-90 |
| PIB | 4,4 | 1,2 |
| População | 1,3 | 0,9 |

| PIB/capita | 3,0 | 0,4 | | | | |
|---------------------------|-------------|---------|-----------|---------|-------------------|---------|
| Emprego | 1,6 | 0,3 | | | | |
| Produtividade do trabalho | 2,7 | 1,0 | | | | |
| Setorial | Agricultura | | Indústria | | Resto da economia | |
| | 1950-78 | 1978-90 | 1950-78 | 1978-90 | 1950-78 | 1978-90 |
| Valor adicionado (VA) | 2,4 | -0,1 | 6,5 | 1,5 | 4,8 | 1,7 |
| VA/capita | 1,0 | -1,0 | 5,0 | 0,6 | 3,4 | 0,9 |
| Emprego | -0,7 | -0,7 | 3,1 | -0,2 | 2,6 | 1,0 |
| Produtividade do trabalho | 3,1 | 0,6 | 3,3 | 1,5 | 2,1 | 0,7 |

Fonte: Maddison (2001).

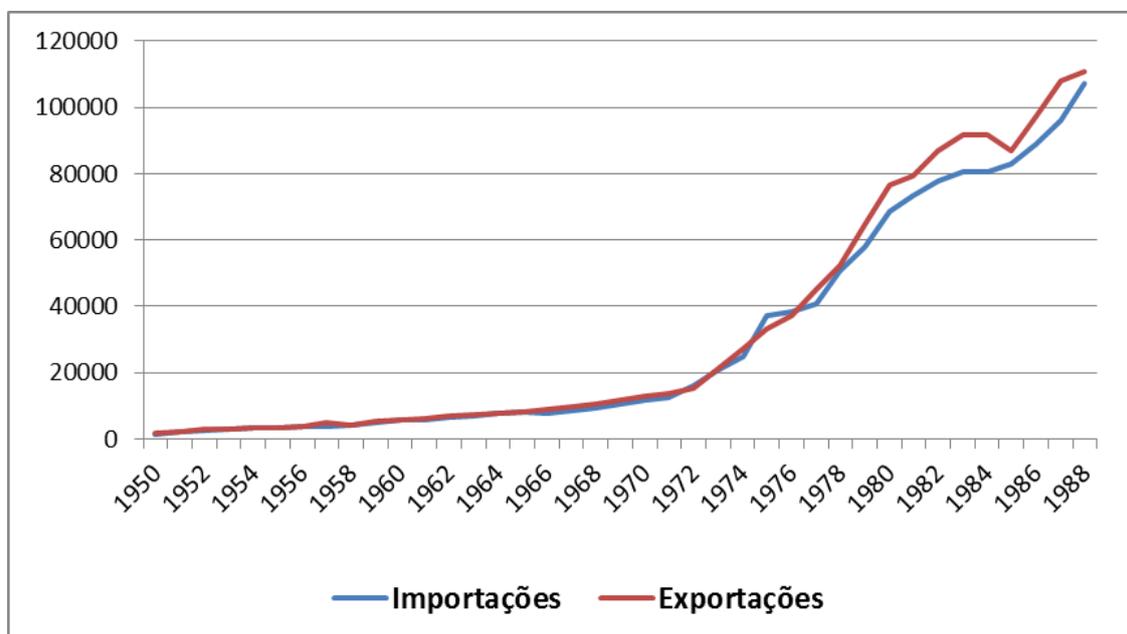
A URSS saiu isolada da Segunda Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria com os Estados Unidos e seus aliados (ver capítulo I). A União Soviética não beneficiou do Plano Marshall⁸⁵ e garantiu que seus satélites da Europa Central e Oriental declinassem a proposta americana (Nove, 1992, p. 321-323). A criação do Conselho de Assistência Econômica Mútua (CAEM)⁸⁶ em 1949 foi a resposta soviética ao Plano Marshall. O comércio dentro do CAEM era realizado através de arranjos específicos, incluindo acordos de compensação, com o objetivo de desenvolver os países da esfera soviética e especialmente de aprofundar sua dependência em relação à URSS. Portanto, o CAEM era um instrumento para promover a integração econômica do Bloco Socialista, a URSS sendo o membro dominante. Neste sentido, o Comecon foi desenhado para criar uma ‘divisão internacional socialista do trabalho’ (Lavigne, 1979, p. 346).

⁸⁵ As exigências do Plano Marshall eram tais (ver capítulo I) que ele foi rejeitado pela URSS. Ainda por cima, Stalin temia que a cooperação econômica entre os países do bloco comunista e as nações ocidentais possa levar uma perda de controle da URSS sobre seus satélites.

⁸⁶ O CAEM é, também, conhecido como COMECON. Os membros fundadores do CAEM eram: a URSS, a Bulgária, a Hungria, a Polônia, a Romênia e a Tchecoslováquia. Juntaram-se depois Cuba, a Albânia, a República Democrática Alemã, a Mongólia e o Vietnam.

Os termos de troca eram em geral muito desfavoráveis para a União Soviética dentro do CAEM. A URSS tinha que exportar matérias primas, maquinaria e armas para seus satélites enquanto ela importava dos seus aliados bens manufaturados e produtos tropicais⁸⁷. As matérias primas soviéticas eram em geral vendidas a preços bem abaixo dos níveis mundiais para os países satélites. Créditos abundantes, virtualmente sem juros, subsídios e ajuda externa eram, também, outorgados pela União Soviética a esses países (Nove, 1992, p. 322-323; Lavigne, 1979). Assim, durante as décadas de 1960 e de 1970, o comércio exterior da URSS era limitado (ver gráfico II.6) e principalmente focado nos países membros do CAEM, por razões geopolíticas.

Gráfico II.6: Evolução do comércio exterior soviético entre 1950 e 1998 (em %)



Fontes : Smith, UN & International Statistic Yearbook, em Fernandes (1992).

II.3 O período de estagnação econômica (1974-1984)

⁸⁷ As exportações soviéticas eram responsáveis pela maior parte das importações de matérias primas dos outros países membros do CAEM (60% do algodão e do carvão mineral; 75 % dos petroquímicos, 80% da madeira; 90% do ferro e do petróleo; 99% do gás) (Lavigne, 1979, p. 360).

A fase seguinte, que vai de 1974 até 1984, corresponde a um período de relativa estagnação econômica, com uma taxa média de crescimento do PIB per capita de menos de 1% (ver gráfico II.1)⁸⁸.

II.3.1 As causas da desaceleração do crescimento econômico soviético no período

Já foi mostrado que, no tradicional modelo soviético de acumulação extensiva, o crescimento econômico era limitado pelo capital e dependia, também, da disponibilidade de força de trabalho e de capital circulante (matérias primas) barato. Mas, a partir do final dos anos 1960, a URSS sofreu tanto da escassez de trabalho quanto do esgotamento das reservas naturais de matérias primas de baixo custo que ainda eram disponíveis na fase anterior.

A escassez de trabalho era devida ao esgotamento das amplas reservas de força de trabalho rural subempregada. A solução proposta para esse problema, como já vimos, era continuar aumentando a produtividade da agricultura, através da elevação do investimento no setor agrícola, medida que tinha sido adotada no final dos anos 1950 e nos anos 1960. Mas, essa estratégia não funcionava mais por causa dos baixos retornos sobre os investimentos na agricultura. O uso excessivo de produtos químicos para melhorar a fertilidade esgotou o conteúdo mineral dos solos em várias regiões da União Soviética, tornando impróprias para o cultivo certas áreas agrícolas do país. Ademais, apesar dos enormes investimentos em irrigação, as ‘terras virgens’ eram regiões de clima extremo, onde a abundância das safras era muito menos garantida e dependia muito mais de condições climáticas favoráveis do que nas zonas agrícolas tradicionais do Oeste e do sul da URSS (Bellinger & Dronin, 2005, p.193-206).

Do mesmo modo, a irrigação excessiva praticada em certas áreas do território soviético causou o esgotamento das reservas hidrográficas. O exemplo mais espetacular deste fenômeno foi o Mar de Aral, que perdeu boa parte de sua superfície porque foi usado como reservatório para abastecer uma imensa rede de canais para alimentar em água a cultura do algodão na região. O fracasso da estratégia agrícola soviética é

⁸⁸ Vale a pena observar que a maior parte dos países ocidentais industrializados registraram taxas de crescimento econômico baixas no final dos anos 1970 e nos anos 1980.

demonstrado pelo fato que a produção estatal de trigo permaneceu quase igual entre os anos 1960 e a década de 1980, a despeito dos investimentos consideráveis realizados neste setor durante o período (Gaidar, 2007). Os rendimentos da agricultura soviética eram menores que os rendimentos nos países Ocidentais para quase todos os produtos agrícolas (Cook, 1992, p.199). Ao longo de sua história, nem a Rússia, nem, posteriormente, a União Soviética, com sistemas sociais e padrões de organização da produção e de investimento distintos, lograram superar as dificuldades do cultivo em condições de frio extremo (Bellinger & Dronin, 2005).

Outros fatores explicando a escassez crônica de trabalho era o alto nível de atividade profissional remunerada feminina nos anos 1970⁸⁹. Portanto, não havia mais nenhuma reserva de mão de obra na União Soviética. Além disso, o fenômeno da transição demográfica estava se ampliando⁹⁰, desde o final dos anos 1960, refletindo a crescente urbanização da população, a elevação da taxa de atividade feminina, as melhorias educacionais e o problema da falta de moradia (Brown et al., 1994, p. 25).

Outro grande obstáculo para a adoção de um regime de acumulação intensivo foi o chamado ‘relaxamento da disciplina’. No período stalinista, a coerção era usada contra os trabalhadores para evitar os comportamentos de insubordinação, de troca frequente de emprego e de absenteísmo que tinham se generalizado na URSS até o início dos anos 1930⁹¹. Em 1940, por exemplo, leis foram adotadas para criminalizar a troca de emprego e o absenteísmo (Filtzer, 1992, p. 35).

Mas, com o processo de desestalinização⁹² promovido por Khrushchov, houve um “relaxamento da disciplina” que se intensificou ao longo da ‘Era Brejnev’ na medida em que a coerção estatal estava se tornando cada vez mais fraca. Já em 1956, as leis criminalizando a troca de emprego e o absenteísmo foram abandonadas. Num contexto

⁸⁹ As mulheres representavam 51% da força de trabalho soviética em 1973 (Nove, 1977, p. 216).

⁹⁰ A queda brutal da taxa de natalidade – de 4,4% em 1926 para 1,59% em 1975 – não foi compensada pela diminuição da taxa de mortalidade – de 2,37% em 1926 para 0,86% em 1975 (Marchand, 2008, p. 258).

⁹¹ “Absenteeism and insubordination, especially in the period up to 1933, were extremely high. As the standard of living fell and the labour shortage grew increasingly severe, labour turnover shot up, so that in 1930 the average sojourn in a job was a mere eight months (four months in coal-mining). Attempts by the regime to curb job-changing and truancy met with little success, because managers would not enforce discipline regulations, lest it make the labour shortage even worse” (Filtzer, 1992, p. 5).

⁹² A adesão ideológica ao regime estava, também, enfraquecida pelo processo de desestalinização.

de pleno emprego garantido, de desmontagem do sistema coercitivo vigente durante o período stalinista e de real escassez de trabalho, o poder de barganha dos trabalhadores soviéticos frente aos gerentes das empresas estatais se reforçou, então, consideravelmente. Garegnani et al. (2002) resumem bem este processo:

“The question of insufficient labour productivity resides ultimately in the entirely new problems that the Soviet system has raised for labour discipline. That discipline had, in fact, originally appeared together with the capitalist system and, we believe, capitalism was able to achieve it essentially through two means: labour unemployment and the social competition that compels an individual to earn up to his neighbour and beyond, and distributes social respect accordingly. Now, by its own nature, the Soviet system had renounced just those two basic means of enforcing discipline, which that far, had characterised industrialised production.

[...] at the root of the difficulties of labour productivity in the Soviet system there ultimately was the crisis of those two traditional methods of enforcing the discipline of industrialised labour. And such a crisis was bound to become decisive as extensive growth had to give way to a mainly intensive one where the increases in product per head had to come from an already industrialized production and not simply by shifting labour from traditional to modern methods. The disappearance of these two basic means of coercion left to workers so inclined, the possibility to do little, and carelessly, where work is repetitive or fragmented, or more generally ‘unpleasant’, as is the case for a large, though hopefully decreasing, part of the work of an industrialised society. And this was bound to favour the “free rider”, who cannot be easily repressed in such an environment, and may on the contrary, tend to become a model”.

Os comportamentos de insubordinação, de troca frequente de emprego e de absenteísmo voltaram a se generalizar na União Soviética. A deterioração da disciplina significava, também, uma falta de respeito dos comandos e dos procedimentos, uma adesão menor aos critérios de qualidade, aos objetivos de produção e às regras de funcionamento do sistema. Os gerentes das empresas tinham, então, cada vez mais dificuldades para controlar seus funcionários, cujo desempenho geral tendia a cair. As tentativas dos dirigentes soviéticos, a partir de Khruchov, para criar incentivos salariais para obter um maior compromisso dos trabalhadores fracassaram⁹³ (Filtzer, 1992; Ellman & Kantorovich, 1992).

⁹³ “Khrushchev had hoped that the promised bonanza would win over a more eager cooperation from the soviet workers, but the workers trapped in a downward spiral of disappointed expectations and decreasing commitment and did not respond in the measure that it was hoped for” (Roà, 2010).

Por outro lado, o tradicional modelo soviético de crescimento extensivo era, também, ameaçado pelo esgotamento dos recursos naturais de baixo custo que eram disponíveis durante a fase anterior. O esgotamento das jazidas minerais de baixo custo e dos campos petrolíferos localizados nas tradicionais zonas de exploração do Oeste do país obrigou a URSS a deslocar suas atividades de exploração para o Leste, na Sibéria. Porém, as atividades extrativas eram muito mais difíceis e custosas na Sibéria do que nas regiões ocidentais do país, devido às condições atmosféricas extremas e às longas distancias dos principais centros urbanos e industriais soviéticos (Gaddy & Ickes, 2006).

O modelo soviético de acumulação extensiva não podia mais ser bem-sucedido em boa parte por causa de seu próprio sucesso em eliminar as reservas de mão de obra e aproveitar a dotação de matérias primas de custo de extração baixo para obter as altas taxas de crescimento da economia observadas o pós-guerra. Os líderes soviéticos identificaram este problema e, a partir dos anos 1970, estavam convencidos da necessidade de adotar um regime de acumulação intensiva, focado no aumento da ‘eficiência’. Neste novo regime, a ênfase maior passaria a ser na qualidade e no custo e não apenas na quantidade do que fosse produzido e a chave do crescimento da economia viria da aceleração do crescimento da produtividade do trabalho a partir da incorporação de inovações tanto de processo quanto de produtos, aproveitando em particular a chamada “revolução científica e tecnológica” (o que hoje chamamos tecnologias da informação) que estava em curso no mundo. Esta aceleração da produtividade reduziria a necessidade de aumentar a taxa de investimento da economia, o que, junto com a ênfase maior na qualidade e na introdução de novos produtos permitiria também o crescimento mais rápido e a maior diversificação da cesta de consumo dos trabalhadores soviéticos, configurando a URSS como “economia socialista plenamente desenvolvida” (CIA, 1986). Mas, as tentativas para mudar a composição do investimento e aumentar a ‘eficiência’ do sistema econômico soviético fracassaram e o regime de acumulação intensiva nunca chegou a funcionar na União Soviética.

Um fato relativamente pouco conhecido é o de que uma parte da redução considerável da taxa média de crescimento da economia soviética observado no período foi planejada (em agudo contraste com o seu virtual colapso nos últimos anos de existência da URSS), a partir da revisão das prioridades do próprio padrão de investimento e mudança estrutural da economia soviética que se dá no governo Brezhnev, a partir de 1974, quando se tenta passar para a fase da acumulação extensiva

(Hewett, 1988; Kotz, 2007). Assim, por exemplo, a taxa média de crescimento do PML total planejada cai de 6,7% para o período 1970-75 para 4,7% no período 1975-80 (a queda efetiva foi de 5,1% para 3,9%). Para o produto material líquido do setor industrial a queda planejada entre estes períodos é de 8,0% para 6,3% (e a queda efetiva foi de 7,4% para 4,4%), de acordo com a tabela II.3 abaixo.

Tabela II.3: Evolução da taxa de crescimento do PML total planejado e efetivo e do PML industrial planejado e efetivo entre 1960 e 1985 (em %).

| | 1960-1965 | 1965-1970 | 1970-1975 | 1975-1980 | 1980-1985 |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Taxa de crescimento do PML total planejado | 7,3 | 6,9 | 6,7 | 4,7 | 3,4 |
| Taxa de crescimento do PML total efetivo | 6 | 7,1 | 5,1 | 3,9 | 2,7 |
| Diferencial PML total Efetivo/Planejado | -1,3 | 0,2 | -1,6 | -0,8 | -0,7 |
| Taxa de crescimento do PML industrial planejado | 8,6 | 8,2 | 8 | 6,3 | 4,7 |
| Taxa de crescimento do PML industrial efetivo | 8,6 | 8,5 | 7,4 | 4,4 | 3,7 |
| Diferencial PML industrial Efetivo/Planejado | 0 | 0,3 | -0,6 | -1,9 | -1 |

Fonte: Kotz (2007, p. 48).

A responsabilidade por esse fracasso deve ser buscada na incapacidade de mudar as práticas de aposentadoria e de substituição do capital fixo instalado, na dificuldade de incorporação da inovação tecnológica na indústria civil, na militarização da economia, na deterioração da ‘disciplina’ dos trabalhadores soviéticos e no custo elevado da industrialização da Sibéria, como será mostrado mais adiante.

O envelhecimento do capital fixo instalado foi um problema recorrente do sistema soviético. Assim, a vida útil do capital fixo na URSS era muito maior do que nos países capitalistas (CIA, 1986; Popov, 2002). Essa situação pode ser explicada por uma taxa de aposentadoria do capital fixo muito baixa na União Soviética. De fato, o foco do sistema soviético estava na expansão do capital⁹⁴, em detrimento da melhoria das máquinas e equipamentos já instalados. Popov (2002) oferece uma explicação convincente para este fenômeno:

⁹⁴ Nos anos 1980, como escreve Popov (2002), “while in the U.S. manufacturing 50-60% of all investment was replacing retirement, and only 40-50% contributed to the expansion of capital stock, in Soviet industry the proportion was reversed: replacing the retirement required about 30% of gross investment, while over 70% contributed to the expansion of capital stock or to the unfinished construction”.

“The reason for massive investment in the expansion of capital stock at the expense of investment to replace retirement was the permanent concern of Soviet planners about expanding output and meeting production quotas. Replacing worn out aged machinery and equipment usually required technical reconstruction and was associated with temporary work stoppage and reduction in output. Even if the replacement could have been carried out instantly, the resulting increase in output (because of greater productivity of new equipment) was smaller than in case of the construction of new capacities or the expansion of existing capacities: in the latter case there was a hope that the new capacities would have been added to the existing ones that will somehow manage to operate several more years”.

Portanto, mesmo com a tentativa dos dirigentes soviéticos de adotar um regime de acumulação mais intensivo, as políticas para acelerar a aposentadoria e a substituição do capital fixo fracassaram. Consequentemente, a idade média do estoque de capital aumentou (ver tabela II.4) e a produtividade do capital fixo na União Soviética caiu fortemente (ver tabela II.5).

Tabela II.4: Algumas características dos equipamentos na indústria soviética (1970-1989).

| Ano | 1970 | 1980 | 1985 | 1989 |
|---|------|------|------|------|
| Porcentagem de equipamento com período de uso de: | | | | |
| - menos de 5 anos | 41,1 | 36,0 | 33,7 | 31,6 |
| - 6-10 anos | 29,9 | 28,9 | 28,5 | 28,6 |
| - 11-20 anos | 20,9 | 24,8 | 25,5 | 26,2 |
| - mais de 20 anos | 7,8 | 10,3 | 12,3 | 13,7 |
| Idade média dos equipamentos (em anos) | 8,3 | 9,3 | 9,9 | 10,3 |
| Vida útil média real (em anos) | 24 | 26,9 | 27,9 | 26,2 |
| Peso da depreciação acumulada em relação ao valor bruto do estoque de capital fixo (em %) | 26 | 36 | 41 | 45 |

Fonte: Narodnoye Khozyaistvo SSSR (Narkhoz) em Popov (2010).

Tabela II.5: Taxas de crescimento do PIB, dos insumos e da produtividade dos fatores na União Soviética, nos Estados Unidos e no Japão.

| País | Período | PIB | Fatores insumos | | | Produtividade dos fatores | | |
|-----------------|---------|------|-----------------|----------|---------|---------------------------|----------|---------|
| | | | Total | Trabalho | Capital | Total | Trabalho | Capital |
| União Soviética | 1961-73 | 5,0 | 4,3 | 1,8 | 8,1 | 0,7 | 3,1 | -2,9 |
| | 1974-78 | 3,4 | 3,8 | 1,4 | 7,4 | -0,3 | 2,0 | -3,7 |
| | 1979-85 | 2,1 | 3,1 | 0,8 | 6,4 | -1,0 | 1,2 | -4,1 |
| Estados Unidos | 1961-73 | 4,4 | 2,3 | 1,3 | 4,1 | 2,1 | 3,1 | 0,3 |
| | 1974-78 | 2,9 | 2,3 | 1,5 | 3,6 | 0,6 | 1,4 | -0,7 |
| Japão | 1961-73 | 10,5 | 4,7 | 0,9 | 12,2 | 6,1 | 9,9 | -1,4 |
| | 1974-78 | 3,8 | 2,5 | 0,2 | 2,2 | 1,3 | 3,6 | -3,4 |

Fonte: CIA (1986).

Outro fator contribuindo a explicar a aceleração da queda da produtividade do capital fixo foi o aumento da capacidade ociosa, principalmente devido à escassez de força de trabalho.

A incorporação limitada de inovações tecnológicas na indústria civil era outro problema do sistema soviético e constituía um forte obstáculo para a transição na direção de regime de acumulação mais intensivo. A pesquisa científica soviética era de um nível muito avançado na URSS, mas, as inovações tecnológicas soviéticas eram incorporadas de forma muito limitada nos processos de produção da indústria civil. Só o complexo militar-industrial se beneficiava amplamente das descobertas do sistema de pesquisa e de inovação soviético. Essa situação peculiar era devida à ‘confiscação’ pelo complexo militar-industrial soviético da maioria das inovações científicas e tecnológicas, que só ficavam ‘liberadas’ para uso civil depois de muitos anos:

“Whenever anything that might remotely be considered of military value was invented, developed, or discovered by civilian scientists, it was simply appropriated by the defense sector, often disappearing as if into a black hole.” (Gaddy, 1996, p.51).

Não existia, então, na União Soviética o *spillover* que pode ser observado nos Estados Unidos entre as indústrias militares e civis (Medeiros, 2004). A maior parte da pesquisa avançada era realizada em institutos científicos e não nas universidades. As descobertas científicas e tecnológicas com potenciais aplicações militares eram

imediatamente consideradas confidenciais e de uso limitado ao complexo militar-industrial. Isso ajuda entender porque a tecnologia soviética no setor civil estava atrasada em relação à tecnologia civil dos países ocidentais e porque esse atraso tecnológico só foi aumentando ao longo do período (Amann & Cooper, 1982).

Além de seu efeito negativo sobre a difusão das inovações tecnológicas, a militarização da economia era um fardo em termos de investimento. A *détente* e a *Ostpolitik* nos anos 1970 pareciam assinalar um relaxamento das tensões da Guerra Fria, mas, a situação piorou no final da década depois do início da Guerra do Afeganistão e da chegada ao poder de Ronald Reagan nos Estados Unidos. Assim, a expansão e a diversificação do investimento no setor civil eram consideravelmente limitadas pela parcela incompressível do excedente social investida no complexo militar-industrial (Medeiros, 2011, p. 17).

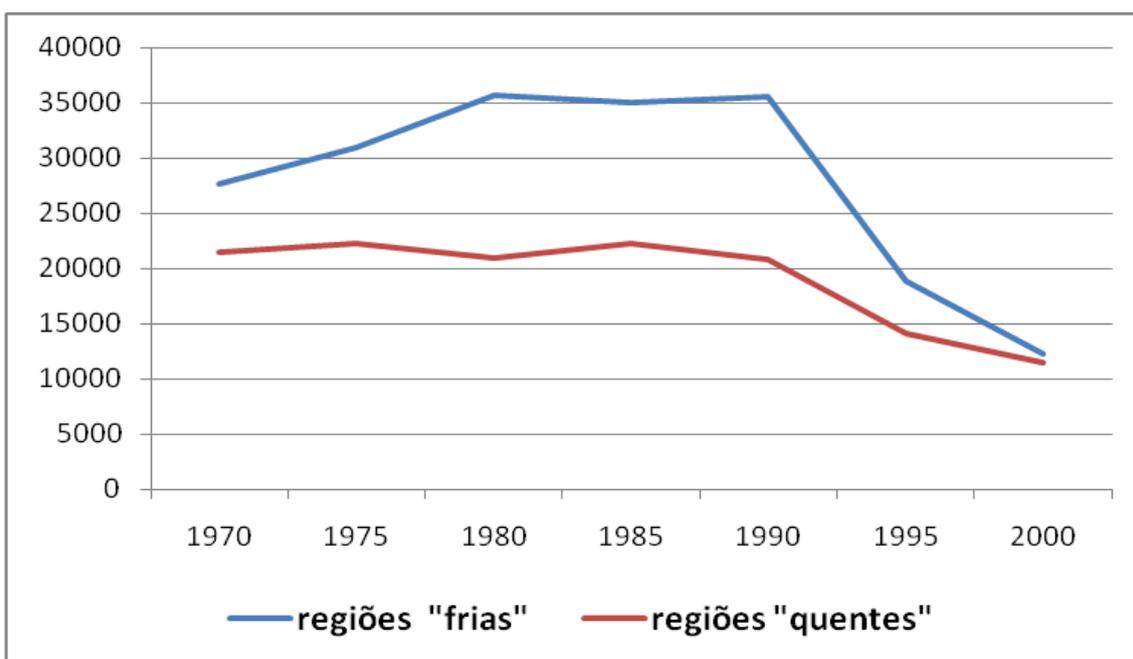
A industrialização da Sibéria, também, representou um fardo significativo para a economia da URSS, dificultando a intensificação do regime soviético de acumulação. Nos anos 1960 e 1970, projetos gigantes tanto civis quanto militares foram lançados na Sibéria. Os dirigentes soviéticos pretendiam aprofundar a dispersão geográfica dos complexos industriais do país em caso de guerra⁹⁵. Mas, objetivo era, também, explorar os abundantes recursos naturais presentes na Sibéria e ocupar um espaço pouquíssimo ocupado pela população soviética. As condições climáticas difíceis da Sibéria e particularmente o frio extremo⁹⁶ representavam uma perda importante em termos de produtividade do trabalho e do capital fixo em comparação com a situação nas regiões de clima mais temperado do país. As máquinas e equipamentos tinham que ser adaptados para resistir ao frio intenso que reina nas regiões siberianas. Apesar desses esforços, o custo dos consertos e da manutenção do capital fixo instalado era bem maior na Sibéria do que na parte ocidental da URSS. As autoridades soviéticas tinham, também, que oferecer salários maiores e custosas comodidades para atrair os trabalhadores nessas regiões inóspitas e longínquas. O afastamento da Sibéria em relação aos centros populacionais e econômicos da União Soviética tornava necessária a

⁹⁵ Durante a Segunda Guerra Mundial, a parte ocidental da URSS, onde se encontrava uma parcela considerável do potencial produtivo do país, foi ocupada pelas tropas alemãs. Isso teve consequências dramáticas sobre o esforço de guerra soviético e a URSS quase perdeu a guerra. Para não se repetir tal situação, a industrialização dos vastos espaços da Sibéria foi intensificada.

⁹⁶ As temperaturas médias em janeiro na Sibéria se estabelecem entre -15 e -45 graus (Gaddy & Hill, 2003, p. 50).

realização de grandes investimentos na infraestrutura de transporte para integrar a região ao resto do país. O esforço de construção de moradia na URSS acabou, também, se concentrando a partir dos anos 1970, por conta da colonização da Sibéria, nas áreas mais frias do território russo (ver gráfico II.7), com custos bem maiores do que na parte ocidental do país.

Gráfico II.7: Repartição geográfica da construção de moradia na União Soviética e na Rússia de 1970 a 2000 (em milhares de metros quadrados).



Fonte: Gaddy (2003).

Obs.: As regiões "frias" são as regiões cuja temperatura média é inferior à temperatura média no território russo e as regiões "quentes" cuja temperatura média é superior à temperatura média no território russo.

O peso para a URSS representado pela industrialização da Sibéria pode ser ilustrado por esses exemplos:

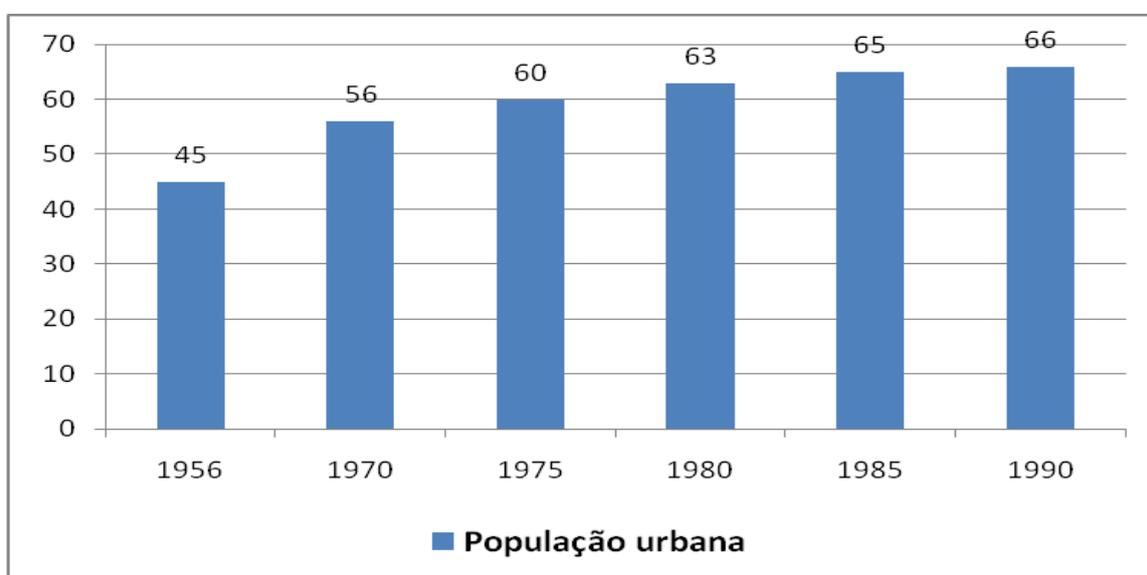
"In the late 1960s, the extreme cold regions claimed 30 percent of all Soviet trucks, 37 percent of the bulldozers, 35 percent of the excavators, 33 percent of the tower cranes, 62 percent of the drilling equipment, and 64 percent of the tracked prime-movers. [...] Siberia claimed far more of its share of Soviet construction machinery than even its high rates of development would warrant". (Gaddy & Hill, 2003, p. 50).

Outro problema enfrentado pelo sistema econômico soviético era a crescente complexidade e administração do planejamento centralizado por causa da proliferação do número e da variedade dos bens produzidos no país.

A tentativa dos dirigentes soviéticos de adotar um regime de acumulação mais intensivo fracassou, então, mas, ao mesmo tempo, o padrão de vida dos soviéticos

estava aumentando na URSS, consequência da crescente urbanização da população (ver gráfico II.8). A demanda dos soviéticos por alimentos e carne em particular estava aumentando muito mais rapidamente do que a oferta doméstica, por causa da produtividade agrícola baixa e da estagnação da produção de grãos. Apesar do aumento da renda e produção agrícola cada vez mais custosa, os preços dos alimentos, controlados pelo Estado soviético, permaneciam quase iguais, a um nível muito baixo. Essa escolha dos dirigentes soviéticos, para ser sustentada, necessitava subsídios cada vez maiores para a agricultura. Além disso, a demanda por produtos agrícolas não parava de aumentar, seus preços relativos sendo muito baixos (Cook, 1992, p.199).

Gráfico II.8: Evolução da parcela da população urbana na população total soviética (1956-1990).



Fonte: Narkhoz em Gaidar (2003)

Ainda por cima, o governo soviético decidiu melhorar a dieta da população, que passou de cerca de 2800 calorias por pessoa e por dia em 1950 para 3400 calorias por pessoa e por dia em meados dos anos 1960 (Allen, 2003, p. 135-136). Isso foi permitido por um aumento da oferta de carne e de leite nas lojas estatais que só foi possível porque muitas fazendas para a criação de gado foram instaladas ou ampliadas nos anos 1970. Isso se traduziu por um forte aumento da parcela dos grãos consagrada à alimentação do gado⁹⁷ (Gaidar, 2003, p. 119).

⁹⁷ Só entre 1966 e 1969, a proporção de grãos consagrada à alimentação dos animais passou de 56% para 63% (Gaidar, 2003, p. 119).

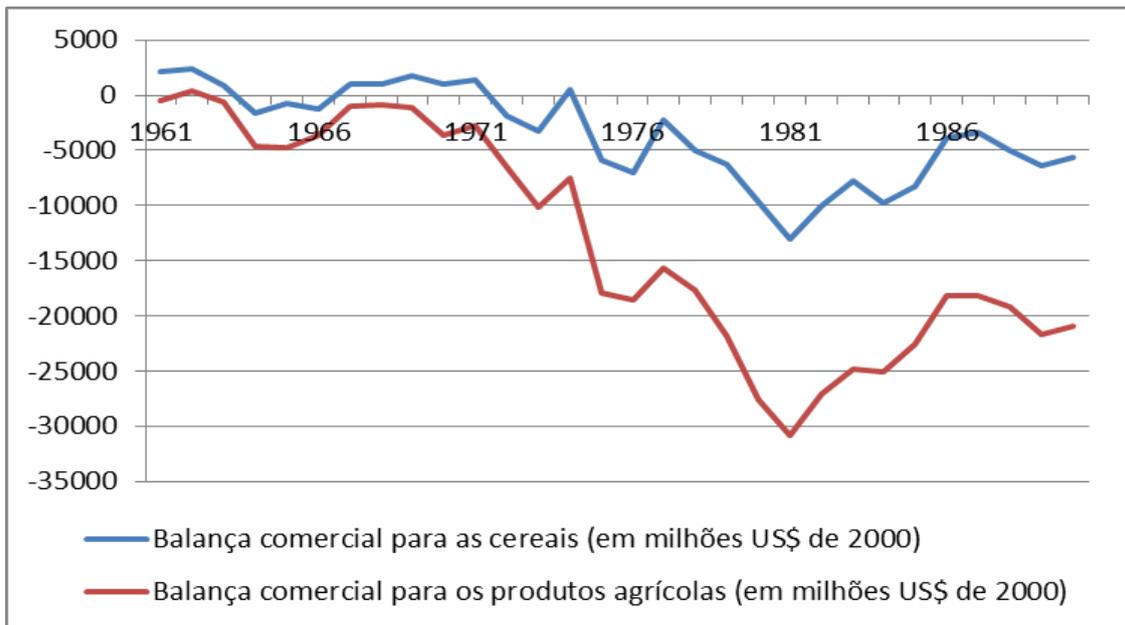
Houve, então, tentativas para melhorar o consumo público soviético, reordenar as prioridades e reformar o sistema de planejamento para permitir um aumento da quantidade e da qualidade dos bens de consumo. Mas, mesmo se o consumo público soviético realmente melhorou durante este período, era insuficiente. Além disso, as tentativas para diversificar a produção e para melhorar sua qualidade não foram bem-sucedidas e foi necessário aumentar consideravelmente as importações de bens de consumo, como será mostrado mais adiante.

II.3.2 A mudança do padrão de inserção externa da URSS

As imensas dificuldades para mudar as prioridades do sistema soviético levaram as autoridades soviéticas a achar uma solução através de um aumento considerável da abertura da economia soviética.

A agricultura soviética sendo incapaz de garantir o abastecimento completo em alimentos da população do país, a única solução para a URSS era importar parte dos produtos agrícolas que ela necessitava. Isso levou a URSS a se tornar o maior importador de cereais a nível mundial nos anos 1970, para compensar a insuficiência da oferta interna de alimentos (Gaidar, 2003). Em decorrência desta situação, o balanço comercial soviético para os grãos e outros produtos agrícolas piorou muito a partir do início da década de 1970 (ver gráfico II.9).

Gráfico II.9: Evolução da balança comercial soviética dos cereais e dos produtos agrícolas (1961-1990).



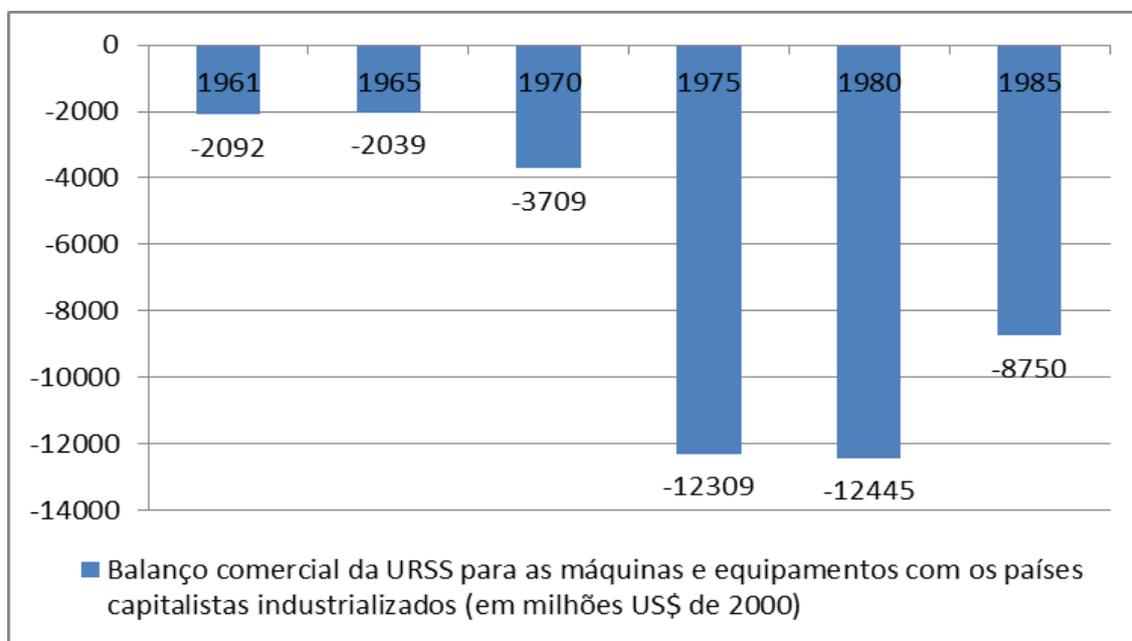
Fonte : FAO (2012) & Cook (1992, p. 196).

O governo soviético queria, também, mais bens de consumo e bens de consumo duráveis de melhor qualidade. Mas, devido à Guerra Fria, o gasto no setor militar-industrial permanecia prioritário. Neste estágio, as tentativas para reordenar as prioridades e reformar o sistema de planejamento a fim de aumentar a oferta de bens de consumo e sua qualidade fracassaram, então. Como a produção local era incapaz de satisfazer a inteiramente a demanda soviética, as importações dessas categorias de bens eram necessárias. Os países satélites enfrentando as mesmas dificuldades do que a União Soviética, a única solução era importar esses bens do Ocidente.

A URSS tinha, também, que recorrer à importações em proveniência das economias capitalista para tecnologia e bens de capital nos setores da informática, da eletrônica, da química fina. Ademais, comprar bens ocidentais era considerado útil para resolver gargalos na produção soviética e eliminar a penúria de certos produtos específicos (Hanson, 1981, p.135). As transferências tecnológicas tinham como escopo a criação de novas indústrias, a modernização daquelas já existentes e o aumento da produtividade. Além disso, essas transferências tecnológicas eram tentativas para resolver o problema do atraso na incorporação do progresso técnico na indústria civil já analisado neste texto. O resultado desta estratégia era uma dependência cada vez mais profunda do sistema econômico e de inovação soviético em relação às importações de

bens de capitais provenientes dos países capitalistas ocidentais, para limitar o hiato tecnológico (ver gráfico II.10).

Gráfico II.10: Evolução do balanço comercial da URSS com os países capitalistas industrializados para as máquinas e equipamentos (em milhões US\$ de 2000)



Fonte : Gaidar (2007, p. 99).

A ênfase na inserção no comércio mundial foi tão importante que moldou a política de desenvolvimento da informática na URSS. O progressivo abandono do desenvolvimento dos computadores de concepção totalmente soviética a partir do final dos anos 60 foi uma decisão muito controversa na medida em que, a pesar de uma qualidade de fabricação baixa, os computadores soviéticos apresentavam uma arquitetura mais avançada que os computadores americanos. O engenheiro soviético Lebedev era por exemplo, considerado o maior cientista mundial em computação (Ernst et al., 2001)

Apesar disso, as autoridades soviéticas decidiram lançar o programa Ryad, no final dos anos 60, cujo objetivo era promover um sistema de computação unificado para a União Soviética e os países satélites. De fato, vários formatos informáticos distintos coexistiam na URSS até o início dos anos 70. Assim, foi decidida a adoção do padrão IBM (arquitetura s/360) no início dos anos 70 para ter um formato único no país (Castells, 1999). Outra razão invocada para esta escolha foi o fato que a União Soviética se tornaria assim capaz de produzir computadores para a exportação nos países em desenvolvimento, sendo que o formato IBM era difundido mundialmente na época

(Ernst, 2001). Esta escolha contribuiu para aumentar a dependência soviética em relação à tecnologia externa, como enfatiza Pomerantz (2012):

“O governo soviético resolveu adotar o modelo IBM 360 como padrão para o sistema unificado de computação do COMECON – Conselho Mútuo de Coordenação Econômica dos países do bloco oriental, com isto adotando a transferência aberta ou velada de tecnologia do Ocidente, ao invés de desenvolver tecnologia própria. O que [...] levou necessariamente ao atraso tecnológico, devido a que a defasagem entre o momento em que um novo computador chegava ao mercado mundial e a época em que as fábricas soviéticas estavam aptas a produzi-lo tornou-se cada vez maior em relação aos produtos fabricados com tecnologia de ponta, em especial após a aceleração da corrida tecnológica do final dos anos 1970. O mesmo aconteceu com os programas de *software*. Aparentemente os líderes soviéticos optaram por uma abordagem conservadora e livre de riscos, que resultou, paradoxalmente, em tornar a União Soviética dependente dos EUA, na área fundamental da tecnologia da informação”.

Com a necessidade de importar do Ocidente produtos agrícolas (principalmente trigo) e bens de consumo, tecnologia e bens de capital, o padrão de comércio exterior da URSS mudou drasticamente durante os anos 1970. Porém, o problema da União Soviética era encontrar uma forma de financiar essas importações em divisas que precisava o país. A crise do petróleo de 1973, caracterizada por um forte aumento dos preços internacionais dos hidrocarbonetos, forneceu uma oportunidade de resolver este problema.

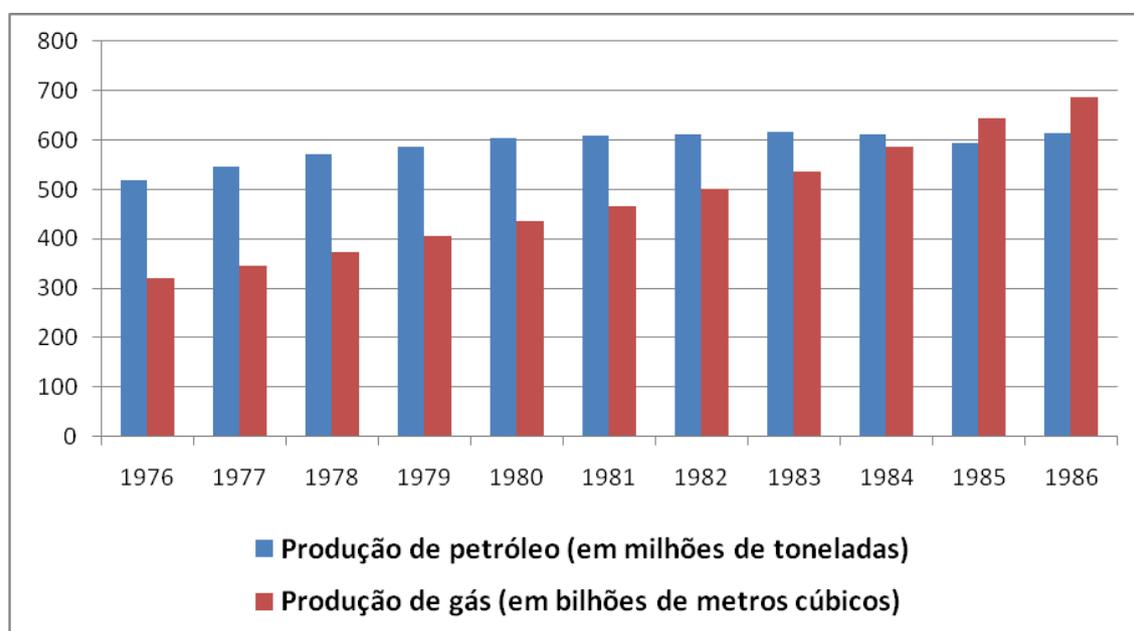
Houve, então, uma verdadeira explosão do comércio exterior soviético após a crise petrolífera de 1973 (ver gráfico II.6), puxada pelas exportações de petróleo e de gás, cujos preços atingiam níveis extremamente elevados. O volume de petróleo exportado pela União Soviética aumentou consideravelmente graças à substituição do petróleo pelo gás na matriz energética interna da URSS, como já vimos (Sagers, M. J. & Tretyakova, 1986). A construção de gasodutos, principalmente financiada por investimentos estrangeiros⁹⁸, era, também, uma forma de exportar gás e obter mais divisas dos países da Europa Ocidental⁹⁹.

⁹⁸ O primeiro acordo de financiamento de infraestrutura de transporte de gás para o Ocidente foi assinado pela Alemanha em 1970.

⁹⁹ Os países da Europa Ocidental estavam muito interessados pelo gás soviético por causa da explosão dos preços internacionais do petróleo. Ao longo dos anos 1970 e da década de 1980, esses países amplificaram sua política de substituição do petróleo pelo gás no seu consumo energético (Sagers, M. J. & Tretyakova, 1986).

A opção para esta nova inserção externa baseada na exportação de petróleo acarretou um profundo redesenho estrutural da economia soviética. Tornava-se necessário substituir, pelo menos parcialmente, o petróleo pelo gás na geração de energia para a indústria a fim de aumentar as exportações petrolíferas. Grandes investimentos no setor energético eram, então, necessários, para aumentar a produção tanto de petróleo quanto de gás e de eletricidade¹⁰⁰. O aumento considerável da produção de gás a partir de meados dos anos 70 (ver gráfico II.11) mostra bem a importância desta estratégia de substituição (Sagers & Tretyakova, 1986).

Gráfico II.11: Evolução da produção de petróleo e de gás na União Soviética entre 1976 e 1986.



Fonte: Joint Economic Committee (1987).

Assim, o setor energético passou a absorver uma parcela cada vez maior do investimento soviético¹⁰¹. Esta política de ampliação da capacidade produtiva do setor energético contribuiu, também, para a elevação da taxa de investimento observada no período, sem contribuir significativamente para o aumento do produto industrial. A produção de energética concentrou, então, investimentos que poderiam ter sido

¹⁰⁰ A construção de centrais nucleares foi intensificada durante este período, pelo menos até o incidente de Chernobyl em 1986.

¹⁰¹ O investimento no setor energético cresceu a uma taxa média anual de 7,3% entre 1976 e 1988, enquanto a taxa média anual de crescimento do investimento total era 4,2% no mesmo período (Kurtzweg & Noren, 1993).

realizados destinados a outros setores como de bens de consumo ou de alta tecnologia civil. Isso ajuda a explicar porque houve no período a associação de um alto nível de investimento e de baixo crescimento econômico. A estratégia de substituição do petróleo pelo gás na matriz energética interna da União Soviética levou, assim, a uma diminuição da produtividade do capital fixo.

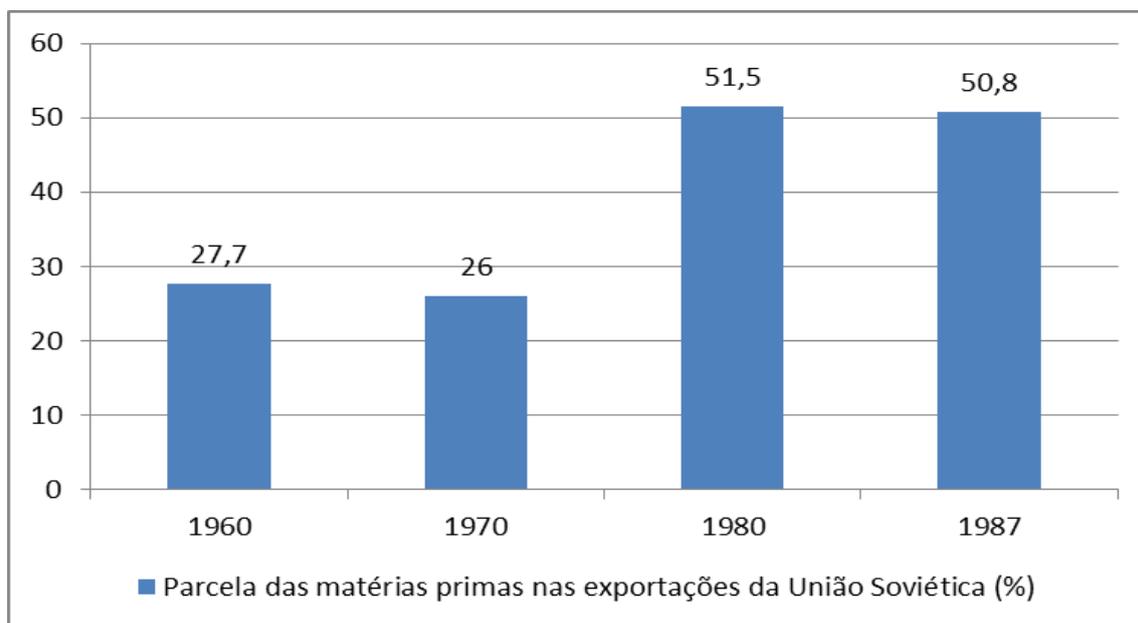
As exportações de armas soviéticas, também, foram beneficiadas pela grande quantidade de petrodólares que fluiu para os países produtores de petróleo durante a década de 1970. Os aliados da URSS produzindo petróleo (Iraque, Síria,...), que costumavam receber as armas soviéticas sob a forma de ajuda militar, passaram, então, a pagar por elas.

O resultado desta nova inserção externa soviética foi um aumento muito forte da abertura comercial da URSS, seu comércio exterior (exportações + importações) representando mais de 20% do PIB em 1980. Isso significava que a União Soviética, que era uma economia ainda quase autárquica em 1950, tinha atingido um nível de abertura comercial comparável àquele dos Estados Unidos trinta anos depois.

Uma consequência deste processo foi a mudança do perfil dos parceiros comerciais da União Soviética. A participação dos países membros da OCDE no comércio exterior da URSS passou de menos de 20% do total nos anos 1960 para mais de 30% na década seguinte (Joint Economic Committee, 1979, p. 52). As exportações nominais em dólar soviéticas para os países ocidentais cresceram a uma taxa anual média de 26% entre 1970 e 1980 (Smith, 1993). As importações nominais em dólar soviéticas provenientes dos países ocidentais aumentaram a um ritmo acelerado na década de 1970, maior do que as exportações de matérias primas em divisas. Consequentemente, a URSS enfrentou déficits da balança das transações correntes e do balanço de pagamentos cada vez maiores. Esses déficits foram facilmente financiados através de empréstimos internacionais graças ao contexto de abundância de divisas (petrodólares) característico dos anos 1970.

Outra consequência deste novo modelo de inserção externa foi uma profunda mudança na estrutura do comércio exterior soviético. A parcela das matérias primas no total das exportações nominais da URSS aumentou muito ao longo do período, passando de 26% em 1970 para mais de 50% em 1980 (ver gráfico II.12).

Gráfico II.12: Evolução da parcela das matérias primas nas exportações nominais de União Soviética (1960-1987).



Fonte: Federal State Statistics Service – Russia (2012).

O novo rumo do comércio soviético criou uma situação de vulnerabilidade externa estrutural para o país a partir da década de 1970. A importância crescente das matérias primas na balança comercial soviética foi responsável por esta vulnerabilidade externa porque o valor das exportações da URSS dependia cada vez mais da evolução dos preços internacionais (principalmente do petróleo e do gás), que, por natureza, são extremamente voláteis.

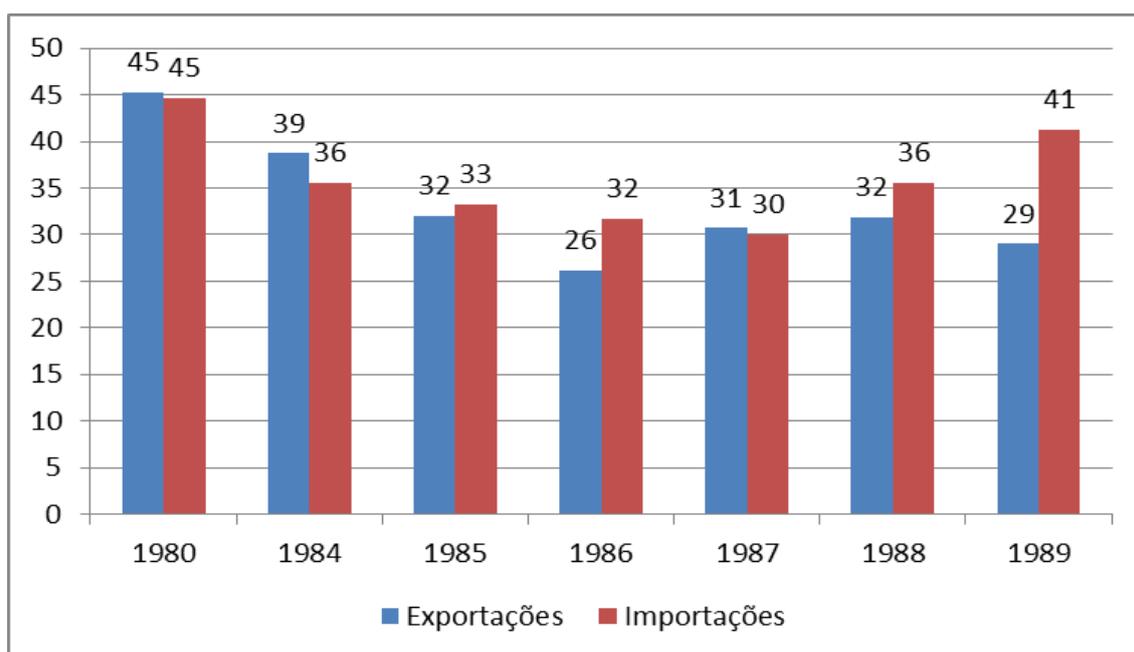
A vulnerabilidade externa estrutural da União Soviética era, também, reforçada pela dependência vital e crescente do país em relação às importações de bem tão estratégicos quanto os produtos agrícolas, as máquinas, os equipamentos e certas tecnologias. Essa situação era ainda mais incomum e preocupante se for considerado o fato que a URSS representava uma das duas superpotências mundiais da época.

A ameaça para o sistema soviético representada por esse modelo de inserção externa foi confirmada, depois do pico de 1979, quando os preços internacionais do petróleo começaram cair, levando a uma queda das exportações nominais em dólar da URSS. Da mesma forma, depois do aumento da taxa de juros da Reserva Federal Americana decidido por Paul Volker em 1979, a abundância de liquidez internacional acabou, limitando as possibilidades para obter empréstimos internacionais. Assim, as

importações soviéticas provenientes dos países capitalistas tiveram que ser diminuídas (ver gráfico II.13), o que aprofundou a penúria de alimentos e de bens de consumo no mercado interno soviético.

Ainda por cima, os Estados Unidos e alguns de seus aliados adotaram sanções comerciais contra a URSS em retaliação a intervenção soviética no Afeganistão a partir de 1979¹⁰². Era parte de uma estratégia global dos Estados Unidos para enfraquecer a URSS na década de 1980, usando a forte dependência externa soviética (ver, também, capítulo I). Alguns analistas chegam a afirmar que a queda drástica dos preços internacionais do petróleo em meados dos anos 1980, causada pelo forte aumento das exportações sauditas, foi orquestrada pelos Estados Unidos como parte desta estratégia (Schweizer, 1994).

Gráfico II.13: Comércio exterior soviético com os países capitalistas industrializados entre 1980 e 1989 (em bilhões US\$ de 2000).



Fonte: Gaidar (2007, p. 123).

A partir dos anos 1970, a vulnerabilidade externa se torna, então, uma característica estrutural da economia soviética. Neste contexto, os preços internacionais do petróleo baixos observados a partir de meados da década de 1980 tiveram um

¹⁰² Como parte das sanções comerciais aplicadas pelos Estados Unidos contra a URSS por causa da guerra do Afeganistão, o número de categorias de artigos cujo intercâmbio era proibido com o bloco comunista aumentou muito, passando de 125 em 1979 para mais de 800 no início dos anos 80 (Fernandes, 1992).

impacto muito negativo sobre a economia do país, participando ativamente do colapso do sistema soviético.

II.4 A Perestroika: o desmantelamento do sistema soviético (1985-1991)

A fase seguinte, que se estende de 1985 a 1991, corresponde a um período de recessão econômica, com uma taxa média de crescimento econômico de -1,3% (ver tabela II.1).

A chegada de Mikhail Gorbachev ao poder em 1985 marcou uma ruptura. Membro da ala reformadora do PCUS, Gorbachev promoveu a chamada *Perestroika* (reconstrução em russo). As reformas econômicas implementadas durante a *Perestroika* pretendiam mudar profundamente o sistema soviético. Segundo Gorbachev, os dois principais objetivos da *Perestroika* eram parar a tendência à queda da taxa de crescimento da URSS e melhorar o padrão de vida da população soviética. Os reformadores soviéticos da *Perestroika* consideravam que esses dois objetivos eram interligados e podiam ser atingidos através da resolução do problema do ‘relaxamento da disciplina’ e de mudanças na coordenação do sistema econômico. Eles pensavam que planejamento centralizado rígido devia ser suavizado com a adoção de um certo grau de descentralização e de uma participação mais direta dos trabalhadores na gerência das empresas. Mas, a mudança mais radical no modo de funcionamento do sistema soviético promovida pela *Perestroika* era a criação de um setor privado e a introdução de mecanismos de mercado. Nuti (1990) podia, então, escrever o seguinte, falando da *Perestroika*:

“In the last five years the Soviet Union has introduced many measures of economic policy and radical reform intended to reduce the scope of central planning and to activate market mechanisms, in order to mobilize resources, increase their productivity directly and through greater integration of the Soviet economy into world trade, so as to resume and accelerate economic growth”.

Um conjunto de leis e de decretos foram adotados para implementar o programa de reforma da *Perestroika*. A lei sobre a Empresa Estatal, de 1987, outorgava uma autonomia substancial às empresas estatais. Esta lei especificava que os planos centrais se tornavam indicativos e não mais obrigatórios. As empresas estatais deviam respeitar metas de produção em valor, mas, os planos detalhados de insumo-produto para cada

companhia eram abandonados. Os contratos governamentais eram substituídos por encomendas estatais e somente uma parte da produção das empresas devia ser comprada pelo Estado. O resto da produção podia ser vendido através do comércio de atacado entre empresas. Assim, as empresas soviéticas se tornavam livres de determinar a natureza de parte de sua produção. O sistema de preço não era mais inteiramente controlado pelo *Gosplan*. Um número crescente de preços podiam ser fixado livremente, mesmo se os preços dos bens básicos e estratégicos (energia, matérias primas, saúde,...) permaneciam tabelados pelo Estado. Além disso, as empresas soviéticas eram doravante livres para escolher os compradores da parte da produção não vendida para o Estado. O autofinanciamento das empresas, através dos lucros retidos e de créditos bancários, foi, também, adotado (Goldman, 1992).

A introdução da autogestão dos trabalhadores nas empresas soviéticas, inspirada pela experiência iugoslava, tinha por objetivo criar um sistema de incentivo para resolver o problema do ‘relaxamento da disciplina’, mesmo se o contrário acabou acontecendo. Os conselhos de trabalhadores, eleitos pelos funcionários em cada empresa¹⁰³, eram responsáveis pela disciplina, pela determinação do nível dos salários e pela distribuição dos lucros entre o investimento e os fundos de incentivos destinados aos funcionários (Kotz, 2007, p. 76-77).

A autonomia das empresas estatais teve muitas consequências negativas sobre o funcionamento do sistema econômico soviético. Ela desorganizou a coordenação da economia previamente garantida pelo *Gosplan*, que estava perdendo progressivamente seu controle sobre o sistema econômico soviético. A autonomia criou, também, gargalos e piorou a situação de penúria na União Soviética (Di Leo, 1991). Os conselhos de trabalhadores tiraram proveito da autonomia para aumentar a parcela dos lucros indo para os fundos de incentivo, em detrimento do investimento (ver tabela II.6). Assim, a parcela dos lucros retidos pelas empresas indo para os fundos de incentivo chegou a representar 82% em 1988 e cerca de 95% em 1989 (ver tabela II.6). A maior parte destes fundos de incentivo era usada para aumentar os salários.

¹⁰³ Os gerentes das empresas estatais, incluindo o diretor, eram, também, eleitos pelos próprios funcionários.

Graças à *Glasnost*¹⁰⁴, as greves eram doravante permitidas. Essa liberdade se traduziu por uma série de greves no país que levaram a outros aumentos de salários (COOK L.J., 1992). Essas palavras de Kalecki (1943 [1990], p. 351), extraídas do mesmo texto citado na seção II.3, explicam o mecanismo que pode levar a tal situação e aparecem quase premonitórias:

“Under a regime of permanent full employment, the ‘sack’ would cease to play its role as a disciplinary measure. The position of the boss would be undermined and the self-assurance [...] of the working class would grow. Strikes for wage increases and improvements in conditions of work would create political tension”.

O aumento acelerado dos salários, num contexto de penúria crescente, piorou o problema do excesso estrutural de demanda na URSS. Ele contribuiu, também, para aumentar a inflação dos preços não tabelados. Mas, mesmo no caso dos produtos com preço tabelado, criou-se frequentemente um mercado negro, onde os preços eram bem acima do nível oficial.

Tabela II.6: Distribuição dos lucros das empresas na União Soviética, antes e depois das reformas de 1987 (em bilhões de rublos).

| | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 |
|---|------|------|------|------|
| Lucros totais das empresas estatais | 198 | 206 | 237 | 265 |
| Lucros transferidos ao estado | 101 | 95 | 92 | 95 |
| Lucros retidos pelas empresas estatais | 91 | 97 | 119 | 138 |
| Parcela dos lucros retidos usados como incentivo aos funcionários | 34 | 33 | 97 | 130 |

Fonte : Narkhoz em Ellman e Kantorovich (1992).

Antes da Lei de 1987, o Estado soviético tinha exercido um controle total sobre a atividade das empresas, obtendo delas quaisquer receitas necessárias para o orçamento central. Mas, essa situação mudou totalmente com a adoção da autonomia das empresas na medida em que o estado não podia mais coletar qualquer imposto que ele precisasse. Assim, o tamanho crescente dos fundos de incentivo significava, também, que a parcela

¹⁰⁴ A *Glasnost* ('abertura' em russo) estabeleceu a liberdade d'opinião e de expressão individual na União Soviética.

do lucro transferida para o orçamento do Estado estava caindo (ver tabela II.6). Isso piorou o crescente déficit público da União Soviética.

A liberdade de determinar os preços dos produtos fora do sistema de contratos estatais desorganizou o sistema de preços. As empresas produtoras de bens de consumo, que tinham se tornado *profit-seeking* por causa da sua autonomia recentemente adquirida, abandonaram a produção de bens básicos para produzir ‘novos produtos’, que só incorporavam pequenas alterações em relação aos itens já existentes e eram bem mais rentáveis. De fato, esses ‘novos produtos’, pelos quais não havia controle estatal dos preços, podiam ser vendidos mais caros do que os bens com preço tabelado e permitiam *markups* bem maiores.

O efeito dessa nova estratégia das empresas foi uma penúria crescente dos produtos de consumo básicos. A atividade dos mercados secundários ilegais (mercado negro) estava, também, aumentando rapidamente, com ‘*backdoor channels*’ para as pessoas capazes de pagar mais que o preço de varejo tabelado para os bens de consumo básicos (Smith, 1993, p. 107-109; Kotz, 2007, p. 79). Assim, muitos bens tinham, ao mesmo tempo, um preço fixado pelo Estado, um preço vigente no mercado livre (para uma variante muito próxima do bem em questão) e um preço no mercado negro. Como as estatísticas oficiais não levavam em conta esses ‘novos produtos’ e tampouco os bens vendidos no mercado negro, elas não capturavam a ‘inflação oculta’ devida a essas duas categorias de produtos. Desta forma, as estatísticas oficiais não captavam o processo inflacionário em progresso na União Soviética (Smith, 1993, p.109). Uma observação importante deve ser feita, também, sobre o fato que havia uma grande disparidade dos preços, tanto dos ‘novos produtos’ quanto no Mercado negro, dependendo do lugar de residência (Ellman, 1990).

A Lei sobre a Atividade Individual, adotada em 1986, foi o primeiro passo na direção da criação de um setor privado na URSS, mesmo se seu escopo era extremamente limitado. Neste sentido, a Lei sobre as Cooperativas, adotada em 1988, teve um alcance bem maior e representou o verdadeiro nascimento do setor privado na União Soviética. Segundo esta lei, as cooperativas podiam funcionar como empresas privadas e não tinham que obedecer ao plano. Era permitido que uma mesma pessoa seja membra de várias cooperativas, o que significava a possibilidade da emergência de uma nova classe, os homens de negócios, com atividades em múltiplos setores da economia soviética. As cooperativas tinham o direito de desenvolver atividades de

crédito, ou seja, elas podiam constituir o embrião de um sistema de instituições financeiras privadas, o que elas acabaram fazendo. As cooperativas tinham acesso ao comércio exterior e podiam reter uma parte dos seus ganhos de exportação fora da União Soviética, supostamente para financiar eventuais necessidades de importações. Elas eram, também, autorizadas a participar de *joint ventures* com empresas estrangeiras.

Uma cooperativa podia contratar funcionários que não sejam membros da cooperativa. Isso significava que a noção de emprego privado era introduzida no sistema soviético, onde ela não existia até então. O tamanho dos ganhos realizados pelas cooperativas e seus membros não era limitado. Os *markups* das cooperativas eram supostamente controlados pelas autoridades centrais soviéticas. Na prática, as cooperativas gozavam de uma liberdade total para estabelecer seus preços (Nutti, 1989).

As cooperativas deviam, supostamente, ser negócios de pequena escala fornecendo bens e serviços que não estavam oferecidos pelas grandes empresas estatais. Mas, as cooperativas acabaram tendo todo tipo de atividades e muitas delas se tornaram grandes empresas, operando até no comércio e nas finanças. Assim, a Lei sobre as Cooperativas deu origem a muitas empresas capitalistas. O modelo de cooperativa foi tão bem-sucedido que, no final de 1989, ou seja, pouco mais de um ano após a entrada em vigor da lei, quase três milhões de pessoas estavam trabalhando nas cooperativas (Jones & Moskoff, 1989). No final de 1991, elas eram mais de 6,2 milhões (Nove, 1992, p. 403).

Muitas cooperativas foram criadas pelos funcionários e gerentes das empresas estatais. Eles compravam geralmente os bens produzidos pela empresa estatal onde continuavam trabalhando aos preços controlados pelo Estado, processavam esses produtos na cooperativa, em geral sem realizar nenhuma alteração significativa, e vendiam-no aos preços livres, muito maiores, ou até no mercado negro. Essas práticas contribuíram para piorar ainda mais a situação de penúria de bens de consumo na qual se encontrava a União Soviética. As filas cada vez maiores que se estendiam na frente das lojas estatais soviéticas eram o resultado, pelo menos parcial, da existência das cooperativas, que, paradoxalmente, tinham sido autorizadas para melhorar o padrão de consumo da população. Ainda por cima, muitos gerentes de empresas estatais se tornaram verdadeiros capitalistas e acumularam muita riqueza graças a suas 'atividades de cooperativas'.

Essa acumulação de riqueza nas mãos dos gerentes estatais aumentou drasticamente graças à descentralização do comércio exterior, estabelecida pelo “Decreto sobre a Atividade de Comércio Exterior do Estado, da Cooperativa e outras Empresas” adotado em dezembro de 1988. Esse decreto acabava com os controles estatais estritos sobre o comércio exterior. Assim, muitas cooperativas compravam bens (especialmente matérias primas, metais, gasolina,...) aos preços domésticos tabelados e vendiam-nos no exterior, em divisas, a preços bem maiores (Gustafson, 1999, p. 27). Esse esquema de arbitragem era muito lucrativo e alguns gerentes conseguiram enriquecer consideravelmente, formando um grupo de ricos capitalistas pelas quais “proceeding to capitalism was essential to the survival of their new businesses” (Kotz, 2007, p. 90). Essa nova classe de capitalistas desempenhou um papel central no colapso da URSS, através do financiamento e do apoio político dado à coalisão pró-capitalista que tinha se formado no país e através do aprofundamento dos desequilíbrios da economia soviética.

A liberdade, parcial, no caso das empresas estatais e total, no caso das cooperativas, para fixar seus preços, perturbou profundamente o sistema de preços e a distribuição na União Soviética. Como o governo progressivamente foi dando maior liberdade de fixação de preços para as empresas sem nenhuma preocupação de criar condições de concorrência que evitassem abusos, a desorganização do sistema de preços, de distribuição e de abastecimento em diversos produtos e regiões se tornou inevitável. De fato, criou-se um contexto inédito em que monopólios regionais e setoriais tinham a liberdade de fixar uma parte dos preços. Qualquer economista pode reconhecer a nocividade de tal situação.

Certas empresas estatais e as cooperativas aproveitaram essa situação para aumentar os preços, garantindo lucros maiores. Graças ao aumento de sua rentabilidade e à sua autonomia, as cooperativas e certas empresas estatais puderam aumentar os salários dos seus funcionários. A consequência deste fenômeno foi uma diferenciação nos salários das empresas estatais, dependendo da parcela da produção cujos preços podiam ser fixados livremente¹⁰⁵. Por outro lado, as cooperativas, que dispunham de uma autonomia total na fixação dos preços, podiam oferecer salários ainda maiores.

¹⁰⁵ Tipicamente, o quanto maior era a parcela da produção pela qual a empresa estava livre de estabelecer os preços (ou seja, quanto menor era a parcela da produção a preços tabelados), maiores eram os lucros e, conseqüentemente, os salários.

Alias, o salário médio era 2,5 vezes maior nas cooperativas do que nas empresas estatais. Todo esse processo que aconteceu na União Soviética a partir do final dos anos 1980, já tinha sido identificado por Kalecki, quase 40 anos antes da *Perestroika*, num artigo sobre a “determinação de preço centralizada”. Ele escrevia:

“Under the system of [autonomous] price-setting, enterprises may, despite everything, exploit various opportunities for unjustified price increases and thereby raise their profits. [...]

A further problem arising out of autonomous price-fixing by enterprises should be pointed out. This is the possibility that unwarranted differences in income between workers in different enterprises may arise, which may cause dissatisfaction” (Kalecki, 1958 [1992], p. 119).

A vulnerabilidade externa estrutural descrita na seção II.3 piorou durante a *Perestroika*. Os preços do petróleo caíram fortemente em 1986 e permaneceram muito baixos de tal forma que o balanço de transações correntes da URSS se deteriorou ao longo da *Perestroika* (ver tabela II.7).

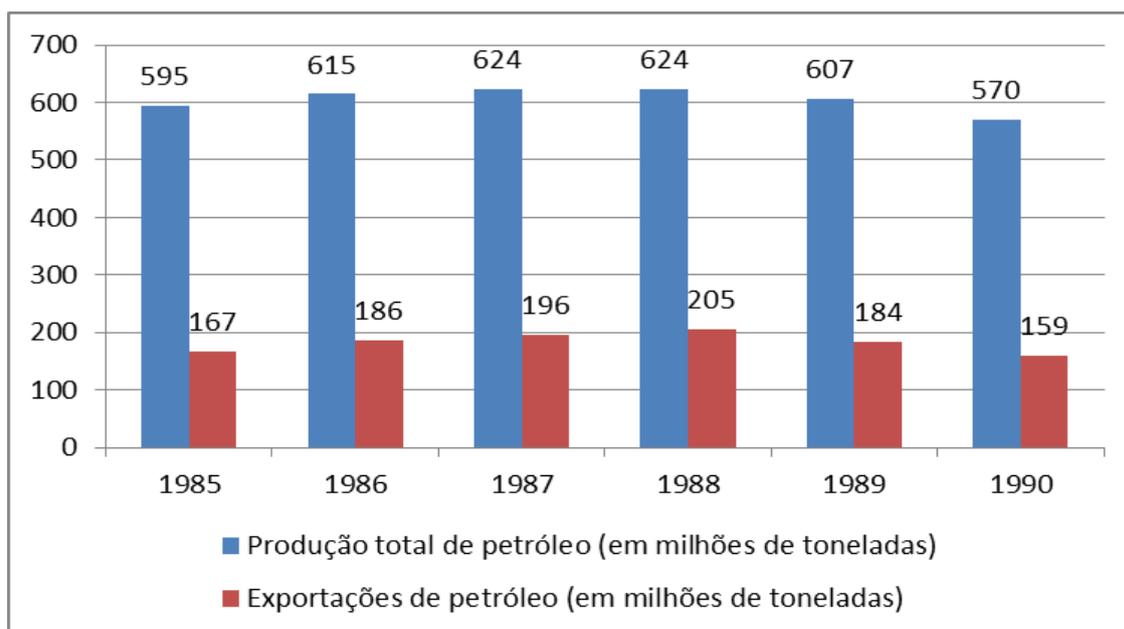
Tabela II.7: Balanço de pagamentos e endividamento da URSS em moeda forte. 1985-90 (em milhões de dólares).

| | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1989 |
|--|-----------|-----------|--------|--------|--------|-----------|
| Exportações | 23 694 | 21 802 | 25 756 | 27 826 | 29 412 | 33 500 |
| Importações | 25 662 | 23 056 | 22 882 | 28 362 | 34 562 | 35 100 |
| Balanço comercial | -1 968 | -1 254 | +2 874 | -536 | -5 150 | -1 600 |
| Balanço de serviços | -1 841 | -1 827 | -1 680 | -3 307 | -3 839 | -6 200 |
| Balanço de transações correntes | -3 809 | -3 081 | +1 194 | -3 843 | -8 989 | -7 800 |
| Vendas de ouro | 3295 | 965 | 747 | 1 469 | 3 301 | 6 413 |
| Balanço de transações correntes + vendas de ouro | -514 | -2 116 | +1 961 | -2 374 | -5 688 | -1 387 |
| Dívida bruta | 27 979 | 33 061 | 36 653 | 40 856 | 51 820 | 61 152 |
| Reservas no BIS | 13 062 | 14 769 | 14 134 | 15 288 | 14 500 | 15 797 |
| Dívida líquida | 14 917 | 18 292 | 22 519 | 30 465 | 37 320 | 45 355 |
| Evolução da dívida líquida | +3 747 | +3 375 | +4227 | +3 049 | +6 864 | +8 035 |
| Demanda por divisa | 14 650 | 18 400 | 22 800 | 25 100 | 28 500 | - |
| Varição na demanda por divisa | - | +3 750 | 4 400 | +2 300 | +3 400 | - |

Fonte: Smith – elaboração própria do autor a partir dos dados oficiais soviéticos e das estatísticas (1993, p. 159).

A inserção externa da URSS se tornou ainda mais insustentável quando a produção soviética de petróleo começou a cair em 1989 (ver gráfico II.14) por causa da exploração excessiva dos campos petrolíferos mais produtivos (Gaidar, 2007, p. 166). Em decorrência desta situação, as exportações oficiais¹⁰⁶ de petróleo em volume caíram¹⁰⁷ (ver gráfico II.14), aprofundando o problema da falta de divisas. O déficit da balança comercial piorou, também, por causa da crescente demanda doméstica por bens de consumo e produtos agrícolas, decorrente da penúria. Finalmente, houve um colapso do comércio exterior soviético em 1991, quando o valor das exportações caiu de 33% e o valor das importações de 44% (Smith, 1993, p. 174).

Gráfico II.14: A produção total soviética de petróleo e o volume das exportações de petróleo da URSS entre 1985 e 1990 (em milhões de toneladas)



Fonte: Smith (1993, p. 141).

¹⁰⁶ Grandes quantidades de petróleo, desviadas das empresas estatais pelas cooperativas, eram negociadas no exterior a partir de 1988. Essas operações eram em geral ilegais e não apareciam nos registros oficiais na medida em que os pagamentos realizados em divisas eram geralmente conservados no exterior da União Soviética.

¹⁰⁷ As exportações oficiais de petróleo caíram de cerca de 50% entre 1989 e 1991 (Nove, 1992, p. 413).

Além disso, o fim do comunismo nos países satélites da Europa Central e Oriental marcou o fim do CAEM, o que teve um impacto muito negativo sobre o comércio exterior soviético.

Uma consequência da deterioração do balanço de pagamentos da URSS e das dificuldades econômicas internas do país foi a rápida degradação das condições de financiamento externo. Assim, os termos dos empréstimos outorgados pelos bancos ocidentais à União Soviética pioraram, com taxas de juros mais elevadas e prazos reduzidos. A dívida externa soviética cresceu de forma acelerada e passou, então, de 14,9 bilhões US\$ em 1985 para 45,4 bilhões US\$ em 1989 (ver tabela II.7). A URSS tinha que usar suas reservas de ouro e de divisas para cumprir suas obrigações, mas, elas eram insuficientes para financiar o déficit estrutural do balanço de pagamentos.

Os bancos privados ocidentais foram instruídos pelo governo americano a cortar, então, totalmente suas linhas de crédito para a União Soviética no início de 1991¹⁰⁸. A URSS tentou, sem sucesso, obter empréstimos dos governos estrangeiros entre 1989 e 1991, prometendo compromissos diplomáticos e políticos para obtê-los. As reservas soviéticas de ouro e de divisas acabaram se esgotando no final de 1991, precipitando o colapso econômico do país (Ellman & Kontorovich, 1992; Gaidar, 2007).

Assim, em 1991, a URSS se encontrava numa situação econômica dramática. Incapaz de atender a demanda doméstica por bens de consumo e produtos agrícolas, as instituições soviéticas de planejamento centralizado não tinham mais autoridade sobre o sistema econômico e político. O PIB per capita, que já tinha caído de 3,1% em 1990, diminuiu de 6,8% em 1991 (ver gráfico II.1). A inflação não podia ser mais controlada. O sistema de preço estava totalmente desorganizado. O nascimento de um mercado capitalista tinha permitido a acumulação de fortunas enormes por parte de grupos privilegiados de gerentes estatais. A distribuição na União Soviética estava se tornando cada vez mais desigual. O objetivo da maior parte dos dirigentes políticos era realizar a “transição para a economia de mercado”. A *Perestroika* tinha destruído o sistema soviético porque “Gorbachev never had a coherent reform program. *Perestroika* was reactive and fragmented, each reform responding to pressures created by the previous stage of reform” (Clarke, 2007, p.15).

¹⁰⁸ A União Soviética pegava emprestado só dos bancos privados ocidentais porque não conseguia obter empréstimos oficiais de governos nacionais ou de instituições multinacionais.

A União Soviética, por causa dos movimentos secessionistas e da afirmação de líderes políticos locais nas repúblicas, como Iéltsin na Rússia, estava se tornando cada vez mais ingovernável. A paralisia crescente do comércio inter-repúblicas dentro da URSS deteriorou ainda mais a situação econômica, multiplicando os gargalos. O processo rápido de desintegração política e econômica acabou em 25 de dezembro de 1991 quando a União Soviética deixou de existir.

II.5 Algumas observações finais

A trajetória econômica da URSS entre 1950 e 1991 foi muito contrastada. O sucesso do modelo crescimento extensivo nos anos 1950 e na década de 1960 foi inegável. Mas, o fim das largas reservas força de trabalho rural subempregada e das reservas naturais a baixo custo foi responsável pelo esgotamento deste modelo. A fase de estagnação econômica começou nos anos 1970. A tentativa de passar para um novo regime de acumulação intensiva fracassou. O crescimento elevado da produtividade que teria sido necessário para atingir este objetivo e superar estes obstáculos nunca foi alcançado. A ‘deterioração da disciplina’ do trabalho, a militarização da economia (tanto pelos elevados gastos militares por causa da Guerra Fria quanto pelas consequências sobre a estrutura industrial e a difusão do progresso tecnológico) e as dificuldades da agricultura foram todos parcialmente responsáveis por essa situação. Dadas essas dificuldades, uma solução paliativa e provisória foi a escolha de uma profunda mudança na inserção externa da URSS, com a adoção de um padrão de comércio exterior baseado nas exportações de matérias primas e nas importações de bens básicos e tecnológicos. Isso contribuiu para criar uma situação de forte vulnerabilidade externa do ponto de vista econômico (e geopolítico). Outro efeito foi a concentração do investimento na área energética, inviabilizando ainda mais os planos de mudança de prioridades do sistema soviético.

As tentativas da Perestroika para construir um ‘socialismo de mercado’ fracassaram totalmente. As reformas de Gorbachev desorganizaram o sistema econômico soviético, além de provocar um brutal aumento tanto do excesso crônico da demanda interna quanto da necessidade das importações. A esses problemas econômicos internos se somou o choque externo da queda dos preços internacionais do

petróleo, que acabou levando a uma crise de balanço de pagamentos. A interação entre essas dificuldades internas e externas foi responsável pelo colapso econômico da URSS, que ajudou a precipitar seu fim.

É interessante observar o quanto as características estruturais da economia da URSS influenciaram a Rússia pós-soviética. Assim, as práticas predatórias que começaram por causa das reformas da Perestroika se generalizaram durante o período da ‘Transição’ para o capitalismo, nos anos 1990. Como será mostrado no capítulo III, a riqueza adquirida pelos gerentes de empresas estatais soviéticos durante a Perestroika permitiram-lhes tirar vantagem das reformas da ‘Terapia de Choque’. Eles ficaram conhecidos como oligarcas. A Rússia atual possui, também, características herdadas dos tempos soviéticos como a baixa produtividade da agricultura, a crescente dependência em relação às exportações de matérias primas (principalmente energéticas) e a forte concentração do investimento na produção de petróleo e de gás. A vulnerabilidade estrutural da Rússia vem do período soviético e foi piorada desde os anos 1990 pela abertura da conta de capital e os fluxos financeiros de curto prazo que vieram juntos.

Capítulo III:

O crescimento econômico na Federação Russa: do fracasso da Terapia de choque à Recuperação da ‘era’ Putin.

O colapso da União Soviética em 1991 foi seguido pela criação de 15 estados independentes, no meio dos quais figura a Federação Russa. Este estudo é centrado na questão do crescimento econômico da Federação Russa, desde sua criação em 1991 até hoje. As reformas da *Perestroika*, como foi mostrado no capítulo II, já tinham introduzido muitos elementos capitalistas na economia da URSS, desorganizando completamente o sistema de planejamento soviético. No final de 1991, a economia russa encontrava-se, então, numa situação muito difícil, misturando traços herdados da União Soviética, como um grande peso do Estado na atividade econômica, e características capitalistas, como um setor privado em pleno desenvolvimento. A recessão econômica estava muito forte e o país tinha acabado de passar por uma crise de balanço de pagamentos.

As reformas econômicas implementadas na Rússia a partir de 1992, conhecidas como “tratamento de choque”, tinham como objetivo transformar rapidamente a economia russa numa economia totalmente capitalista, no molde dos princípios definidos pelo Consenso de Washington¹⁰⁹. O objetivo deste capítulo é mostrar como a

¹⁰⁹ O Consenso de Washington foi formulado pelo economista Williamson (1989). É constituído de dez pontos:

1. Disciplina fiscal
2. Reorientação das despesas públicas
3. Reforma fiscal
4. Liberalização financeira
5. Fixação de uma taxa de câmbio única e competitiva
6. Liberalização do comércio exterior
7. Supressão dos obstáculos aos Investimentos Diretos Estrangeiros
8. Privatização das empresas públicas
9. Desregulamentação da concorrência

grande queda dos gastos, tamanho e da capacidade de atuação do Estado russo, a liberalização dos mercados, a privatização massiva dos ativos estatais e a abertura comercial e financeira descontrolada levaram a uma longa e profunda recessão econômica. Serão analisadas as origens dos problemas de balanço de pagamentos da Federação Russa durante este período que vieram do agravamento da vulnerabilidade externa que caracterizou a economia russa dos anos 1990 e já tinha aparecido durante a *Perestroika*.

Outro objetivo deste ensaio é mostrar como a retomada da atuação do Estado e do gasto público, a moratória da dívida, a posterior melhora na administração do balanço de pagamentos e, a partir de 2003, o forte aumento dos preços mundiais das matérias primas, permitiram que a Rússia conhecesse taxas de crescimento econômico elevadas após a crise de 1998. Essa estratégia foi responsável pela recuperação da economia e da posição geopolítica da Federação Russa, que conseguiu diminuir substancialmente sua restrição externa. Serão, também, enfatizadas as semelhanças entre a trajetória da Rússia e as trajetórias de muitos países subdesenvolvidos primário-exportadores durante este período.

O capítulo foi dividido em quatro seções. Uma primeira seção estuda as características estruturais da economia russa no período de baixo crescimento, entre 1992 e 1998. Uma segunda seção explora o padrão de crescimento seguido durante a recuperação nacionalista da economia russa, entre 1998 e 2008. Uma terceira seção discute as perspectivas da economia Russa à luz da análise das seções anteriores e do forte impacto negativo da crise mundial de fins de 2008, devido ao alto grau de abertura financeira e à grande dependência da economia russa em relação às exportações de petróleo e gás. Uma última seção oferece algumas breves observações finais.

III.1 A transição para o capitalismo via “Tratamento de choque” (1992-1998)

III.1.1 O programa da “Terapia de Choque”

10. Segurança dos direitos de propriedade.

O programa dos 500 dias¹¹⁰, apoiado pelo presidente Yeltsin, apontou claramente na direção de uma transição rápida que ia ser seguida pela Rússia durante os anos 90. Yegor Gaidar, primeiro ministro a partir de outubro de 1991, foi encarregado pelo presidente Yeltsin da elaboração de um plano de transição para a Rússia. Para isso, Gaidar chamou o ex-ministro da economia polaco Leszek Balcerowicz¹¹¹ e vários economistas ocidentais ortodoxos, como Andrei Shleifer, Jeffrey Sachs, David Lipton e Anders Åslund¹¹². Eles preconizaram a aplicação do programa experimentado na Polônia, com algumas mudanças devidas à peculiaridade da situação russa. Essa estratégia ganhou o nome de Terapia de Choque¹¹³. De fato, seu objetivo era uma transição acelerada para a economia de mercado, acompanhada de uma estabilização macroeconômica rápida.

Havia quatro eixos principais no programa dos reformistas russos. O primeiro eixo era a liberalização total dos preços, removendo o tabelamento dos preços dos bens básicos que ainda vigorava depois da Perestroika. Essa medida devia supostamente pôr um fim às penúrias e permitir ao mecanismo de mercado de funcionar corretamente. O segundo eixo era a abertura para a economia mundial, tirando os obstáculos administrativos e tarifários que existiam do tempo da URSS. O objetivo era o alinhamento dos preços relativos com os preços internacionais e um aumento das exportações que devia comprimir o mercado interno a fim de lutar contra a inflação. O terceiro eixo era uma política de restrições financeiras duras (*'hard budget constraint'*), cuja finalidade era reduzir o risco de inflação que poderia criar a liberalização dos preços. O racionamento do crédito que seria a consequência de tal política devia acelerar o processo de reestruturação das empresas, segundo os reformadores da Terapia de Choque. O último eixo era a privatização das empresas estatais, que devia aumentar a competitividade das empresas russas. A privatização dos ativos produtivos devia ser

¹¹⁰ O Plano dos 500 dias, apresentado em setembro de 1990 por um grupo de economistas liderado por Grigori Iavlinski, pretendia transformar a URSS numa economia de mercado em 17 meses, com algumas medidas como a privatização de 70% das empresas, incentivos para o investimento estrangeiro e a criação de um sistema financeiro apoiado em bancos privados e mercados financeiros.

¹¹¹ Balcerowicz conduziu o plano de transição acelerada para transformar a Polônia numa economia de mercado, a partir de 1989.

¹¹² David Lipton e Jeffrey Sachs já tinham colaborado para a elaboração das políticas econômicas da transição polonesa.

¹¹³ Outros nomes, como Tratamento de Choque, *Big Bang*, Reforma Econômica radical ou *'3 Zatsias'*, também aparecem na literatura.

acompanhada da introdução de um sistema de direitos de propriedade e da elaboração de um aparato legal para que seja respeitado (Schleifer, 1995).

Usando um arcabouço teórico ortodoxo, as políticas de estabilização (redução das despesas públicas, controle da massa monetária e ajustamento da taxa de câmbio) deviam assegurar, segundo os reformadores russos e os consultores estrangeiros o controle monetário da transição, limitando os riscos de inflação gerados pela liberação dos preços e favorecendo o crescimento econômico. As políticas de ajustamento estrutural (liberalização dos mercados domésticos, abertura externa e privatização das empresas estatais) deviam criar as condições para uma maior eficiência econômica dos agentes, eliminando as distorções de mercado e permitindo uma alocação dos recursos orientada pelos preços relativos (Schleifer, 1995). Instituições internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional apoiaram fortemente a escolha desse modelo de transição, como elas já tinham feito na Polônia. Aliás, o relatório sobre o plano de transição, apresentado em março de 1992 pelo governo russo ao FMI foi elogiado por essa instituição (Aslund, 2002).

III.1.2 A aplicação da Terapia de Choque: a desorganização da economia russa e o período de alta inflação (1992-1995)

A implementação da Terapia de Choque começou no dia dois de janeiro de 1992 com a liberalização da maior parte dos preços¹¹⁴. A decisão de liberalizar os preços foi responsável por um surto de ‘inflação de demanda’ no próprio mês de janeiro. Assim a inflação atingiu 245% em janeiro, caindo para 38% em fevereiro (Popov, 1996, p. 59). Essa inflação inicial eliminou de uma vez o excesso crônico de demanda agregada que existia aos preços anteriores à reforma e reduziu drasticamente o valor real dos elevados depósitos em rublo herdados do fim da União Soviética¹¹⁵. A redução dos salários reais e da renda das famílias eliminou a escassez de bens de consumo que caracterizava a economia russa deste período.

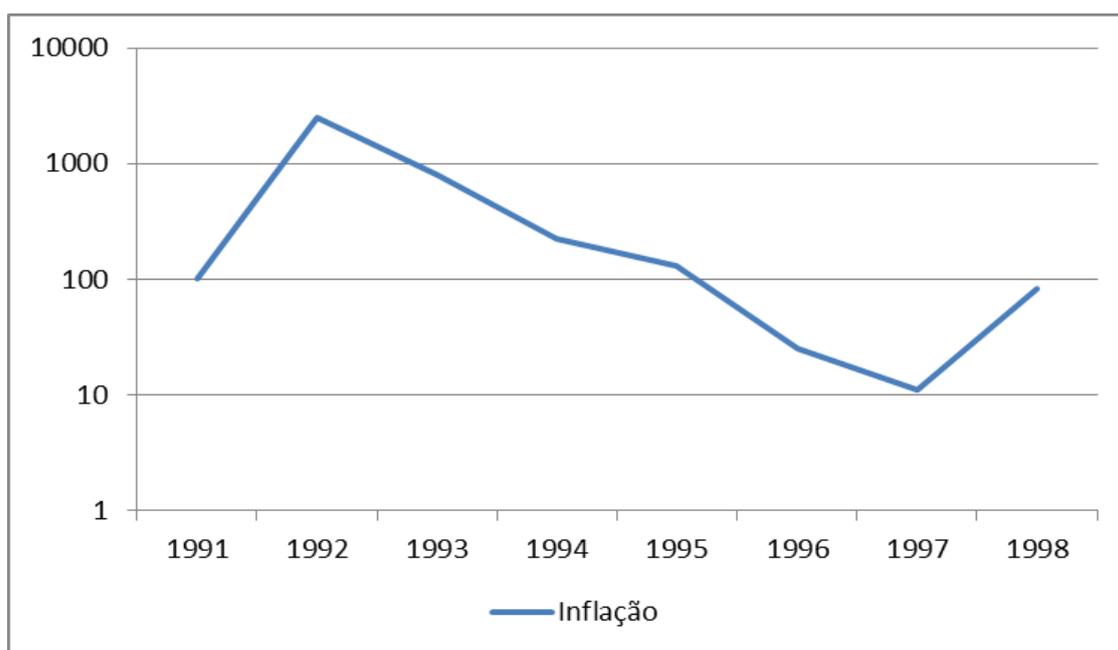
¹¹⁴ Os preços dos setores da energia e dos transportes, assim como os preços de alguns produtos alimentícios continuaram a ser tabelados (Kotz, 2007).

¹¹⁵ Ver capítulo III.

A liberalização do comércio exterior, também realizada em janeiro de 1992, significou uma forte queda das barreiras tarifárias às importações¹¹⁶ e o fim das quotas de importações que, mesmo atenuadas, continuavam existindo até então. Até fevereiro de 1993, os bens importados nem eram sujeitos ao IVA (28% na Rússia neste período), o que contribuiu a favorecer muito a difusão dos produtos importados (Drebentsov & Ofer, 1999) e ajudou, também, a eliminar a escassez de bens de consumo.

Depois do surto de inflação de demanda inicial observado até março de 1992, o processo inflacionário observado na Rússia a partir de março de 1992 se torna crônico, pois se transforma em uma inflação de custos persistente, na medida em que as empresas e os trabalhadores russos tentam reajustar seus salários e preços para compensar suas perdas iniciais de renda. Taxas elevadas de inflação se mantiveram assim na Rússia até 1995 (ver gráfico III.1).

Gráfico III.1: Inflação na Rússia (em log/%) de 1991 a 1998.



Fonte: Federal State Statistic (2012).

De fato, depois do forte choque de preços inicial, a demanda efetiva na Rússia (demanda aos preços de oferta) não era mais excessiva e o sistema econômico passou a ser restrito pela demanda e não mais pela oferta, pois o investimento, o consumo e o

¹¹⁶ A tarifa geral sobre as importações foi reduzida para 5%. Mas, a maior parte dos bens alimentícios e dos remédios não eram sujeitos a nenhuma tarifa (Drebentsov & Ofer, 1999).

gasto público caíram sistematicamente em termos reais ao longo do período de transição.

Essa inflação de custos era devida à explosão dos salários nominais e à taxa de câmbio nominal que se desvaloriza muito até 1995 (ver tabela III.1) e a aumentos desordenados das margens de lucros em vários setores . A forte desvalorização da taxa de câmbio nominal se deu na Rússia depois da adoção de um regime de câmbio flexível como parte do pacote de reformas do início de 1992 (ver tabela III.2). Ela foi alimentada pela elevada fuga de capital que acompanhou a abertura financeira também implementada a partir de 1992. A supressão do controle de capital não trouxe a esperada entrada de investimentos estrangeiros diretos e contribuiu pelo contrário a fragilizar ainda mais a economia russa.

Tabela III.1: Salários, taxas de câmbio e inflação na Federação Russa (1991-1996).

| | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 |
|--|------|-------|--------|---------|---------|---------|
| Salário mensal (rublos) | 548 | 5 995 | 58 663 | 220 351 | 472 392 | 802 745 |
| Salário mensal (rublos de 1991) | 548 | 230 | 239 | 281 | 262 | 365 |
| Salário mensal (\$ E.U.A.) | 315 | 28 | 63 | 100 | 103 | 157 |
| Salário mensal (PPP \$) | 227 | 177 | 176 | 167 | 188 | 228 |
| Taxa de câmbio nominal média(Rublo/\$ E.U.A.) | 1,74 | 216 | 928 | 2 205 | 4 566 | 5 126 |
| Taxa de câmbio real | 1,74 | 8,27 | 3,78 | 2,81 | 2,53 | 2,33 |
| Taxa de câmbio média em PPP (Rublo/\$ E.U.A.) | 2,41 | 33,8 | 333 | 1 318 | 2 508 | 3 535 |
| Taxa de câmbio nominal média/ Taxa de câmbio média em PPP | 0,72 | 6,39 | 2,79 | 1,67 | 1,82 | 1,45 |

| | | | | | | |
|---------------------------------|------|-------|------|------|-------|-------|
| Deflator do índice de inflação | 1,00 | 26,10 | 245 | 785 | 1 806 | 2 199 |
| Salário mensal (rublos de 1991) | 1,00 | 0,42 | 0,44 | 0,51 | 0,48 | 0,67 |
| Salário mensal (\$ E.U.A.) | 1,00 | 0,09 | 0,20 | 0,32 | 0,33 | 0,50 |
| Salário mensal (PPP \$) | 1,00 | 0,78 | 0,78 | 0,74 | 0,83 | 1,00 |

| | | | | | | |
|--|------|------|------|------|------|------|
| Taxa de câmbio real | 1,00 | 4,75 | 2,17 | 1,61 | 1,45 | 1,34 |
| Taxa de câmbio nominal média/ Taxa de câmbio média em PPP | 1,00 | 8,86 | 3,87 | 2,32 | 2,52 | 2,01 |

Fonte: Drebentsov & Ofer, 1999.

O Banco Central russo manteve um câmbio totalmente flexível até o fim de 1995. O câmbio nominal se desvalorizou, então, consideravelmente entre 1992 e 1995, como efeito da fuga de capital. Mas, a desvalorização da taxa de câmbio nominal do rublo, tirando no mês de janeiro de 1992, sempre ficou abaixo da taxa de inflação até o final de 1995, o que explica a valorização da taxa de câmbio real observada durante este período (Drebentsov & Ofer, 1999).

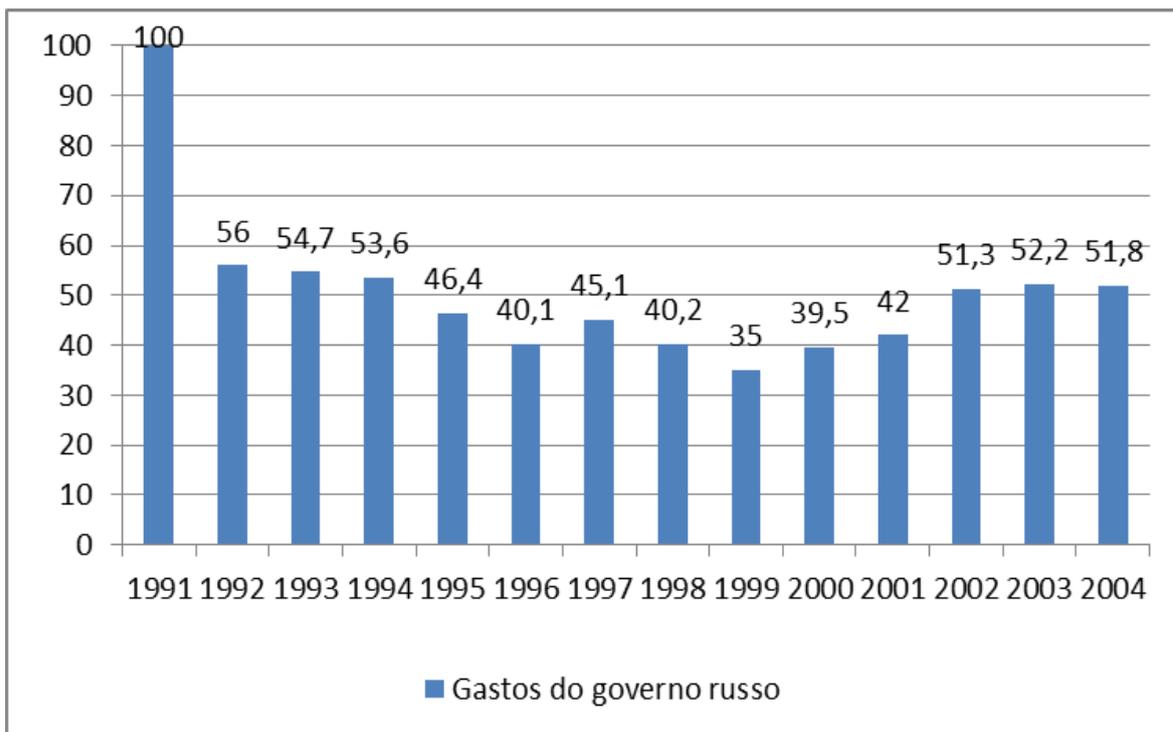
Uma política fiscal e monetária contracionista foi adotada na Federação Russa como parte da “Terapia de Choque”. A política monetária contracionista, num contexto de inflação crônica de custos, levou a um racionamento do crédito às empresas que teve um impacto muito negativo sobre o investimento. Nessas circunstâncias, o incentivo à criação de bancos privados¹¹⁷, que existiam de facto desde 1990, para substituir o Estado no seu papel de financiamento do investimento¹¹⁸, acabou não aumentando a disponibilidade de crédito para a maior parte das empresas russas. Como será mostrado mais adiante, essas novas instituições financeiras eram, em geral, focadas em atividades especulativas, nas privatizações e em aplicações em títulos públicos.

A adoção de uma forte política fiscal contracionista, levou uma queda brutal dos gastos do Governo na Rússia, que caíram de 46% entre 1992 e 1991 (ver gráfico III.2).

Gráfico III.2: Evolução dos gastos do governo russo entre 1991 e 2004 (em % do nível atingido em 1991).

¹¹⁷ A Rússia contava mais de 1600 bancos privados no final de 1992 (Gustafson, 1999).

¹¹⁸ A experiência do auto-financiamento depois da Lei sobre a Empresa Estatal de 1988 não tinha sido bem-sucedido (ver capítulo III).

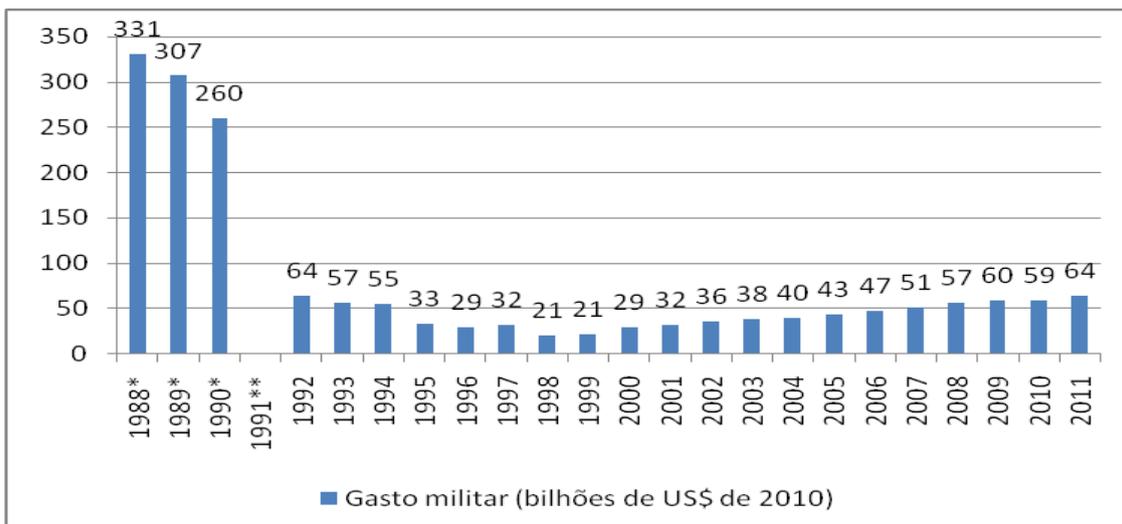


Fonte: Federal State Statistic em KOTZ (2007).

O gasto militar, que representava 15,8% do PIB da União Soviética em 1988, caiu brutalmente em 1992 e continuou baixando até 1998, onde só representava 3,3% do PIB (ver gráfico III.3). As encomendas do exército russo para as empresas do setor-militar industrial foram praticamente congeladas e só seriam retomadas em grande escala no início dos anos 2000. Nos anos noventa, essas empresas passaram a depender essencialmente das exportações de armas para países não aliados dos Estados Unidos como a Índia ou a China (essa questão será aprofundada no capítulo IV). Algumas empresas tentaram uma reconversão parcial na produção para o mercado civil, mas, com um sucesso limitado tanto por razões técnicas quanto pela situação econômica difícil da época (Davis, 2002).

Essa situação levou a um forte encolhimento do gigante complexo militar-industrial herdado da URSS, cuja produção caiu de 80% entre o pico de atividade do final dos anos 1980 e 1998 e que perdeu mais dos dois terços dos seus funcionários (Izyumov & Kosals, 2011).

Gráfico III.3: Gasto militar da URSS e da Federação Russa (1988-2011).



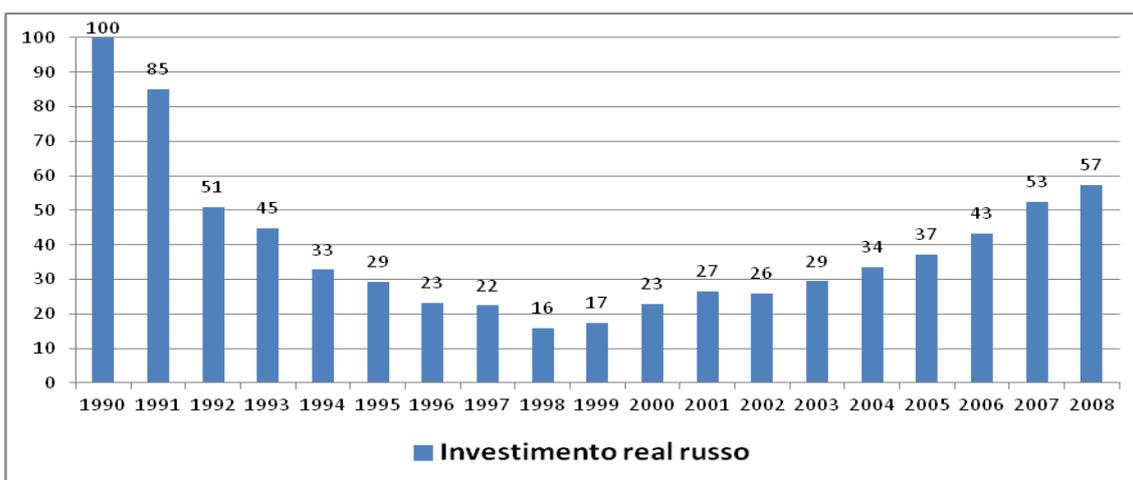
*URSS

** Dados não disponíveis

Fonte: SIPRI (2012).

O racionamento do crédito e o forte recuo do gasto público se refletiram numa queda brutal do nível do investimento agregado (público e privado) que perdeu 84 % do seu valor real entre 1990 e 1998 (ver gráfico III.4). O encolhimento da demanda efetiva impediu as empresas russas de investir para se modernizar e poder concorrer com os produtos importados. A tendência à valorização do câmbio real não contribuiu para melhorar este quadro, que foi piorado pela deterioração da infraestrutura, por falta de investimento público.

Gráfico III.4: Evolução do Investimento real russo entre 1990 e 2008.

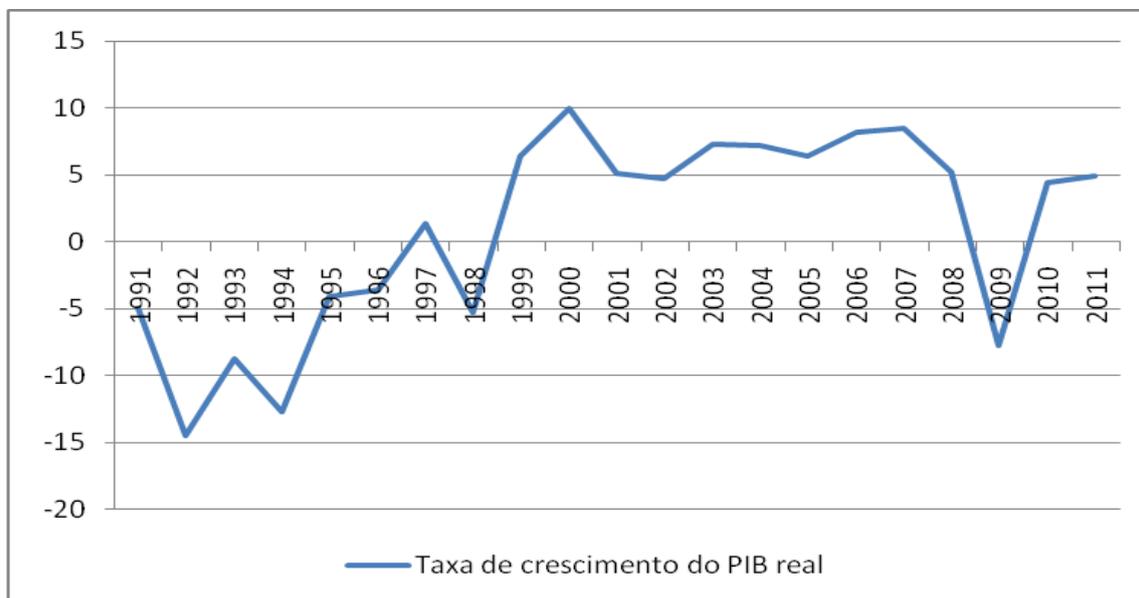


Fonte: OECD e Federal State Statistics Service – Rosstat em Kotz (2007) e Bofit (2009).

O encolhimento da demanda efetiva provocado pela política macroeconômica contracionista durante o período do ‘Tratamento de Choque’ levou à redução do produto

quase contínua com altas taxas de crescimento negativas e grande instabilidade (ver gráfico III.5).

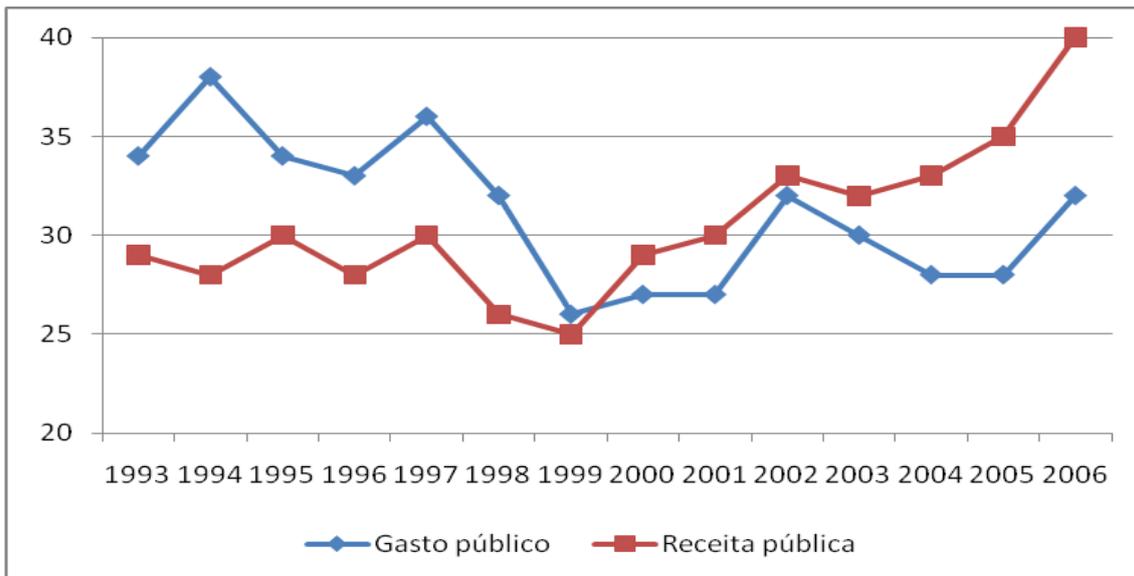
Gráfico III.5: Taxa de crescimento do PIB real da Federação Russa (1991-2011).



Fontes: UNECE (2012).

A arrecadação fiscal caiu, também, fortemente em decorrência da degradação da situação econômica russa (ver gráfico III.6). Apesar da forte diminuição do gasto público, o déficit fiscal se estabeleceu num patamar alto. Além disso, o sistema tributário herdado da União Soviética não era muito adaptado à nova realidade econômica russa. A reforma tributária criou um imposto sobre o consumo, mas, sua aplicação foi bastante complicada, devido à desorganização da fiscalização, à inconsistência do novo sistema fiscal e à corrupção dos agentes administrativos. O enfraquecimento do Estado Russo ficou, então, refletido na generalização das práticas de sonegação de impostos no país.

Gráfico III.6: Gastos e receita públicos em porcentagem do PIB (1993-2006).



Fonte: EBRD em Popov (2008).

III.1.3 A estabilização da inflação e a criação das condições para a crise financeira de 1998 (1995-1998)

Em 1995, uma política econômica de estabilização muito rígida com âncora cambial foi implementada na Rússia, a fim de controlar a inflação. O plano de estabilização tinha três pontos principais. Primeiro, o Banco Central russo tinha que ancorar a taxa de câmbio do rublo ao dólar, passando a um regime de câmbio fixo (Gustafson, 1999).

Segundo, o déficit público não podia mais aumentar. Ora, como o PIB e, consequentemente, a receita pública continuava caindo, o estado russo praticou cortes nos gastos públicos ainda mais drásticos.

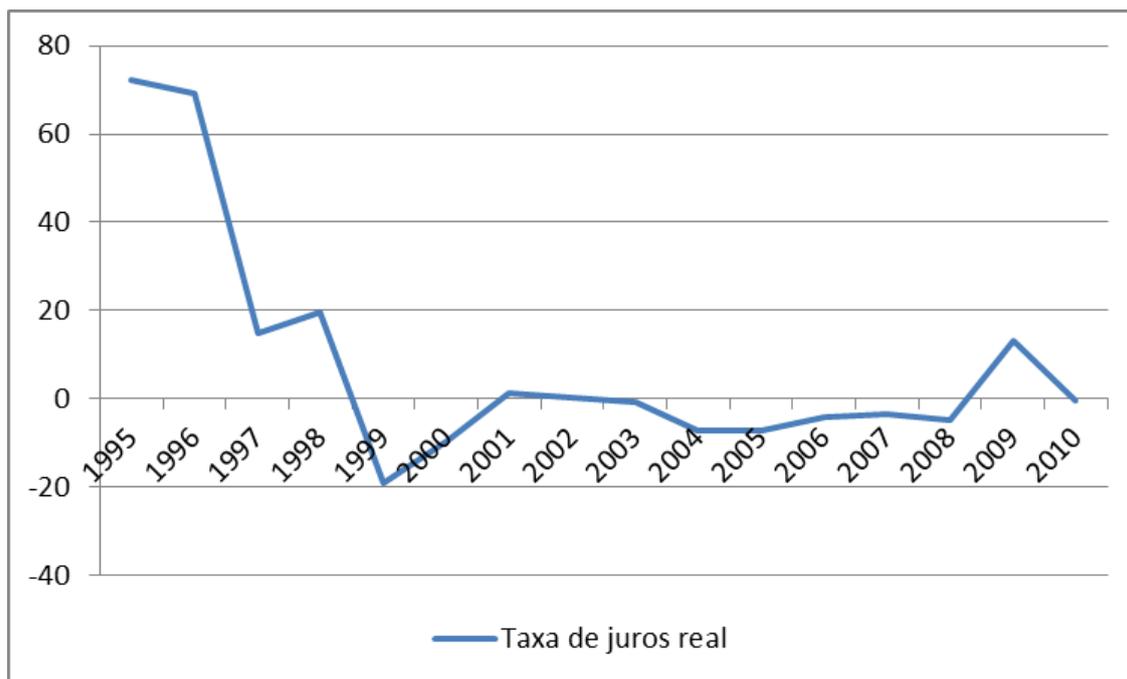
O terceiro elemento era a restrição monetária. O Banco Central da Rússia não tinha mais direito de financiar o déficit público com a emissão de moeda, que permanecia alto num contexto de baixa arrecadação fiscal (ver gráfico III.6). Além disso, o crédito do Banco Central ao setor privado devia ser limitado, para impedir as pressões inflacionárias.

Assim, o Estado russo era constrangido a financiar seu déficit através de empréstimos. Desta forma, a dívida externa foi financiada com empréstimos do FMI, de governos e bancos ocidentais (principalmente da Alemanha) e euro-obrigações. A

dívida pública foi financiada com a emissão de títulos denominados em rublo como os GKO¹¹⁹ e os OFZs e em dólar, como os MinFins.

A taxa de juros real destes GKO e OFZs era muito alta, porque a taxa de juros nominal tinha que ser alta o suficiente em dólares para atrair os investidores externos e sustentar a paridade cambial (ver gráfico III.7).

Gráfico III.7: Evolução da taxa de juros real da Rússia entre 1995 e 2010.



Fonte: World Bank (2012).

A Rússia estava seguindo um modelo econômico generalizado nos países da Periferia na década de 1990. Num contexto internacional de desregulação financeira, uma grande quantidade de capital externo de curto prazo fluía para os países da Periferia que ofereciam, pelo contrário, taxas de juros em dólar elevadas e tinham realizado a abertura financeira (Medeiros, 2008b). A Rússia conseguiu, então, atrair fluxos elevados de capital especulativo de curto prazo. Assim, tanto as instituições financeiras russas, quanto os investidores estrangeiros, compraram muitos GKO e OFZs. Alias, esses investidores estrangeiros chegaram a deter um terço dos GKO no início de 1997 (Vercueil, 2002). Olhando para o balanço de pagamentos da Rússia, registrou-se, assim,

¹¹⁹ Os GKO eram títulos do Tesouro com duração de três ou seis meses, enquanto os OFZs tinham prazos maiores.

em 1997, 45,7 bilhões US\$ de investimento em carteira em 1997 (ver tabela III.2), dos quais 44,5 bilhões eram títulos do governo.

Tabela III.2: Balanço de pagamentos da Federação Russa entre 1994 e 2011 (em milhões US\$).

| | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|---|-----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|
| Balança de transações correntes | 7.844 | 6.963 | 10.847 | - 80 | 219 | 24.616 |
| <i>Balança comercial (FOB)</i> | <i>16.927</i> | <i>19.816</i> | <i>21.592</i> | <i>14.913</i> | <i>16.429</i> | <i>36.014</i> |
| Exportações de bens (FOB) | 67.379 | 82.419 | 89.685 | 86.895 | 74.444 | 75.551 |
| Importação de bens (FOB) | - 50.452 | - 62.603 | - 68.092 | - 71.983 | - 58.015 | 39.537 |
| <i>Balança de serviços</i> | <i>- 7.011</i> | <i>- 9.638</i> | <i>- 5.383</i> | <i>- 5.945</i> | <i>- 4.083</i> | <i>- 4.284</i> |
| Exportação de serviços | 8.424 | 10.567 | 13.281 | 14.080 | 12.372 | 9.067 |
| Importação de serviços | - 15.435 | - 20.205 | - 18.665 | - 20.025 | - 16.456 | 13.351 |
| <i>Balanço de rendas</i> | <i>- 1.840</i> | <i>- 3.372</i> | <i>5.434</i> | <i>- 8.692</i> | <i>- 11.790</i> | <i>- 7.716</i> |
| Rendas recebidas | 3.500 | 4.278 | 4.333 | 4.366 | 4.301 | 3.881 |
| Rendas pagas | - 5.340 | - 7.650 | 9.768 | - 13.058 | - 16.091 | 11.597 |
| <i>Transferências unilaterais correntes</i> | <i>- 232</i> | <i>157</i> | <i>72</i> | <i>- 356</i> | <i>- 337</i> | <i>601</i> |
| Conta capital e financeira | - 10.205 | 12.080 | - 6.436 | 10.796 | 3.837 | 14.357 |
| <i>Conta capital</i> | <i>2.410</i> | <i>- 347</i> | <i>- 463</i> | <i>- 797</i> | <i>- 382</i> | <i>- 328</i> |
| <i>Conta financeira</i> | <i>- 12.615</i> | <i>12.427</i> | <i>- 5.973</i> | <i>11.593</i> | <i>4.220</i> | <i>14.029</i> |
| Investimento direto | 408 | 1.460 | 1.656 | 1.681 | 1.492 | 1.102 |
| Investimento em carteira | 21 | - 2.444 | 4.410 | 45.775 | 8.618 | - 946 |
| Derivativos financeiros (líquido) | | | | | | |
| Outros investimentos | - 13.044 | 13.411 | - 12.040 | - 35.863 | - 5.890 | 14.185 |
| Erros e omissões | 465 | - 8.657 | - 7.252 | - 8.780 | - 9.361 | - 8.481 |

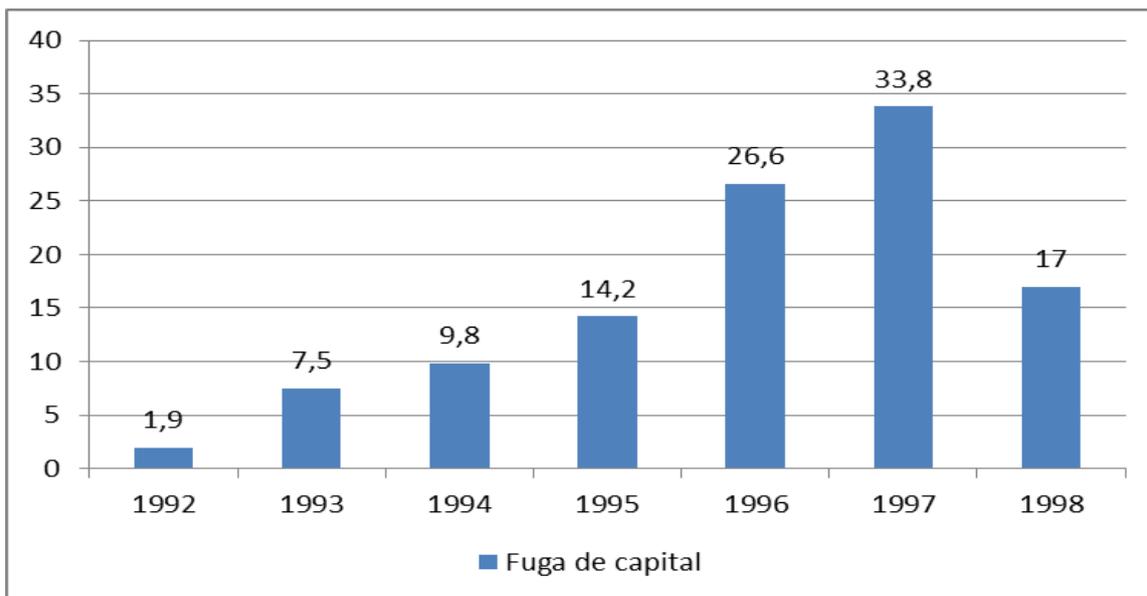
| | | | | | | |
|---------------------------------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | | | | | |
| Saldo do balanço de pagamentos | - 1.896 | 10.386 | - 2.841 | 1.936 | - 5.305 | 1.778 |
| | | | | | | |
| Varição de reservas | 1.896 | - 10.386 | 2.841 | - 1.936 | 5.305 | - 1.778 |

Fonte: Bank of Russia (2012).

A situação de fragilidade externa criada pela entrada destes fluxos de capital de curto prazo era piorada pelo agravamento do problema de fuga de capital, presente desde os tempos soviéticos e favorecido durante a transição pela abertura financeira total. Os níveis altos registrados no gráfico III.8 apresentado em seguida, na verdade, estão bem abaixo da realidade porque só levam em conta os movimentos registrados no balanço de pagamentos. De fato, muitas atividades ilegais de exportação aproveitando os ganhos de arbitragem proveniente da diferença entre os preços internos russos (das matérias primas, principalmente petróleo e derivados) e os preços internacionais eram realizadas e não entravam nem na parte de erros e omissões do balanço de pagamentos. A ausência de controle de capital e de monopólio cambial do Estado russo deu assim a oportunidade a muitas empresas exportadoras, que recebiam seus pagamentos em divisas através de filiais no exterior, de ‘externalizar’ todo o valor de suas exportações. Estima-se que cerca de 150 bilhões de dólares foram assim subtraídos à economia russa de 1992 a 1998.

É importante enfatizar que a Rússia, durante todo este período, teve superávits comerciais, tanto pelo nível agregado deprimido das importações por conta da recessão, quanto pelo elevado nível de exportações de matérias primas (especialmente petróleo e gás). Assim, ao contrário da maioria dos países periféricos e de praticamente todos os países em transição (fora a China), cuja fragilidade externa vinha em boa parte da balança comercial, na Rússia, foi exclusivamente a tendência de crescentes saídas de capital legais e ilegais que levou ao aprofundamento da vulnerabilidade externa e posteriormente à crise.

Gráfico III.8: Evolução do nível de fuga de capital na Federação Russa entre 1992 e 1998.



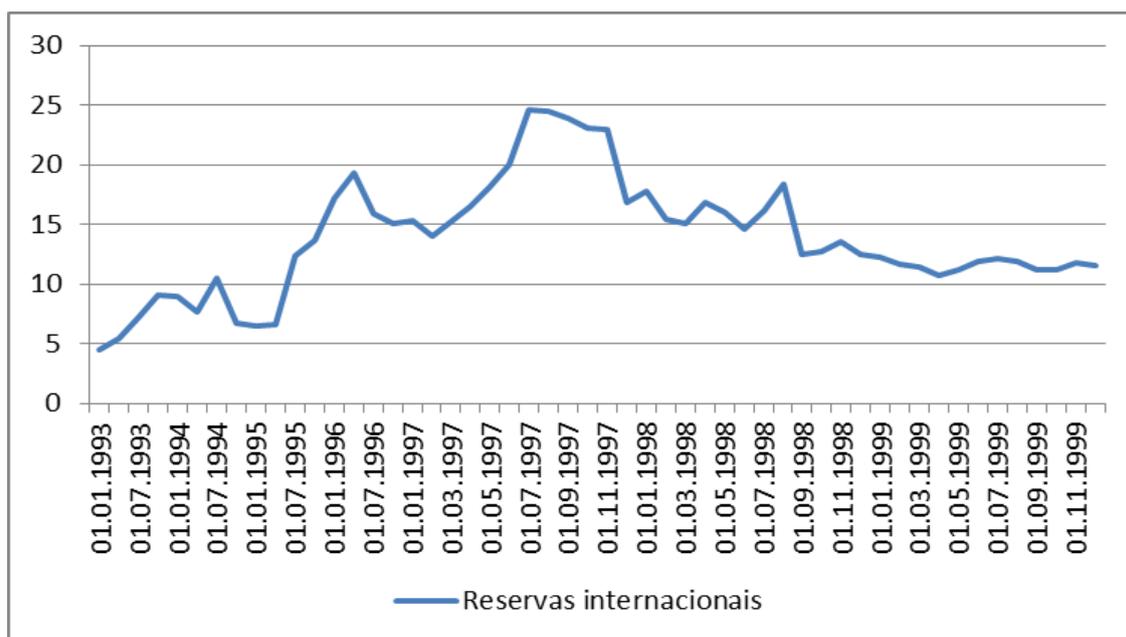
Fonte: Uegaki (2006).

Além disso, com o regime de câmbio fixo adotado no âmbito da política de estabilização e a persistência da inflação, mesmo num patamar muito menor (ver gráfico III.1), havia uma valorização do câmbio real (ver tabela III.1 e gráfico III.21).

De fato, as importações, devido à liberalização comercial, aumentavam a um ritmo elevado (cerca de 43% entre 1994 e 1997) enquanto o crescimento das exportações nominais em dólar era significativamente menor (28% entre 1994 e 1997). O resultado foi uma forte redução do superávit comercial.

O saldo negativo do balanço de rendas da Rússia piorou, também, muito durante este período, devido ao aumento das rendas ligadas aos títulos do governo comprados por instituições financeiras estrangeiras (ver tabela III.2). O resultado foi uma redução do saldo da balança de transações correntes que chegou a ser negativa em 1997. O saldo do balanço de pagamentos da Rússia, também, ficou negativo em 1997, significando a perda de reservas, que baixaram para 13,9 bilhões US\$ em fevereiro de 1997 (ver gráfico III.9). Era um nível limitado demais para enfrentar qualquer choque externo.

Gráfico III.9: Evolução das reservas internacionais da Federação Russa entre 1993 e 1999 (em bilhões US\$).

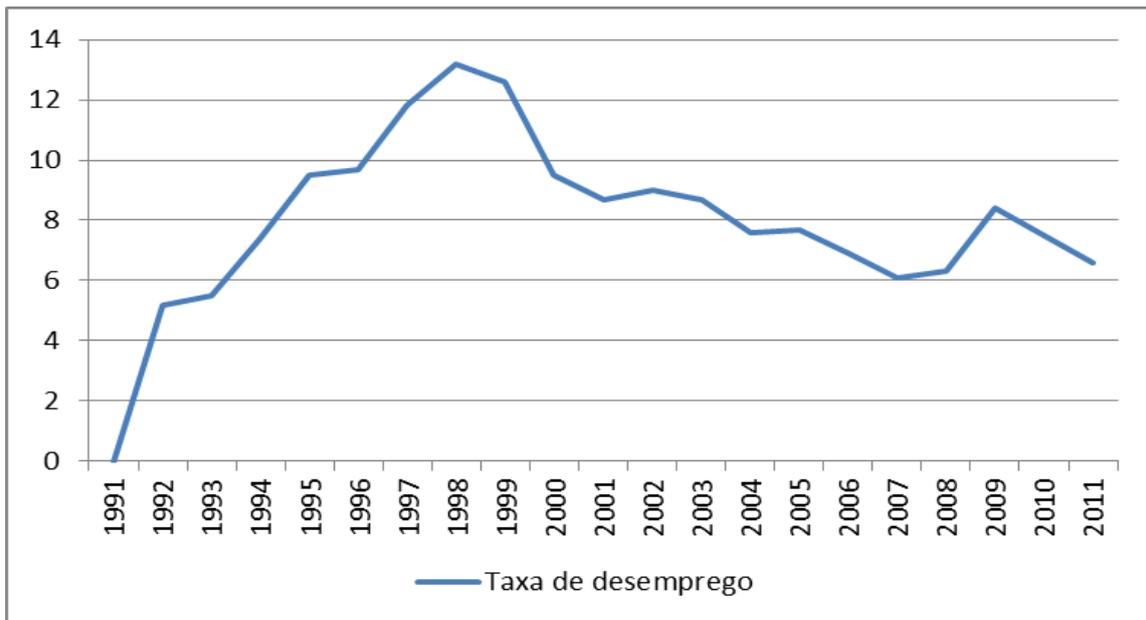


Fonte Bank of Russia (2012).

A fragilidade externa da Rússia aumentou, então, notadamente durante o período de “estabilização”, com uma dívida externa (pública e privada) que não parava de crescer, a saída de divisas, e a valorização do câmbio real e diminuição das reservas. A partir de meados de 1997, a economia russa tinha se tornado extremamente vulnerável para qualquer choque externo, o que acabou se verificando em 1998.

As medidas tomadas no âmbito da política econômica de estabilização levaram a uma forte queda da inflação (ver gráfico III.1). Segurando o câmbio, cortando o gasto público e limitando o crédito privado, as autoridades russas lograram, então, seu objetivo principal. Mas, o investimento continuou caindo (ver gráfico III.4). A demanda efetiva, então, não parou sua queda, apesar de um leve crescimento do consumo no período (Bracho & Lopez, 2005) com consequências negativas para a economia russa, que não podia se recuperar. Neste contexto, era lógico que o desemprego aumentasse (ver gráfico III.10), mesmo isso aconteceu num passo bem menor do que a queda do PIB, por razões que serão expostas mais adiante.

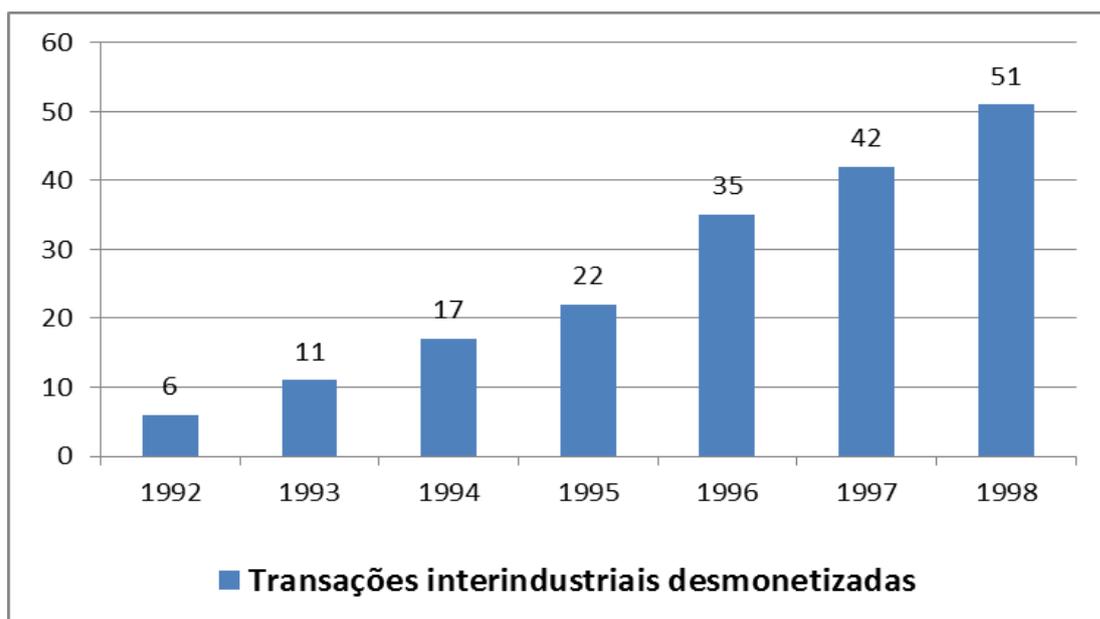
Gráfico III.10: Evolução da taxa de desemprego na Rússia entre 1991 e 2011 (em %).



Fontes : Federal State Statistics Service (2012); OCDE (2005).

A restrição de liquidez na Rússia ligada à estabilização foi tal que houve uma crescente desmonetização da economia e principalmente das transações realizadas entre empresas. As empresas recorriam a esquemas de compensação de dívida entre si, para não ter que desembolsar dinheiro. Era na verdade um jogo de escritura, não muito diferente do que acontecia na União Soviética. Essas práticas eram, também, usadas pelas instituições públicas, principalmente locais, que anulavam dívidas tributárias em troca da compra de bens e equipamentos. As transações não monetizadas chegaram assim a representar mais de 50% das transações interindustriais em 1998 (ver gráfico III.11). No final do período da Transição, a desmonetização tinha chegado a um nível tal era tal que cerca de 16% dos funcionários recebiam seus salários sob a forma de mercadorias produzidas pela própria empresa (Seabright, 2000).

Gráfico III.11: Evolução da proporção de transações interindustriais desmonetizadas entre 1992 e 1998 na Rússia.



Fontes: Woodruff (1999) e Seabright (2000).

Neste contexto, os atrasos no pagamento dos salários dos funcionários tanto no setor público¹²⁰ quanto privado e das pensões eram generalizados. No caso do setor privado, esses atrasos podem ser considerados como uma forma pela qual os trabalhadores ficavam financiando as empresas. Foi uma tentativa de manter um nível mínimo de liquidez na economia russa. De fato, os bancos russos não financiavam o fluxo de caixa das empresas russas, preferindo investir na compra de títulos da dívida do governo russo, que propunham taxas de juros altíssimas.

III.1.4 As privatizações e a deterioração da situação social e distributiva

A privatização das empresas estatais começou numa pequena escala em 1991, antes de conhecer uma grande aceleração a partir de outubro 1992, quando foi proposto pelo GKI¹²¹ o sistema dos ‘*vouchers*’. Os “*vouchers*” foram vendidos por um preço simbólico a mais de 140 milhões de russos. Eles ofereciam a possibilidade de participar dos leilões organizados pelo Estado a fim de transferir seus ativos para a esfera privada (Goldman, 2003). Na prática, a maior parte das ações das empresas privatizadas era distribuída a seus próprios funcionários. Os funcionários conservavam, assim, o

¹²⁰ Uma média de 5 meses de atraso pelos salários dos funcionários públicos foi observada entre 1995 e 1998 (Hough, 2001).

¹²¹ O GKI, dirigido por Chubais até 1995, era uma agência do governo encarregada do programa de privatização.

controle da empresa. Outra parte das ações era distribuída em troca de *vouchers* e o restante ficava nas mãos do Estado até ser vendida posteriormente em leilões (Clarke, 2007, p. 80).

Mas, a liberalização dos preços fez com que muitos russos sejam constrangidos a vender seus *vouchers* para fundos de investimento ou instituições financeiras antes mesmo que aconteçam esses leilões, por falta de recursos para a vida cotidiana. A maior parte dos *vouchers* foi adquirida por um preço irrisório. Os fundos de investimento e as instituições financeiras usaram esses *vouchers* para entrar no capital das empresas mais valiosas, produtoras de *tradables*, onde adotaram comportamentos predatórios que serão analisados mais adiante. Nestes casos, os gerentes enriquecidos durante a *Perestroika* (ver capítulo II) manobravam com essas instituições para adquirir ações dos funcionários e tomar controle das empresas mais cobiçadas. Essa situação levou a uma concentração da riqueza na mão de um número reduzido de operadores econômicos, com efeitos negativos sobre a distribuição da renda (ver gráfico III.12). A deterioração da distribuição de renda foi amplificada, também, por um forte aumento da disparidade salarial entre os setores de atividade. As empresas produtoras de *tradables*, as instituições financeiras e o setor de serviços ligado ofereciam remunerações bem acima da média, qualquer seja a função ocupada, enquanto os salários no setor público e no resto das empresas eram bem inferiores (Clarke, 1999 & 2007).

Além disso, a partir de 1995, um novo mecanismo de financiamento do Estado russo: os chamados “empréstimos contra ações”. Os bancos russos ou outras instituições financeiras (principalmente os fundos de investimento) emprestavam ao Estado russo que, em compensação, dava ações das principais companhias estatais exportadoras, principalmente de *commodities*¹²². O interessante é que a repartição das ações era decidida não pelo governo, mas pelas próprias instituições emprestadoras¹²³. O Estado devia supostamente reembolsar os credores e recuperar as ações dois anos depois, o que acabou não acontecendo (Clarke, 2007).

A privatização dos ativos estatais foi um dos principais meios para mudar a estrutura distributiva igualitária da União Soviética. O processo de privatização, que

¹²² Foi o caso com Yukos e Norilsk Nickel, duas das mais valiosas empresas russas.

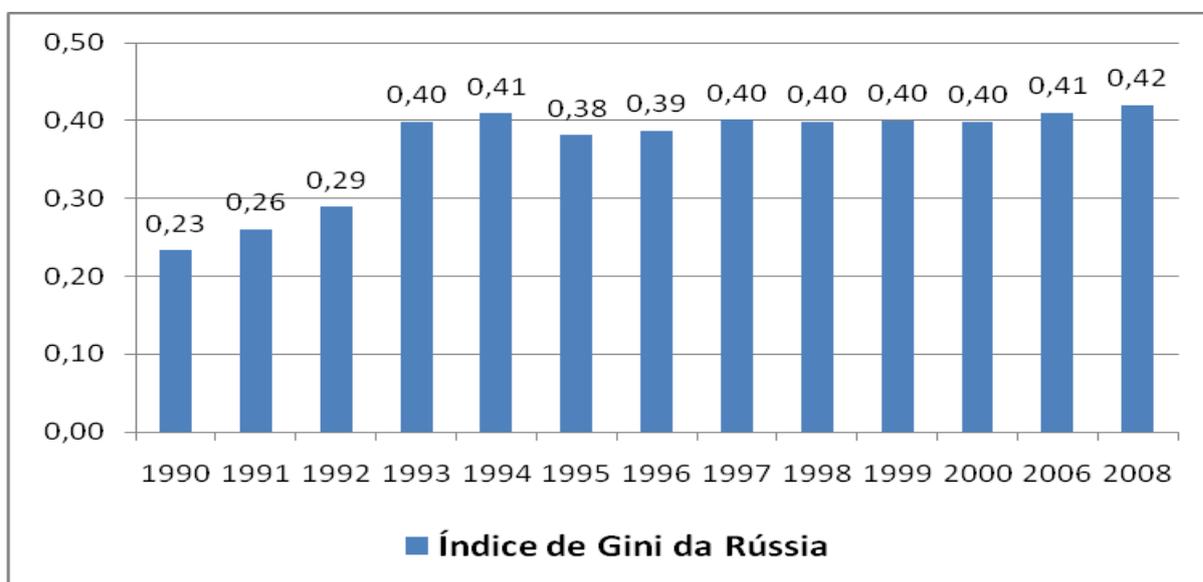
¹²³ Hough (2001) observa que existia um alto grau de colaboração entre os diferentes grupos financeiros envolvidos nesse processo. Cada um podia, então, adquirir o controle das empresas que mais o interessavam, sem nenhuma intervenção perturbadora das autoridades públicas.

devia permitir “uma repartição justa do patrimônio coletivo” (Gaidar, 1995), foi confiscado pela nova classe de empresários que tinha surgido durante a Perestroika, pelos próprios dirigentes dessas empresas e por responsáveis administrativos, militares e políticos.

Segundo o Banco Europeu pela Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), a participação do setor privado no PIB passou de menos de 10% em 1991 a quase 50% em 1994 para chegar a mais de 70% em 1997. O setor privado, que representava apenas 10% da produção industrial em 1991, passou a ser responsável por 78,5% da produção industrial no final de 1994.

As mudanças na propriedade dos meios de produção e a adoção de uma escala de remuneração ‘capitalista’ fizeram com que a distribuição de renda na Rússia tenha piorado muito durante a transição. O salário real caiu de um terço entre 1990 e 1998, enquanto a renda do capital não parou de aumentar ao longo do período (Clarke, 2007, p. 58). Um bom indicador dessa evolução é o índice de Gini, que passou de 0,233 em 1990 a 0,40 em 1993, patamar no qual se mantém até hoje (ver gráfico III.12). O sistema de previdência universal vigente no período soviético foi, também, abandonado.

Gráfico III.12: Evolução do índice de Gini russo entre 1990 e 2008.



Fontes : Gerardo Bracho (2005) para os dados de 1990 a 2000 e BOFIT (2009) para 2006 e 2008.

Da mesma forma, a proporção de pobres na Rússia, segundo os critérios do Banco Mundial¹²⁴, aumentou de forma assustadora, passando de 2% da população em 1988 a 13,3% em 1998, enquanto era de 0% em 1990 (World Bank, 2002).

III.1.5 Algumas observações sobre as mudanças estruturais na economia russa durante o período da Transição

A Transição foi acompanhada de profundas mudanças estruturais na economia russa, aqui analisadas.

O mercado do trabalho.

É interessante observar que, se o PIB caiu mais de 50 % entre 1990 e 1998, a taxa de desemprego só chegou a representar 13% em 1998. Isso indica que houve uma forte queda da produtividade. Como vimos salários reais caíram muito, mas, essa tendência a manter o quadro de funcionários permitiu de amortecer a crise de um ponto de vista social. Essa situação tem muito a ver, também, com o funcionamento peculiar de muitas empresas russas durante este período. Em estudos realizados sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Clarke (1995, 1999, 2007) analisou essas peculiaridades. Ele mostra que as empresas russas, que sejam públicas ou privadas, raramente cortavam seu quadro de funcionários apesar dos seus problemas financeiros durante o período da ‘Transição’. As empresas públicas, propriedades do Estado Federal ou de entidades locais, não o faziam por razões eleitoralistas e porque na maior parte dos casos os gerentes dependiam do apoio dos trabalhadores para se manter no cargo, fenômeno que pode ser estendido às empresas privadas. Clarke (2007, p. 50) escreve assim:

“The collapse of the administrative-command system left enterprises in an uncertain legal position. Apart from the small number of enterprises which had been privatised or leased to the labour collective before the collapse of the

¹²⁴ Era considerada pobre, segundo o critério do Banco Mundial uma pessoa que vive com menos de 4 dólares por dia.

Soviet Union, enterprises and organisations were still nominally owned by the state, even though the state had lost most of its levers of control over enterprises and in practice enterprise management had almost complete discretion in how they managed the enterprise and disposed of its resources. The authority of enterprise managers was by no means unconstrained. They had no clear juridical rights and the legitimacy of their position depended very much on maintaining the support of the management team and the labour force as a whole”.

Nas empresas privadas, cuja participação cresceu consideravelmente ao longo do período de ‘Transição’ através das privatizações, a atitude da gerência não era muito diferente. De fato, tirando as empresas mais valiosas (ligadas à produção de ‘tradables’: petróleo, gás, matérias primas,...) que, como vimos, acabaram sendo controlados por grupos financeiros ligados aos ‘oligarcas’, as firmas russas privatizadas permaneceram controladas por seus próprios funcionários, o que excluía demissões em massa e uma gerência focada na busca do lucro. Além disso, havia fortes pressões das autoridades locais para as empresas continuarem mantendo o papel social que elas desempenhavam no período soviético. Nas palavras de Clarke (2007, p.52):

“The priority of enterprise directors in the transition to a market economy was not the maximisation of profits, which only attracted the interest of the tax authorities and criminal structures, but ‘survival’, the reproduction of the enterprise as a social organisation, the ‘preservation of the labour collective’, which was the basis of the power and status of the director. This priority was reinforced by the expectations of the labour force carried over from the soviet period, for whom the legitimacy of the director’s position did not derive from any property rights, but from the director’s ability to preserve the jobs and wages of the labour force. This priority was further reinforced by privatization to the labour collective and by pressure from local authorities, which depended on a functioning enterprise to provide jobs for the local population, to provide tax revenues for the local authority and, in many cases, to contribute to the maintenance of the local housing, transport, social and welfare infrastructure”.

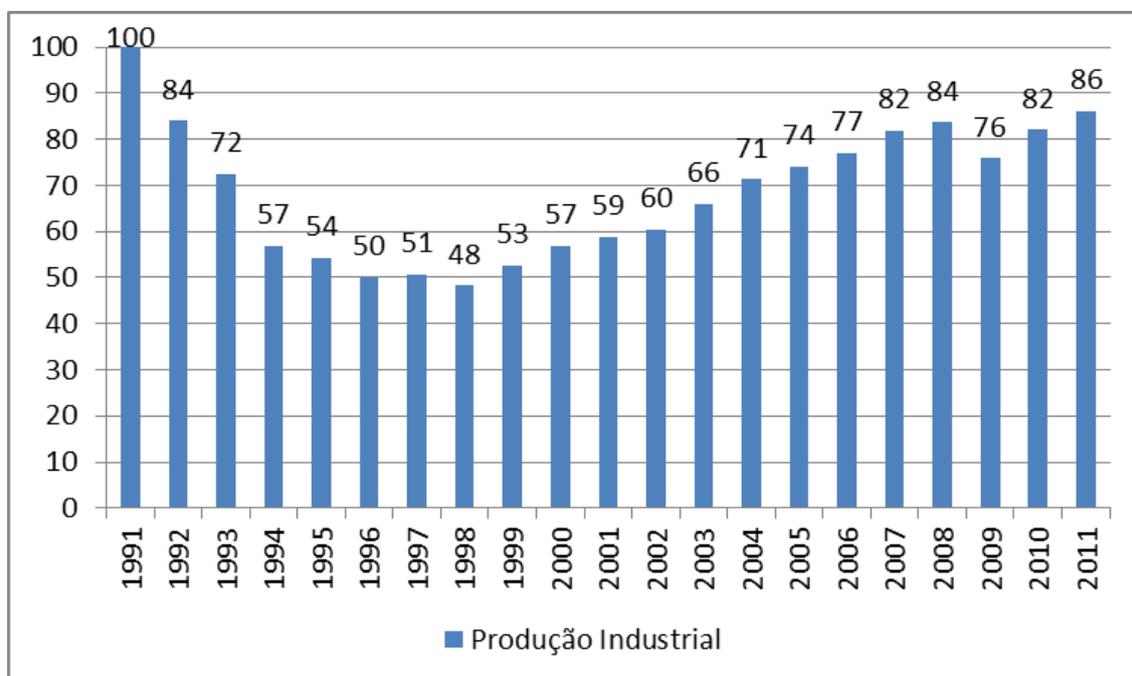
A indústria

A indústria russa foi duramente atingida pelas políticas econômicas implementadas durante o período da Transição. A produção industrial da Rússia em 1998 caiu para 48% do seu nível de 1991. Essa situação era o resultado do colapso da demanda efetiva. Mas, a combinação entre liberalização comercial e abertura financeira teve, também, um grande papel. Ela levou a uma perda de competitividade dos produtos russos, que não estavam prontos a enfrentar a concorrência internacional. Os bens de consumo russos eram em geral obsoletas e tinham sérios de qualidade e de fiabilidade

(ver capítulo II). Além disso, a forte valorização do câmbio real que ocorreu durante o período não favoreceu a competitividade dos produtos russos em relação a seus concorrentes estrangeiros. Ademais, os tradicionais mercados dos antigos países do Pacto de Varsóvia se fecharam às exportações russas. Ademais, com o fim da União Soviética houve um declínio dramático do comércio entre ex-repúblicas da URSS porque elas, também, passaram a importar mais bens provenientes dos países exteriores à ex-área soviética e estavam enfrentando uma dura crise econômica. Assim, entre 1990 e 1992, as exportações nominais dentro das fronteiras da ex-União Soviética caíram de 320 bilhões de dólares para 20 bilhões (Linn, 2004).

A liberalização parcial do preço do petróleo contribuiu, também, a piorar ainda mais a situação da indústria russa, muito consumidora de energia. Estudos mostraram que as empresas soviéticas gastavam na média 60% mais energia do que as empresas americanas para produzir o mesmo output (Aslund, 2002).

Gráfico III.13: Produção Industrial Física da Federação Russa entre 1991 e 2011 (Em Número-Índice – 1991=100).

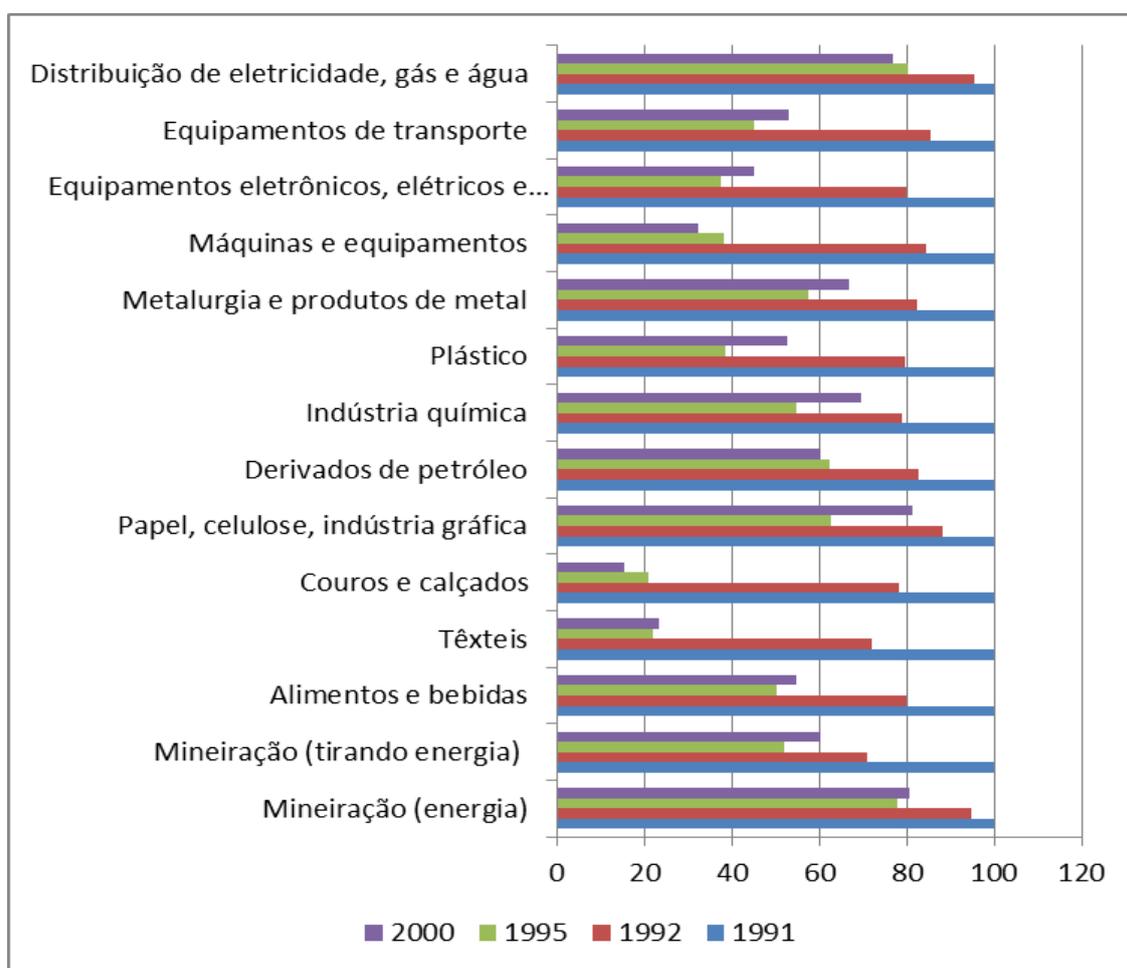


Fonte: UNECE (2012).

Todos os setores da indústria russa sofreram durante a transição, com graus diversos (ver gráfico III.14). A indústria de bens de consumo, muito exposta à

concorrência dos produtos importados, foi uma das mais atingidas. O setor de bens de capital sofreu ainda mais, devido à queda muito forte do investimento. Ainda por cima, as exportações de bens de capital russos caíram com a perda dos mercados dos países satélites e a falta de competitividade tecnológica a nível mundial. De fato, as máquinas e equipamentos de fabricação russa tinham herdado o atraso tecnológico do período soviética¹²⁵.

Gráfico III.14: Evolução da produção industrial russa por setores (índice 100 = 1991).



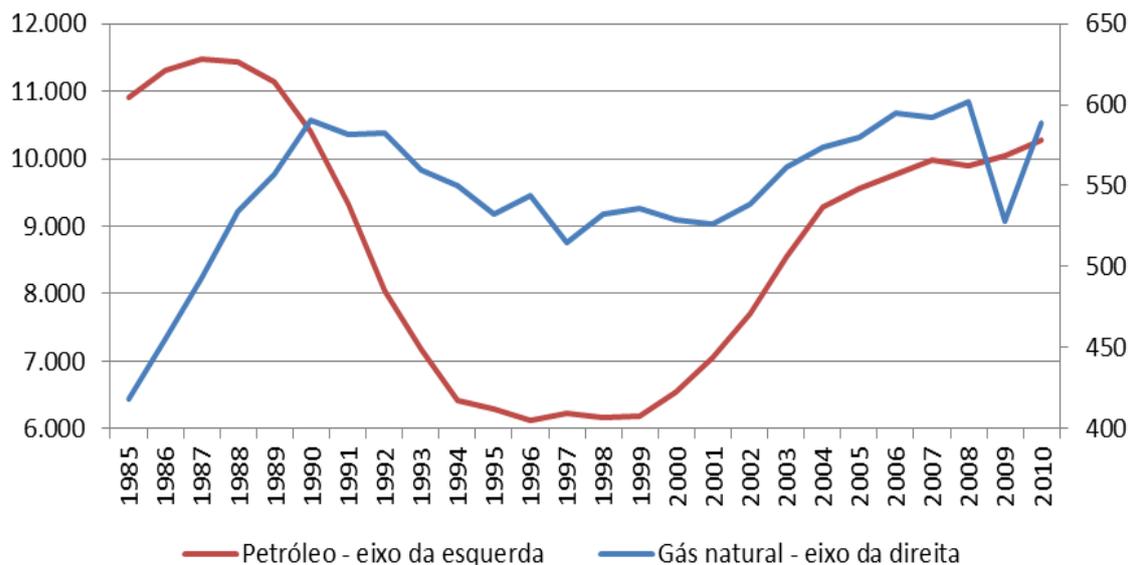
Fonte: Federal State Statistics Service (2007).

A indústria pesada e a indústria química, cujos produtos não sofriam tanto da comparação com o padrão de qualidade internacional, tiveram um desempenho bem melhor, mesmo se sua produção caiu (ver gráfico III.14). Finalmente, é a mineração, e

¹²⁵ A produção russa de máquinas com comando automático era bastante atrasada em relação aos países ocidentais e asiáticos.

principalmente o setor petrolífero e gasífero, que teve a melhor *performance*, graças às exportações. Mesmo assim, a produção de petróleo, por exemplo, caiu durante a transição (ver gráfico III.15).

Gráfico III.15: Evolução da produção russa de Petróleo Bruto e de Gás Natural entre 1985 e 2010 (Petróleo em milhares barris/dia; Gás natural em bilhões de m³/ano).



Fonte: British Petroleum, em Pineli Alves (2012).

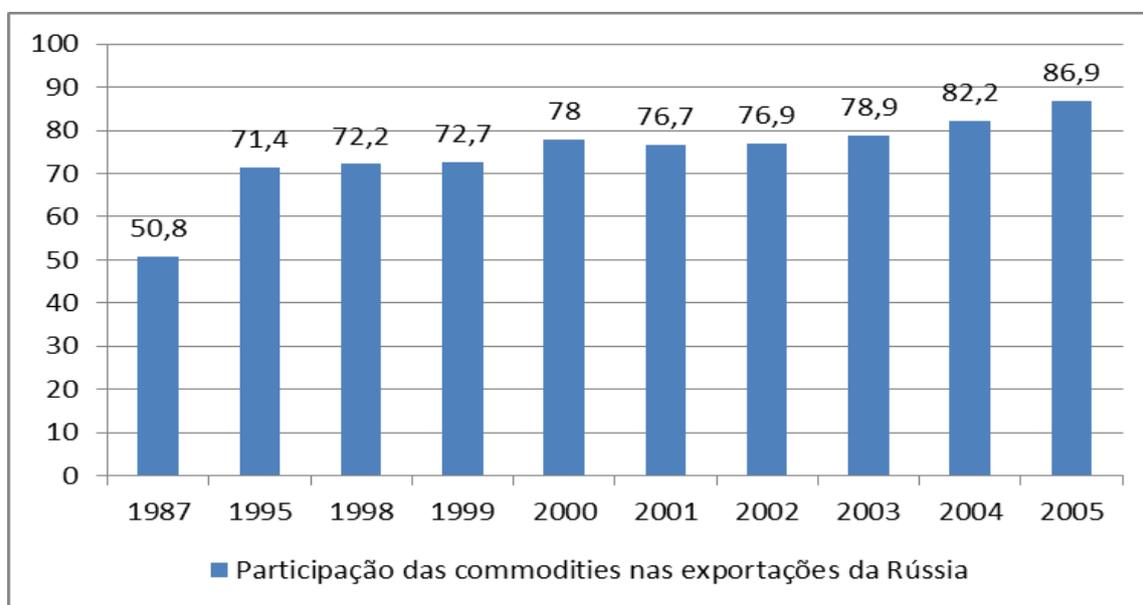
A continuação do movimento de primarização da pauta exportadora

Como foi mostrado no capítulo II, o movimento de primarização da pauta exportadora russa tinha começado ainda no período soviético, no início dos anos 1970, com o forte aumento dos preços internacionais do petróleo. Esse fenômeno se acentuou durante a Transição, com um recuo marcado da parcela de bens manufaturados nas exportações russas (ver gráfico III.16). Assim, já em 1995, as *commodities* representavam já cerca de três quartos das exportações russas, o petróleo e gás (42,5 % do total) e os metais (26,7 % do total) sendo os elementos de maior peso.

Essa primarização da pauta exportadora russa contribuía para piorar a fragilidade externa da Rússia na medida em que o nível das exportações passava a depender principalmente dos preços internacionais das matérias primas, por essência

extremamente voláteis. O risco que representava esta dependência externa em relação às commodities foi, aliás, confirmado durante a crise de 1998.

Gráfico III.16: Evolução da participação das commodities (produtos agrícolas, minerais, madeira e metais) no total das exportações russas entre 1998 e 2004.



Fonte: Federal State Statistics Service – Russia (2007).

A agricultura

As fazendas coletivas (Kolkozoes) e estatais (Sovkozoes), que eram responsáveis pela maior parte da produção agrícola durante o período soviético (ver capítulo II) foram privatizadas. Com mais de 20% da população russa morando em zona rural e uma área cultivada de cerca de 220 milhões de hectares, a evolução da propriedade das terras agrícolas era um assunto potencialmente muito perigoso do ponto de vista político. Além disso, todas as fazendas, sejam cooperativas ou estatais, eram dificilmente divisíveis por causa do seu modo de exploração e das contestações que provocariam qualquer forma de distribuição do capital e das terras. A solução escolhida foi de transformar os Kolkozoes e Sovkozoes em sociedade por ações, dotadas de um capital (as máquinas e outros equipamentos) e de um direito de uso das terras (Benaroya, 2006). A repartição das ações foi feita de forma igualitária entre os membros dos Kolkozoes e dos Sovkozoes.

Mas, nenhum plano de ajuda à modernização das máquinas e equipamentos agrícolas ou de transferência de recursos da parte do governo federal russo foi

implementado. Pelo contrário, a liberalização e a privatização do setor agrícola significou, na Rússia, o abandono dos investimentos estatais e dos subsídios à agricultura, que costumavam ser muito altos durante o período soviético. Assim, nenhum mecanismo foi implementado para substituir essa ajuda estatal tão necessária para a operação das fazendas. A descapitalização brutal do setor agrícola, fenômeno que piorou ao longo do período da Transição, foi uma consequência desta política desde o início do processo de privatização (ver tabela III.3).

Tabela III.3: Evolução dos inputs usados nos Kolkoz e Sovkoz privatizados.

| | Produção (bilhões de rublos de 1983) | Terras (1.000 hectares) | Trabalho (dias de trabalho) | Fertilizante (1.000 toneladas cúbicas) | Combustível (1.000 toneladas cúbicas) | Maquinária (1.000 cavalos) |
|------|---|-------------------------------|-----------------------------------|---|--|----------------------------------|
| 1991 | 70,7 | 250,8 | 2.379 | 60.518 | n/d | n/d |
| 1993 | 52,5 | 233,3 | 2.401 | 16.658 | 34.280 | 248 |
| 1994 | 44,8 | 218,8 | 2.048 | 8.149 | 32.827 | 224 |
| 1995 | 36,8 | 211,2 | 1.902 | 7.154 | 28.518 | 205 |
| 1996 | 36,2 | 224,5 | 1.744 | 7.590 | 25.084 | 187 |
| 1997 | 38,8 | 214,9 | 1.593 | 8.235 | 22.704 | 175 |
| 1998 | 29,6 | 202,7 | 1.599 | 9.335 | 21.608 | 163 |

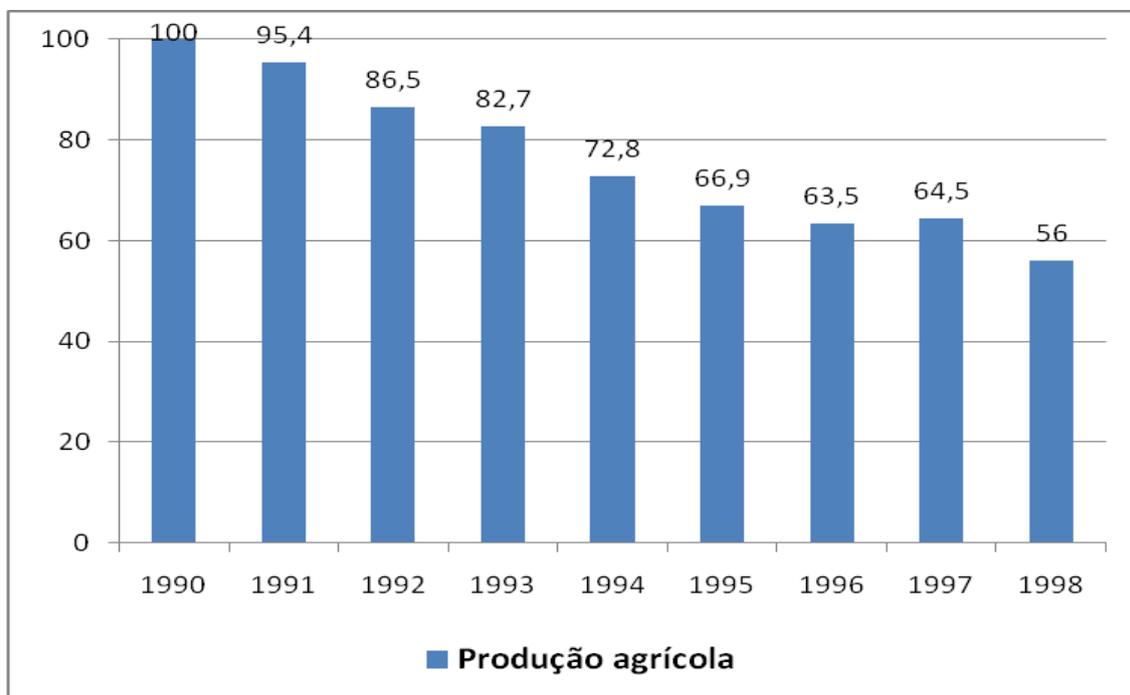
| Produto/unidade de insumo | Terras (1.000 hectares) | Trabalho (dias de trabalho) | Fertilizante (1.000 toneladas cúbicas) | Combustível (1.000 toneladas cúbicas) | Maquinária (1.000 cavalos) |
|------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|---|--|----------------------------------|
| 1991 | 281,9 | 29,72 | 1,17 | - | - |
| 1993 | 224,93 | 21,86 | 3,15 | 1,53 | 211,99 |
| 1994 | 204,66 | 21,86 | 5,49 | 1,36 | 199,49 |
| 1995 | 174,18 | 19,34 | 5,14 | 1,29 | 179,67 |
| 1996 | 161,3 | 20,76 | 4,77 | 1,44 | 194,04 |
| 1997 | 180,42 | 24,33 | 4,71 | 1,71 | 221,16 |
| 1998 | 146,11 | 18,51 | 3,17 | 1,37 | 181,75 |

Fonte: Osborne & Trueblood (2002).

O colapso do investimento agrícola se traduziu por uma forte queda tanto da produtividade (ver tabela III.3) quanto da produção agrícola russa que diminuiu de 45%

entre 1992 e 1998 (ver gráfico III.17). Outro efeito foi a perda de 17 milhões de hectares de terras cultivadas entre 1990 e 2000 (Uzun, 2004).

Gráfico III.17: Evolução da produção agrícola russa entre 1990 e 1998.



Fonte: Klein e Pomer (2001).

A queda da produtividade, aliada às condições climáticas difíceis que caracterizam a maior parte das regiões agrícolas russas (ver mais detalhes no capítulo II) fizeram com que a agricultura russa tenha sofrido muito da concorrência internacional. De fato, os preços internacionais para muitos produtos agrícolas eram bem inferiores aos preços russos (Ioffe, 2005). Assim, a abertura comercial, o abandono do Estado e a falta de competitividade da agricultura russa fizeram passar a participação dos produtos agrícolas no total das importações russas de 19% em 1989 a mais de 30% em 1997 (Vercueil, 2002).

Muitas comparações foram realizadas na literatura entre os modelos de transição agrícola na China e na Rússia. A maior parte dos autores contrastou o sucesso agrícola chinês com o fracasso das reformas russas, insistindo em questões institucionais (Rozelle & Swinnen, 2004). Segundo eles, a China teria adotado as instituições adequadas e um sistema de incentivos eficiente, enquanto não teria sido o caso na Rússia (Uzun, 2000).

Segundo esta abordagem:

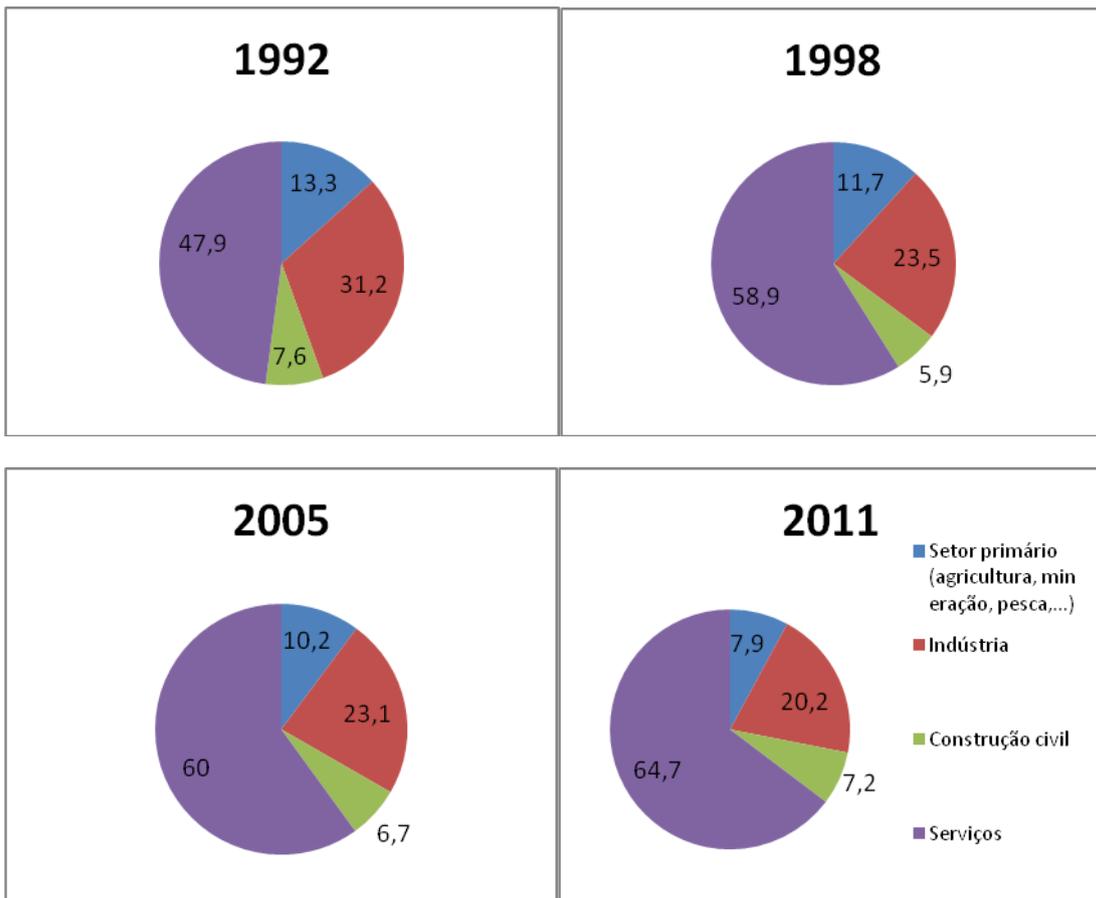
“successful transition requires a complete package of reforms. All countries that are growing steadily a decade or more after their initial reforms have managed (a) to create macro-economic stability, (b) to reform property rights, (c) to harden budget constraints (d) and to create institutions that facilitate exchange and develop an environment within which contracts can be enforced and new firms can enter. Our survey of the transition experiences in different countries clearly demonstrates the problems of not making progress in all areas. For example, when rights are not clear, as in Russia, producers have little incentive to farm efficiently or to invest and restructuring is constrained” (Rozelle & Swinnen, 2004).

Essas explicações ‘institucionalistas’ não são convincentes. Na verdade, a grande diferença entre os modelos chineses e russos de transição na agricultura foi na questão do apoio estatal ao setor agrícola. Assim, na China, onde a agricultura era muito taxada, a reforma agrícola aumentou a remuneração líquida dos produtores rurais, pois a tributação foi reduzida. Na Rússia, pelo contrário, a agricultura era muito subsidiada e as reformas reduziram substancialmente a remuneração líquida dos produtores rurais com o corte dos subsídios e a forte concorrência. Além disso, na China, muitos investimentos foram realizados, tanto nas infraestruturas rurais quanto no próprio setor agrícola, enquanto na Rússia estes investimentos foram drasticamente reduzidos.

Mudanças na estrutura setorial da economia russa

Em decorrência das políticas econômicas implementadas durante a Transição, houve grandes mudanças na estrutura setorial da economia russa. O peso da agricultura e da indústria caiu, enquanto o setor de serviços ampliou sua importância. Essas tendências são refletidas na evolução da estrutura ocupacional da população ativa russa (ver gráfico III.18).

Gráfico III.18: Evolução da estrutura ocupacional da população ativa russa (1992-2011).



Fonte: UNECE (2012).

III.1.6. A crise da dívida.

A vulnerabilidade externa gerada pela política de estabilização da inflação com âncora cambial, como vimos, se devia fundamentalmente às fortes saídas de capital. As reformas da Transição e a política de estabilização não conseguiram atrair capital externo para a Rússia e criaram, pelo contrário, um terreno favorável para uma crise de balanço de pagamentos, que acabou acontecendo em 1998. As crises de balanço de pagamentos asiáticas criaram um clima de suspeição em relação aos investimentos em países da periferia com uma tendência de “fuga para a qualidade” na direção de ativos dos países centrais e do dólar. Esse fenômeno levou a uma aceleração violenta da saída de capitais da Rússia.

Além disso, houve uma queda dos preços internacionais do petróleo. Ora, as exportações de petróleo constituíam, para a economia russa, uma fonte essencial de

divisas e, para o Estado russo, os recursos para enfrentar o peso do seu crescente endividamento a taxas de juros reais muito altas. O Estado russo, por causa de dificuldades orçamentárias crescentes, estava ficando cada vez mais endividado, ao ponto que os juros da dívida russa representavam já mais da metade das receitas fiscais, no início de 1998.

O Estado Russo tinha que pagar os juros da sua dívida externa e interna¹²⁶. A saída dos capitais especulativos estrangeiros, na sua grande maioria investidos em títulos do governo de curto prazo (GKOs principalmente) fez com que o Estado russo não tenha mais como financiar a balança de pagamentos e manter o câmbio fixo. As reservas internacionais do Banco Central da Rússia estavam se esgotando na defesa do câmbio fixo¹²⁷ (ver gráfico III.9) e eram insuficientes para o Estado russo conseguir enfrentar esta situação. Em julho de 1998, a Rússia não conseguia mais “rolar” sua dívida externa, pois os financiadores externos privados cortaram suas linhas de crédito. Frente a essa situação de insolvência, o presidente Ieltsin pediu a ajuda das instituições financeiras internacionais (BERD e FMI) e dos países ocidentais parceiros, como a Alemanha e a França. O plano de resgate proposto pelo FMI não foi suficiente para salvar a Rússia do desastre.¹²⁸ No dia 17 de agosto de 1998 foram anunciados o default sobre a dívida pública externa e interna¹²⁹, uma moratória de três anos sobre a dívida privada externa¹³⁰ e a adoção do câmbio flutuante para o rublo¹³¹.

A crise da dívida foi acompanhada por uma crise cambial que levou a uma forte desvalorização do rublo. O sistema financeiro russo foi, também, vítima da crise porque as instituições financeiras russas detinham uma grande quantidade de títulos do governo. Muitas instituições financeiras russas não sobreviveram à crise.

¹²⁶ O estoque total de MinFin representava 11,4 bilhões US\$ no início de 1998.

¹²⁷ 10 bilhões US\$ foram gastos entre o fim de 1997 e o início de 1998 para tentar manter o regime de câmbio fixo (Bracho e Lopez, 2005).

¹²⁸ É interessante notar que apesar do suposto apoio entusiástico a Iéltsin no período de 1992 a 1998, os bancos oficiais internacionais emprestaram muito mais, proporcionalmente, para os demais países em transição na Europa oriental do que para a Rússia.

¹²⁹ Os GKOs com prazo até o fim de 1999 foram cancelados.

¹³⁰ Devia deixar às empresas russas o tempo de renegociar sua dívida.

¹³¹ Na verdade, foi decidido, num primeiro tempo, que a margem de flutuação do rublo em relação ao dólar seria aumentada. Mas essa medida era insustentável, e, no dia 21 de agosto de 1998, o sistema de câmbio totalmente livre era finalmente adotado pela Rússia.

Com a crise financeira de 1998, concluía-se um período de mudanças profundas na economia russa, caracterizadas por resultados muito negativos. Assim, a taxa de crescimento média do PIB russo entre 1991 e 1998 foi de -6,7%.

III.2 A recuperação Nacionalista (1998-2008)

A recuperação da economia russa depois da crise se manifestou por um crescimento do PIB de 6,4% em 1999, depois de uma década de taxas negativas (tirando 1997, com 1,4%). Iam seguir mais de dez anos de crescimento ininterrupto até 2008 e a recente crise financeira mundial, com uma taxa média de crescimento do PIB de 6,9% entre 1999 e 2008. Assim como a profunda depressão econômica da transição foi em boa parte causada pela contração do gasto público e pela desestruturação do Estado, a recuperação da economia da Rússia se deveu a recuperação da atuação e dos gastos do Estado russo, auxiliados pela melhoria da situação fiscal advinda da moratória e da reorganização operacional do estado e, posteriormente, do forte aumento dos preços do petróleo.

Essa recuperação é em geral atribuída na literatura apenas à reconstrução do poder do Estado russo de um ponto de vista institucional e/ou à forte elevação dos preços do petróleo (Ellman, 2006; Goldman, 2008; Appel, 2008). Mas, como será mostrado, o aumento do gasto público foi essencial para iniciar este movimento de recuperação econômica na Rússia.

O elemento central para entender o período de recuperação é a interação entre as mudanças na situação da balança de pagamentos da Rússia e a capacidade de atuação econômica do Estado russo.

III.2.1 A fase da recuperação (1998-2002): o papel central do Estado e da sua reconstrução

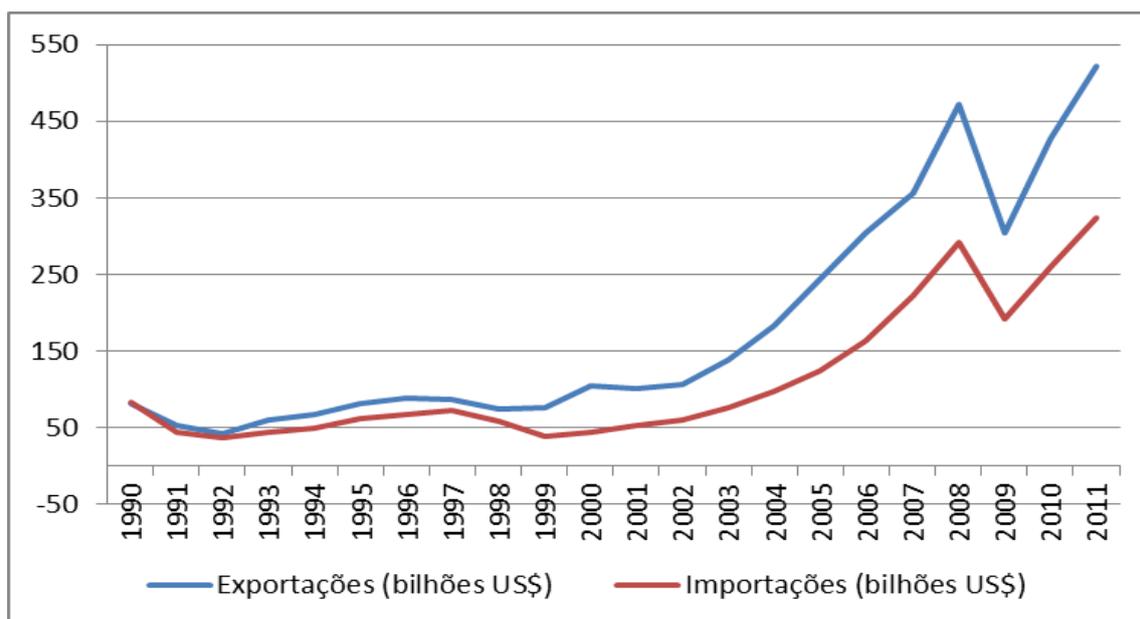
III.2.1.1 Aspectos macroeconômicos

A crise financeira de 1998 foi seguida de uma recuperação econômica imediata, com um crescimento do PIB russo de 6,4%, já em 1999. Apesar da forte desvalorização cambial, as exportações nominais em dólar russas só aumentaram de 1,6% em 1999 após uma queda de 14,4% em 1998 (ver gráfico III.19). A explosão das exportações nominais em dólar em 2000 (+ 38,9 %), devida a um forte aumento dos preços internacionais das matérias primas¹³², foi seguida de um recuo em 2001 (-3 %) e de um leve aumento em 2002 (+ 5,3 %). É só a partir de 2003 que as exportações nominais em dólar russas cresceram sistematicamente, até o despertar da crise financeira mundial de 2008, com uma taxa média de crescimento anual de 28,1 % no período. Isso confirma a pauta centrada em *commodities* da Rússia que faz o valor das exportações dependerem muito dos preços internacionais das commodities cujos preços em dólar não são determinados diretamente pelos custos em dólar da produção russa. Nota-se também que a desvalorização cambial não levou à diversificação da pauta exportadora porque, embora tenha aumentado a rentabilidade absoluta das exportações industriais, ela é evidentemente incapaz de aumentar a rentabilidade relativa destas exportações, pois a exportação de commodities continua sendo a mais lucrativa da economia.

O possível efeito positivo da desvalorização do câmbio sobre as exportações industriais estaria restrito a produtos diferenciados nos quais a Rússia capitalista fosse formadora internacional de preço. Logo não é surpreendente que a desvalorização não tenha aumentado significativamente as exportações industriais, sendo que a Federação russa não é formadora de preço para nenhum produto industrial de peso significativo.

Gráfico III.19: Evolução das exportações e das importações nominais em dólar da Federação Russa (1990-2011).

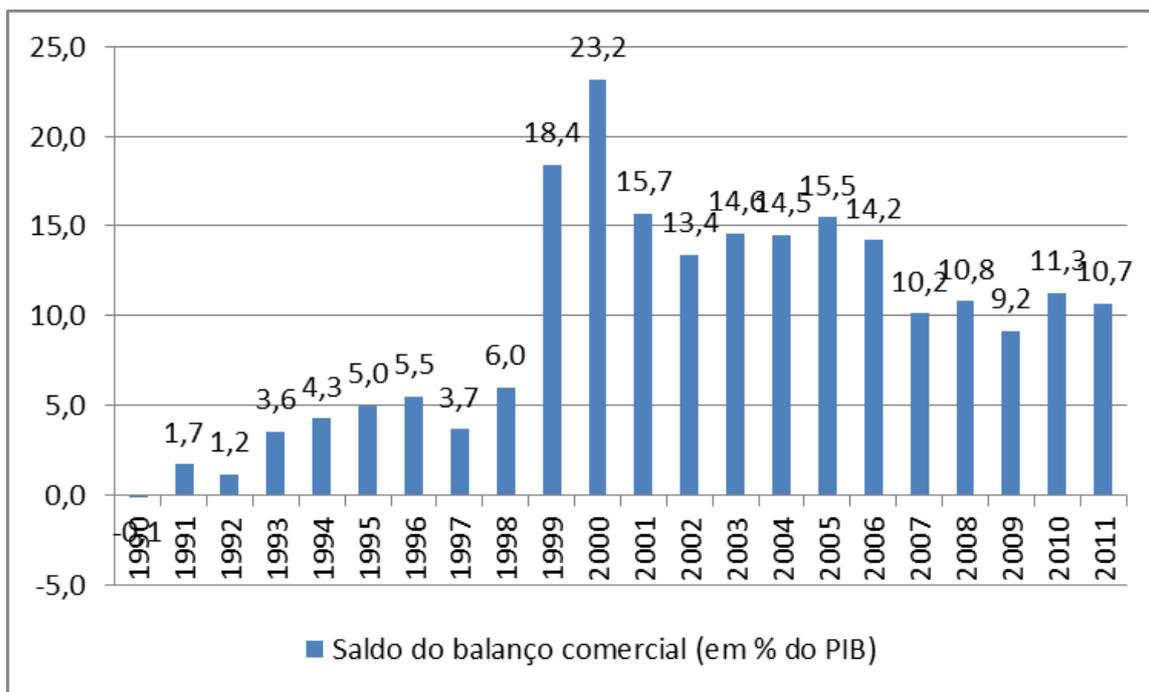
¹³² O aumento das exportações de matérias primas foi responsável por mais de 80% do aumento das exportações russas em 1999 (Rosstat, 2012).



Fonte: UNECE (2012) e BOFIT (2012).

A balança comercial russa foi superavitária ao longo dos anos de transição e esta situação se manteve depois da crise de 1998. Como as exportações inicialmente não aumentaram muito, o aumento do saldo positivo da balança comercial se explica pela redução das importações. A observação da evolução do saldo da balança comercial em relação ao PIB mostra que houve uma mudança de patamar a partir de 1999 (ver gráfico III.20). Assim, o superávit da balança comercial, que representava 6 % em 1998, passou para 18,4% em 1999. Da mesma forma, o superávit médio da balança comercial russa entre 1991 e 1998 foi de 3,9 % enquanto se estabeleceu em 15 % entre 1999 e 2008. Esta evolução se explica, em 1999, pela queda brutal das importações (- 31,8%) que só voltaram a seu nível de 1998 em 2002.

Gráfico III.20: Evolução do saldo do balanço comercial da Federação Russa (1990-2011).



Fonte: UNECE (2012) e BOFIT (2012).

A forte queda das importações da federação Russa observada em 1999 é atribuída por muitos autores à brutal desvalorização do rublo associada à crise financeira de 1998. O rublo perdeu mais da metade do seu valor real em relação ao dólar entre junho de 1998 e janeiro de 1999 (ver gráfico III.21). Assim, muitos autores, principalmente heterodoxos (Kotz, 2007; Popov, 2007) consideram, que a desvalorização cambial de 1998 teve um papel central no movimento de recuperação da economia russa, ao encarecer muito os preços relativos dos produtos importados em relação aos produtos nacionais e permitindo, então, um processo de substituição das importações na Federação Russa. De fato, a produção industrial russa aumentou de 8,9% entre 1998 e 1999.

Gráfico III.21: Evolução da taxa de câmbio real do rublo em dólar (1996-2010).



Fonte: United States Department of Agriculture – Economic Research Service (2010).

A substituição de importações na Rússia após a crise de 1998 foi favorecida por uma serie de características do setor industrial russo. Assim, as importações russas antes da crise eram principalmente constituídas por bens de consumo final, a parcela dos insumos industriais sendo muito limitada. A Rússia não precisava importar matérias primas não agrícola e a falta de incentivo ao investimento deprimia a importação de maquinas. Neste sentido, o componente importado no investimento e na produção industrial russa era muito reduzido. Além disso, a substituição de importações é sempre mais fácil no caso de bens de consumo do que no caso de insumos.

Mas, por si só, a desvalorização não pode explicar, então, o processo de recuperação da produção industrial que ocorreu na Rússia entre 1999 e 2002, com um aumento da produção industrial de mais de 25% nesse período. A forte recuperação econômica registrada durante esses anos só aconteceu porque a desvalorização foi acompanhada também de um aumento do gasto público e da remonetização da economia permitida pela atuação do Governo. Ainda por cima, havia amplas margens de capacidade ociosa devido a forte queda da produção e demanda ao longo dos anos 1990. Assim, muitas empresas industriais, apesar da forte queda de sua produção ao longo dos anos 1990, mantinham sua capacidade produtiva e boa parte do seu quadro de funcionários, como já foi apontado. Enfim, a crise bancaria associada à desvalorização

do câmbio afetou pouco o setor produtivo russo que, como já mostramos, tinha um acesso muito limitado ao crédito bancário por causa das taxas de juros proibitivas praticadas pelas instituições financeiras locais.

Existe uma certa dificuldade metodológica para identificar o nível do gasto público na Rússia. As estatísticas disponíveis se referem ao dispêndio total do governo, incluindo o serviço da dívida. Elas apontam para uma queda da parcela no PIB do dispêndio total do governo entre 1998 e 1999. Além de estas estatísticas serem questionáveis, o serviço da dívida da Rússia caiu em tais proporções com a moratória e o *default* na dívida interna e externa que seguiu a crise de 1998 que, na verdade, a parcela do gasto público em si aumentou (Bracho e Lopez, 2005).

O então primeiro ministro Primakov, defensor de uma política econômica mais pragmática e menos ortodoxa, decidiu realizar uma “emissão monetária controlada”, que correspondia a um aumento de 60% da emissão de moeda em relação ao período 1995-1998. A ideia era de financiar o déficit fiscal e poder assim aumentar os gastos. Essa medida foi contestada pelos economistas ortodoxos e pelas instituições internacionais (FMI, Banco Mundial) que sustentavam que ela provocaria uma hiperinflação. Apesar dessas críticas, não houve hiperinflação (ver gráfico III.28) e, no final de 1999, a Rússia tinha dividido por dois o serviço da dívida em relação a 1998 (Sapir, 2002).

A tendência de aumento da parcela do gasto público no PIB se manteve até 2002, sustentada por uma forte progressão da arrecadação fiscal, graças a medidas adotadas pelo Estado russo que serão detalhadas mais adiante (ver tabela III.4).

Tabela III.4: Indicadores Fiscais Selecionados – Rússia, 2000-2010.

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Em % do PIB | | | | | | | | | | | |
| Receita | 36,2 | 36,9 | 37,0 | 36,4 | 36,6 | 41,0 | 39,5 | 39,9 | 39,2 | 35,1 | 35,0 |
| Despesa | 32,8 | 33,7 | 36,3 | 34,9 | 31,7 | 32,8 | 31,1 | 33,1 | 34,3 | 41,4 | 38,5 |
| Resultado Fiscal | 3,3 | 3,2 | 0,7 | 1,4 | 4,9 | 8,2 | 8,3 | 6,8 | 4,9 | -6,3 | -3,5 |
| Em % da Receita | | | | | | | | | | | |
| Impostos de Exportação de Petróleo e Gás (1) | 8,4 | 9,9 | 8,0 | 9,3 | n/d | 15,3 | 17,5 | 13,3 | 17,5 | 14,8 | 15,4 |
| Impostos sobre a Exploração de Petróleo e Gás (2) | 3,0 | 3,7 | 8,2 | 8,2 | 9,0 | 10,3 | 10,7 | 8,7 | 10,4 | 7,5 | 8,5 |
| Imposto de Renda das Empresas | 14,9 | 15,5 | 11,4 | 10,9 | 16,0 | 15,5 | 15,7 | 16,2 | 15,7 | 9,3 | 11,1 |
| Imposto de Renda das Pessoas | 6,5 | 7,8 | 8,8 | 9,3 | 10,6 | 8,2 | 8,8 | 9,5 | 10,4 | 12,2 | 11,2 |

Fonte: Pineli (2012)

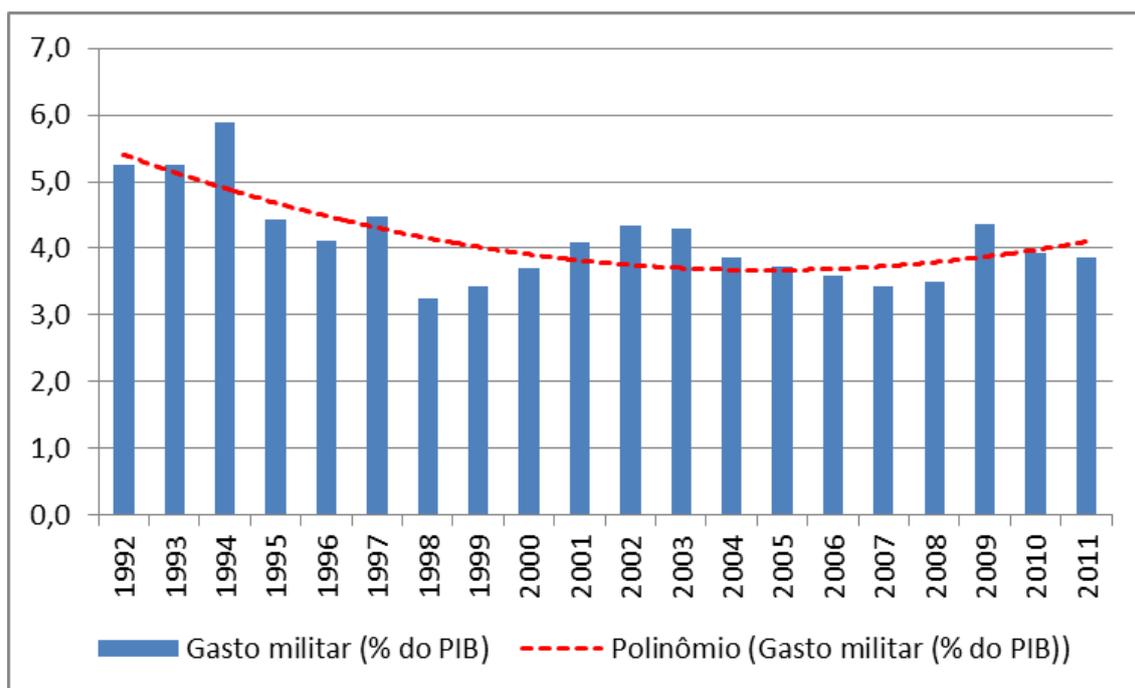
Obs: (1) Para os anos 2000 a 2003, os números referem-se a impostos gerais sobre importações e exportações.

(2) Para os anos 2000 a 2003, os números referem-se a Impostos sobre a Exploração de Recursos Naturais, que incluem outros produtos além de petróleo e gás natural.

Mesmo se, de 2000 até 2008, sempre houve um superávit fiscal primário na Rússia, o aumento do gasto público no período teve um papel central na dinâmica positiva do crescimento econômico do país. De fato, numa situação em que tanto os gastos quanto a receita fiscal estão crescendo, como escreve Serrano (2012), partindo da contribuição de Haavelmo (1945), “no caso de superávit primário o multiplicador da política fiscal será sempre menor que um, mas pode ser positivo se o superávit primário não for “grande demais” em relação ao gasto”.

Houve, também, um forte aumento do gasto militar em valor absoluto na década de 2000. Porém, parcela do gasto militar no PIB russo tinha caído muito entre 1996 e 2000, passando de 6,39% a 4,29%. Houve uma leve retomada dessa parcela entre 2000 e 2007, seguida de uma nova queda significativa até 2005. Desde 2007, a parcela dos gastos militares voltou a aumentar, devido à e mudança na inserção geopolítica russa (ver capítulo IV) que visava retomar o controle estratégico sobre a área da ex-URSS (ver gráfico III.22).

Gráfico III.22: Estimativa da parcela dos gastos militares no PIB da Rússia de 1992 A 2011 (em percentagem do PIB).



Fonte: World Bank (2011).

Neste processo, a remonetização do gasto público promovida a partir do final de 1998 por Primakov que desempenhou um papel importante. Consistia no pagamento dos atrasos de salário¹³³ dos funcionários públicos (e das empresas públicas) e das pensões, assim como dos fornecedores do Estado. A liquidez assim injetada na economia teve um efeito catalisador na retomada do consumo e da atividade das empresas¹³⁴ (Sapir, 2007). Essa remonetização do gasto público continuou com a

¹³³ Em janeiro de 1998, antes do despertar da crise, os salários atrasados dos funcionários públicos representavam oficialmente, segundo o *Goskomstat* (Institut Nacional de Estatísticas da Rússia), mais de 10% dos 8 bilhões de salários atrasados no país (Earle. & Sabirianova, 2002). Esses números aparecem bem abaixo da realidade e outras fontes indicam que mais de 70% dos trabalhadores russos enfrentavam problemas de atraso de salários no final de 1998 (RLMS, 2005; Linz, 2006).

¹³⁴ Como escreve Clarke (1998): “the demonetisation of the economy is very uneven. In relation to the problems faced by households, the problem of demonetisation is particularly acute because, while it is reflected in the systematic and ever-increasing non-payment of wages and social benefits, retail trade is not demonetised, nor is the payment for housing, communal services, health education and welfare: it is not possible for ordinary people to pay for their everyday needs either by offering barter goods or by issuing bills of exchange. [...] Thus, while enterprises and organisations are able to live within a demonetised market economy, the only option facing workers who do not have money is withdrawal from the market altogether. The fact that enterprises and organisations can find alternative forms of settlement of their mutual obligations has made it possible for them to survive in a non-monetary market economy, using their experience of survival in the non-monetary command economy. The fact that households do not have such capacities means that the impact of demonetisation is as uneven as are the forms of its appearance: the decline of the domestic market economy has been mediated by the

chegada de Putin ao poder em 1999, ajudando na recuperação da atividade econômica na Rússia. A remonetização da economia russa era, já, muito avançada em 2002 (Linz, 2006) reduzindo fortemente tanto a dolarização quanto o uso do crédito interindustrial.

Enfim, outro elemento que ajudou na recuperação da economia russa a partir do final de 1998 foi a implementação de controles estritos sobre as importações, com o objetivo de melhorar o balanço de pagamentos.

Os avanços que acabaram de ser apresentados foram, então, possíveis graças à reconstituição da capacidade de atuação do Estado russo, promovida por Ievgueni Primakov e, mais profundamente e duravelmente por Vladimir Putin.

III.2.1.2 A reconstrução do Estado russo

Primeiros passo: o curto período Primakov

A reconstrução do Estado russo começou já em 1998 com a nomeação em 10 de setembro por Boris Iéltsin de Ievgueni Primakov ao cargo de primeiro-ministro. Primakov, oponente às 'receitas neo-liberais' e adepto do pragmatismo, iniciou o movimento de recentralização do poder e de reafirmação do papel do Estado na economia russa. Uma das primeiras decisões de Primakov foi de obrigar as empresas a "internalizar" 50% do valor das suas exportações, ou seja, a vender ao governo 50% das divisas recebidas pelas exportações. Essa taxa subiu para 75% em dezembro de 1998 (Bracho & Lopez; Kotz, 2007, p. 246). Essa medida era importante porque muitos exportadores não convertiam as divisas em rublo, alimentando assim a fuga de capital, com consequências negativas para o balanço de pagamentos. Primakov manteve, também, o rublo desvalorizado para facilitar o mecanismo de substituição de importações descrito acima e a recuperação da atividade da indústria russa. Primakov tentou, também, estimular a oferta de crédito às empresas, principalmente através dos bancos que tinham permanecido estatais.

demonetisation of household budgets as those without money incomes are unable to buy commodities in the market. The decline in monetised consumer demand then further reduces the circulation of money in the system, reducing production, employment and the cash available to pay wages and benefits. Thus, the demonetisation of the economy leads not only to the systematic non-payment of wages and benefits, but also drives the downward spiral of economic decline that leads to falling production, employment and real wages.”

Primakov iniciou, também, o movimento de restabelecimento da situação fiscal, tributando mais certos itens (álcool, ...) e, em particular, reforçando a fiscalização.

Quando Primakov anunciou um projeto de indexação do salário mínimo à inflação no final de abril de 1999, sua popularidade atingiu um nível tal que o presidente Ieltsin resolveu tira-lo do poder e substituí-lo por Sergei Stepashin em maio de 1999. Stepashin permaneceu pouco mais de dois meses no cargo até que Vladimir Putin seja designado seu sucessor em agosto de 1999.

A era Putin: a reconstrução de um Estado funcional com forte capacidade de intervenção.

Vladimir Putin, depois de alguns meses no cargo de primeiro ministro tornou-se presidente da Rússia com a renúncia de Ieltsin no dia 31 de dezembro de 1999. Não cabe nesta tese um estudo das condições que levaram a essa surpreendente nomeação nem ao sucesso posterior de Vladimir Putin nas eleições presidenciais de 2000. Basta dizer que Putin, que foi oficial do KGB até o fim da União Soviética e diretor do FSB (serviços secretos russos) até sua nomeação, conseguiu o apoio dos chamados *Siloviki*¹³⁵ para pôr um fim ao domínio dos oligarcas e ao processo de decomposição da sociedade e da economia russa associado aos mandatos de Ieltsin. Ele foi eleito em reação aos excessos das políticas ultraliberais praticadas na Rússia durante a década de 1990 e que levaram o país à beira do caos econômico, político e geopolítico.

Reformas institucionais profundas foram empreendidas por Putin para recentralizar o poder que tinha sido espalhado ao longo dos anos 1990 nas regiões. Ele conseguiu a recentralização das competências fiscais e econômicas que tinham sido abandonadas às instituições locais (Sapir, 2007).

Putin, ao longo de uma década no poder, mostrou-se um dirigente pragmático, focado na ideia de devolver ao Estado russo sua legitimidade e seu poder, no âmbito nacional e internacional. Para atingir este objetivo, ele precisava de recursos. Esses recursos foram obtidos através da retomada do controle estatal sobre o setor energético.

¹³⁵ Os *Siloviki* são os membros ou ex-membros das forças de inteligência do período soviético (KGB) até hoje (FSB). É interessante observar que Primakov, também, é um ex-membro do KGB.

Vladimir Putin acionou, assim, a justiça para obter a condenação de alguns dos oligarcas que tinham se beneficiado ilegalmente das privatizações nos setores estratégicos da economia russa. Ele aproveitou essa oportunidade para expropriar os oligarcas ou obrigá-los a vender suas participações em algumas empresas russas de grande porte. Assim, várias grandes empresas russas, pertencendo a setores estratégicos voltaram a ser estatais. Os exemplos de Gazprom (primeiro produtor de gás natural no mundo) e de Yukos (petróleo), através da fusão com Gazprom em 2006, são os mais famosos. Da mesma forma, o setor bancário russo é dominado pelos bancos estatais¹³⁶.

Além disso, foi imposta uma série de limitações para o controle de empresas russas por firmas ou governos estrangeiros¹³⁷.

¹³⁶ Os bancos controlados pelo Estado russo eram responsáveis por 56% do total dos ativos bancários do país em julho de 2009 (Vernikov, 2009).

¹³⁷ A lei de abril 2008 sobre os setores estratégicos define detalhadamente os limites da participação estrangeira em empresas consideradas estratégicas. Liuhto (2008) fornece uma descrição detalhada do conteúdo desta lei:

“Main sectors to be restricted:

- Nuclear installations and materials
- Ciphering-related activities
- Arms and military technology
- Aviation technology
- Communication services, if a foreign company has a dominant position
- Metals and metal alloys important for the army
- E-traction of minerals on subsoil plots of federal importance⁹
- Catching of water biological resources
- Large-scale publishing and printing activities
- Television and radio broadcasting

Main ownership restrictions:

- Foreign companies are not allowed to have control over those companies of strategic importance to Russia, i.e. foreign firms can own less than 50% of these companies. If the ownership reaches 50% or over, a foreign company needs permission from the Prime Minister-led commission.
- Foreign government-owned companies need permission from the Prime Minister-led commission to own more than 25% of a strategic company.
- Stricter restrictions are applied to the use of minerals on subsoil plots of federal importance. The ownership limit is set at 10% for private foreign firms and 5% for foreign government-owned firms.
- Foreign firms can own up to 50% of subsoil plots of federal importance, if the plot is located on the continental shelf of Russia, and the main partner is a Russian government-owned entity”.

No período Putin, as receitas fiscais passaram a depender muito das taxas sobre as exportações de matérias primas e principalmente de gás e de petróleo¹³⁸ (ver tabela III.4). O sistema tributário russo foi, assim, totalmente reformado em 2001 no sentido de baixar os impostos diretos. O imposto de renda progressivo com alíquotas de 10, 20 e 30% foi substituído por um imposto de renda proporcional com uma alíquota fixa de 13% (Ivanova et al., 2005). O mesmo aconteceu com o imposto sobre os lucros com uma taxa única de 17%.

Putin continuou e intensificou o movimento de recuperação das receitas fiscais e a remonetização iniciado por Primakov. A arrecadação fiscal depois do período de transição estava extremamente baixa. Desta forma, em 2000, somente 3 milhões de russos pagavam imposto de renda, enquanto esse número deveria ser de 70 milhões no caso de um sistema tributário funcionando normalmente (Goldman, 2008). Assim a disciplina na arrecadação fiscal imposta por Putin, junto com o aumento do preço do petróleo e do gás, permitiram ao Estado russo aumentar consideravelmente sua receita (ver tabela III.4).

Desde a chegada de Putin ao poder, a dolarização da economia russa que tinha sido observada ao longo do período de transição começou a desaparecer. O rublo voltou a ser usado de forma exclusiva para as transações internas.

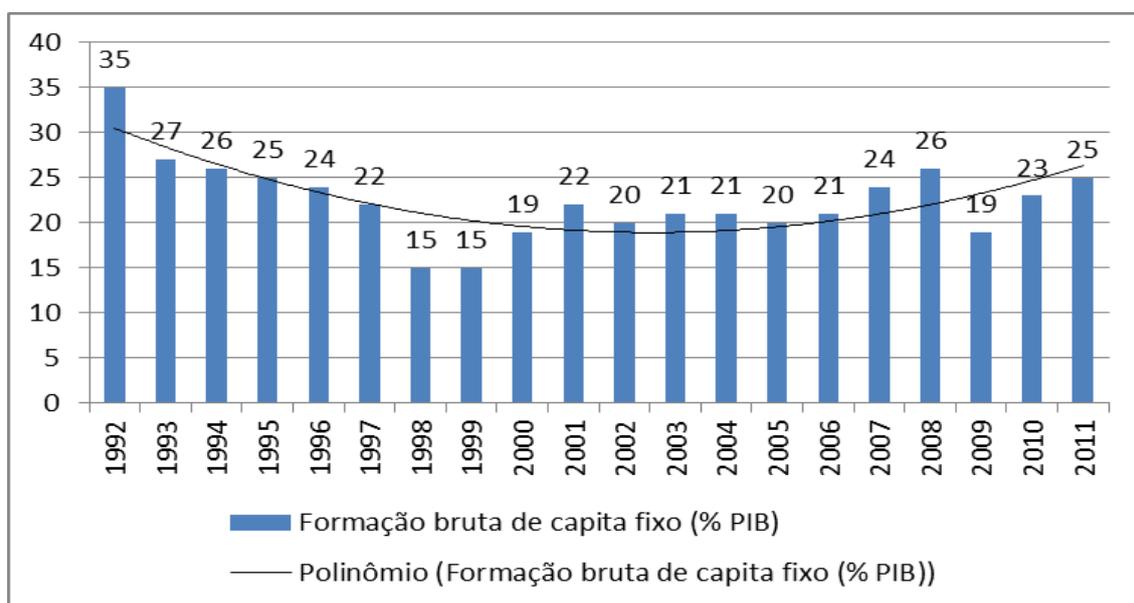
III.2.1.3 O sucesso econômico consolidado (2002-2008)

As políticas econômicas implementadas por Primakov e Putin permitiram aumentar o gasto público e estimular as outras componentes da demanda efetiva. O forte crescimento das exportações nominais em dólar foi outro elemento favorecendo esta fase de crescimento econômico alto, fornecendo não apenas um estímulo da demanda agregada, mas, principalmente aliviando a restrição externa ao crescimento.

¹³⁸ “In 2000, before the reforms took effect, 78 percent of the rents from improved oil and gas sales remained in the hands of the energy y exporters, with the government gaining only 22percent of the 30 billion dollar windfall (Jones Luong and Weinthal, 2004, p. 141). As a result of the 2004 reforms, the state linked the rate of excise taxes to world oil prices, such that if the price of oil rose above \$20 per barrel (up to \$25 per barrel), export duties would rise from 35 percent to 45 percent of the difference between \$20 and the actual price of oil. If the price of oil surpassed \$25 per barrel, the marginal duty would increase to 65 percent of the difference between \$25 and the actual oil price” (Appel, 2008).

O nível do investimento se estabeleceu num patamar maior a partir de 2000 (ver gráfico III.23). O investimento foi concentrado nas indústrias extrativas, principalmente no setor energético. Como já vimos, a produção de petróleo e de gás tinha caído muito na década de 1990, devido às práticas predatórias por parte dos dirigentes das empresas energéticas, que gastavam pouco na manutenção do capital instalado e ainda menos no investimento na exploração de novas reservas.

Gráfico III.23: Evolução da formação bruta de Capital Fixo na Federação Russa (1992-2011)



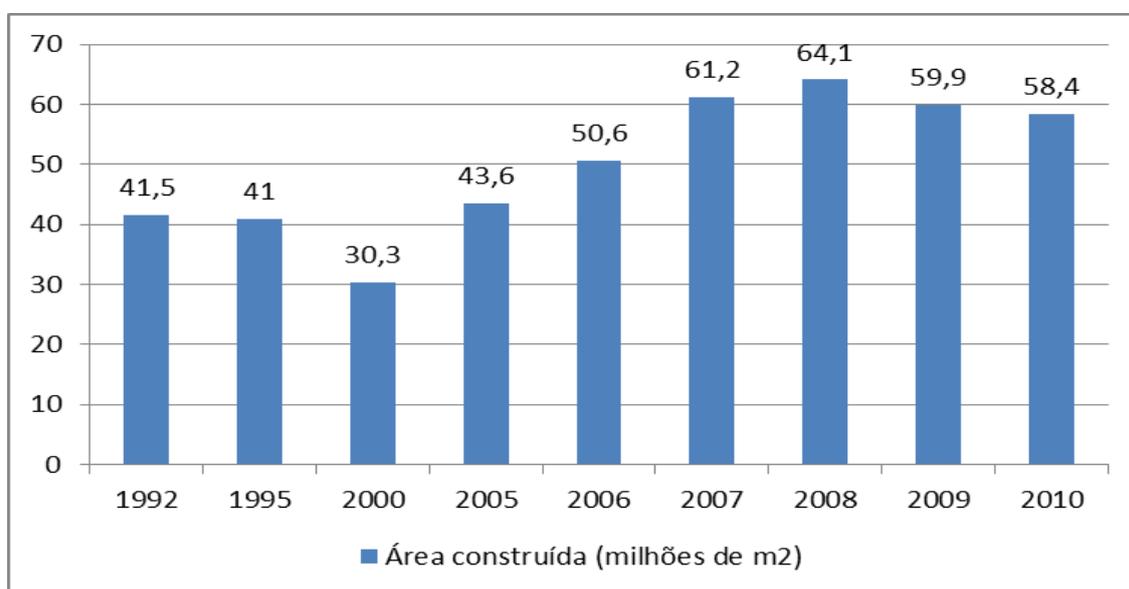
Fonte: World Bank Data (2012).

Pelo contrário, nos anos 2000, o setor energético foi objeto de grandes investimentos tanto na exploração quanto no transporte, para ampliar a produção e aproveitar a alta dos preços internacionais observada durante o período. Como as maiores empresas energéticas russas são estatais (Yukos, Gazprom), a realização de amplos investimentos neste setor pode ser considerada como mais uma intervenção do Estado russo para estimular a demanda efetiva e dinamizar sua indústria. Assim, vários grandes projetos de construção de gasíferos foram concretizados, como o NorthStream, passando pelo Mar Báltico para fornecer gás à Alemanha e aos outros países da Europa do oeste (ver mais detalhes no capítulo seguinte). Assim, uma empresa como Gazprom, líder mundial no setor do gás, cujo faturamento foi de cerca de 100 bilhões de dólares em 2008, aparece como o braço armado da política de investimento conduzida pelo

governo russo. Alias, como será mostrado mais adiante, Gazprom foi usado pelo Estado russo na sua política econômica anticíclica para lutar contra os efeitos da crise financeira mundial de 2008. Gazprom investiu cerca de 24 bilhões de dólares no ano 2009.

A construção civil desempenhou, também, um papel importante na recuperação da economia russa, como mostra o forte aumento da área construída no país entre 2000 e 2008 (ver gráfico III.24).

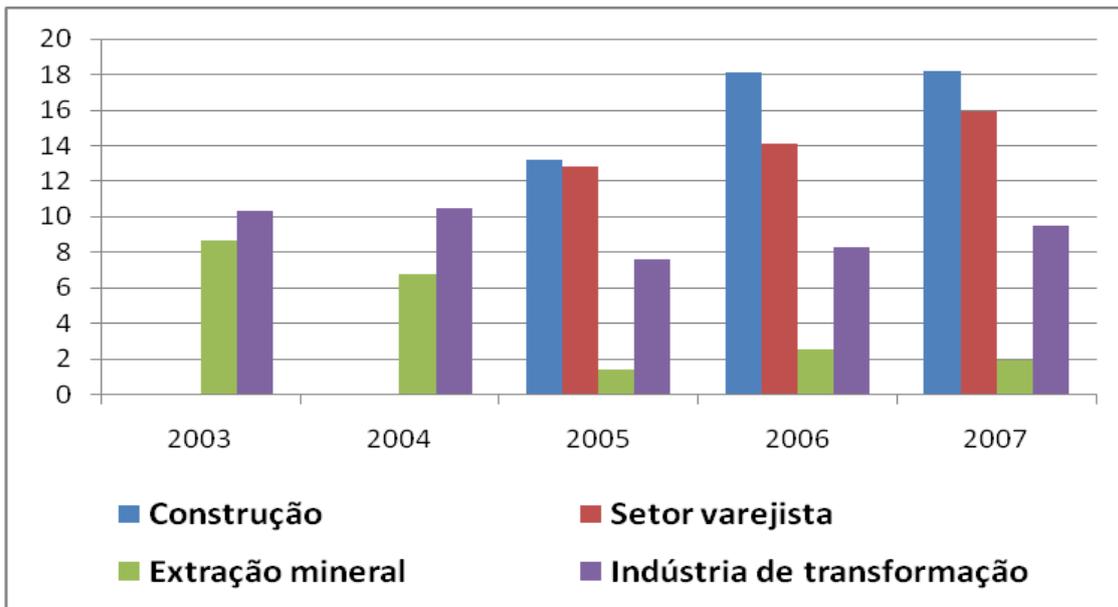
Gráfico III.24: Evolução da área construída na Federação Russa entre 1992 e 2010 (em milhões m²).



Fonte: Fonte: Federal State Statistic (2012).

Apesar da dependência em relação ao setor de extração mineral e do problema da supervalorização do rublo, é importante insistir na contribuição muito importante que tiveram o setor varejista, a construção e a indústria de transformação na boa saúde econômica da Rússia esses últimos anos. De fato, eles apresentam taxas de crescimento bem maiores que o setor de extração mineral (ver gráfico III.25).

Gráfico III.25: Crescimento anual da atividade de setores chave da economia russa (2003-2007).



Fonte: Pomeranz (2009).

Obs.: Dados não disponíveis para o setor varejista e a construção em 2003 e 2004.

III.2.1.4 A inserção externa da Rússia nos anos 2000

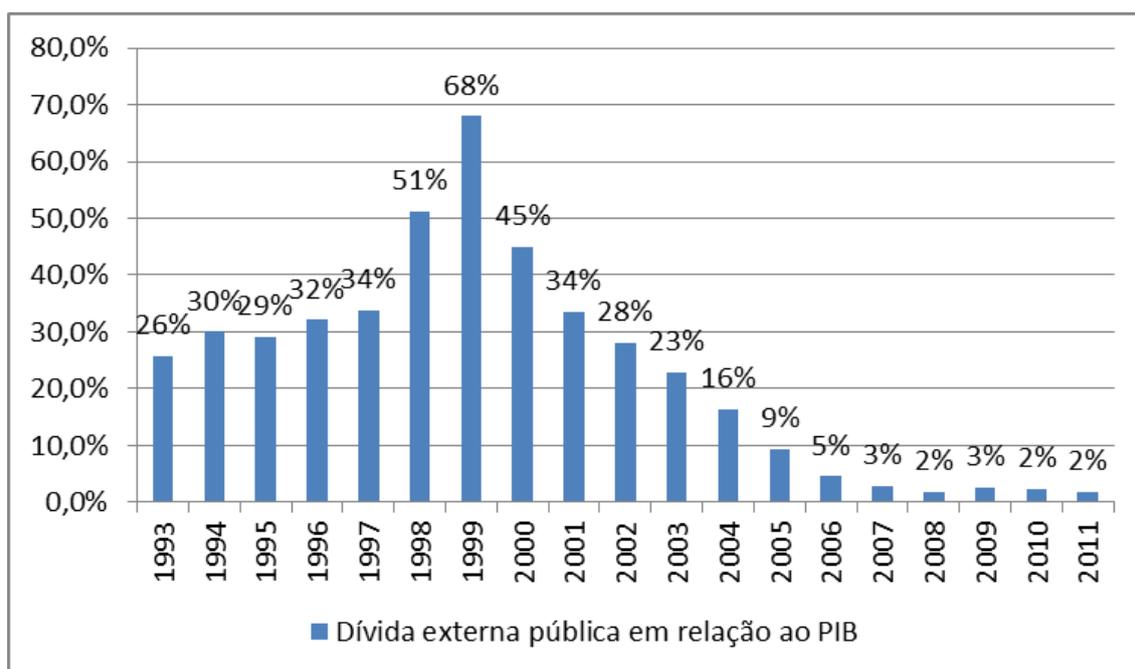
A vulnerabilidade da Rússia a choques externos melhorou bastante depois de 1998, mas, certas fraquezas estruturais permaneceram e até pioraram durante a década de 2000. A forte recessão da economia russa em 2009, após a crise financeira que se despertou no ano anterior, expôs claramente os riscos ligados à inserção externa da Rússia.

Um modelo comum a muitos países emergentes

Como outros países emergentes, a Rússia tentou melhorar sua política de administração da balança de pagamentos na década de 2000. O objetivo era de evitar que se repitassem as crises de balanço de pagamentos que tinham atingido esses países no final dos anos 1999 e no início da década de 2000. Como aponta Serrano (2012), muitos países emergentes decidiram, assim, adotar regimes cambiais de flutuação administrada, o que foi o caso da Rússia em 1998. A Rússia abandonou o regime de câmbio fixo associado às políticas de estabilização que tinha contribuído de forma decisiva à crise de 1998. O objetivo era diminuir a intensidade dos ataques especulativos que podiam ser dirigido contra o país.

Da mesma forma, a Rússia realizou pagamentos adiantados de sua dívida externa nos anos 2000 para limitar sua vulnerabilidade. Assim, a dívida externa pública da Rússia, que representava 68% do PIB e cerca de 11,5 vezes suas reservas em 1999, Já, depois do fim da moratória, o peso da dívida externa pública caiu para 1,8% do PIB e 4,7 % das reservas em 2008 (ver gráfico III.26).

Gráfico III.26: Evolução da dívida externa pública da Federação Russa entre 1993 e 2011 (em bilhões US\$).

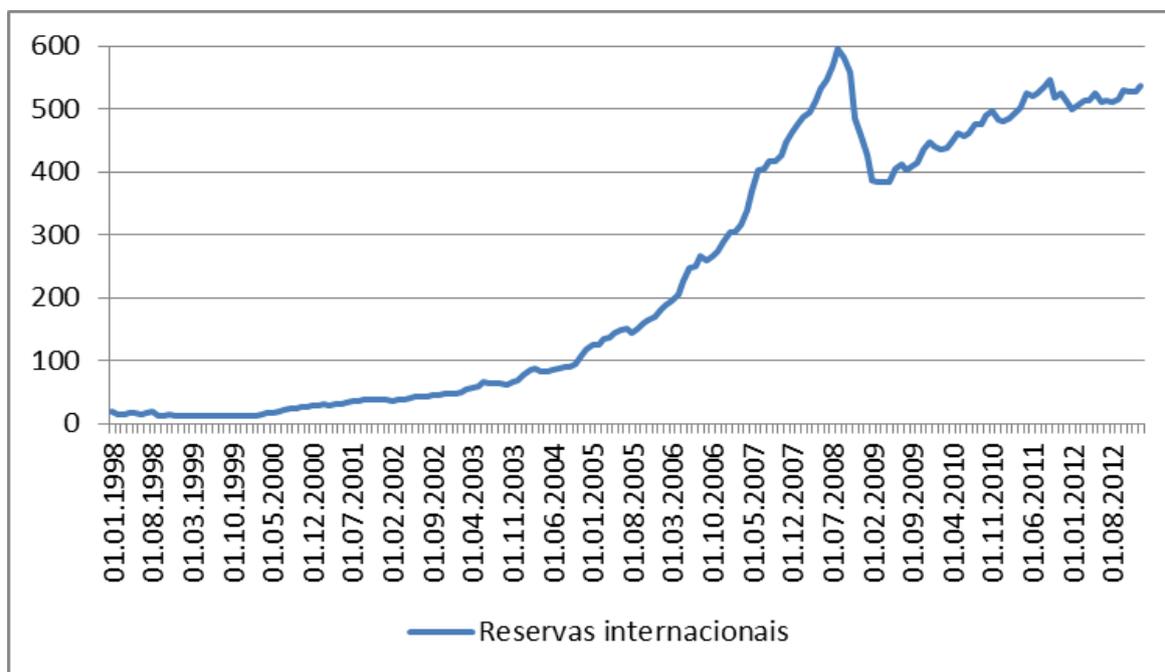


Fonte: Bank of Russia (2012).

Como outros países em desenvolvimento, a Rússia criou, também, fundos soberanos. Um fundo de estabilização foi, assim, constituído em 2004, com parte dos recursos oriundos da arrecadação fiscal sobre as exportações de petróleo. Dividido num “fundo de reserva” e num “fundo de Bem-Estar”, o total chegou a representar 597,5 bilhões de dólares antes do despertar da crise financeira de 2008 (Pomerantz, 2009).

Da mesma forma que muitos países emergentes, a Rússia elevou consideravelmente suas reservas internacionais que passaram de 11,5 bilhões US\$ para cerca de 596,5 bilhões US\$ entre 1999 e agosto de 2008 (ver gráfico III.27). O objetivo declarado era se proteger contra pressões especulativas e evitar que uma crise de balança de pagamentos possa de novo acontecer.

Gráfico III.27: Evolução das reservas internacionais da Federação Russa entre 1998 e 2012 (em bilhões US\$).



Fonte: Bank of Russia (2012).

Como escreve Serrano (2012):

When the world economy, international capital flows and commodity export volumes and dollar prices started growing fast after 2003, with international trade expansion pulled in good part by the fast growth of international trade that came together with the fast expansion of internal markets in the major industrial exporting developing economies in Asia, these changes in macroeconomic policies allowed many of the commodity exporting countries to grow without incurring major current account deficits and external debts. This, together with the better management of the exchange rate and short term foreign capital inflows led to drastic reduction in the interest rate spreads for commodity exporting countries and thus a major, and unprecedented, improvement in their balance of payments position. The combined result of this was that the external fragility of these economies decreased markedly and no serious currency crises originating in the commodity periphery occurred ever since.

A balança de pagamentos da Rússia melhorou, assim, muito a partir de 2000 e até a crise financeira mundial de 2008, com elevados superávits na balança de transações correntes devidos ao forte aumento dos preços internacionais do petróleo (ver tabela III.5).

Tabela III.5: Balanço de pagamentos da Federação Russa entre 1994 e 2011 (em milhões US\$).

| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|---|---------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Balança de transações correntes | 24.616 | 46.839 | 33.935 | 29.116 | 35.410 | 59.514 | 84.602 |
| <i>Balança comercial (FOB)</i> | 36.014 | 60.172 | 48.121 | 46.335 | 59.860 | 85.825 | 118.364 |
| Exportações de bens (FOB) | 75.551 | 105.033 | 101.884 | 107.301 | 135.929 | 183.207 | 243.798 |
| Importação de bens (FOB) | 39.537 | - 44.862 | 53.764 | - 60.966 | 76.070 | 97.382 | 125.434 |
| <i>Balança de serviços</i> | 4.284 | - 6.665 | - 9.131 | - 9.886 | 10.894 | 12.693 | 13.775 |
| Exportação de serviços | 9.067 | 9.565 | 11.441 | 13.611 | 16.229 | 20.595 | 24.970 |
| Importação de serviços | 13.351 | 16.230 | 20.572 | 23.497 | 27.122 | 33.287 | 38.745 |
| <i>Balanço de rendas</i> | 7.716 | - 6.736 | 4.238 | 6.583 | 13.171 | 12.769 | 18.949 |
| Rendas recebidas | 3.881 | 4.753 | 6.800 | 5.677 | 11.057 | 11.998 | 17.475 |
| Rendas pagas | 11.597 | 11.489 | 11.038 | - 12.260 | 24.228 | 24.767 | 36.424 |
| <i>Transferências unilaterais correntes</i> | 601 | 69 | - 817 | - 750 | - 385 | - 850 | -1.038 |
| Conta capital e financeira | 14.357 | - 21.539 | 16.172 | -11.664 | 129 | - 8.439 | -15.228 |
| <i>Conta capital</i> | - 328 | 10.955 | 9.356 | 12.388 | 993 | 1.624 | 12.764 |
| <i>Conta financeira</i> | 14.029 | - 32.494 | - 6.817 | 724 | 1.122 | - 6.815 | - 2.464 |
| Investimento direto | 1.102 | 463 | 216 | 72 | 1.769 | 1.662 | 118 |
| Investimento em carteira | - 946 | 10.334 | 653 | 2.960 | - 4.509 | 586 | 11.379 |
| Derivativos financeiros (líquido) | - | - | - | 13 | 640 | 100 | 233 |
| Outros investimentos | 14.185 | 21.697 | 6.380 | 2.178 | 6.760 | 8.964 | 9.030 |
| Erros e omissões | 8.481 | - 9.290 | - 9.550 | - 6.077 | - 9.174 | - 5.840 | - 7.913 |

| | | | | | | | |
|--|--------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Saldo do balanço de pagamentos (Variação de reservas) | 1.778 | 16.010 | 8.212 | 11.375 | 26.365 | 45.235 | 61.461 |
|--|--------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---|----------------|-----------------|------------------|-----------------|----------------|-----------------|
| Balança de transações correntes | 94.686 | 77.768 | 103.530 | 48.605 | 71.080 | 98.834 |
| <i>Balança comercial (FOB)</i> | <i>139.269</i> | <i>130.915</i> | <i>179.742</i> | <i>111.585</i> | <i>151.996</i> | <i>198.181</i> |
| Exportações de bens (FOB) | 303.550 | 354.401 | 471.603 | 303.388 | 400.630 | 522.011 |
| Importação de bens (FOB) | 164.281 | 223.486 | 291.861 | 191.803 | 248.634 | 323.831 |
| <i>Balança de serviços</i> | <i>13.614</i> | <i>- 18.888</i> | <i>- 24.289</i> | <i>- 19.836</i> | <i>28.702</i> | <i>35.947</i> |
| Exportação de serviços | 31.102 | 39.257 | 51.178 | 41.594 | 44.981 | 54.025 |
| Importação de serviços | 44.716 | 58.145 | 75.468 | 61.429 | 73.682 | 89.972 |
| <i>Balanço de rendas</i> | <i>29.432</i> | <i>- 30.752</i> | <i>- 49.158</i> | <i>- 40.283</i> | <i>48.615</i> | <i>60.208</i> |
| Rendas recebidas | 29.757 | 47.397 | 61.778 | 33.184 | 37.361 | 42.376 |
| Rendas pagas | 59.189 | 78.149 | 110.936 | - 73.467 | 85.976 | - 102.583 |
| <i>Transferências unilaterais correntes</i> | <i>- 1.537</i> | <i>- 3.506</i> | <i>- 2.765</i> | <i>- 2.862</i> | <i>- 3.600</i> | <i>- 3.191</i> |
| Conta capital e financeira | 3.262 | 84.507 | 130.940 | - 43.256 | 26.044 | - 76.214 |
| <i>Conta capital</i> | <i>191</i> | <i>- 10.224</i> | <i>734</i> | <i>- 11.623</i> | <i>73</i> | <i>- 120</i> |
| <i>Conta financeira</i> | <i>3.071</i> | <i>94.730</i> | <i>- 131.674</i> | <i>- 31.633</i> | <i>26.117</i> | <i>- 76.094</i> |
| Investimento direto | 6.550 | 9.158 | 19.409 | - 7.165 | - 9.235 | - 14.405 |
| Investimento em carteira | 15.702 | 5.553 | 35.437 | - 2.179 | - 1.660 | - 17.857 |
| Derivativos financeiros (líquido) | - 99 | 332 | - 1.370 | - 3.244 | - 1.841 | - 1.394 |
| Outros investimentos | 19.083 | 79.688 | 114.276 | - 19.044 | 13.380 | - 42.438 |
| Erros e omissões | 9.518 | - 13.347 | - 11.515 | - 1.972 | - 8.285 | - 9.990 |

| | | | | | | |
|---|---------|---------|--------|---|-------|--------|
| | | | | | | |
| Saldo do balanço de pagamentos (Variação de reservas) | 107.466 | 148.928 | 38.925 | - | 3.377 | 36.751 |
| | | | | | | 12.630 |

Fonte: Bank of Russia (2012).

A questão do financiamento externo para o crédito do setor privado interno

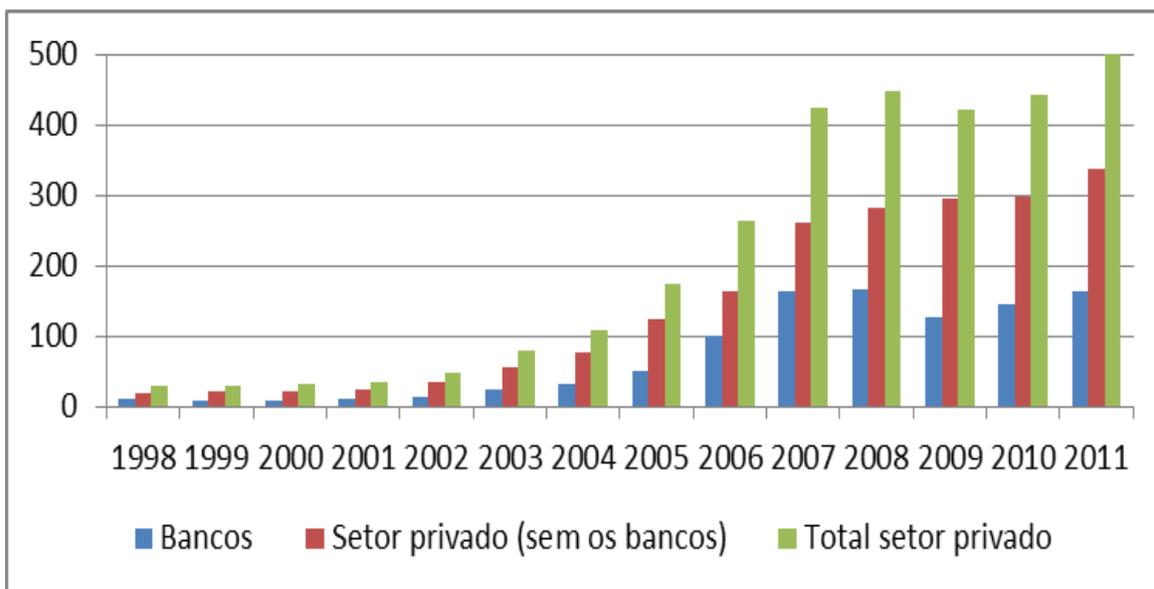
Muitos bancos e grandes empresas russas se endividaram no exterior durante os anos 2000, apesar das possibilidades oferecidas pelo balanço de transações correntes extremamente positivo durante o período. O estoque de dívida do setor privado russo denominada em moeda estrangeira aumentou de forma muito expressiva a partir de 2002, com uma taxa de crescimento anual média de 52 % (ver gráfico III.28):

“According to an IMF study, Russian banks’ external borrowing totaled some \$200 billion as of the end of September 2008, largely in the form of syndicated loans or credit lines from foreign parent banks. Large firms had also been actively tapping into international financial markets and accumulated about \$300 billion in external debt” (Sharma, 2011).

É interessante observar, também, que uma parcela crescente das operações imobiliárias na Rússia passou a ser financiada entre 1999 e 2008 através de créditos externos denominados em dólar. Essa dependência da construção civil em relação ao financiamento externo se tornou particularmente forte nas grandes cidades do país (Moscou e São Petersburgo principalmente). Da mesma forma, mais de 70% das hipotecas em Moscou eram denominadas em dólar (Sprenger, C. & Urošević, 2011).

Esse financiamento externo do crédito do setor privado russo constitui um fator de vulnerabilidade externa na medida em que tira das autoridades monetárias russas uma parte de sua margem de manobra. De fato, isso constrange o Banco Central Russo a tentar evitar uma desvalorização do rublo que provocaria um aumento do peso da dívida denominada em divisas para o setor privado, o que poderia ter consequências desastrosas para a economia real, como, por exemplo, no setor da construção civil. A importância da dívida externa privada do setor privado russo teve uma influência importante na resposta da Rússia à crise de 2008, como será mostrado mais adiante.

Gráfico III.28: Evolução da dívida externa privada russa entre 1998 e 2011(em bilhões US\$).

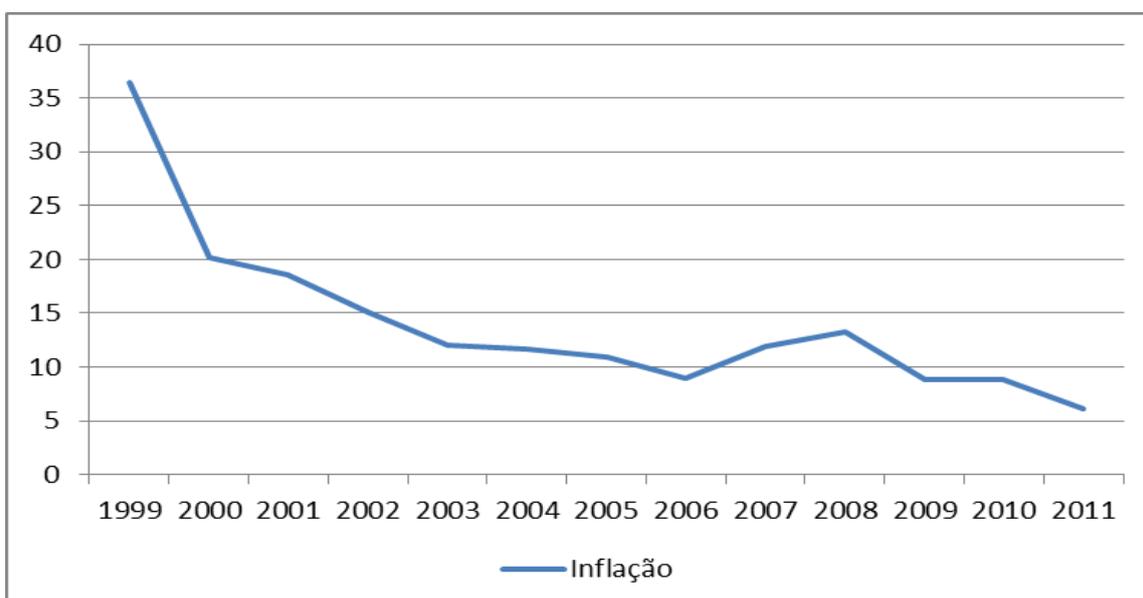


Fonte: Bank of Russia (2012).

III.2.1.5 A valorização do câmbio

Como outros países emergentes seguindo o modelo de inserção externo descrito anteriormente, a Rússia está enfrentando uma valorização do seu câmbio real, que começou em 2000 (ver gráfico III.21). No caso da Rússia, o câmbio nominal ficou relativamente estável entre 2000 e 2008. A valorização do câmbio real vem da inflação, que mesmo se estabeleceu num patamar de 12 % entre 2002 e 2008 (ver gráfico III.29).

Gráfico III.29: Evolução da inflação na Federação Russa (1999-2011)



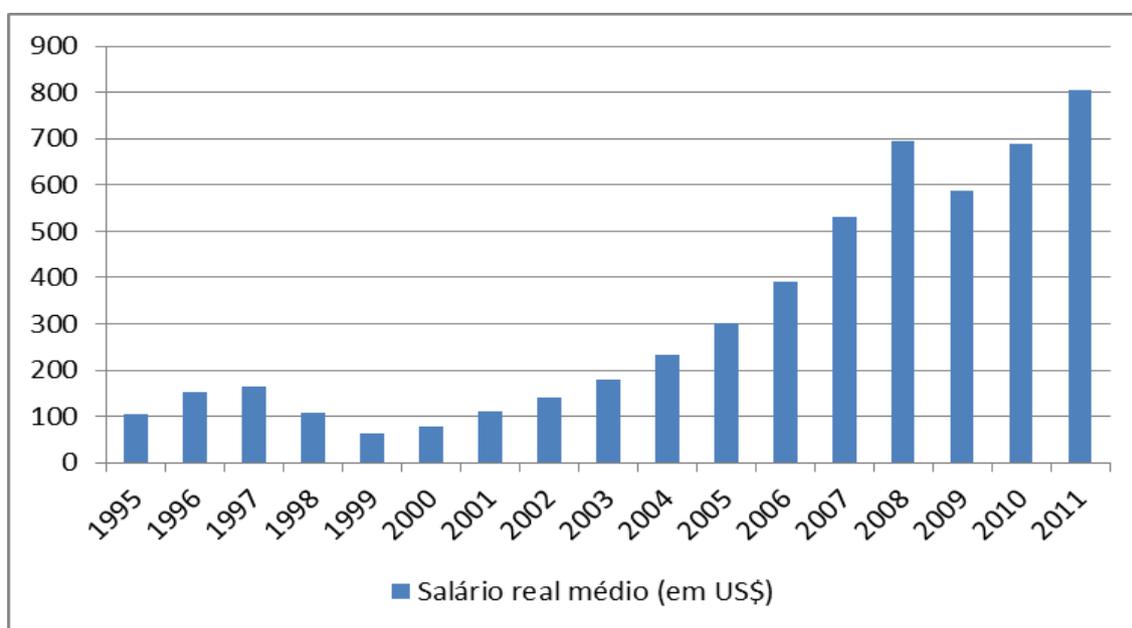
Fonte: Federal State Statistic (2012).

Como aponta Serrano (2012), trata-se de uma inflação de custo, devida às seguintes condições:

It came as a tendency towards fast growth of money wages relative to productivity due to much better conditions in the labour market and more nationalist, populist or progressive governments (such as Russia, Argentina and Venezuela, for instance).

Assim, desde 2000, o custo unitário do trabalho em dólar na Rússia aumentou de forma significativa (ver gráfico III.30).

Gráfico III.30: Evolução do salário real médio na Rússia entre 1995 e 2011 (em US\$).



Fonte: BOFIT (2012).

III.2.1.6 A evolução da distribuição de renda nos anos Putin

Em relação aos anos 1990, a parcela dos salários na renda nacional russa aumentou. Paralelamente, a parcela do lucro, que tinha aumentado muito na década de 1990, caiu significativamente. Mas, o fenômeno mais notável, associado à reconstrução do estado russo, foi a forte progressão da parcela das transferências sociais na renda total da economia (ver tabela III.6).

Tabela III.6: Evolução da repartição da renda na Rússia entre 1992 e 2011:

| | 1992 | 1995 | 2000 | 2005 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|-------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Rendas empresariais | 8,4 | 16,4 | 15,4 | 11,4 | 10 | 10,2 | 9,5 | 9,3 | 9,1 |
| Remuneração do trabalho | 73,6 | 62,8 | 62,8 | 63,6 | 67,5 | 68,4 | 67,3 | 64,6 | 67 |
| Transferências sociais | 14,3 | 13,1 | 13,8 | 12,7 | 11,6 | 13,2 | 14,8 | 17,8 | 18 |
| Renda da propriedade | 1 | 6,5 | 6,8 | 10,3 | 8,9 | 6,2 | 6,4 | 6,3 | 3,6 |
| Outras rendas | 2,7 | 1,2 | 1,2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |

Fonte: Federal State Statistics Service.

III.2.1.7 Algumas observações sobre as mudanças estruturais na economia russa durante o período da Transição.

O mercado do trabalho

As peculiaridades do mercado do trabalho na Rússia durante o período Putin analisadas anteriormente foram desaparecendo ao longo da década de 2000. As grandes empresas russas que já existiam na era soviética tenderam a conservar um sistema de assistência para seus funcionários mais completo do que na maior parte dos países capitalistas (moradia, serviços sociais,...). Entretanto, o excesso do quadro de funcionários das empresas russas, característica do mercado de trabalho que tinha atenuado o efeito da recessão dos anos 90 sobre o nível de desemprego foi diminuindo ao longo da década de 2000.

A indústria russa e a questão da ‘doença holandesa’ na Rússia na década de 2000.

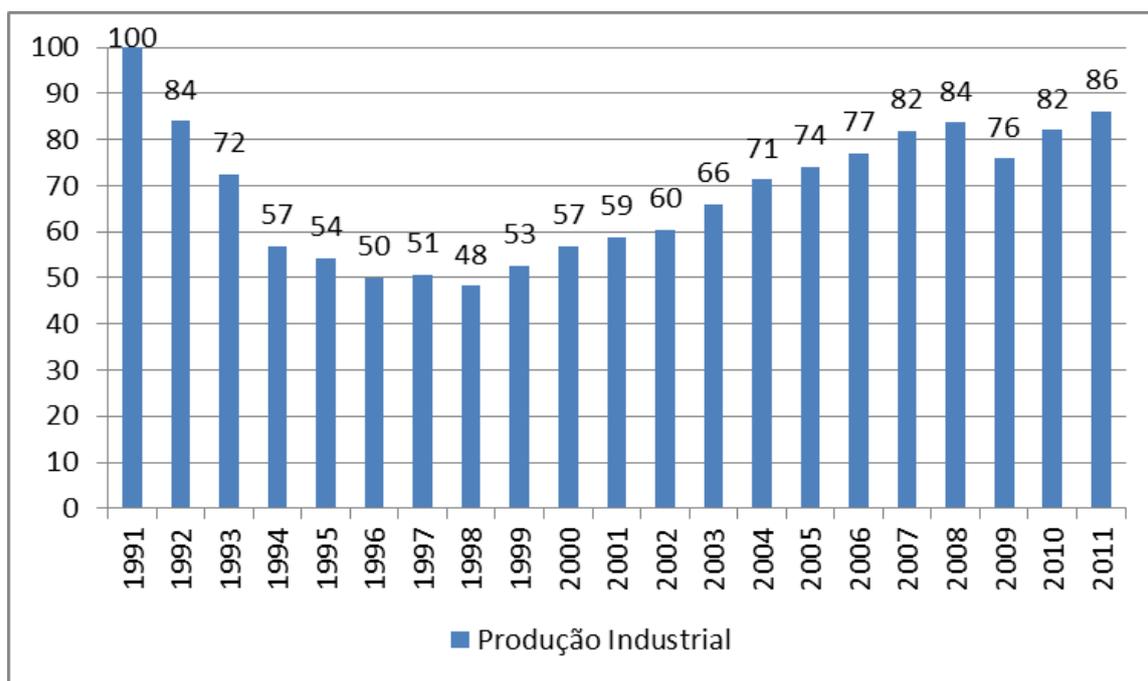
O fenômeno de forte valorização do câmbio real do rublo levou muitos autores (Ellman, 2006; Pineli Alves, 2012) a afirmarem que a Rússia estaria vítima de ‘doença holandesa’. Olhando para o caso da Rússia, não há evidência empírica que tal fenômeno esteja acontecendo. Assim, a produção industrial russa não parou de crescer ao longo dos anos 2000, tirando em 2009, quando o país lidou com as consequências da crise

financeira mundial (ver gráfico III.31). De fato, houve aumento dos salários reais (ver gráfico III.30), o que foi muito benéfico para o dinamismo do mercado interno russo, beneficiando a indústria doméstica. O aumento do investimento e do gasto público contribuiu, também, para o bom desempenho da indústria russa.

Há de se acrescentar que o impacto potencial do câmbio sobre a indústria russa é atenuada pela existência de subsídios elevados dos preços da energia, que são mantidos bem abaixo do nível internacional (Schutte, 2011).

Entretanto, é inegável que existe na Rússia uma situação de ‘heterogeneidade externa’ “in which there is a contrast unbalance between the productivity of export sector and the rest of the economy” (Medeiros, 2012). Essa heterogeneidade estrutural contribui para explicar porque a pauta exportadora russa é pouco diversificada, mas, não significa que haja em curso um processo de desindustrialização na Rússia.

GRÁFICO III.31: Produção Industrial Física da Federação Russa entre 1991 e 2011 (Em Número-Índice – 1991=100).

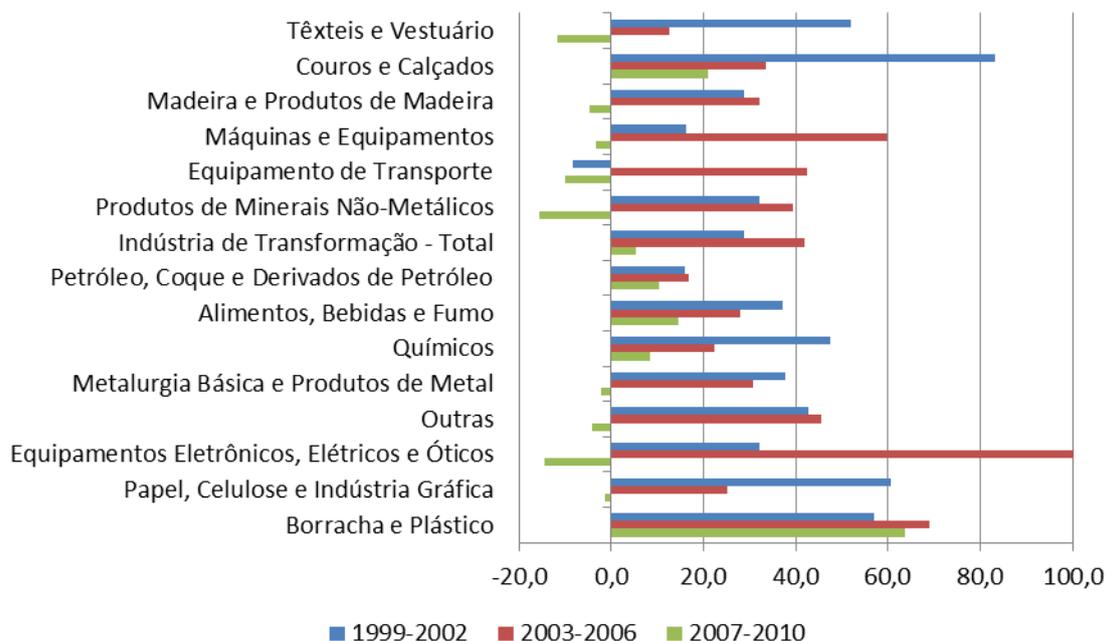


Fonte: UNECE (2012).

Outro elemento contrário ao argumento da ‘doença holandesa’ é a manutenção de uma atividade industrial completa na Rússia. O desempenho dos diversos setores

compondo a indústria é variável, mas, todos cresceram nos anos 2000 (ver gráfico III.32).

GRÁFICO III.32: Produção Industrial Física – Rússia, 1998-2010 (Em % de Crescimento sobre o Período Anterior)



Fonte: Pinelli Alves (2012).

AS indústrias de alta tecnologia ainda estão pouco desenvolvidas na Rússia, tirando os setores da aeronáutica e do armamento, herdados da União Soviética. As tentativas de política industrial russa através da criação de empresas de ponta em certos setores tecnológicos fracassaram (Pomerantz, 2012), razão pela qual Putin decidiu em 2012 se recentrar na produção de armamentos, com investimentos colossais nos próximos anos¹³⁹.

Dependência em relação às exportações de matérias primas e evolução da pauta de importações

¹³⁹ Mais de 800 bilhões de dólares devem ser investidos entre 2012 e 2020 em encomendas para o setor militar-industrial russo, a fim de modernizar o armamento do exército russo (questão desenvolvida no capítulo seguinte).

Como mostramos, parece excessivo dizer que o modelo de crescimento da Rússia nos anos 2000 é *export-led*. O problema da Rússia não é tanto o tamanho das exportações nominais em dólar em relação ao PIB, mas, o fato que elas estejam pouco diversificadas. Assim, a balança comercial da Rússia é cada vez mais primarizada (ver tabela III.7), tornando o balanço de pagamentos russo muito dependente da evolução dos preços internacionais das matérias primas e principalmente do petróleo, que, por essência, são muito voláteis.

A participação em valor das commodities nas exportações russas ultrapassou os 80% em 2005. A produção de petróleo da Rússia foi de 491 milhões de toneladas em 2007, ou seja, 12,6% da produção mundial. A Rússia exportou 411 milhões de toneladas de petróleo, o que representa 15% das exportações mundiais em valor. A produção de gás é equivalente a 20,6% do total mundial em 2007 e as exportações correspondem a 30,3% do total mundial (Pomeranz, 2009). Os produtos minerais são cada vez mais presentes nas exportações da Rússia. O valor das exportações de produtos minerais passou a representar 81% do total em 2007 (POPOV, 2008). A influência do preço dessas commodities sobre a economia russa aparece claramente no gráfico III.34, onde a taxa de crescimento do PIB acompanha a evolução do preço do petróleo. O aumento do preço do petróleo constatado nos últimos anos constitui uma extraordinária fonte de divisas para a Rússia. Assim, a produção de petróleo de 2007, avaliada aos preços de 1999 (15 dólares o barril) só teria representado 100 bilhões de receita, enquanto, ao preço de 2007 (80 dólares o barril), ela corresponde a mais de 500 bilhões de dólares.

Tabela III.7: Evolução da composição das exportações russas (em %).

| | 1995 | 2000 | 2005 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Alimentos e matérias primas agrícolas | 1,8 | 1,6 | 1,9 | 2,6 | 2 | 3,3 | 2,2 | 2,3 |
| Produtos minerais | 42,5 | 53,8 | 64,8 | 64,9 | 69,8 | 67,4 | 68,5 | 70,3 |
| Produtos da indústria química | 10 | 7,2 | 6 | 5,9 | 6,4 | 6,2 | 6,2 | 6 |
| Madeira e papel | 5,6 | 4,3 | 3,4 | 3,5 | 2,5 | 2,8 | 2,4 | 2,1 |
| Têxtil | 1,5 | 0,8 | 0,4 | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 |

| | | | | | | | | |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Metais, pedras preciosas e seus produtos | 26,7 | 21,7 | 16,8 | 15,9 | 13,2 | 12,8 | 12,7 | 11,2 |
| Máquinas, equipamentos e meios de transporte | 10,2 | 8,8 | 5,6 | 5,6 | 4,9 | 5,9 | 5,4 | 4,5 |
| Outros | 1,7 | 1,8 | 1,1 | 1,3 | 1 | 1,4 | 2,4 | 3,4 |

Fonte: Federal State Statistics Service (2012).

Do lado das importações, a pauta russa é essencialmente constituída por alimentos e produtos agrícolas de um lado e por bens manufaturados do outro. A tendência foi de uma queda da parcela dos alimentos e matérias primas entre 2000 e 2011, resultado do aumento da produção agrícola e agroalimentar registrado na Rússia durante o período. A participação das importações de máquinas e equipamentos nas importações totais aumenta, também, se estabelecendo num patamar de 50% a partir de 2007. O aumento da parcela das importações de alimentos e a queda forte das importações de máquinas e equipamentos em 2009 é ligada à recessão econômica que enfrentou a Rússia neste ano. De fato, os alimentos e produtos agrícolas são bens básicos, cuja importação é muito mais difícil cortar do que as compras de bens de capital estrangeiros, ligadas ao nível da atividade.

Tabela III.8: Evolução da composição das importações russas (em %).

| | 1995 | 2000 | 2005 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Alimentos e matérias primas agrícolas | 28.1 | 21.8 | 17.7 | 13.8 | 13.2 | 17.9 | 15.9 | 13.9 |
| Produtos minerais | 6.4 | 6.3 | 3.1 | 2.3 | 3.1 | 2.4 | 2.3 | 2.1 |
| Produtos da indústria química | 10.9 | 18.0 | 16.5 | 13.8 | 13.2 | 16.7 | 16.2 | 14.9 |
| Couro e artigos de couro | 0.3 | 0.4 | 0.3 | 0.4 | 0.4 | 0.5 | 0.5 | 0.5 |
| Madeira e papel | 2.4 | 3.8 | 3.3 | 2.7 | 2.4 | 3.0 | 2.6 | 2.2 |
| Têxtil | 5.7 | 5.9 | 3.7 | 4.3 | 4.4 | 5.7 | 6.2 | 5.5 |

| | | | | | | | | |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Metais, pedras preciosas e seus produtos | 8.5 | 8.3 | 7.7 | 8.2 | 7.2 | 6.8 | 7.4 | 7.1 |
| Máquinas, equipamentos e meios de transporte | 33.6 | 31.4 | 44.0 | 50.9 | 52.7 | 43.4 | 44.4 | 48.0 |
| Outros | 4.1 | 4.1 | 3.7 | 3.6 | 3.4 | 3.6 | 4.5 | 5.8 |

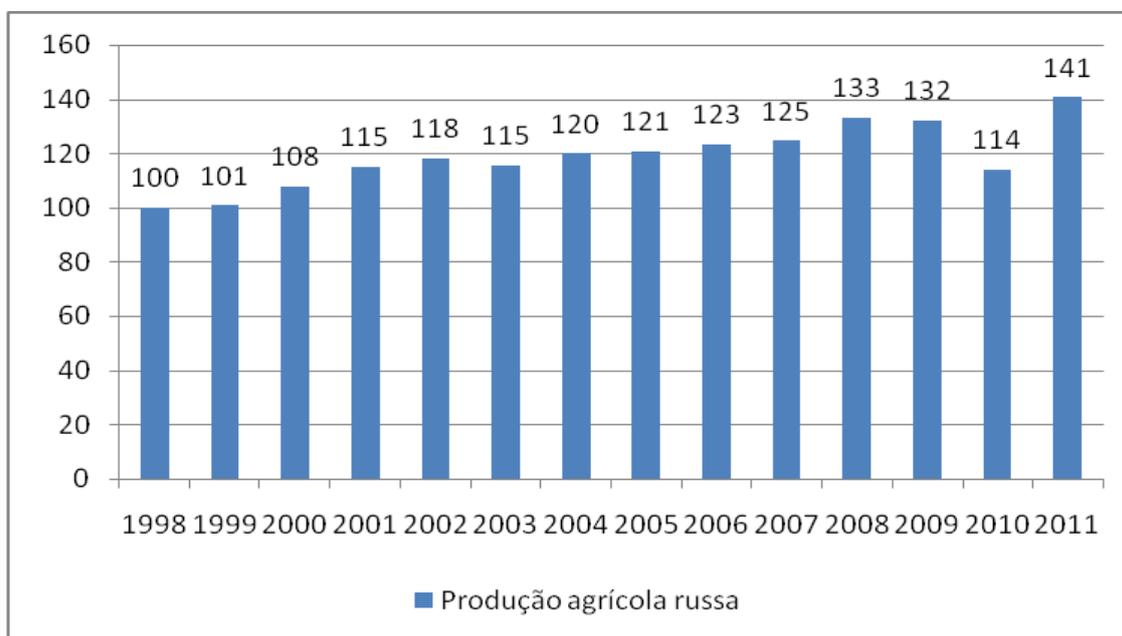
Fonte: Federal State Statistics Service (2012).

Esse modelo de inserção comercial externa escolhido durante os anos 70 no período soviético e confirmado pelo processo de transição dos anos 90 cria um grande problema estrutural. Além do risco de deterioração do balanço de pagamentos no caso de uma queda dos preços internacionais das materiais primas, o outro risco potencial é a forte correlação que existe entre as receitas fiscais do Estado russo e o valor das exportações, principalmente de petróleo e de gás. Essa situação pode ter consequências sobre a demanda interna, já que um dos objetivos dos dirigentes russos é manter um superávit fiscal.

A situação da agricultura nos anos Putin

A agricultura russa, depois do colapso dos anos 1990, conseguiu se recuperar na década de 2000, com um aumento de 40% da produção agrícola entre 1999 e 2011 (ver gráfico III.33). Essa recuperação da agricultura foi favorecida pelo aumento da demanda agregada observado durante o período e pela implementação de programas de ajuda ao setor promovidos pelo Governo russo. Assim, em 2005, a agricultura foi declarada uma prioridade nacional e um vasto plano de apoio foi elaborado, envolvendo linhas de crédito, a construção de infraestrutura, a construção e a renovação de moradias nas zonas rurais. Desta forma, as ajudas estatais para a agricultura aumentaram de 87% só entre 2005 e 2007. Uma atenção particular foi dada às atividades de criação de animais, a Rússia sendo um dos maiores importadores de carne do mundo (Seifert et al., 2009). O objetivo deste apoio à agricultura é tanto econômico quanto geopolítico: tentar diminuir a dependência excessiva da Rússia em relação às importações de alimentos. Ora, essa dependência estrutural só tinha piorado com o tempo desde que tinha aparecido nos anos 60, ainda nos tempos soviéticos.

Gráfico III.33: Evolução da produção agrícola russa entre 1998 e 2011 (índice 100 = 1998).



Fonte: FAO (2012).

Mudanças na estrutura setorial da economia russa

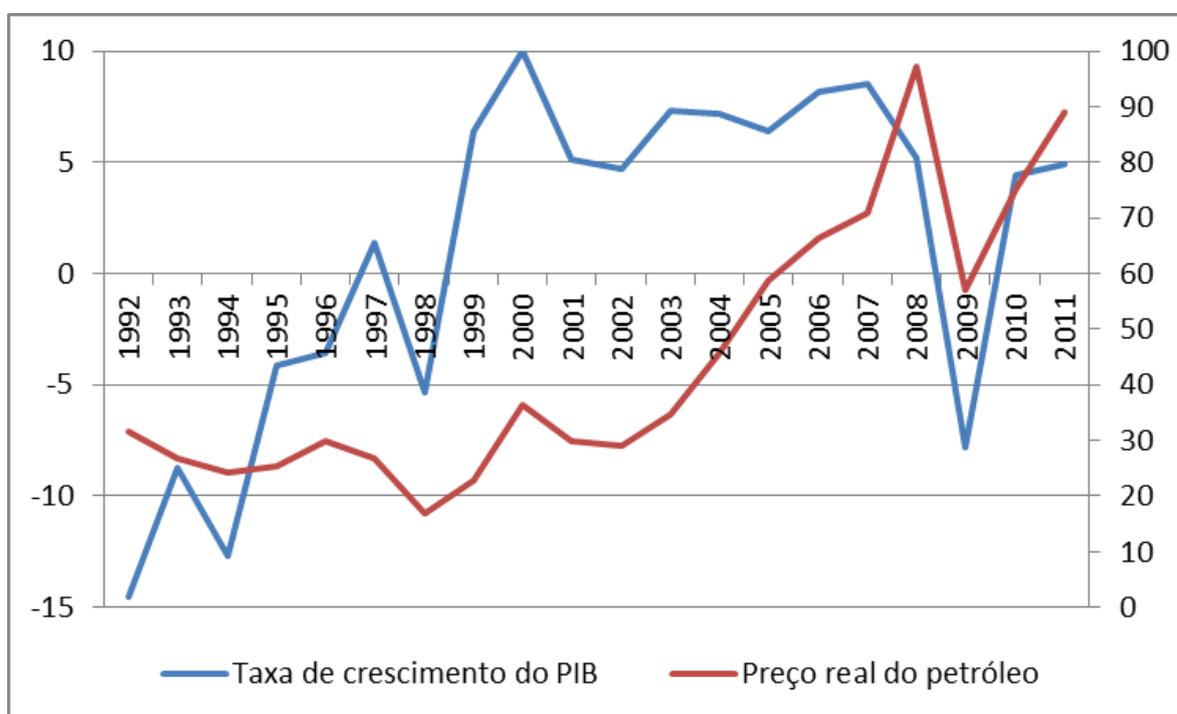
As tendências na evolução da estrutura ocupacional da população ativa russa observadas nos anos 1990 se mantiveram. O peso da agricultura e da indústria caiu, enquanto o setor de serviços ampliou sua importância (ver gráfico III.18).

III.3 A resposta da Rússia à crise de 2008: a confirmação da vulnerabilidade externa russa.

Os riscos representados pela inserção externa da Rússia e estudados acima foram confirmados pela resposta da economia russa à crise financeira internacional de 2008. De fato, após uma desaceleração do crescimento econômico em 2008, houve uma recessão em 2009, com um recuo de 7,8% do PIB. Essa reação negativa da economia russa à crise mundial, de longe a pior entre os grandes países emergentes pode ser explicada por uma série de razões. O preço internacional do petróleo caiu de mais de

40% entre 2008 e 2009 (ver gráfico III.34), o que provocou mecanicamente na Rússia uma forte queda da arrecadação fiscal que passou de 39,2% do PIB para 35,1% neste intervalo, ou seja, uma perda absoluta de 17,4 % em valor. A despesa pública passou de 34,3% do PIB para 41,4% do PIB entre 2008 e 2009, com o primeiro déficit fiscal desde 1998. Mas, esse aumento do gasto público de 11,2% foi insuficiente para compensar a queda das exportações nominais em dólar de 37,9% observada no mesmo período.

Gráfico III.34: Evolução do preço médio anual real do petróleo (Bruto Illinois, US\$/baril, escala direita) e da taxa de crescimento do PIB (% , escala esquerda).



Fontes: UNECE (2012) para a taxa de crescimento do PIB e Illinois Oil and Gas Association – IOGA (2012) para o preço médio anual do petróleo.

Outra consequência da crise foi a forte deterioração do balanço de pagamentos que ficou negativo à altura de cerca de 39 bilhões US\$ em 2008 (ver tabela III.5). É interessante observar que isso aconteceu enquanto o saldo do balanço de transações correntes atingia um nível positivo recorde de 103,5 bilhões US\$. A responsabilidade pelo grande desequilíbrio do balanço de pagamentos russo em 2008 deve ser buscada do lado da conta capital e financeira, que registrou um déficit de cerca de 131 bilhões US\$. Outro aspecto da vulnerabilidade externa da Rússia que foi comprovado pela reação da Rússia à crise foi, assim, o risco do peso crescente da dívida externa privada. De fato, o

Banco Central Russo teve que usar parte de suas reservas para tentar manter o câmbio nominal e evitar uma desvalorização que podia pesar muito sobre os bancos e as empresas que contrataram créditos em divisas. Um dos objetivos era, assim, tentar preservar a atividade do setor imobiliário que corria um risco muito grande de desaceleração, devido ao forte peso do financiamento externo na construção civil. Mas, apesar de perder mais de 35% das suas reservas, o Banco central Russo não conseguiu evitar que haja uma desvalorização do câmbio nominal e real da Rússia (ver gráfico III.21).

Com o forte aumento dos preços internacionais do petróleo que aconteceu em 2010 (+31,3%), houve uma recuperação da economia russa, favorecida por um novo déficit fiscal de 3,5% neste mesmo ano, apesar do forte crescimento das receitas fiscais (ver tabela III.4).

III.4 Algumas observações finais

A Rússia possui uma economia diversificada, que não apresenta sinais de desindustrialização, e não é *export-led*. No período Putin, houve uma recuperação nacionalista da economia russa graças à reconstrução de um Estado funcional, ao aumento do gasto público, a um balanço de pagamentos melhor administrado e à evolução favorável dos preços internacionais do gás e do petróleo. Entretanto, a heterogeneidade estrutural da economia russa permanece muito forte. Sua pauta exportadora é pouco diversificada, com uma tendência à primarização que continuou ao longo dos anos 2000.

A reação muito marcada e negativa à crise financeira mundial de 2008 mostrou a força da vulnerabilidade externa russa, que seja em termos de dependência em relação aos preços internacionais das matérias primas e do petróleo em particular ou em termos de riscos ligados à abertura financeira. Porém, é pouco provável que a abertura financeira, associada à crescente dívida externa privada, seja revertida¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Porém, é interessante observar que as autoridades financeiras russas, conscientes deste problema, estão tentando impor alguns limites a essa crescente dívida externa privada. “The changes in the debt policy of Russia are being formed. [...] The Bank of Russia has introduced the limitation on foreign loans of banks [...] with a view to stimulating their replacement with internal credits” (Krasavina, 2010).

Enfim, é importante sublinhar que a recuperação da economia russa nos anos 2000 permitiu que a inserção geopolítica da Rússia melhorasse muito durante este período, como será mostrado no capítulo IV.

Capítulo IV: A geopolítica da Rússia no período pós-soviético: vulnerabilidade, cooperação e conflito

O colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, pôs termo à Guerra Fria, dando lugar a quinze Estados independentes, no meio dos quais figurava a Rússia. Nas duas últimas décadas, a posição geopolítica da Rússia teve uma trajetória conturbada, ligada às mudanças internas, que sejam políticas ou econômicas, da própria Federação Russa.

A Federação Russa conseguiu obter a cadeira permanente ocupada pela então URSS no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e conservar o controle exclusivo do antigo arsenal nuclear soviético. Mas, depois que a URSS sob Mikhail Gorbachev abdicou unilateralmente de todas as suas pretensões de disputar o poder mundial como superpotência, houve um processo de enfraquecimento geopolítico da Rússia durante a presidência de Boris Ieltsin. A vulnerabilidade externa russa, já forte na era soviética e principalmente durante a *Perestroika* (ver capítulo I), piorou consideravelmente na década de 1990. A Rússia adotou neste período uma política externa pró-ocidental de “cooperação” com os Estados Unidos, que aproveitaram esta tentativa de aproximação para enfraquecer sistematicamente o poder do Estado russo, já abalado por um desempenho econômico do país muito negativo (ver capítulo III). A Europa,¹⁴¹ como aliada subordinada dos norte-americanos, também participou deste processo, que lhe permitia reduzir o perigo potencial que poderia representar a Rússia para sua segurança. A vulnerabilidade externa russa ganhou tanta proporção que a Rússia correu o risco de perder até seu *status* de potência regional.

Neste sentido, chegada de Vladimir Putin ao poder representou uma profunda ruptura na inserção geopolítica russa, graças à recuperação econômica que se seguiu, ao abandono da estratégia de ‘colaboração’, a uma tentativa de recuperação do poder do Estado russo e à consolidação do papel de potência regional da Rússia ao longo dos anos 2000. Naturalmente, esta mudança de estratégia foi acompanhada pela volta das tensões nas relações entre a Rússia e os Estados Unidos, que mantêm suas tentativas de

¹⁴¹Neste capítulo, por *Europa* está-se referindo, salvo aviso explícito do contrário, aos países que são simultaneamente da UE e da Otan. Dessa forma, *Ocidente* ou *ocidental* significam neste capítulo Estados Unidos, acrescido da Otan e da UE.

enfraquecimento do poder russo. Entretanto, houve uma transformação das relações com os países europeus, mas de forma mais complexa, devido à interdependência econômica crescente entre a Europa e a Rússia, principalmente – mas não apenas – no setor energético, apesar do forte conflito de interesses que opõe a Federação Russa de um lado e a União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) do outro, instituições subordinadas diretamente à estratégia geopolítica americana.¹⁴²

O capítulo está organizado da seguinte forma. Começar-se-á com uma curta seção em que se analisa a situação estrutural do sistema de poder mundial no qual surgiu a nova Federação Russa, situação caracterizada por assimetria sem precedentes históricos entre o poder dos Estados Unidos – em diversas dimensões – e o de todos os demais países do mundo (seção 2). A seguir, mostrar-se-á como, inicialmente, a Rússia tenta seguir estratégia de “cooperação” com os Estados Unidos e a Europa a despeito das evidências crescentes de que o objetivo do Ocidente era o enfraquecimento e a subordinação desse país (seção 3). Em seguida, tratar-se-á da gradual mudança de postura do Estado russo nos anos 2000, com a adoção de estratégia geopolítica defensiva em relação aos objetivos dos Estados Unidos (seção 4). As relações mais complexas e mediadas pela questão energética com a Europa anos 2000 são o tema da seção seguinte (seção 5). A última seção trata brevemente das reações ocidentais a esta mudança de postura da Rússia e discute as perspectivas atuais (seção 6).

IV.1 Estrutura e estratégia: a posição da Rússia na geopolítica do mundo assimétrico pós-Guerra Fria

Para entender a situação com que se defronta a Rússia hoje é necessário compreender as linhas gerais da estratégia geopolítica americana depois do fim da Guerra Fria. E esta estratégia parte de uma situação concreta estrutural específica. Esta

¹⁴²A Otan é uma aliança militar totalmente liderada pelos Estados Unidos, que conta com 28 estados-membros, essencialmente europeus. Suas decisões são historicamente subordinadas diretamente aos Estados Unidos. A questão das relações entre os Estados Unidos e a UE é mais complexa, na medida em que a esta última não dispõe de política externa única. Seus estados-membros preservam individualmente grande autonomia diplomática e podem adotar posições divergentes, como no caso da Guerra do Iraque, em 2003. Mas as orientações gerais da política externa da UE coincidem bastante com as decisões dos Estados Unidos, sendo que 21 países desse bloco econômico e político são, também, membros da Otan.

situação é a de imensa assimetria entre os poderes militar e tecnológico (militar e civil) (Medeiros, 2004; Ruttan, 2006) dos Estados Unidos em relação a todos os demais países do mundo. Esta superioridade militar e tecnológica foi a base sobre a qual se sustentou a construção da liderança monetária dos Estados Unidos no padrão dólar flexível, no qual a moeda nacional americana é aceita como pagamento de todas as obrigações comerciais e financeiras externas desse país (Serrano, 2004; 2008). E foi a partir da liderança americana em termos do sistema monetário internacional que se constituiu e consolidou a posição de liderança dos Estados Unidos no sistema financeiro internacional. De modo concreto, isto significa, por exemplo, que a liberalização financeira externa em geral enfraquece a capacidade de executar políticas econômicas autônomas em *n menos um* países, mas não nos Estados Unidos.

Nessa situação inusitada de forte assimetria de poder tanto militar quanto econômico entre os Estados Unidos e o resto do mundo, com o fim da Guerra Fria e o colapso da URSS, a estratégia geopolítica americana desde 1991 está explicitamente calcada em dois aspectos considerados prioritários.

Em primeiro lugar, na ausência de uma potência rival em âmbito global, a prioridade da estratégia do Estado americano mudou para o enfraquecimento do poder dos países que aspiram ser potências regionais, especialmente – mas não apenas – aqueles que dispõem de armas nucleares (Fiori, 2004). O outro objetivo central da estratégia geopolítica americana é a tentativa de manter o controle do acesso às principais reservas mundiais de recursos energéticos. Este ponto, embora evidente nos atos concretos do Estado americano, tem sido pouco compreendido. Pois o ponto central não é primordialmente a garantia das rotas do abastecimento energético dos Estados Unidos, mas, sim, a manutenção da capacidade de vetar, se e quando necessário, o abastecimento dos outros países importantes, sejam estes “aliados” ou rivais.

Se o objetivo da estratégia fosse apenas a garantia do abastecimento americano, é difícil entender sua forte presença militar no Oriente Médio, por exemplo, pois, em princípio, os Estados Unidos poderiam abastecer-se plenamente com recursos energéticos oriundos apenas das Américas (Canadá, México, Venezuela etc.) e/ou África.¹⁴³ Dessa forma, os Estados Unidos praticamente não importam gás natural da

¹⁴³Neste capítulo, chama-se atenção apenas para os aspectos estratégicos e geopolíticos. Sobre as relações entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita no que diz respeito à regulação do preço

Rússia e/ou da Eurásia, o que tornaria difícil entender o interesse americano na região, se o objetivo fosse apenas a segurança energética da economia americana.

Essa estratégia geopolítica tem por objetivo manter a posição de liderança dos Estados Unidos no sistema mundial e, ao mesmo tempo, combina bem com os interesses econômicos gerais do complexo industrial-militar (Hosseini-Zadeh, 2007) e do setor financeiro, que são os que têm maior influência nas decisões do Estado americano, e explica em boa parte o militarismo e a agressividade da sua diplomacia.

No entanto, nem o Estado nem o capitalismo americano são monolíticos. Existe um elemento que, se não elimina esta orientação geral, tende a moderá-la substancialmente, que é a presença de fortes complementaridades entre os interesses nacionais de alguns outros países e os interesses econômicos específicos de empresas produtivas ou financeiras americanas.¹⁴⁴ Esta contradição em relação a objetivos econômicos específicos aparece da mesma forma nos países aliados ou alinhados a esta estratégia geral dos Estados Unidos.¹⁴⁵

Apesar das qualificações acima, é importante notar que essa estratégia geopolítica geral opera tanto em termos militares e diplomáticos como está presente de forma tácita como viés pró-alinhamento automático com os Estados Unidos em diversos organismos ditos multilaterais (o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial e também a Otan e a UE) e, de forma menos óbvia, na orientação editorial das empresas globais de mídia e de parte das organizações não governamentais (ONGs).

Somente nesse quadro de referência é que se pode tentar entender a geopolítica da nova Federação Russa. Mesmo abrindo mão do sistema econômico e social socialista e de suas aspirações militares e estratégicas globais, a Rússia herda inevitavelmente o *status* de potência regional com forte capacidade nuclear. Ao mesmo tempo, na Rússia e em algumas das antigas repúblicas soviéticas, encontram-se grandes reservas de petróleo e as maiores reservas de gás natural do mundo, além de a Rússia ser importante

internacional do petróleo e sua importância para a rentabilidade da importante indústria petrolífera dos Estados Unidos, ver Serrano (2004).

¹⁴⁴O economista Mikhail Kalecki dizia “os capitalistas fazem muitas coisas enquanto classe, mas não investem enquanto classe”.

¹⁴⁵Para uma visão diferente, que não considera essas contradições entre interesses econômicos específicos e interesses políticos e econômicos gerais como fatores atenuantes, mas, sim, como parte de lógica própria do conflito interestatal. Ver Fiori (2007a; 2008).

supridor de energia de diversos países importantes da Europa. Ademais, a Federação Russa tem muito pouco intercâmbio comercial com os Estados Unidos e relativamente pouco investimento direto americano em seu território; até mesmo em termos financeiros, sempre esteve mais conectada e integrada à Europa que aos Estados Unidos.

Assim, as importações russas dos Estados Unidos só representavam 2,8 % (US\$ 5 bilhões) do total em 2010; enquanto as exportações russas para os Estados Unidos correspondiam a 6% (US\$ 18 bilhões) do total (European Commission, 2011).

Nesse contexto, o que surpreende não são os conflitos mais recentes com os Estados Unidos, e sim como pode ter durado tanto tempo na Rússia a ideia de que seria viável uma postura de colaboração pró-ocidental em vez de uma atitude defensiva frente à estratégia americana geral na região.¹⁴⁶

No caso da Europa, existe ambiguidade entre a posição dura contra a Rússia dos organismos institucionais coletivos como a Otan e a UE e as relativamente boas relações bilaterais de alguns países europeus considerados individualmente com a Federação Russa. Esta ambiguidade talvez pareça menos estranha se se levar em conta dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, está o fato de que estes organismos coletivos, no que diz respeito a questões geopolíticas, são completamente alinhados com a estratégia geopolítica geral americana descrita acima, uma vez que a Europa não tem política externa estratégica e geopolítica realmente autônoma e independente da americana.¹⁴⁷ Em segundo lugar, e ao mesmo tempo, os países individuais europeus que têm relações menos conflituosas com a Rússia, em geral, são exatamente aqueles cujas empresas têm mais relações econômicas com este país, de comércio externo, investimento direto e financeiras, especialmente – mas não apenas – na área energética.

¹⁴⁶Note que a China tem muito mais interesses econômicos complementares com empresas americanas e é, sob diversos aspectos estratégicos e geopolíticos, muito mais vulnerável que a Rússia, particularmente em termos de segurança energética e potenciais tecnológicos militar e nuclear. As pressões da diplomacia americana contra a China nos últimos vinte anos têm sido bem menos fortes e agressivas que as contra a Rússia, mas, mesmo assim, o governo chinês evidentemente jamais cogitou postura de “cooperação” com os Estados Unidos nas linhas de Mikhail Gorbachev ou Boris Ieltsin e sempre impôs limites às tentativas de enfraquecimento do Estado chinês.

¹⁴⁷Vale lembrar que, vinte anos depois do fim da Guerra Fria, não apenas a Otan se expandiu, apesar do fim do Pacto de Varsóvia e da URSS, mas também que existem tropas e/ou bases americanas na Alemanha, na Itália, na Inglaterra, na Espanha, entre outros países. Até a França, que tinha abandonado a estrutura militar da Otan em 1966, reintegrou o comando militar desta organização em 2009, durante a presidência de Nicolas Sarkozy.

IV.2 Enfraquecimento do poder russo e a “cooperação” unilateral com o Ocidente na era Ieltsin (1991-1999)

Os anos 1990 foram marcados na Rússia por grande enfraquecimento do ponto de vista geopolítico, que refletiu externamente a perda de poder do Estado russo. Zbigniew Brzezinski, que foi assessor de segurança nacional do presidente americano Jimmy Carter, chegou a usar a expressão “buraco negro” para designar o espaço da ex-União Soviética. Ele escreve:

“A desintegração no final de 1991 do maior Estado mundial do ponto de vista territorial criou um “buraco negro” bem no centro da Eurásia. Era como se o *heartland* dos geopolíticos tivesse sido de repente varrido do mapa global” (Brezinski, 1997, p. 87).

Ele acrescenta:

“A Rússia, até recentemente o país criador de um gigante império territorial e o líder de um bloco ideológico de Estados-satélites entendido do coração da Europa até um certo ponto no Sul do Mar da China, tornou-se um Estado nacional agitado, sem acesso geográfico fácil para o mundo afora e potencialmente vulnerável a conflitos enfraquecedores no seus flancos ocidentais, meridionais e orientais. Somente os espaços inóspitos e inacessíveis do Norte, quase permanentemente gelados, parecem geopoliticamente seguros” (*op. cit.*, p. 96).

Aproveitando essa nova situação russa, os Estados Unidos perseguiram, ao longo dos anos 1990, política de enfraquecimento sistemático da Rússia. Esse país foi ajudado pela atitude pró-ocidental de Boris Ieltsin, que, até seu abandono do poder em 1999, defendeu a ideia de “integração virtuosa” da Rússia no mundo ocidental.

IV.2.1 O mito da “integração virtuosa” da Rússia no sistema internacional

A presidência de Boris Ieltsin foi marcada por uma surpreendente “ingenuidade” da alta cúpula russa, que dizia acreditar nas boas intenções dos dirigentes americanos e europeus. Esta “ingenuidade” foi firmemente mantida pelos dirigentes russos pelo menos até 1996, a despeito de seus resultados catastróficos em termos geopolíticos para a Rússia. O presidente Boris Ieltsin não cansava de repetir que a Rússia e os Estados Unidos tinham muitos interesses em comum. No seu discurso de 31 de janeiro de 1992, no Conselho de Segurança da ONU, Boris Ieltsin declarava que a Rússia

“considera os Estados Unidos e os outros países ocidentais não somente como parceiros, mas também como aliados. Moscou compartilha os principais valores ocidentais, que são a primazia dos direitos humanos, da liberdade, do estado de direito e da alta moralidade” (Fawn, 2003, p. 13).

Como será mostrado adiante, os protestos diplomáticos da Rússia contra os projetos de expansão da Otan em relação a países da esfera de influência da ex-URSS, quebrando promesas anteriores de que isto não ocorreria, não surtiram nenhum efeito. Curiosamente, isto não impediu os dirigentes russos de continuarem manifestando grande entusiasmo em relação à construção de relações fortes com o Ocidente até 1996. E, a rigor, mantiveram esta política de “cooperação” unilateral e sem contrapartidas com os Estados Unidos e a Europa até 1999.

A chegada de Yevgueny Primakov ao cargo de ministro das Relações Exteriores, em 1996, de fato marcou uma pequena inflexão na política externa que, contudo, não se traduziu em mudança na situação geopolítica difícil da Rússia. Assim, Primakov tentou impor transformação na relação diplomática do seu país com os Estados Unidos, passando de apoio incondicional a uma afirmação maior dos interesses nacionais russos. Primakov defendia a ideia de retomada da influência na área da ex-URSS e tentou uma aproximação com a China e a Índia para contrabalançar a influência internacional dos Estados Unidos.

No entanto, essas tentativas foram muito tímidas e Primakov não conseguiu frear as ambições expansionistas dos Estados Unidos e dos seus aliados europeus. Apesar de sua oposição ao avanço da Otan na Europa Central e do Leste, Primakov acabou assinando em Paris, em 27 de maio de 1997, o Ato Fundador sobre as Relações, a Colaboração e a Segurança Mútua entre a Rússia e a Otan. Este documento estabelecia que “a Otan e a Rússia não se consideram mais adversários” e se comprometiam a “construir juntos uma paz duradoura e exclusiva na região euro-atlântica” por meio de “uma parceria forte e duradoura” (Roubinski, 1997). Assinando este ato, a Rússia de Ieltsin admitia a entrada na Otan de países da antiga esfera de influência soviética, como a Polônia, a Hungria e a República Tcheca. Ieltsin tentou minimizar as consequências desta decisão exprimindo no próprio discurso da cerimônia de assinatura do Ato Fundador seu desejo de um compromisso formal da Otan para que armas nucleares não fossem implantadas nos seus novos Estados-membros das Europa Central e Oriental. Este desejo russo não foi respeitado pelos Estados Unidos e pela Otan, que iniciaram

um plano para implementar um escudo antimíssil nesta ex-zona de controle soviético (Lo, 2002, p. 105). O Ato Fundador foi corretamente interpretado na época como mais um sucesso dos Estados Unidos e da Otan na sua estratégia de enfraquecimento da Rússia (Bayou, 2002; Marchand, 2008).

IV.2.2 O colapso econômico russo dos anos 1990: a participação dos Estados Unidos e da Europa

No campo da economia, Boris Ieltsin introduziu depois de 1991 a chamada “terapia de choque” para estabelecer rapidamente uma plena economia capitalista no país. Esta estratégia foi elaborada em conjunto com assessores econômicos estrangeiros que eram diretamente pagos pelo governo dos Estados Unidos. Tal “terapia de choque” não foi bem-sucedida, sendo que o produto interno bruto (PIB) da Rússia teve queda pela metade entre 1991 e 1998. Mas o que interessa enfatizar neste estudo é que os dirigentes russos esperavam obter, em troca de sua colaboração no estabelecimento acelerado de uma economia de mercado em seu país, vultosas ajudas externas americana e europeia que lhes permitiriam atenuar os efeitos sociais e econômicos da transição. No caso americano, esta ajuda nunca veio; no caso europeu e de organismos internacionais como o FMI, foi extremamente limitada. Em primeiro lugar, como condicionalidade para obter novos créditos, a Rússia foi forçada a assumir a dívida externa acumulada de todas as outras antigas repúblicas soviéticas. Além disso, o montante de novos empréstimos e a ajuda externa foram tão limitados em relação ao serviço da dívida externa que, na década de 1990 como um todo, a Rússia pagou em termos líquidos mais dólares do que recebeu a estes credores oficiais (Treisman, 2011).

A política de abertura total e descontrolada da conta de capital fez com que setores estratégicos da economia russa fossem controlados direta ou indiretamente por empresas estrangeiras, principalmente europeias. Além disso, a abertura permitiu grande fuga de capitais que, a despeito da Rússia não ter apresentado déficit comercial em nenhum ano entre 1991 e 1998, desencadeou uma grande crise de dívida externa em 1998, quando o país teve de suspender os pagamentos. Estas dificuldades de financiamento externo, em conjunto com a forte perda de arrecadação fiscal por conta da recessão e da desorganização geral da economia ao longo do processo de transição e

privatizações, ajudaram a enfraquecer o Estado e sua capacidade institucional. Esta estratégia de transição desestruturou a economia e desorganizou o aparelho do Estado, o que se refletiu de diversas formas na posição de poder externo da Rússia (Medeiros, 2008).

IV.2.3 O enfraquecimento militar

Com o fim da URSS e a repartição dos equipamentos e armas do Exército Vermelho entre os novos Estados soberanos, a capacidade militar da Rússia já diminuiria mecanicamente em relação ao período soviético. Mas muito mais importante que isto foram os grandes cortes no orçamento militar. Assim, o exército russo passou de 3 milhões de homens, em 1991, no momento da criação da Federação Russa, a 1,5 milhão, em 1996 (Dauce, 2001).

A capacidade militar em termos de equipamentos foi, também, bastante atingida no período Boris Ieltsin, principalmente se for comparada com a época soviética. O número de tanques de guerra estacionados no Extremo Oriente teve queda, por exemplo, de 14,9 mil, em 1987, para 3,9 mil, em 1999. Naquele período, o número de aviões de combate baseados nesta região passou de 2,19 mil para 0,345 mil (Marchand, 2007, p. 9).

Dessa forma, os recursos para a modernização e a compra de novos equipamentos militares foram cancelados em 1992. Na época, esta decisão foi justificada por Boris Ieltsin pela necessidade de focar os gastos na economia civil que estava enfrentando grandes dificuldades. Além disso, ele considerava que a Rússia não precisava manter forças armadas tão poderosas no mundo *a priori* “pacífico” depois do fim da Guerra Fria.

Apesar desse quadro global negativo na questão militar, a Rússia conseguiu algumas conquistas. Primeiro, a de conseguir ser a única potência nuclear do espaço da ex-URSS. Todo o arsenal nuclear e estratégico da ex-URSS acabou sendo, então, controlado pela Rússia, que contou com o apoio dos Estados Unidos, preocupados com a possível proliferação de armas nucleares nas outras antigas repúblicas soviéticas. Dessa forma, o país conseguiu pelo menos conservar seu *status* de potência nuclear e, *a priori*, sua capacidade de dissuasão. Vale observar que o governo de Boris Ieltsin

concentrou seus esforços orçamentários para o Exército na preservação parcial da capacidade da força nuclear russa (Eckert, 2004, p. 12).

Além disso, a Rússia conseguiu preservar, graças a Yevgueny Primakov, o uso da base naval de Sebastopol, localizada em território ucraniano, e essencial para o acesso da frota russa ao Mediterrâneo. Um acordo foi assinado com a Ucrânia em 1997, permitindo à Rússia usar por mais vinte anos suas instalações do Mar Negro. Este tratado foi o resultado de duras negociações, sendo que a Rússia contestava a soberania ucraniana sobre Sebastopol e parte da Criméia. Conservar o controle de Sebastopol foi um sucesso da diplomacia russa, uma vez que a Ucrânia foi objeto de fortes pressões ocidentais para não aceitar o acordo com a Rússia (Lemonier, 2010).

IV.2.4 A estratégia de cerco norte-americana

A Rússia de Ieltsin submeteu-se a quase todas as exigências formuladas pelos Estados Unidos e por seus aliados. Assim, com o fim do Pacto de Varsóvia, a Rússia chamou de volta suas tropas espalhadas nas Europas Central e do Leste. O abandono pela Rússia desta tradicional zona de influência foi imediatamente seguido de manobras americanas para integrar estes países na Otan. Assim, a Polônia, a Hungria e a República Tcheca entraram nesta organização em 1999.

Mapa IV.1: O avanço da Otan nas Europas Central e do Leste



Fonte: Strategic Forecasting Inc. (STRATFOR).

Dessa forma, o acordo Báltico-Estados Unidos, assinado em 1998, ensejou a entrada da Letônia, da Estônia e da Lituânia na Otan e na UE, sem que os próprios países europeus ou a Rússia tenham sido consultados. Era uma forma para os Estados Unidos de apertar o cerco em torno da Rússia e de impedir os russos de continuar a usar os terminais petrolíferos da ex-URSS presentes nos Países Bálticos. Os Estados Unidos obrigavam, assim, a Rússia a desenvolver suas instalações, sendo que esta não podia continuar exportando um produto tão estratégico quanto o petróleo via portos de países ligados à Otan (Cohen, 2005).

A expansão da União Europeia, programada e apoiada pelos Estados Unidos desde o início dos anos 1990, era mais uma estratégia para cercar a Rússia. Esta estratégia planejada de integração dos países da ex-União Soviética na Otan e na UE foi defendida por Brzezinski, que escrevia, já em 1997:

“Os processos de expansão da Europa e ampliação do sistema de segurança transatlântico devem provavelmente avançar por etapas deliberadas. Supondo um compromisso forte dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, uma agenda teórica, mas cautelosamente realista, poderia ser a seguinte:

1. Em 1999, os primeiros membros da Europa Central terão sido admitidos na Otan, mesmo se sua entrada na União Europeia não acontecer antes de 2002 ou 2003.
2. Durante esse período, a UE deve começar as negociações de adesão com as repúblicas bálticas. De forma concomitante, a Otan começará a avançar sobre a questão da integração destes países e da Romênia, que poderia ser efetiva em 2005. Em algum momento deste processo, os outros Estados balcânicos devem ser elegíveis.
3. A integração dos Países Bálticos pode levar a Suécia e a Finlândia a considerar sua candidatura à Otan.
4. Em algum momento entre 2005 e 2010, a Ucrânia, especialmente se, no intervalo, o país tiver feito progressos significativos nas suas reformas internas e conseguir assumir de forma mais clara sua identidade centro-europeia, deveria estar pronta para iniciar negociações sérias com a UE e a Otan” (Brzezinski, 1997, p.84).

Dessa forma, os países europeus viam nessa política uma maneira de conter qualquer veleidade de retomar a política de potência dos tempos soviéticos. O avanço da UE, com a Otan, significava maior segurança para os principais países da Europa Ocidental. Criava uma “zona tampão” controlada pelos países europeus, auxiliados pelos Estados Unidos e pela organização. A assinatura pela Rússia do Ato Fundador sobre as Relações, a Cooperação e a Segurança Mútuas com a Otan, em maio de 1997, foi, como se viu, uma oficialização da fraqueza russa e da incapacidade do país de frear o avanço da aliança atlântica.

O bombardeio da Sérvia, país historicamente ligado aos russos, pelas tropas da Otan em 1999, sem consulta ao Conselho de Segurança da ONU, apareceu, então, como a última etapa de processo de exclusão da Rússia das grandes decisões mundiais, até mesmo no continente europeu. Os protestos russos contra a intervenção da Otan no Kosovo e o bombardeio da Sérvia não adiantaram nada, e a diplomacia russa atingiu, na época, o ápice de sua decadência (Rucker, 2003).

Lacoste escreveu assim:

“Em 1999, é somente de forma verbal que a Rússia pôde exprimir sua oposição à intervenção da Otan no Kosovo contra a Sérvia. A Rússia tinha quase se tornado um objeto de piada para a opinião internacional, fato agravado pela intemperança quase pública de seu presidente” (Lacoste, 2002, p. 2).

A diplomacia russa, nos anos 1990, foi, então, incapaz de atingir seus dois supostos objetivos prioritários, que eram a constituição de espaço de segurança na área da ex-URSS e o impedimento de qualquer expansão da Otan.

IV.2.5 Os tratados internacionais de desarmamento no período Boris Ieltsin

O tratado Conversações para a Redução de Armamentos Estratégicos (START I – em inglês, Strategic Arms Reduction Talks) foi assinado pelos Estados Unidos e pela URSS em 31 de julho de 1991 – ou seja, somente alguns meses antes do fim da própria União Soviética. Previa redução de 10 mil para 6 mil no número de armas nucleares estratégicas implantadas pelos Estados Unidos e pela Rússia até 2001. O START I começou a vigorar em 1994, com as obrigações neste contidas sendo retomadas pelos Estados sucessores (Eckert, 2004, p.31).

A Rússia e os Estados Unidos negociaram um novo acordo de desarmamento em 1992 e acabaram assinando em 1993 o Segundo Tratado de Redução das Armas Estratégicas (START II, em inglês), que aprofundava os objetivos de START I. Assim, os dois países deveriam reduzir para 3 mil o número de armas estratégicas que possuíam até 2003. Um protocolo assinado pelos presidentes Bill Clinton e Boris Ieltsin em 1997 previa que os objetivos do START II seriam finalmente atingidos em 2007. Este tratado foi ratificado pelo Congresso dos Estados Unidos em 1996, mas foi muito mal recebido na Rússia, na qual só foi ratificado em 2000 pelo Parlamento, já durante a presidência de Putin (Documentation Française, 2011).

IV.2.6 A política de enfraquecimento da posição russa na área energética

Na área energética, também, os Estados Unidos e a Europa promoveram uma série de iniciativas para enfraquecer a posição da Rússia e limitar a crescente dependência da Europa Ocidental em relação ao gás russo. Além disso, o Ocidente pretendia evitar que a Rússia obtivesse o monopólio da comercialização dos recursos energéticos da Ásia Central.

O esfacelamento da URSS deu lugar a quinze Estados independentes – ou seja, à proliferação do número de países pelos quais transitam os oleodutos e os gasodutos transportando a produção russa. Assim, só na parte europeia da ex-URSS, surgiram seis novos Estados (Ucrânia, Belarus, Moldávia e Países Bálticos), além da Rússia. Este novo cenário complicou bastante a situação desse país, que tinha doravante que negociar com um grande número de países, os quais, como se viu, foram alvos de tentativas de aproximação em geral bem-sucedidas pelos Estados Unidos e pela Europa.

Os Estados Unidos e seus aliados europeus conseguiram, assim, desenvolver nos anos 1990 novas rotas que transportassem o gás e o petróleo das antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central sem passar pelo território russo. Os projetos Baku-Tblissi-Erzurum (BTE – em inglês, South Caucasus Pipeline) e Baku-Tblissi-Ceyhan (BTC) inseriram-se nesta estratégia. O BTE permitiu trazer para os mercados ocidentais o petróleo do Azerbaijão, sem passar pela Rússia. O BTC, também chamado South Caucasus Pipeline, transporta o gás do Azerbaijão para a Turquia.

Era a concretização de uma estratégia descrita por Brzezinski no seu livro *The grand chessboard*. Falando da Ásia Central, ele escreve:

“O principal interesse dos Estados é garantir que nenhum poder único consiga controlar esse espaço geopolítico e que a comunidade global tenha acesso econômico e financeiro irrestrito a essa área. O pluralismo geopolítico tornar-se-á realidade duradoura somente quando uma rede de dutos e estradas de transporte ligar a região diretamente aos maiores centros da atividade econômica global através dos mares Mediterrâneo e Árabe ou por via terrestre. Assim, os esforços russos para monopolizar o acesso a essa área precisam ser combatidos por serem contrários à estabilidade regional” (Brzezinski, 1997, p. 148-149).

A degradação da situação geopolítica da Rússia nos anos 1990 e o papel que os Estados Unidos tiveram neste processo foram sintetizados por Fiori:

“Quando se olha a década de 1990, do ponto de vista desse projeto imperial [dos Estados Unidos] e do seu expansionismo militar, muito antes dos ataques terroristas, compreende-se melhor a rapidez e as intenções geopolíticas da ocupação americana dos territórios fronteiriços da Rússia, que haviam estado sob influência soviética até 1991. O movimento de ocupação começou pelo Báltico, atravessou a Europa Central, a Ucrânia e a Bielorrússia, passou pela ‘pacificação’ dos Bálcãs e chegou até a Ásia Central e o Paquistão, ampliando as fronteiras da Otan, mesmo contra o voto dos europeus. Ao terminar a década, a distribuição geopolítica das novas bases militares norte-americanas não deixa dúvidas sobre a existência de um novo ‘cinturão sanitário’, separando a Alemanha da Rússia e a Rússia da China” (Fiori, 2007b, p. 88).

A chegada de Putin ao poder iria modificar radicalmente esse quadro geopolítico, até então muito desfavorável para a Rússia.

IV.3 A tentativa de reconstrução do poder da Rússia na era Putin (1999-)

A intervenção da Otan na Sérvia em 1999, apesar da forte oposição da Rússia, foi percebida pela população russa e por seus dirigentes como ameaça para a segurança do país (Eckert, 2004; Treisman, 2011). O bombardeio da Sérvia mostrou de forma nítida o quanto a estratégia de cerco organizada pelos Estados Unidos e seus aliados, mediante o avanço programado da Otan e da UE nas zonas antigamente controladas pela URSS, podia representar perigo para a soberania da Rússia. Assim, nas eleições legislativas de dezembro de 1999, a questão da segurança internacional do país tornou-se um dos principais temas de campanha. O partido do então primeiro-ministro Vladimir Putin venceu estas eleições prometendo mudança radical na inserção geopolítica da Rússia, que devia manter sua integridade territorial – ameaçada diretamente pelo terrorismo e pelo conflito na Chechênia –, recuperar a soberania nacional e voltar a ser uma potência minimamente respeitada em âmbito internacional, capaz de proteger seus interesses e de garantir certo controle sobre a antiga área soviética.

A chegada de Putin à Presidência interina da Rússia, em 31 de dezembro de 1999 – confirmada por sua eleição como presidente, em 26 de março de 2000 –, marcou, então, o início da recuperação geopolítica da Rússia, cuja posição tinha sido muito enfraquecida durante a década de 1990. A presidência de Dimitri Medvedev, iniciada em 2008, não representou nenhuma mudança em termos de posicionamento geopolítico da Rússia. Assim, Medvedev, mais que aliado fiel, é seguidor de Putin. Apesar dos recorrentes boatos sem fundamentos sobre eventuais divergências entre os dois, na prática os fatos concretos são que: *i*) Medvedev indicou Putin para primeiro-ministro assim que assumiu; *ii*) mais recentemente, ele sugeriu Putin como candidato à eleição para presidente em 2012; e *iii*) uma vez eleito, Putin então indicou Medvedev para ser seu primeiro-ministro.

Além disso, o mais importante é que Putin – ou Putin-Medvedev – representa(m) a ascensão ao poder de ampla e sólida coalizão de interesses econômicos e políticos que

se uniram quanto à necessidade de recompor as bases mínimas de operação de um Estado capitalista moderno que superasse a fase selvagem e predadora da “acumulação primitiva” na Federação Russa. A nova estratégia de afirmação geopolítica, segundo as explicações “psicologizantes” presentes em boa parte da literatura ocidental sobre o tema, seria o resultado de suposto “revanchismo” russo, alimentado pelas múltiplas humilhações enfrentadas pela Rússia durante os anos 1990. Neste tipo de análise,

“os russos agem por orgulho ferido. Impulsivos, emocionalmente instáveis e muitas vezes paranoicos, os russos atacam seus vizinhos em tentativa de cauterizar as feridas da história recente e de reacender a chama perdida de sua antiga grandeza” (Shleifer e Treisman, 2011, p. 123).

Mas, como será visto, a decisão da Rússia de restaurar seu poder regional é guiada por razões bem mais pragmáticas. A recuperação geopolítica da Rússia foi possível graças à “afirmação de um projeto nacionalista de recuperação do Estado russo” (Medeiros, 2011, p. 29) por parte de Putin. Aliás, ele foi muito claro no seu famoso discurso pronunciado na 43^a Conferência de Munique sobre a Política de Segurança, em 2 de outubro de 2007. Wallerstein observa assim que:

“Putin abriu as suas observações em Munique dizendo que iria evitar “delicadezas excessivas” e “dizer o que realmente penso sobre os problemas de segurança internacional”. Começou por uma apreciação e uma crítica à política externa dos EUA. Chamou de “perniciosa” a ideia de um mundo unipolar, não só para os outros, mas [também] para a “própria soberania”. O modelo unipolar era não só “inaceitável, mas também impossível no mundo de hoje”.

Falou do crescente desdenho pelos princípios básicos da lei internacional, e disse que “primeiro, e acima de tudo, os Estados Unidos ultrapassaram as suas fronteiras nacionais de todas as formas”. Disse que isto era “extremamente perigoso”. Insistiu que o uso da força só pode ser justificado se for “sancionado pela ONU”, e que não se pode “substituir a ONU pela Otan ou pela União Europeia”. Advertiu especificamente contra a “militarização do espaço exterior”. Lembrou a todos do discurso do então secretário-geral da Otan, Manfred Woerner, em 17 de maio de 1990, no qual este deu à Rússia “uma firme garantia de segurança” de que a Otan não colocaria um exército da Otan “fora do território da Alemanha”. Putin perguntou: “Onde estão estas garantias?”” (Wallerstein, 2007).

IV.3.1 A colaboração da Rússia com os Estados Unidos e seus aliados no início da presidência de Putin

No início de sua presidência até 2003, Putin pareceu sinalizar a manutenção da política de cooperação com os Estados Unidos e os outros países ocidentais que tinha aplicado Boris Ieltsin. Assim, a Rússia ofereceu sua colaboração aos Estados Unidos na luta contra o terrorismo depois dos atentados do 11 de Setembro de 2001. Os russos apoiaram a intervenção americana no Afeganistão e não se opuseram ao uso pelos norte-americanos e pelas tropas da coalizão de bases aéreas nas ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central. O chefe da diplomacia russa, no final de 2002, observou que a chegada das tropas da coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos no Afeganistão podia contribuir para atenuar as ameaças de desestabilização nas regiões meridionais do país. O então presidente americano George W. Bush chegou a referir-se à Rússia como um país aliado na luta contra o terrorismo islâmico (Council on Foreign Relations, 2006, p. 23).

A própria Rússia tinha, assim, interesse nessa iniciativa na medida em que, desde a desastrosa Primeira Guerra da Chechênia, em 1994, estava enfrentando um grande número de ataques terroristas por parte de grupos do Cáucaso do Norte. Em troca de seu apoio, a Rússia conseguiu que os movimentos independentistas chechenos fossem considerados terroristas, podendo realizar operações militares na Chechênia e no resto do Cáucaso russo sem enfrentar naquele momento protestos diplomáticos e tentativas internacionais de veto. A prioridade inicial do governo Putin foi a Segunda Guerra da Chechênia e o combate ao terrorismo.

Além disso, a Rússia aproximou-se diplomaticamente do Ocidente sobre questões como os programas nucleares norte-coreanos e iranianos em 2002, chegando a apoiar as iniciativas das potências ocidentais para negociar sua suspensão. Na área energética, também surgiram vários projetos de colaboração entre os dois países nessa época – por exemplo, a construção de oleoduto privado até Murmansk para facilitar a exportação de petróleo para os Estados Unidos (*op. cit.*, p. 24).

As relações com os Estados Unidos estavam tão boas nesse breve período que até a chegada de conselheiros militares americanos na Geórgia em 2002 não provocou grandes protestos da diplomacia russa. A Rússia tornou-se até “parceiro institucional privilegiado” da Otan em maio de 2002, com a perspectiva de “participar da organização da segurança coletiva na Europa” (Eckert, 2004, p. 19). Esse país conseguiu, também, integrar de forma definitiva o Grupo dos 7 (G7), que se tornou G8,

em junho de 2002, graças, segundo o comunicado oficial, “às suas notáveis transformações econômicas e democráticas” (*op. cit.*, p. 19).

Entretanto, a estratégia de cooptação praticada pelos Estados Unidos continuava sendo acompanhada por múltiplas tentativas de enfraquecimento da posição geopolítica russa. Putin foi, então, rapidamente forçado a afirmar sua vontade de defender exclusivamente os interesses nacionais da Rússia, que tinham sido ignorados durante os anos 1990. Esta restauração, mesmo parcial, da posição geopolítica russa supunha tomada de posições fortes frente aos Estados Unidos e à Europa em certas questões. É natural, portanto, que a *entente* americano-russa tenha durado pouco, porque “a Rússia e os Estados Unidos compartilham poucos interesses e ainda menos prioridades” (Shleifer e Treinsman, 2011, p. 125). Já em 2003, na chamada “cruzada contra o Eixo do Mal”, a Rússia abandonou sua solidariedade aos Estados Unidos, recusando-se a apoiar a intervenção americana no Iraque. Dessa forma, os dois países foram incapazes de levar muito adiante sua colaboração contra o terrorismo. A Rússia percebeu que o fato de ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em nada impedia, na prática, o unilateralismo americano no mundo pós-Guerra Fria. Até mesmo a manutenção do que na realidade se resumia a uma capacidade nuclear estratégica de retaliação, embora central como poder de dissuasão de última instância, não excluía a importância de recobrar a capacidade operacional de intervenção militar convencional e contrainsurgente das forças armadas da Rússia.

IV.3.2 A reafirmação geopolítica da Rússia no antigo espaço soviético: a definição de uma nova zona de segurança

A partir da chegada de Putin ao poder, a Rússia começou a opor-se vigorosamente às tentativas permanentes de enfraquecimento de sua posição geopolítica por parte dos Estados Unidos. Apesar desta oposição, ele não conseguiu impedir a entrada na UE e na Otan da Estônia, da Letônia, da Lituânia, da Polônia, da República Tcheca, da Eslováquia, da Hungria, da Romênia e da Bulgária, todos países que pertenciam à sua área de influência durante o período soviético. Os russos, como mostram as declarações públicas de seus dirigentes, acabaram sentindo-se vítimas de

um cerco cada vez mais apertado tanto diretamente, por parte da UE,¹⁴⁸ quanto indiretamente, por parte dos Estados Unidos, como líder da Otan.

Os dirigentes russos, na última década, decidiram concentrar seus esforços na reconquista de domínio geopolítico sobre a área da ex-URSS. Eles pretendem obter que seja respeitada a “linha vermelha”¹⁴⁹ que corresponde às antigas fronteiras da URSS, os Países Bálticos representando uma exceção a este princípio. Para evitar o risco de dispersão de recursos e prioridades, as últimas bases militares extra-regionais, remanescentes do período soviético foram fechadas.¹⁵⁰

Mas a maior preocupação dos russos em termos de segurança provém da atuação da Otan no ex-bloco soviético. Assim, a Rússia opôs-se vigorosamente em 2007 ao projeto de escudo antimíssil que os norte-americanos queriam instalar na Europa Central (Polônia e República Tcheca), por meio desta organização. Este escudo deveria supostamente proteger os membros europeus da Otan contra a ameaça iraniana. Os Estados Unidos continuam afirmando que o Irã estaria desenvolvendo um programa nuclear avançado, incluindo-se lançadores de mísseis de longo alcance, o que representaria risco global (Braun, 2009).

O presidente Putin não foi convencido por esses argumentos e afirmou que isso constituía uma verdadeira provocação, intolerável para a Rússia. Ele

“disse que a política americana na Europa, e especificamente as suas propostas sobre instalação de mísseis, é semelhante à da crise dos mísseis de Cuba. “Está a ser montada uma ameaça nas nossas fronteiras”. Tendo feito a analogia, disse que não havia agora uma crise semelhante, devido à mudança de relações da Rússia com a União Europeia e os Estados Unidos” (Wallerstein, 2007).

Putin declarou, em 2008, que instalaria no enclave de Kaliningrado, no meio do território polonês, uma série de estações móveis de mísseis. A chegada de Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos pareceu assinalar mudança na posição americana sobre esta questão. Em setembro de 2009, Obama anunciou que os Estados Unidos renunciavam parcialmente a seu projeto de escudo antimíssil na Europa,

¹⁴⁸ A UE não possuía fronteira com a Rússia até 1995. Atualmente, compartilha com a Rússia mais de 2,2 mil quilômetros de fronteira.

¹⁴⁹ A expressão ‘linha vermelha’ foi cunhada por Primakov em 1998 (Nation, 2010, p. 14).

¹⁵⁰ A base naval de Can Rahn, no Vietnã, e as instalações de radar de Lourdes, em Cuba, que eram as duas últimas bases militares ultramarinas russas, foram fechadas por decisão de Putin em 2002, apesar da forte oposição de setores do exército e da inteligência (Treisman, 2011).

abandonando a instalação de radares na República Checa e mísseis interceptadores na Polônia. O dispositivo seria, então, limitado à presença de mísseis interceptadores em navios militares patrulhando nas águas europeias. Mesmo assim, a Rússia conseguiu o apoio ativo da China a partir de 2010 para obrigar os norte-americanos a abandonarem totalmente seus planos, objetivo que até hoje não foi atingido.¹⁵¹

Dessa forma, a Rússia pressionou os países vizinhos da ex-URSS que tinham aceitado receber bases militares americanas no seu território para estes não renovarem as concessões destas bases.¹⁵²

IV.3.3 As “revoluções coloridas” e a influência ocidental

As chamadas “revoluções coloridas” são o nome dado coletivamente a uma série de movimentos que se desenvolveram em certos países do ex-espço soviético. O primeiro episódio significativo foi a Revolução das Rosas na Geórgia, em 2003, desencadeada pela eleição contestada de Edouard Chevardnazé, ex-ministro das Relações Exteriores de Mikhail Gorbachev e presidente do país após sua independência. As manifestações populares levaram à queda de Chevardnazé e à sua substituição por Mikheil Saakachvili. Na Ucrânia, a Revolução Laranja de 2004 levou à saída do presidente pró-Rússia recentemente eleito e já contestado, Viktor Yanukovytsch, substituído por Viktor Yushchenko. Este fenômeno aconteceu no Quirguizistão, em 2005.

Essas “revoluções coloridas” apresentam todas o mesmo padrão. Foram incentivadas pelos Estados Unidos que apoiaram até financeiramente os movimentos de oposição que tinham como objetivo derrubar governos julgados pró-russos. Os Estados Unidos vêem nestas revoluções uma forma de desestabilizar a influência russa nestes ex-países soviéticos, para poder facilitar sua integração na Otan no futuro.

Mas a Rússia está, também, usando instrumentos econômicos e culturais para lutar contra a influência ocidental no ex-espço soviético. Uma série de acordos

¹⁵¹No início de 2012, Obama anunciou que uma versão inicial do escudo utilizando radares instalados na Turquia e mísseis interceptadores embarcados a bordo de cruzadores antiaéreos do tipo Aegis patrulhando o Mar Mediterrâneo já estava se tornando operacional.

¹⁵²Foram os casos do Usbequistão, em 2005, e do Quirguistão, em 2009.

culturais foi assinada entre a Rússia e os outros integrantes da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) para subvencionar o ensino do russo no sistema educativo destes países. Uma união aduaneira foi, também, proposta pela Rússia a Belarus e Cazaquistão (Crane *et al.*, 2009, p. 88).

IV.3.4 As boas relações entre a Rússia e a China

Houve, “ao longo dos anos 1990, (...) um estreitamento das relações políticas e econômicas entre China e Rússia” (Leão, Martins e Nozaki, 2011, p. 214). Mas foi nos anos 2000 que a Rússia resolveu desenvolver parceria estratégica com a China. A Rússia considera que a China pode ajudá-la na sua resistência às ambições geopolíticas dos Estados Unidos tanto na Europa Oriental quanto no Cáucaso ou na Ásia Central. A Organização da Cooperação de Xangai (Shanghai Cooperation Organization – SCO) foi criada em 2001 para estabelecer aliança entre a Rússia e a China em termos militares e de combate ao terrorismo, ao fundamentalismo religioso e ao separatismo na região da Ásia.¹⁵³ Como observa Fiori (2008, p.51), a SCO é “uma organização de cooperação política e militar que se propõe explicitamente a ser um contrapeso aos EUA e às forças militares da Otan”. Putin resolveu as últimas disputas territoriais com a China em 2004, tornando segura sua fronteira oriental. Já se mencionou neste texto que a China se opôs vigorosamente ao escudo antimíssil da Otan, ao lado da Rússia. Além disso, a Rússia e a China compartilham visões parecidas sobre questões como o terrorismo, a soberania nacional, o tratamento reservado aos separatistas¹⁵⁴ ou a situação da Coreia do Norte. Os dois países defendem, em geral, posições convergentes na ONU e nos demais fóruns internacionais, como o G20.

A parceria entre a China e a Rússia existe, também, no setor do armamento. “Ao longo dos anos 1990, as vendas de armas para a China foram essenciais para a sobrevivência do complexo militar-industrial russo” (Lo, 2008, p.80). A Rússia continuou sendo o maior fornecedor de armas modernas da China nos anos 2000 e houve, mais recentemente, transferência de tecnologia militar russa para a produção de novas armas chinesas (Leão, Martins e Nozaki, 2011, p. 220).

¹⁵³A SCO integra também como membros permanentes Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Usbequistão e conta com Mongólia, Índia, Irã e Paquistão como países observadores.

¹⁵⁴A Rússia apoia a China na questão do Tibete, enquanto os chineses não se juntam às críticas ocidentais sobre o tratamento reservado à Chechênia.

No que diz respeito à questão energética, as relações entre a China e a Rússia são mais ambíguas. A China é grande importadora de hidrocarbonetos russos. Mas, ao mesmo tempo, preocupa-se com sua segurança energética e não quer depender da Rússia para seu abastecimento em gás e petróleo. A China não quer ser “refém” dos dutos majoritariamente controlados pela Rússia na Ásia Central. Assim, está assinando contratos com países do Oriente Médio, da África e da América Latina para garantir fontes variadas de abastecimento em petróleo nos próximos anos. A China está, também, tentando disputar a hegemonia da Rússia sobre os dutos da Ásia Central. Os chineses já conseguiram construir dutos para abastecerem-se diretamente de gás e petróleo na região.¹⁵⁵ Mas, como será mostrado mais pela frente, a posição da Rússia na Ásia Central é forte. Além disso, os chineses permanecem grandes clientes de hidrocarbonetos russos. Enfim, a parceria estratégica entre China e Rússia é tão fundamental para os dois países que as tensões acerca da questão energética – ou de outras divergências de interesses, naturais entre duas potências, por mais importantes que sejam – não foram capazes de ameaçar a colaboração entre os dois países no que diz respeito à tentativa de limitar o poder dos Estados Unidos.

IV.3.5 A reconstituição parcial do potencial militar

Os dirigentes russos, na década de 2000, voltaram a dar prioridade à questão das forças armadas, visando reverter a acelerada decadência do potencial militar do país durante os anos 1990. O objetivo desta reconstituição parcial do poder militar russo foi dar base material mais forte à estratégia de afirmação diplomática e geopolítica da Rússia frente às tentativas permanentes de enfraquecimento do país por parte dos Estados Unidos e de seus aliados europeus. Putin, em discurso pronunciado em 10 de maio de 2006, definiu muito claramente a nova posição da Rússia:

“Devemos estar prontos para contrariar qualquer tentativa de pressionar a Rússia quando posições são reforçadas às nossas custas. (...) Quanto mais forte for nosso exército, menos tentativas haverá para exercer pressões sobre nós” (Marchand, 2007, p. 9).

¹⁵⁵ O gasoduto Ásia Central-China, inaugurado em 2009, transporta o gás do Turcomenistão para o território chinês. Atravessa também o Usbequistão e o Cazaquistão.

A proteção e o desenvolvimento do complexo militar-industrial, no centro da estratégia de potência da URSS, voltaram a ser elementos prioritários na política russa de desafio às pretensões norte-americanas. Como indica Medeiros (2011, p. 31), “os principais esforços russos de modernização tecnológica têm sido catalisados para as indústrias relacionadas com o complexo industrial-militar por meio das *holdings* estatais”.

Em 2000, pela primeira vez desde 1992, a Federação Russa aumentou seu orçamento de defesa. Em 2003, foram entregues à Força Aérea russa os primeiros caças novos desde 1992, assim como helicópteros de ataque em 2004. Em 2006, começou o fornecimento à Força Aérea do Sukhoi 34, novo avião voltado ao ataque de longa distância. É interessante observar que o desenvolvimento de um avião como o Sukhoi 34 mostra que existe por parte dos russos a percepção de ameaça clara para suas fronteiras.

Em artigo publicado em fevereiro de 2012, Putin anunciou que a Rússia ia gastar €580 bilhões em armamento nos próximos dez anos para modernizar seu exército (Pflimlin, 2012).

Além disso, a Rússia é hoje grande fornecedora de armas para os países que querem manter sua independência em relação aos Estados Unidos, como a Índia.¹⁵⁶ Dessa forma, as nações que sofrem de embargo sobre armas por parte dos Estados Unidos – como a China,¹⁵⁷ a Venezuela¹⁵⁸ ou o Irã – fazem compras militares com a Rússia.¹⁵⁹

Finalmente, a Rússia continua sendo a grande potência nuclear mundial ao lado dos Estados Unidos. Os dois países ainda controlam cerca de 90% das armas nucleares mundiais e decidem o tamanho de seu arsenal nuclear respectivo por meio de tratados bilaterais de desarmamento.

¹⁵⁶A Rússia é o maior fornecedor de armas para a Índia desde 1959. Existem entre os dois países programas de transferência tecnológica para certos equipamentos militares (Crane *et al.*, 2009, p. 77).

¹⁵⁷A Rússia vendeu cerca de US\$ 22 bilhões em armas à China entre 1999 e 2008 (Leão, Martins e Nozaki, 2011, p. 220).

¹⁵⁸A Venezuela assinou com a Rússia uma série de acordos para o fornecimento total de US\$ 3 bilhões em armas em 2006. A Rússia oferece, também, assistência técnica ao exército venezuelano (Crane *et al.*, 2009, p.80).

¹⁵⁹A China e o Irã são, ambos, objeto de embargo sobre armas por parte da UE.

IV.3.6 Os tratados internacionais de desarmamento no período Putin/Medvedev

O início da presidência de Putin foi marcado pela ratificação do START II pelo Parlamento russo em 2000. Era uma forma dele mostrar seu compromisso com a questão do desarmamento e, também, de pressionar os Estados Unidos a não abandonar o Tratado sobre os Mísseis Antibalísticos (ABM, em inglês). O ABM, assinado pela URSS e pelos Estados Unidos em 1972, previa forte limitação dos dispositivos antimíssil de ambos os países. O problema é que os Estados Unidos estavam cada vez menos dispostos a respeitá-lo, querendo começar a desenvolver um verdadeiro escudo antimíssil para proteger seu território. Em 2001, o então presidente Bush anunciou oficialmente a saída unilateral dos Estados Unidos do ABM, que se tornou efetiva em 2002, o que provocou rejeição do START II por parte da Rússia. A questão da manutenção do ABM era importante para os russos porque a Rússia, ao contrário dos Estados Unidos, não tem mais os recursos financeiros e técnicos para desenvolver dispositivo antimíssil realmente eficiente e não tem o menor interesse em começar uma nova corrida armamentista de alta tecnologia contra os Estados Unidos. Nestas condições, se os Estados Unidos conseguissem criar um escudo antimíssil eficiente, isto criaria grande assimetria entre a capacidade bélica dos dois países. Os Estados Unidos seriam protegidos de qualquer ataque, enquanto a Rússia permaneceria vulnerável. O poder de dissuasão nuclear desse país não existiria mais em relação aos Estados Unidos.

Mas, apesar do abandono efetivo do ABM pelos americanos em 2002, a Rússia e os Estados Unidos iniciaram novas negociações de desarmamento nesse ano. O Tratado de Desarmamento Estratégico (SORT – em inglês, Strategic Offensive Reductions Treaty) foi assinado pelos dois países em 2002, tornando o START II caduco. O SORT previa redução de dois terços do estoque de armas nucleares até 2012. Este tratado estipulava, também, que o START I estaria em vigor até 2009 (Documentation Française, 2011).

Enfim, o Novo START (New START) foi assinado pelos presidentes Obama e Medvedev em abril de 2010, para substituir o START I, que expirou em 2009. Este

tratado prevê diminuição ainda maior do número de ogivas nucleares, que teria redução de 1,5 mil na Rússia e nos Estados Unidos nos próximos cinco anos.

Tabela IV.1: Os tratados americano-russos de redução estratégica de armas nucleares

| Tratado | Data de assinatura/ entrada em vigor | Limitação do estoque de ogivas nucleares | Limitação do número de <i>veículos estratégicos de transporte nuclear</i> ¹ | Data de expiração |
|---------------|---|--|--|----------------------|
| START I | 31/7/1991 5/12/1994 | 6.000 | 1.600 | 5/12/2009 |
| START II | 3/1/1993 ² | 3.000-3.500 | nenhuma | - |
| SORT | 24/5/2002 1/6/2003 | 1.700-2.200 | nenhuma | 31/12/2012 |
| Novo START | 8/4/2010 5/2/2011 | 1.500 | 800 | 6/02/2021 |

Fonte: Kile (2011, p. 380).

Nota: ¹Os *veículos estratégicos de transporte nuclear* são os mísseis balísticos intercontinentais, os submarinos lançadores de mísseis e os bombardeiros de longo alcance.

²O START II nunca entrou em vigor.

IV.3.7 A intervenção russa na Geórgia

A demonstração mais clara da reafirmação geopolítica russa em relação à Otan e a seus membros foi a guerra russo-georgiana em agosto de 2008, também conhecida como a Segunda Guerra da Ossétia do Sul. A tensão entre a Rússia e a Geórgia sobre a questão da Abcásia e da Ossétia do Sul existe desde o esfacelamento da URSS. O *status* destas duas províncias de maioria russófona é muito ambíguo. Estas foram integradas à Geórgia quando acabou a URSS, mas declararam unilateralmente sua independência em 1992. A Geórgia entrou imediatamente em conflito com as tropas separatistas da Abcásia e da Ossétia do Sul. Os frágeis acordos finalmente assinados entre a Geórgia e

os separatistas das duas províncias não resolveram a situação. A Geórgia, apoiada pelos Estados Unidos e pela UE, continuou reivindicando sua plena soberania sobre estes dois territórios e resolveu invadir a Ossétia do Sul em agosto de 2008.

O presidente georgiano Mikheil Saakashvili possivelmente pensava em aproveitar o fato de que seu país, aliado dos Estados Unidos e da UE, estava envolvido em processo de adesão tanto à Otan¹⁶⁰ quanto à UE, em prazo mais longo. Os dirigentes georgianos achavam que este novo *status* de seu país iria protegê-lo de uma intervenção da Rússia no conflito.¹⁶¹

Entretanto, isso não impediu a Rússia de declarar guerra à Georgia e de derrotar o exército georgiano em alguns dias, aniquilando boa parte de sua capacidade militar. Os Estados Unidos e os países europeus marcaram sua desaprovação em relação à intervenção russa, mas não se envolveram diretamente no conflito. O Ocidente, todavia, não reconheceu a independência da Abcásia e da Ossétia do Sul, ao contrário da Rússia.

A guerra russo-georgiana marcou sem dúvida o “ponto mais baixo das relações russo-americanas do pós-Guerra Fria” (Mankoff, 2009, p. 104). Correspondeu ao primeiro fracasso claro da estratégia de enfraquecimento da posição geopolítica da Rússia que os Estados Unidos tinham adotado depois do fim da Guerra Fria.

Outra grande lição da intervenção russa na Géorgia foi que o Cáucaso tinha voltado a ser zona de controle russo. A Segunda Guerra Russo-georgiana foi para a Rússia, principalmente, uma forma de conter o processo de expansão da Otan no Cáucaso. Radvanyi escreve assim:

“Em agosto de 2008, reconhecendo a independência da Abcázia e da Ossétia do Sul, onde instalam bases militares, os russos mandam ao mundo uma mensagem clara: o Cáucaso faz parte de seu ambiente estratégico e Moscou não tem a intenção de passá-lo ao controle ocidental” (Radvanyi, 2009, p. 73).

Essa análise é confirmada por discurso pronunciado pelo então presidente Medvedev em 2011, no qual ele afirma o seguinte:

¹⁶⁰Em abril de 2008, ou seja, poucos meses antes da guerra Russo-georgiana, a Otan aceitou na reunião de Bucareste e o princípio da adesão da Geórgia à organização.

¹⁶¹Nos anos imediatamente anteriores à invasão da Ossétia do Sul, em 2008, a Geórgia recebeu assessores militares e ajuda externa para comprar armas americanas, assim como importou com recursos próprios grande quantidade de armamento americano. Durante o conflito com a Rússia, tropas da Geórgia que estavam no Afeganistão apoiando as tropas americanas foram transportadas de volta às pressas em aviões da força aérea americana (Treisman, 2010).

“Se tivéssemos hesitado em 2008, haveria hoje outra situação geopolítica [no Cáucaso], e muitos países, que alguns tentavam levar artificialmente a entrar na Otan, já seriam membros desta aliança” (En Ossétie, 2011).

É importante sublinhar que o Cáucaso é um corredor essencial para o transporte do petróleo do Mar Cáspio, assim como do gás da Ásia Central. Os europeus enxergam na Geórgia um parceiro fundamental para sua estratégia de diversificação do abastecimento energético. Os Estados Unidos consideram que esse país é peça essencial no Cáucaso para lutar contra a hegemonia russa no transporte do gás para a Europa. O traçado de Nabucco, grande projeto de gasoduto promovido pelos Estados Unidos que se detalhará mais à frente, passa pelo território georgiano.

IV.3.8 A abertura do mercado interno russo: as críticas ocidentais ao “protecionismo” russo

A questão da falta de abertura de certos setores da economia russa às empresas europeias é outra fonte de tensões entre a UE, a Rússia e os Estados Unidos (Bordachev, 2010, p. 7). Os Estados Unidos e a UE pressionam a Rússia para abandonar o protecionismo que o país praticaria em setores como as indústrias automobilística, de máquinas e equipamentos e de bens de consumo ou a agricultura (Matelly, 2007). O demorado processo de adesão da Rússia à OMC, que começou em 1993¹⁶² e só foi concluído em dezembro de 2011, mostra a reticência de muitos países ocidentais em aceitar as práticas russas. O uso de argumentos por parte dos países ocidentais como as deficiências nas políticas fito-sanitárias foi, também, visto pelos dirigentes russos como tentativa de barrar a qualquer custo a entrada do país na OMC. Vale a pena lembrar, também, que a parte mais importante da pauta exportadora da Rússia é composta de gás, com suas especificidades, e de petróleo, que se negocia no mercado internacional; a adesão à OMC não constituía, para a Rússia, prioridade absoluta. Enfim, o então presidente Medvedev, logo após a assinatura do protocolo de adesão da Rússia à OMC, afirmou que isto não impediria seu país de continuar praticando políticas de preservação de setores estratégicos da economia, deixando clara a grande mudança de postura em relação à Rússia dos anos 1990. Medvedev declarou, em 20 de dezembro de 2011:

¹⁶²Naquela época, era o antigo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).

“Não haverá obstáculos à aplicação de programas atuais e futuros para o desenvolvimento e a modernização da agricultura na Rússia. [...] O nível da proteção alfandegária sobre produtos-chave permanecerá eficiente e, para alguns destes, poderá até haver aumento das taxas de importação” (Putin...,2011).

IV.4 A geopolítica da energia e as relações com a Europa nos anos 2000

IV.4.1 As difíceis relações da UE com a Rússia

A entrada de vários países do ex-bloco soviético na União Europeia sinalizou, para muitos observadores russos, que as relações com a UE, concebida como entidade institucional própria, iriam tornar-se mais tensas (Monaghan, 2005; Lacoste, 2002). De fato, estes novos membros, além de terem desenvolvido, por razões históricas, uma profunda hostilidade contra a Rússia, são aliados fiéis dos Estados Unidos. O antagonismo entre a Rússia e a UE já existia e se tornou, então, maior ainda.

As relações da União Europeia com a Rússia foram definidas por uma série de acordos e pela criação de vários programas. O Acordo de Parceria e de Cooperação (APC – em inglês, Partnership and Cooperation Agreement), adotado pelo Conselho Europeu de Corfu em 1994 e somente aplicado a partir de 1997, prevê o desenvolvimento do diálogo político entre a UE e a Rússia, assim como a criação de uma zona de livre-comércio no longo prazo. A União Europeia desenvolveu também a Estratégia Comum para a Rússia (ECR – em inglês, Common Strategy on Russia), acordo assinado pelos países membros em 1999. Seu objetivo é de “consolidar a democracia, o estado de direito e a integração da Rússia no espaço social e econômico comum da Europa” (Bayou, 2002, p. 6). Tanto o APC quanto a ECR são considerados por muitos analistas documentos vagos, muito imprecisos e às vezes contraditórios (Eckert, 2004; Marchand, 2008).

Assim, a política oficial da União Europeia em relação à Rússia é marcada por contradição fundamental. A UE pretende ajudar esse país a alinhar seu sistema político, econômico e social ao “padrão” da Europa Ocidental.

Essa atitude, adotada com os países candidatos à entrada na União Europeia, é problemática na medida em que a Rússia nunca manifestou seu interesse em aderir. Os

dirigentes russos, principalmente desde a chegada de Putin ao poder, consideram que seu país deveria ser tratado como qualquer outra potência exterior à UE, como a China ou a Índia, e consideram que esta política é uma forma de ingerência em assuntos estritamente soberanos. Além disso, a política de ampliação da União Europeia é analisada pela Rússia como ameaça para sua posição geopolítica.

Putin afirmou de forma muito clara que a Rússia não toleraria mais nenhuma expansão da União Europeia para o Leste depois da entrada da Romênia e da Bulgária em 2007. As manobras russas para conservar um controle de fato sobre a Ucrânia mostram que a Rússia não aceitará deixar esse país entrar na UE. O episódio da independência do Kosovo, reconhecida logo pela União Europeia, foi também visto muito negativamente pela Rússia. Os russos consideram que isto poderia ter consequências potencialmente desestabilizadoras no seu país, devido à existência no território da Rússia de vários pequenos movimentos étnicos regionais com aspirações separatistas. A UE é, então, percebida pela Rússia atual como concorrente perigoso no espaço pós-soviético.

O diálogo estabelecido entre a UE e os países do Cáucaso (Geórgia, Armênia e Azerbaijão) é visto de forma muito negativa pela Rússia, que enxerga estas discussões como mais uma tentativa dos Estados Unidos e dos seus aliados europeus de apertar o cerco em volta do território russo (IHEDN, 2009, p. 11).

A Rússia teme, também, a influência dos chamados “Estados antirrusos da União Europeia”.¹⁶³ Os observadores russos consideram que “nos corredores de Bruxelas, muitas pessoas da Europa Oriental tentam influenciar nos bastidores as decisões da Comissão Europeia” (Vlasova *apud* Marchand, 2008, p. 331). Esta preocupação parece confirmada pelo ministro do Exterior da Letônia, que declarava, em 2004, logo após a entrada de seu país na UE e na Otan, que sua missão era de impedir que a Rússia seja vista de forma positiva pelos outros Estados europeus e de tentar barrar os projetos de colaboração com os russos. Este ministro afirmava assim que é necessário “antes de tudo, falar da Rússia para nossos aliados europeus e fazê-los entender que a imagem que têm da Rússia não é realista, nem pragmática” (Bayou, 2005, p. 17).

¹⁶³Essa expressão, usada com frequência na Rússia, remete aos três Países Bálticos e à Polônia.

Outra fonte de conflitos entre a União Europeia e a Rússia é a questão do acesso ao *oblast*¹⁶⁴ de Kaliningrado,¹⁶⁵ cravado no território da Polônia e da Lituânia (mapa 2). Antes da entrada da Lituânia na UE, a passagem entre o enclave de Kaliningrado e o resto do território russo era livre. Mas a entrada da Lituânia na União Europeia em 2004 comprometeu esta situação, sendo que os Países Bálticos estavam entrando no espaço Schengen, que prevê regras muito restritivas para a circulação dos cidadãos extraeuropeus, grupo dos quais os russos fazem parte. Assim, as exigências da Rússia de obter um corredor de transporte e a isenção da necessidade de visto entre Kaliningrado e o resto do território russo não foram satisfeitas. Os cidadãos russos que desejam viajar entre a Rússia e o enclave precisam doravante obter um “documento facilitando o trânsito”. Mesmo Kaliningrado não sendo uma região economicamente muito próspera, esta nova situação irrita profundamente a Rússia (Dafflon, 2004). O tratamento da questão desta região está em contradição total com a Dimensão Setentrional (em inglês – Northern Dimension), programa da UE aprovado em 2000, que busca a cooperação transfronteira entre a Rússia e os países da Europa do Norte (Vitunic, 2003).

Mapa IV.2 Enclave de Kaliningrado

¹⁶⁴O *oblast* é uma unidade administrativa territorial russa que pode ser traduzida em português por região.

¹⁶⁵O *oblast* de Kaliningrado (antiga Königsberg, em alemão) tornou-se território soviético em 1945. A população alemã foi expulsa e substituída *majoritariamente* por russos. O enclave contava com 940 mil habitantes no Censo de 2010.



Vale observar que o antagonismo entre UE e Rússia não impede que os russos tenham boas relações diplomáticas e comerciais bilaterais com certos países da Europa Ocidental, como a Alemanha, a Itália ou a França, principalmente quando se trata da questão energética, que será analisada mais adiante. De igual modo, a Europa é o maior parceiro econômico da Rússia, com 44,8% de suas exportações (US\$ 136 bilhões) e 50,2% de suas importações (US\$ 88 bilhões), assim como 71% do investimento direto estrangeiro em 2010.

IV.4.2 As relações entre a Rússia e a Alemanha

A Alemanha é o principal parceiro comercial econômico da Rússia desde o fim da União Soviética. A Alemanha era responsável por mais de 9% do estoque de investimentos diretos estrangeiros na Rússia no final de 2011 (Federal State Statistic Service, 2012). Por sua vez, a Rússia fornece cerca de 30% das importações de petróleo da Alemanha (20% das exportações totais de petróleo russas) e de 40% de suas importações de gás (25% das exportações totais de gás russas). A segurança energética da Alemanha depende, então, parcialmente de sua relação com a Rússia. Por seu turno, esse país precisa do mercado energético alemão para exportar sua produção, principalmente no caso do gás. A interdependência econômica e energética entre os dois

países faz com que estes tenham desenvolvido relação muito mais profunda do que existe entre a Rússia e os outros países europeus (Adomeit, 2005).

Os dirigentes russos consideram que a Alemanha, apesar de sua aliança com os Estados Unidos, é menos oposta à sua ambição de controle geopolítico do ex-espaço soviético que a UE. Assim, a realização do gasoduto Nord Stream, que liga a Rússia e a Alemanha diretamente através do Mar Báltico, é a concretização destas boas relações. A Comissão Europeia observou de forma muito negativa a concretização do Nord Stream e está querendo impor aos Estados-membros a necessidade de pedir seu acordo antes que contratos de abastecimento energéticos sejam assinados com países terceiros. Mas a Alemanha já sinalizou que não vai aceitar que tal regra fosse formulada (Bezat, 2011).

IV.4.3 A afirmação russa na geopolítica da energia

O forte antagonismo entre norte-americanos e russos deu-se, também, na área energética, vital na nova política estratégica da Rússia. Desde que Putin chegou ao poder, o Estado russo voltou a controlar o setor energético e, em particular, o gasífero. Frente aos Estados Unidos e à Europa, este Estado segue, desde então, estratégia consistente de afirmação geopolítica por meio do gás e, em medida bem menor, do petróleo, que concentram boa parte dos investimentos do país. Além de ser o segundo maior exportador mundial de petróleo, a Rússia lidera as exportações de gás. Como escreve Schutte (2011), “a presença da Rússia no cenário mundial, de qualquer forma, continuará determinada por muito tempo pelo fato de ser o maior produtor e exportador de energia”.

Como nos tempos da Guerra Fria, os Estados Unidos estão tentando lutar contra essa geopolítica do gás estabelecida pela Rússia na Europa, no Cáucaso e na Ásia Central. Os Estados Unidos incentivam a criação de novos gasodutos, como o projeto Nabucco no “corredor caucasiano”, que não seriam controlados pelos russos. Os americanos apoiam esta tentativa e promovem *multi pipeline diplomacy* no intuito de diversificar as rotas de exportações para que estas não atravessem países cujos regimes são considerados hostis, como o Irã, ou pelo menos relutantes à sua influência, como a Rússia (Gomart, 2008). O Cáucaso e a Ásia Central contêm grandes reservas de gás, concentradas no Azerbaijão, no Usbequistão e no Turcomenistão. Por enquanto, não

existe gasoduto proveniente desta zona que possa abastecer o mercado europeu sem a mediação da Rússia. O Nabucco seria justamente encarregado de preencher esta lacuna. Este projeto prolongaria o BTE para criar um verdadeiro corredor caucasiano, capaz de fornecer à Europa gás da região do Mar Cáspio. O Turcomenistão e o Azerbaijão seriam os dois principais países fornecedores. Metade do gás transportado deveria abastecer os países atravessados (Turquia, Hungria, Bulgária e Romênia), o resto poderia ser comercializado nos grandes mercados da Europa Ocidental (Itália, Alemanha e França).

Mas a relação entre a Rússia e a Europa no âmbito energético é muito ambígua. De um lado, os países europeus apoiam a maior parte das iniciativas americanas para abalar a geopolítica do gás da Rússia. De outro lado, esse país é hoje o principal fornecedor energético da Europa. Assim, os maiores clientes do gás russo são a França, a Alemanha e a Itália, coincidentemente três dos países da Europa Ocidental que tendem a manter boas relações bilaterais com a Rússia.

Na Europa, a produção de gás está principalmente concentrada na Holanda, na Inglaterra e na Noruega, que representam mais de 80% do volume total extraído na região. Mas esta produção é cada vez mais insuficiente para cobrir o consumo europeu. De fato, não é capaz de atender ao aumento considerável da demanda de gás, que foi multiplicada por quatro desde 1965. Assim, a participação do gás no consumo primário total de energia passou de 5%, em 1965, a 25%, em 2005 (Noel, 2008). A dependência da Europa em relação às importações de gás deverá atingir 84% do seu consumo em 2030 (Locatelli, 2008).

Os países europeus são abastecidos por gás por meio de três eixos principais: o eixo norte, o eixo sul e o eixo leste. O primeiro encaminha a própria produção europeia da Inglaterra, da Holanda e da Noruega. O eixo Sul corresponde às importações de gás provenientes do norte da África (da Argélia, principalmente, e um pouco da Líbia). Por fim, o eixo leste é constituído pelos gasodutos transportando a produção da Rússia. Esse país é hoje responsável pela maior parte das importações de gás da Europa, chegando a fornecer cerca 25% do consumo total da região.

A dependência dos países europeus em relação ao gás russo é variável. Alguns países são muito dependentes, como mostra a tabela 2.

Tabela IV.2: Dependência europeia em relação ao gás russo (2008)

(Em %)

| País | Parcela do gás russo no consumo total | Parcela do gás russo nas importações totais de gás |
|-----------------|---------------------------------------|--|
| Grã Bretanha | 0,0 | 0,0 |
| França | 14.1 | 14.3 |
| Itália | 26.2 | 29.0 |
| Roménia | 30,7 | 99,2 |
| Alemanha | 42.5 | 44.3 |
| Polônia | 47.0 | 69.5 |
| Áustria | 66.7 | 77.5 |
| Grécia | 66,9 | 66,9 |
| República Checa | 78,3 | 86,0 |
| Bulgária | 98,7 | 100,0 |
| Finlândia | 100 | 100 |

Fonte: International Energy Agency, em Protasov (2008).

É também importante observar que mais da metade (5 milhões de barris por dia em 2005) da produção russa de petróleo (9,4 milhões de barris por dia em 2005) é exportada na direção da Europa (Locatelli, 2006).

O contraste entre essas relações bilaterais e a atitude da UE em relação à Rússia vem muito da necessidade desses países de ter acesso ao gás russo. Neste novo contexto, a grande arma geopolítica defensiva da Rússia na sua relação com a Europa é o gás. Esta estratégia lhe permite moderar as pretensões europeias de querer interferir na sua zona de influência. Como escreve Lacoste (2006, p. 156), “com tal parceria fundada no fornecimento de gás para a União Europeia, a Rússia dispõe de um poderoso meio de influência geopolítica”. É importante sublinhar que o gás possui este destaque porque seu transporte é quase exclusivamente realizado por meio de gasodutos, o que supõe poder de barganha considerável por parte do país fornecedor. O problema é que o fim da URSS foi responsável pela proliferação do número de países pelos quais transitam os oleodutos e os gasodutos transportando a produção russa. Muitos destes novos países são relativamente hostis à Rússia, que tem de praticar política externa muito ativa para manter uma forma de controle sobre as zonas atravessadas pelos gasodutos. Os contratos russos de fornecimento de gás são um instrumento geopolítico, administrado por meio de política tarifária diferenciada, segundo a importância estratégica dos

Estados envolvidos, para administrar esta situação. Mesmo assim, a Rússia, consciente do perigo desta situação, começou a implementar uma política de diversificação das trajetórias dos dutos.

Nesse âmbito, o caso da Ucrânia é interessante. Apesar da presença de forte minoria russa¹⁶⁶ na sua população e da profunda integração entre as duas economias, sempre está oscilando entre o Ocidente e a Rússia. A “Revolução Laranja”, no final de 2004, fortemente incentivada pelos Estados Unidos, não agradou o governo russo, devido a seu programa de ocidentalização e revitalização da economia ucraniana, que não levava em conta a Rússia. Depois de pressões políticas pouco exitosas, esse país decidiu ameaçar a Ucrânia e cortar a alimentação do gasoduto que abastece o país se não houvesse reajuste na baixíssima tarifa cobrada pelo gás russo. O contencioso gasífero entre os dois países em 2005 acabou resolvendo-se a favor da Rússia, e o governo pró-ocidental foi desestabilizado. Este episódio constitui um bom exemplo da disposição do governo russo de não mais aceitar passivamente maior avanço dos Estados Unidos e da Europa na sua área de influência.

A Rússia desenvolveu também uma política ativa de diversificação das rotas de dutos para diminuir a capacidade dos Estados Unidos de poder atrapalhar sua geopolítica da energia. Esta política tinha começado de forma tímida antes da chegada de Putin ao poder, pela assinatura de um acordo com Varsóvia em 1995, que previa a construção de Yamal 1, gasoduto capaz de assumir o transporte de 20% do total das exportações russas na direção da Polônia e, possivelmente, da Alemanha, passando por Belarus, mas não pela Ucrânia (Marchand, 2007, p. 56). A construção do Blue Stream, gasoduto que atravessa o Mar Negro para ligar a Rússia e a Turquia, também se inscreve nesta política de diversificação.

Outra grande realização russa foi o gasoduto Nord Stream, passando pelo Mar Báltico, que liga a Rússia (campos da Sibéria) e a Alemanha. O Nord Stream evita, assim, de passar pelos Países Bálticos e pela Polônia, aliados incondicionais dos Estados Unidos. Resultado de parceria entre a Gazprom russa e as empresas energéticas alemãs Badische Anilin und Soda-Fabrik(BASF) e E.ON, a holandesa N.V. Nederlandse Gasunie e a francesa Gaz de France(GDF), o Nord Stream foi parcialmente inaugurado em 2011. A capacidade final de transporte de 55 bilhões de m³ de gás por

¹⁶⁶A minoria russa representava 17,3% da população ucraniana em 2001 (Eckert, 2004, p. 221).

ano será atingida no final de 2012 (Bezat, 2011). O abandono dos planos de expansão da energia nuclear por parte da Alemanha faz com que este gasoduto apareça como a única solução viável para o abastecimento energético alemão nos próximos anos.

Outro projeto muito ambicioso da Rússia na sua tentativa de diversificação das “rotas gasíferas” é o gasoduto South Stream, que ligaria os recursos do Mar Cáspio e, potencialmente, da Sibéria às Europas do Sul e do Leste, passando pela Bulgária, pela Sérvia, pela Hungria, pela Áustria e pela Itália. Concebido pela Gazprom com a italiana Ente Nazionale Idrocarburi (ENI) e a francesa Électricité de France (EDF), este projeto, que está previsto para ser realizado em 2015, é muito dispendioso e muitos analistas consideram que é só uma tentativa russa de impedir a realização do gasoduto Nabucco, apoiado pelos americanos e pela Europa, mas que não associaria a Rússia. Por isto, não existe nenhuma certeza de que o South Stream seja realmente construído.

Apesar de ser eficaz no curto prazo, a estratégia russa é muito arriscada. Uma vez que cria interdependência muito forte entre a Rússia e seus principais clientes europeus. Se a Europa conseguir outra fonte de abastecimento, com o apoio dos Estados Unidos, isto fragilizaria a posição russa. Embora a passagem em grande escala para energias alternativas ao petróleo e ao gás na Europa não deva ocorrer a não ser em um futuro muito distante,¹⁶⁷ duas outras possibilidades são particularmente preocupantes do ponto de vista russo. A primeira seria o surgimento fora da Rússia de tecnologias que permitam grande barateamento do gás natural liquefeito (GNL), que pode ser transportado por navios e reduziria drasticamente o papel estratégico e econômico dos gasodutos. A outra, ainda mais preocupante, seria o desenvolvimento acelerado de técnicas de recuperação de gás capturado em rochas de xisto, que abriria a possibilidade de a Europa tornar-se autossuficiente em gás natural. Conscientes destes problemas, os russos tentam diversificar seus mercados – na Ásia, principalmente –, e a Gazprom tem investido bastante em desenvolver suas tecnologias para tornar mais eficiente o transporte de GNL.

IV.4.4 A Questão dos recursos energéticos da Ásia Central

¹⁶⁷O ex-ministro Delfim Netto sempre dizia “o melhor substituto do petróleo é o petróleo”. Isto poderia ser dito sobre o gás natural.

A Rússia desenvolveu na Ásia Central, desde os anos 2000, estratégia para preservar tanto seus interesses energéticos e econômicos quanto geopolíticos. Esse país tem como objetivo controlar a distribuição do gás oriundo da Ásia Central e limitar a concorrência potencial de outros países da região no mercado europeu (Kazantsev, 2008).

Nesse contexto, a Rússia assinou vários acordos com o Cazaquistão, o Usbequistão e o Turcomenistão para garantir a compra de determinadas quantidades de gás extraído nestes países, assim como a modernização e a construção das redes de gasodutos para transportá-lo. A Rússia, por meio da Gazprom, está, assim, investindo para melhorar a exploração e o transporte do gás da Ásia Central. Assim, o chamado sistema de transporte Ásia Central-Centro (CAC, em inglês) para transportar o gás do Cazaquistão, do Usbequistão e do Turcomenistão já foi completado. Um gasoduto, ligando outras regiões produtoras do Usbequistão e do Turcomenistão, está em projeto. Este gasoduto de 1.700 km, chamado Pré-Cáspio, permitiria transportar cerca 40 bilhões de m³ por ano, sendo 10 bilhões de m³ provenientes do Usbequistão e 30 bilhões de m³, do Turcomenistão (Gazprom, 2012).

Para conseguir assinar esses acordos, a Rússia e a Gazprom tiveram de se comprometer a adotar preços de compra do gás centro-asiático maiores que aqueles pagos até então, que eram bem abaixo dos níveis internacionais. Mas a Rússia conseguiu, assim, afastar o risco que representam os projetos americanos e europeus de gasoduto através do Mar Cáspio, que permitiriam transportar diretamente o gás da Ásia Central para os mercados da Europa. Nesta lógica, a Rússia, na discórdia sobre o *status* jurídico do Mar Cáspio,¹⁶⁸ sempre defendeu a ideia da necessidade de acordo entre todos os países ribeirinhos para autorizar a construção de dutos atravessando o Mar Cáspio. A batalha jurídica entre os países ribeirinhos do Mar Cáspio em volta desta questão torna ainda mais improvável a realização de dutos transCáspios. A Rússia protege, assim, seu poder de barganha sobre os países europeus, abalando suas tentativas de diversificação das fontes de abastecimento em gás. Esse país procura,

¹⁶⁸ A questão de saber se o Mar Cáspio é um mar ou um lago é motivo de discordância entre os países ribeirinhos (Irã, Rússia, Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão). Esta disputa tem grandes implicações porque, em direito internacional, as regras de exploração e de repartição entre países ribeirinhos de uma extensão de água são muito diferentes se for um mar ou um lago. No caso do Mar Cáspio, a posição dos países em relação à esta questão – mar ou lago – dependem dos seus interesses que evoluem segundo a descoberta de novos campos petrolíferos ou gasíferos.

também, com esta estratégia, opor-se à ambiciosa política energética praticada pela China na Ásia Central.

Do ponto de vista econômico, essa aproximação da Rússia com os países da Ásia Central traz grandes vantagens, sendo que esse país enfrenta dificuldade para atender à demanda crescente de gás tanto dos países europeus quanto do seu mercado interno com o aquecimento econômico da década de 2000. O esgotamento dos campos de gás tradicionais faz com que a Rússia tenha de investir nas novas províncias gasíferas nos próximos anos. Mas estes novos campos de produção, localizados em regiões setentrionais do país, necessitam de muitos investimentos para serem explorados. Além disso, os custos de produção nestas regiões de clima extremo são bem maiores que na Ásia Central. O acordo com os países desta região afastam, então, os riscos de insuficiência da produção nacional russa para atender à sua demanda interna e aumentar as vendas de gás na Europa Ocidental. Dessa forma, permite à Rússia adiar, pelo menos parcialmente, a realização de investimentos muito pesados para explorar os campos setentrionais do país (Locatelli, 2008). De forma similar, a Rússia está modernizando e desenvolvendo os oleodutos entre seu território e a Ásia Central para poder adquirir e transportar o petróleo produzido na região, principalmente no Cazaquistão (Kazantsev, 2008).

O estreitamento das relações energéticas entre os países da Ásia Central e a Rússia é, enfim, muito importante do ponto geopolítico. Permite à Rússia exercer grande influência sobre os países da região, por via do controle da comercialização de boa parte de seus recursos. A Rússia, evita, então, pelo menos por enquanto, que sua supremacia na região seja contestada pelos Estados Unidos e por seus aliados europeus. De igual modo, a Rússia consegue frear o avanço energético e geopolítico da China na Ásia Central.

IV.5 Reações à nova geopolítica da Rússia e perspectivas

IV.5.1 As reações americanas à estratégia de afirmação geopolítica da Rússia

Os Estados Unidos, principalmente depois de 2003, marcaram sua forte desaprovação em relação à nova inserção geopolítica da Rússia nos anos 2000. O Council on Foreign Relations, influente *think tank* que publica a revista *Foreign Affairs* e representa o *establishment* norte-americano, difundiu, em 2006, relatório cujo título é *A direção errada da Rússia*, no qual denuncia em termos duros o “sistema político autoritário emergente” desde a chegada de Putin ao poder (Council on Foreign Relations, 2006, p. 70).

Os dirigentes americanos desenvolveram, ao longo da década de 2000, retórica de denúncia da suposta barbaridade russa na Segunda Guerra da Chechênia, com o intuito de enfraquecer a posição da Rússia no Cáucaso. Além disso, o compromisso “humanista” dos Estados Unidos contra a atuação russa na Chechênia deve ser relativizado quando se leva em conta o fato de que os americanos ignoraram o conflito enquanto, no início da presidência de Putin, eles se beneficiavam do apoio de Moscou na luta contra o terrorismo islâmico. Dessa forma, a intervenção russa no conflito da Ossétia do Sul foi qualificada de imperialista, o que aparece bastante irônico quando for observada a relação entre os Estados Unidos e as forças armadas da Geórgia e o comportamento dos Estados Unidos em termos de intervenções militares durante a última década (Tsygankov, 2009, p. 77).

IV.5.2 Obama e Medvedev: algumas tentativas para melhorar as relações entre Rússia e Estados Unidos

Desde a chegada de Obama à Presidência dos Estados Unidos em 2009, a relação entre esse país e a Rússia tendeu a melhorar. A nova administração americana entendeu que era muito arriscado continuar tendo atitude hostil com a Rússia, principalmente depois da intervenção russa na Geórgia. O presidente americano privilegiou, pelo contrário, a adoção de estratégia de distensão, ao menos a nível da retórica, em forte contraste com a confrontação aberta da administração Bush depois de 2003. O vice-presidente americano Joe Biden, em discurso pronunciado durante a Conferência sobre a Segurança de Munique, em fevereiro de 2009, afirmou que tinha chegado “a hora de apertar o botão *reset*” para reconstruir boas relações entre os Estados Unidos e a Rússia (Alcaro e Alessandri, 2009).

Os Estados Unidos interromperam vários programas de política externa particularmente sensíveis para os russos. Assim, o processo de expansão da Otan em relação a países da ex-URSS foi, por enquanto, congelado, na medida em que as candidaturas tanto da Geórgia quanto da Ucrânia¹⁶⁹ foram rejeitadas.

O pilar da nova estratégia de aproximação entre os Estados Unidos e a Rússia foi a cooperação nas questões do Afeganistão e do desarmamento, de interesse comum para os dois países. Quanto ao Afeganistão, russos e americanos concordam sobre o efeito desestabilizador que pode ter a deterioração na situação desse país sobre toda a região. Além disso, os Estados Unidos e a Rússia compartilham o mesmo interesse em impedir que o Afeganistão aumente ainda mais seu papel de base para o tráfico de drogas e de ponto de apoio ao terrorismo fundamentalista islâmico em âmbito internacional. Obama e Medvedev assinaram, em julho de 2009, acordo de colaboração para estabilizar o Afeganistão. Um dos principais elementos deste acordo é a criação de corredores aéreos permitindo aos Estados Unidos transportar soldados e equipamentos militares através do território russo para apoiar as operações militares no Afeganistão¹⁷⁰ (Kuchins, 2011).

Em relação ao desarmamento, avanços também foram realizados durante as presidências de Medvedev e Obama. A assinatura do Novo START, em abril de 2010, que já se mencionou, foi mais uma demonstração dos progressos das relações bilaterais entre Rússia e Estados Unidos (Bordatchev, 2010).

Mas numerosas divergências permanecem entre os Estados Unidos e a Rússia, como nas questões do escudo antimíssil, do Irã ou da suposta “promoção da democracia”. O projeto de escudo antimíssil, que previa que fossem instalados radares na República Tcheca e interceptadores de mísseis na Polônia, foi abandonado sob sua forma originária. Este abandono parcial do projeto por parte dos Estados Unidos em 2009 foi interpretado como mais um elemento da estratégia de “détente” da administração Obama. Propostas formais foram feitas para a Rússia associar-se ao sistema europeu de defesa promovido pela Otan. Mas as negociações entre Estados Unidos e Otan, de um lado, e Rússia, do outro, não levaram a nenhum acordo. Os Estados Unidos reiteraram, no final de 2011, seu desejo de ver o escudo antimíssil ser

¹⁶⁹Em votação do 3 de junho de 2010, o Parlamento da Ucrânia decidiu que o país retirava seu pedido de adesão à Otan. Esta decisão foi motivada tanto pela vontade de melhorar as relações com a Rússia quanto pela constatação de que a candidatura ucraniana era fadada ao fracasso.

¹⁷⁰O acordo permite 4,5 mil vôos americanos por ano no espaço aéreo russo.

concretizado. Assim, o embaixador americano junto à Otan, Ivo Daalder, afirmou que “o governo Obama pretende completar o escudo antimísseis destinado a proteger aliados europeus contra o Irã, goste a Rússia ou não” (Wolf, 2011).¹⁷¹

Na questão iraniana, também, existem fortes ambiguidades nas relações entre os Estados Unidos e a Rússia. Este último país só apoia de forma parcial as sanções internacionais contra o regime de Teerã. Os russos estão tentando preservar sua posição de interlocutor entre o Irã e o resto do mundo, sendo um dos poucos países a manter laços econômicos fortes com o país, junto com a China. A Rússia desenvolveu desde 1995 parceria estratégica com o Irã para a construção de reatores nucleares civis, provocando reações muito negativas por parte dos membros da Otan. Mas, vale lembrar que, mesmo neste caso, a posição da Rússia é muito moderada, na medida em que esta está atrasando a entrega definitiva da central nuclear iraniana de Bushehr há vários anos, como parte de estratégia para impedir o Irã de desenvolver programa nuclear militar. Dessa forma, os russos ainda não entregaram os mísseis antiaéreos S300 encomendados pelo Irã em 2007. Esta atitude se justifica porque, do ponto de vista geopolítico, a Rússia não quer ter uma nova potência nuclear na sua fronteira. Mas, no entanto, é essencial para a Rússia, bem como para a China, impedir que os Estados Unidos e seus aliados ocidentais exerçam qualquer tipo de influência sobre o Irã, país-chave entre a Ásia e o Oriente Médio (Lesvesque, 2010). Economicamente, isto significaria, também, que os Estados Unidos poderiam desenvolver infraestrutura de integração entre a região do Mar Cáspio e zonas controladas pelo Ocidente, o maior temor dos russos sendo a construção de gasodutos e oleodutos que levariam diretamente para os mercados ocidentais a produção centro-asiática sem passar pelo controle russo.

A questão do escudo antimíssil da Otan na Europa permanece grande fonte de discórdia entre os Estados Unidos e a Rússia. Os Estados Unidos, em vez de

¹⁷¹É importante notar que os Estados Unidos ainda estão muito longe de ter a capacidade tecnológica de montar um escudo de tal natureza com um mínimo de eficácia. No entanto desde o programa Star Wars, no governo Ronald Reagan, este é um projeto muito importante para o complexo industrial militar americano, além de ser excelente arma diplomática, já que os Estados Unidos podem tratar este escudo como uma grande concessão e exigir alguma contrapartida tanto de aliados quanto da Rússia meramente ao anunciar que vão instalar, adiar ou cancelar a instalação do escudo contra mísseis balísticos de longo alcance, que, a rigor, simplesmente não existe. Resta saber se o atual governo russo acredita nestas coisas que ainda não existem ou simplesmente se opõe à instalação dos sistemas existentes antimísseis e antiaéreos que são perfeitamente capazes de interceptar diversos tipos de aviões e mísseis russos táticos de menor alcance.

abandonarem totalmente seu projeto, como pede a Rússia, associam cada vez mais países europeus a este. A Rússia propôs a ideia de cooperação com esta organização para a criação de um escudo antimíssil europeu, mas esta opção foi descartada pelos Estados Unidos e pela Otan, que preferem dois sistemas de defesa “independentes, mas coordenados”. A Rússia, por meio do então presidente Medvedev, pediu em 2011 garantias legais aos Estados Unidos para que os mísseis não sejam, pelo menos, apontados para o território russo, exigência descartada por Obama. A Rússia percebe, então, esta ampliação do escudo antimíssil da Otan como limitação do seu potencial estratégico e ameaça para sua segurança. Putin afirmou, assim, em fevereiro de 2012 que

“não existe hoje ameaça oriunda do Irã ou da Coreia do Norte. Atualmente, a defesa antimíssil americana na Europa tem certamente como objetivo de neutralizar o potencial nuclear russo” (Le bouclier..., 2012).

A atitude russa durante a recente guerra civil na Líbia forneceu outro exemplo do relativo não alinhamento russo em relação às posições europeias e americanas. Embora a Rússia não tenha vetado a resolução inicial de intervenção no Conselho de Segurança da ONU – provavelmente, devido à forte impopularidade do coronel Muammar al-Gaddafi na maioria dos demais países árabes, neste período recente de revoltas populares em toda a região –, contestou a forma e a intensidade da intervenção americano-europeia e esperou a saída de Khadafi de Trípoli para reconhecer o Conselho Nacional Líbio. O posterior veto russo às sanções propostas pelos Estados Unidos contra a Síria também ilustra estas tensões.

Finalmente, a onda de contestação que seguiu as eleições para o Parlamento russo de dezembro de 2011 foi muito superdimensionada pela mídia internacional, que teve grande dificuldade em explicar o porquê da vitória com grande maioria de Putin no primeiro turno das eleições presidenciais de 2012.¹⁷² A cobertura internacional altamente viesada da oposição ao presidente russo foi mais uma oportunidade de ver a volta das tensões entre a Rússia e os Estados Unidos. Vários dirigentes russos e até o próprio Putin afirmaram que os protestos faziam parte de uma estratégia destabilizadora dos Estados Unidos contra o atual regime russo.¹⁷³

¹⁷² Putin foi eleito com 63,6 % dos votos nas eleições presidenciais de 4 de março de 2012.

¹⁷³ Até mesmo analistas pró-americanos insuspeitos, como Shleifer e Treisman (2011), chamam atenção para o exagero sistemático e deliberado das críticas ao autoritarismo da política interna

IV.6 Observações finais

Como se viu neste ensaio, a despeito da retórica de propaganda ocidental e também da retórica nacionalista do governo russo, a posição geopolítica russa é de grande vulnerabilidade. A expansão da Otan e da UE, o apoio aberto dos Estados Unidos às “revoluções coloridas” – inclusive, tentando fomentar uma ou várias destas no território da Rússia –, assim como a tentativa de enfraquecer o poder econômico e geopolítico dos gasodutos russos tardiamente nos anos 2000, finalmente levaram o governo russo a adotar uma política de tentar colocar limites ao projeto americano para a Rússia no âmbito de sua estratégia geopolítica global de enfraquecimento de potências regionais e controle do acesso a reservas estratégicas de recursos energéticos mundiais. O chamado *reset* das relações entre a Rússia e os Estados Unidos não significa o abandono dos objetivos gerais americanos, e sim a percepção de que a Rússia aprendeu a dizer não e que é necessário defender os interesses americanos de forma menos agressiva e tentar utilizar mais o *soft power* americano.

Como é altamente improvável que haja mudança na estratégia geopolítica global dos Estados Unidos em um futuro próximo, a Rússia deve, também, até pela vitória de Putin na eleição de 2012, continuar praticando nos próximos anos sua estratégia de afirmação de política externa independente em relação aos objetivos dos Estados Unidos, da Otan e da UE, ao mesmo tempo em que sua economia se integra cada vez mais com seus parceiros na Europa ocidental.

na Rússia pelos Estados Unidos, que eles consideram diplomaticamente contraproducente do ponto de vista do objetivo supostamente liberal da política externa americana, que eles não questionam. Treisman (2011) menciona o exemplo das ONGs pró-americanas, como a Freedom House, que fazem alegações absurdas como a deque o grau atual de liberdade de imprensa na Rússia seria igual ao do Iêmen, em que há uma ditadura e a lei islâmica é vigente.

Conclusão Geral

Ao longo deste trabalho foi traçado um panorama das mudanças estruturais externas e internas da economia da situação geopolítica da Rússia moderna do século XVIII aos dias atuais. O objetivo desta tese foi entender melhor os elementos de continuidade e de ruptura que vem da interação entre a economia e a inserção geopolítica do país.

A Federação Russa atualmente se caracteriza como uma economia capitalista integrada à economia mundial, porém com uma inserção comercial e financeira externa bastante vulnerável. Esta vulnerabilidade é de certa forma desproporcional ao tamanho da economia do país e mais ainda à sua importância geopolítica.

Estas características estruturais da Federação Russa refletem sua complexa evolução política e econômica. Assim o alto grau de abertura financeira externa remonta ao período caótico da transição ao capitalismo, enquanto a dependência em relação à importação de alimentos e de tecnologia, a primarização da pauta exportadora e as deficiências do sistema nacional de inovação fora da área militar remontam ao período de tentativa de mudança do padrão de acumulação da economia soviética a partir dos anos 1970.

Por sua vez, o padrão original de acumulação da economia soviética como uma economia de guerra permanente surgiu como resposta à peculiar combinação de atraso econômico e ao mesmo tempo de fortíssima hostilidade das potências capitalistas desde o início da existência da URSS.

A URSS sucedeu o império russo czarista que já estava fragilizado ao menos desde a Guerra da Criméia. A forte vulnerabilidade geopolítica do Império czarista resultava do atraso relativo no processo de industrialização em relação às demais potências, das características físicas peculiares do vasto território russo e dos limites impostos pelas outras potências à expansão territorial em busca de terras férteis e acesso a mares quentes e abertos.

Bibliografia Geral:

- ADOMEIT, H. La politique russe de l'Allemagne. Paris: Ifri; Centre Russie/NEI, 2005.
- ALCARO, R.; ALESSANDRI, E. Re-setting US-EU-Russia relations: moving beyond rhetoric. Rome: Istituto Affari Internazionali, 2009.
- ALLEN, R. C. (2003) *Farm to Factory. A Reinterpretation of the Soviet Industrial Revolution*. Princeton: Princeton University Press.
- ALLISON, R. (1988) *The Soviet Union and the Strategy of Non-alignment in the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- AMANN, R. & COOPER, J. (Orgs.) (1982) *Industrial Innovation in the Soviet Union*. New Haven: Yale University Press.
- Appel, H. (2008) Is it Putin or is it Oil? Explaining Russia's Fiscal Recovery. *Post Soviet Affairs*, Vol. 24, n°4.
- Åslund, A. (2002) *Building Capitalism, the Transformation of the Former Soviet Bloc*. Cambridge, Eng.: Cambridge University Press.
- AUTY, P. (1974) *Tito. A Biography*. Harmondsworth, England: Penguin Books.
- Bank of Russia (2012) *Statistics*. Disponível em:
- BAYOU, C. Etats Baltes-Russie: un authentique dialogue de sourds. *Courrier des Pays de l'Est*, Paris, n.1.048, p. 15-29, 2005.
- BAYOU, C. Les relations Russie Union-Européenne: vers quelle Intégration? *Courrier des Pays de l'Est*, Paris, n.1017, p. 4-16, May 2002.
- BELLINGER, E.G. & DRONIN, M (2005) *Dependence and Food Problems in Russia 1900–1990. The Interaction of Climate and Agricultural Policy and Their Effect on Food Problems*. Budapest: Central European University Press.
- Benaroya, F. (2006) *L'Economie de la Russie*. Paris : La Découverte.
- Bennassar, B. (2004) *La guerre d'Espagne et ses lendemains*, Paris, Perrin.
- BENSON, L. (2004) *Yugoslavia: a Concise History*. Londres: Palgrave Macmillan.

BEZAT, J. Gazprom s'affirme en acteur global de l'énergie. *Le Monde*, Paris, 8 nov. 2011.

Blackwell, W.L. (1968) *The Beginnings of Russian Industrialization*. Princeton: Princeton University Press.

BOFIT-Bank of Finland Institute for Economies en Transition (2009) *BOFIT weekly*. Helsinki. Disponible em :

Bogdan, H. (1993) *Histoire des Peuples de l'ex-URSS. Du IX^e siècle à nos Jours*. Paris: Perrin.

BOGDAN, H. (1994) *Histoire des Pays de l'Est. Des Origines à nos Jours*. Paris : Perrin.

Bois, J. (2003) *De la Paix des Rois à l'Ordre des Empereurs. 1715-1815*. Paris : Seuil.

BOKOVOY, M.K. (1998) *Peasants and Communists: Politics and Ideology in the Yugoslav Countryside, 1941–1953*. Pittsburgh:University of Pittsburgh Press.

BORDATCHEV, T. Géorgie, Obama, crise économique: quels Impacts sur la Relation Russie-UE? Paris: Ifri; Centre Russie/NEI, 2010.

BOZIC, I.; CIRKOVIC, S.; DEDIJER, V. e EKMECIC, M. (1974) *History of Yugoslavia*. New York: MacGraw Hill.

Bracho, G. & Lopez, J. (2005) *The Economic collapse of Russia*. *BNL Quarterly Review*, n°232, March 2005, vol. LVIII, pp. 53-89.

Braudel, F. (1987) *Grammaire des Civilisations*. Paris : Arthaud-Flammarion.

BRAUN, A. *L'Otan et la Russie: perceptions des menaces après la Géorgie*.Paris: Ifri; Centre Russie/NEI, 2009.

Bresser-Pereira (2011) *An account of new developmentalism and its structuralist macroeconomics*. *Revista de Economia Política*, vol.31 no.3 .

Bromley, J.S. (Ed.) (1971) *The Rise of Great Britain and Russia. 1688-1725*. Cambridge: Cambridge University Press.

Brown, A ; Kaser, M. e Smith, G. S. (Eds.) (1994) *Cambridge Encyclopedia of Russia and the Soviet Union*. Cambridge: Cambridge University Press.

- BRZEZINSKI, Z. (1986) *Game Plan. How to conduct the US-Soviet Contest*. New York: The Atlantic Monthly Press.
- BRZEZINSKI, Z. *The grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives*. New York: Basic Books, 1997.
- CANAPA, M. (1991) *Crise des Nationalités et Crise du Système Politique en Yougoslavie*. Paris : *Revue d'études comparatives Est-Ouest*. Volume 22, 1991, N°3. pp. 81-107.
- CANO, W. (2000) *Notas sobre a crise da URSS*. *Economia e Sociedade*, Campinas, (14): 203-210, jun. 2000.
- Carrère D'Encausse, H. (2005) *L'Empire d'Eurasie. Une Histoire de l'Empire Russe de 1552 à nos Jours*. Paris : Fayard.
- Carrère D'Encausse, H. (2010) *La Russie entre Deux Mondes*. Paris : Fayard.
- CASTELLAN, G. (1960) *Aspects de la Politique des Nationalités dans la Fédération Socialiste Yougoslave*. Paris : *Revue française de science politique*, 10e année, n°1, 1960. pp. 83-106.
- Castells, M. (1999) *A crise do estatismo industrial e o colapso da União Soviética*. In: Castells, M. *A Era da Informação: Economia, Sociedade E Cultura*. Vol. 3. São Paulo: Paz e Terra.
- Chapman, T. (2001) *Imperial Russia. 1801-1905*. Londres: Routledge.
- CIA (1986) *Soviet intensive economic development in perspective*. Langley.
- Clarke S. & Veronika K. (1995) *Privatisation and the struggle for control of the enterprise in Russia*. in David Lane (ed.), *Russia in Transition*. London: Longman.
- Clarke S. (1999) *The Formation of a Labour Market in Russia*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Clarke, S. (1998) *Household survival in a non-monetary market economy*. Paper apresentado na conferência "Barter in Post-Socialist Societies", Churchill College, Cambridge, 13-14 December 1998.
- Clarke, S. (2007) *The Development of Capitalism in Russia*. Routledge: New York.
- Clausewitz, C. V. (2007) *On War*. Oxford: Oxford University Press.

- COHEN, S. The Eurasian convergence zone: gateway or shatterbelt? *Eurasian Geography and Economics*, v. 46, n.1, p. 1-22, Jan.-Feb. 2005.
- COOK, E.C. (1992) Agriculture's Role in the Soviet Economic Crisis. In: ELLMAN, M. & KONTOROVICH (eds) (1992) *The Disintegration of the Soviet Economic System*. London: Routledge.
- COOK, L.J. (1992) 'Brezhnev's "social contract" and Gorbachev's reforms'. *Soviet Studies*, vol. 44: 1: p. 37–56.
- Corden, W. Max, (1984) Booming Sector and Dutch Disease Economics: Survey and Consolidation. *Oxford Economic Papers*, Vol. 36 (November), pp. 359–80.
- COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Russia's wrong direction: what the United States can and should do. New York: Council on Foreign Relations, 2006. (Independent Task Force Report, n. 57).
- CRANE, K. et al. Russian foreign policy: sources and implications. Arlington: Rand Corporation, 2009.
- DAFFLON, D. L'avenir de Kaliningrad dans la nouvelle Europe: isolement ou intégration? Genève: Institut Européen de l'Université de Genève, 2004. Disponible em: <<http://www.unige.ch/ieug/publications/euryopa/DAFFLON.pdf>>.
- DALMAS, L. (1950) *Le Communisme Yougoslave depuis la Rupture avec Staline*. Paris : Terre des Hommes.
- DAUCE, F. L'État, l'Armée et le citoyen en Russie post-soviétique. Paris : L'Harmattan, 2001.
- Davis, C. (2002) Country Survey XVI, The Defence Sector in the Economy of a Declining Superpower: Soviet Union and Russia, 1965–2001. *Defence and Peace Economics*, 13, 3, pp. 145–77.
- DE VOS, M. (1955) *Histoire de la Yougoslavie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Dedijer, V. (1971) *A Batalha que Stalin Perdeu*. Rio de Janeiro: Artenova.
- DI LEO, R. (1991) The Soviet Union 1985-1990: After Communist Rule the Deluge? *Soviet Studies*, Glasgow, vol. 43, n°3.
- Dixon, S. (1999) *The Modernization of Russia. 1676-1825*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Dixon, S. (2009) *Catherine the Great*. Londres: HarperCollins.
- DOBB, M. (1978) *Soviet Economic Development since 1917*. London: Routledge.
- DOCUMENTATION FRANÇAISE. *Le désarmement: des accords bilatéraux*. Paris, 2011.
- DRAGNICH, A.N. (1958) Recent Political Developments in Yugoslavia. *The Journal of Politics*, Vol. 20, No. 1 (Feb., 1958)
- Drebentsov, V. & Ofer, G. (1999) Trade, Trade Policy, and Foreign-Exchange Regimes Under Transition: Russia and the Dutch Disease. In: Blejer, M.I. & Skreb, M. (eds.) *Balance of Payments, Exchange Rates, and Competitiveness in Transition Economies*. Boston: Kluwer Academic Publishers.
- DROZ, B. & ROWLEY, A. (1992) *Histoire Générale du XXe Siècle*. Paris : Seuil.
- DU QUENOY, P. (2003) The Role of Foreign Affairs in the Fall of Nikita Khrushchev in October 1964. *The International History Review*, Vol. 25, N°2, p. 334-356.
- Duby, G. (Ed.) (2007) *Atlas Historique*. Paris : Larousse.
- DUNLOP, J. B. (2004) *Aleksandr Dugin's Foundations of Geopolitics*. Princeton: Princeton Russia Series.
- DYKER, D.A. (1992) *Restructuring the Soviet Economy*. London: Routledge.
- Earle, J.S. & Sabirianova, K. (2002) How Late to Pay? Understanding Wage Arrears in Russia. *Journal of Labor Economics*, 20(3), pp. 661-707.
- ECKERT, D. *Le monde russe*. Paris: Hachette, 2004.
- ELLMAN, M. & KONTOROVICH (eds) (1992) *The Disintegration of the Soviet Economic System*. London: Routledge.
- ELLMAN, M. (1979) *Socialist Planning*. Cambridge, Eng.: Cambridge University Press.
- ELLMAN, M. (1990) A note on the distribution of income in the USSR under Gorbachev. *Soviet Studies*, vol. 42:1, p. 147-148.
- Ellman, M. (2006) *Russia's Oil and Natural Gas, Bonanza or Curse?* New York: Anthem Press.

EN OSSETIE du Sud, Moscou a empêché l'élargissement de l'Otan (Medvedev). Ria Novosti, Moscou, 21 nov. 2011.

Ericson, R. E. (1991) The Classical Soviet-Type Economy: Nature of the System and Implications for Reform. *Journal of Economic Perspectives*, V. 5, #4, Fall 1991, pp. 1-18.

Ernst, W.; Nitussov, A.Y. & Trogemann, G. (2001) *Computing in Russia: the History of Computer Devices and Information Technology Revealed*. Leipzig: Vieweg+Teubner Verlag.

EUROPEAN COMMISSION. Russia: main economics indicators. Bruxelles: European Commission, 2011. Disponible em: <<http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/bilateral-relations/countries/russia/>>.

FAO – Food and Agricultural Organization of the United Nations (2012) FAOSTAT. Disponible em :

FAWN, R. *Realignments in Russian foreign policy*. London: Franck Cass Publishers, 2003.

FEDERAL STATE STATISTICAL SERVICE. *Russia in figures*. Moscou: Federal State Statistical Service, 2012. Disponible em: <<http://www.gks.ru/wps/wcm/connect/rosstat/rosstatsite.eng/figures/population/>>.

FEJTÖ, F. (1992) *Histoire des Démocraties Populaires*. Paris : Seuil.

FEJTÖ, F. (2000) *Histoire des Démocraties Populaires*. Vol. 1 : L'Ère de Staline. Paris : Editions du Seuil.

FEL'DMAN, G.A. (1928) [1964] *On the Theory of Growth Rates of National Income*. In: SPULBER, N. *Foundations of Soviet Strategy for Economic Growth*. Bloomington: Indiana University Press, pp. 174-202 & pp. 304-331.

FERNANDES, L. (1992) *URSS, Ascensão e Queda. A Economia Política das Relações da União Soviética com o Mundo Capitalista*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi.

Ferro, M. (1990) *La Grande Guerre. 1914-1918*. Paris: Gallimard.

Ferro, M. (2008) *Histoire des Colonisations. Des Conquêtes aux Indépendances. XIIIe-XXe Siècle*. Paris : Seuil.

Figs, O. (2011) *Crimea. The Last Crusade*. Londres: Penguin.

- FILTZER, D. (1992) Soviet workers and de-stalinization. The consolidation of the modern system of Soviet production relations, 1953-1964. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fiori, J.L. (2007) A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. Rio de Janeiro : OIKOS, nº 8, ano VI
- FIORI, J.L. O poder dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, J.L. (Org.) O poder americano. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- FIORI, J.L. (2011) A Geopolítica Americana. Agência Carta Maior, São Paulo.
- Fiori, J.L. (2013) Sobre o desenvolvimento chinês. Agência Carta Maior, São Paulo, 27/02/2013.
- FIORI, J.L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, J.L.; MEDEIROS, C.A.; SERRANO, F. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- FIORI, J.L. Prefácio. In: FIORI, J.L. O poder global. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007a.
- Furtado, C. [1957](2008) Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com Abundância de Divisas. Rio de Janeiro: Contraponto.
- GADDY, C. & ICKES, B. W. (2006) Addiction and Withdrawal: Resource Rents and the Collapse of the Soviet Economy. Draft. Pennsylvania State University.
- Gaddy, C. G. (1996) The Price of the Past : Russia's Struggle With the Legacy of a Militarized Economy. Washington: Brookings Institution.
- GADDY, C.G. & HILL, F. (2003) Siberian Curse. How Communist Planners Left Russia Out in the Cold. Washington D.C.: Brookings Institution Press.
- Gaidar, Y. (1995) Russian Reform. Cambridge, Mass. : The MIT Press.
- GAIDAR, Y. (2003) The Soviet Collapse : Grain and Oil. Washington: American Enterprise for Public Policy Research.
- GAIDAR, Y. (2007) Collapse of an Empire. Lessons for Modern Russia. Washington D.C. : Brookings Institution Press.

- Garegnani, P.; Chernyavs'ka, L. & Roà, F. (2002) Comment on the Organization of Work in Socialist Economies. Texto apresentado na “Conference on Work Incentives” de Moscou em 14 de setembro de 2002. Mimeo.
- GAZPROM. Gas Purchases. Moscou: Gazprom, 2012. Disponível em: <<http://www.gazprom.com/production/central-asia/>>.
- Gerardo Bracho, C. ; López, G. (2005) The Economic Collapse of Russia, Quarterly Review Banca Nazionale del Lavoro, Roma, n° 232,
- GERSCHEKRON, A. (1962), Economic backwardness in historical perspective, a book of essays. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press.
- Gerschenkron, A. (1971) Lo Sviluppo Industriale in Europa e in Russia. Bari: Laterza.
- Geyer, D. (1987) Russian Imperialism: The Interaction of Domestic and Foreign Policy 1860–1914. New Haven: Yale University Press (1987)
- Gibson, J. (2002) Russian Imperial Expansion in Context and by Contrast. Journal of Historical Geography, Vol. 28, 2, pp. 181-202.
- Goldman, M. (2003) The Piratization of Russia: Russian Reform Goes Awry. London : Routledge.
- Goldman, M. (2008) Petrostate. New York: Oxford University Press.
- GOLDMAN, M. I. (1992) What Went Wrong with Perestroika? New York : Norton & Company.
- GOMART, T. L'Europe marginalisée. Politique Internationale, Paris, n.118, 2008.
- Gouttmann, A. (2003) La Guerre de Crimée 1853-1856. La Première Guerre Moderne. Paris: Perrin.
- GRANVILLE, J. (1998) Hungary, 1956: The Yugoslav Connection. Europe-Asia Studies, Vol. 50, No. 3 (May, 1998), pp. 493-517
- Green, W. C. (1993) The historic Russian drive for a warm water port: anatomy of a geopolitical myth, Naval War College Review, N° 46 (1993) 80–102.
- GROSSMAN, G. (1987) Command Economy. In: Eatwell J.; Milgate M. and Newman P. (eds) The New Palgrave Dictionary of Economics. London: Macmillan. Vol. I, pp; 494-495.

- Gustafson, T. (1999) *Capitalism Russian-Style* – Cambridge, Eng.: Cambridge University Press.
- Haavelmo, T. (1945) Multiplier Effects of a Balanced Budget. [Econometrica](#), Vol. 13, No. 4, p. 311-318.
- HANSON, P. (1981) *Trade and Technology in Soviet - Western Relations*. New York, NY: Columbia University Press.
- Heller, M. (2009) *Histoire de la Russie et de son Empire*. Paris : Flammarion.
- HEWETT, E.A. (1988) *Reforming the Soviet Union: Equality versus Efficiency*. Washington : The Brookings Institution.
- Hobsbawm, E. J. (1996) *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das letras.
- Hobsbawm, E. J. (1997) *L'Ere du Capital*. Paris : Hachette.
- HOFFMAN, G.W. (1967) The Problem of the Underdeveloped Regions in Southeast Europe: A Comparative Analysis of Romania, Yugoslavia, and Greece. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 57, No. 4.
- HOSSEIN-ZADEH, I. *The political economy of U.S. militarism*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- Hough, J. F. (2001) *The Logic of Economic Reform in Russia*. Washington: Brookings Institution Press.
- HUNT E.K. e SHERMAN H.J. (1977) *Sistemas econômicos comparados: o mundo socialista*. Petrópolis: Vozes.
- ICKES, B.W. (2007) *Lecture Note on the Command System*. Mimeo. Pennsylvania State University.
- IHEDN – INSTITUT DES HAUTES ÉTUDES DE DEFENSE NATIONALE. *L'Union Européenne et la Russie après la Guerre de Géorgie de 2008: bilan et perspectives?* Paris, 2009.
- IOFFE, G. (2005) The Downsizing of Russian Agriculture. *Europe-Asia Studies*, Vol. 57, No. 2, March 2005, 179 – 208.
- Ivanova, A.; Keen, M. & Klemm, A. (2005) *The Russian 'flat tax' reform*. Washington: IMF Working Paper, 16.

- IVANOVIC, D. (1963) *A Iugoslávia de Tito*. São Paulo: Saraiva.
- Izyumov A. & Kosals L. (2011) *The Russian Defence Industry Confronts the Market: Findings of a Longitudinal Study*. *Europe-Asia Studies*, 63:5, 733-756
- JELAVIC, B. (1989) *History of the Balkans. Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- John A. Morrison, J. A. (1952) *Russia and warm water: a fallacious generalization and its consequences*, *U.S. Naval Institute Proceedings*, N° 78 169–79.
- JOINT ECONOMIC COMMITTEE - CONGRESS OF THE UNITED STATES (1982) *USSR: Measures of Economic Growth and Development, 1950-1980*. Washington: US Government Printing Office.
- JOINT ECONOMIC COMMITTEE, US CONGRESS. (1979) *Issues in East-West Economic Relations: A Compendium of Papers*. 95th Congress, 2nd session. Washington, DC: Government Printing Office.
- JOINT ECONOMIC COMMITTEE. CONGRESS OF THE UNITED STATES. (1987) *Gorbachev's Economic Plans*. Washington : U.S. Government Printing Office.
- JONES, A & MOSKOFF, W. (1989) *New Cooperatives in the USSR*. *Problems of Communism*, Vol. 38, n°6, pp. 27-39.
- JUDT, T. (2008) *Pós-Guerra. Uma História da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KALECKI, M. (1943) [1990] *Political Aspects of Full Employment*. In: Kalecki, M. *Collected Works of Michal Kalecki*. Vol. I Oxford: Clarendon Press.
- KALECKI, M. (1958) [1992] *Central Price Determination*. In: Kalecki, M. *Collected Works of Michal Kalecki*. Vol. III Oxford: Clarendon Press.
- KALECKI, M. (1966) [1993] *Introduction to the Theory of Growth in a Socialist Economy*. In: Kalecki, M. *Collected Works of Michal Kalecki*. Vol. III Oxford: Clarendon Press.
- KALECKI, M. (1970) [1993] *Theories of Growth in Different Social Systems*. In: Kalecki, M. *Collected Works of Michal Kalecki*. Vol. III Oxford: Clarendon Press.
- KAZANTSEV, A. *Russian policy in Central Asia and the Caspian Sea region*. *Europe-Asia Studies*, v. 60, n. 6, p. 1.073-1.088, Aug. 2008.

- Kennedy, P. (2008) *Naissance et déclin des Grandes Puissances*. Paris : Payot.
- KILE, S. N. Nuclear arms control and non-proliferation. In: SIPRI – STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. *Sipri Yearbook: armaments, disarmament and international security*. Stockholm: Sipri, 2011.
- Klein, L. ; Pomer, M. (eds) (2001) *The New Russia, Transition gone awry*. Stanford : Stanford University Press.
- KORNAI, J. (1979) Resource-Constrained versus Demand-Constrained Systems. *Econometrica*, Vol. 47, No. 4 (Jul., 1979), pp. 801-819.
- Kotz, D. M. ; Weir, F. (2007) *Russia's Path from Gorbachev to Putin, the Demise of the Soviet System and the New Russia*. London : Routledge.
- KOWALIK, T. (1987) Central Planning. In: Eatwell J.; Milgate M. and Newman P. (eds) *The New Palgrave Dictionary of Economics*. London: Macmillan. Vol. I, pp; 389-392.
- Krasavina, L.N. (2010) The Risks in the Foreign Loan Sphere and Problems of Modernizing the Debt Policy of Russia. *Studies on Russian Economic Development*, Vol. 21, No. 4, pp. 426–433.
- Krulic, J. (1993) *Histoire de La Yougoslavie de 1945 à nos Jours*. Bruxelles : Editions Complexes.
- KUBLI, O.L. (1998) *Du Nationalisme Yougoslave aux Nationalismes Post-Yougoslaves*. Paris : L'Harmattan.
- KUCHINS, A. Putin's return and Washington's reset with Russia. *Foreign Affairs*, New York, v. 90, 29 Sept. 2011. Disponible em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/68310/andrew-kuchins/putins-return-and-washingtons-reset-with-russia>>.
- LACOSTE, Y. (2002) *La Russie, 10 ans après*. Paris : Herodote, n°104.
- LACOSTE, Y. *Géopolitique: la longue histoire d'aujourd'hui*. Paris: Larousse, 2006.
- LACOSTE, Y. *La Russie, 10 ans après*. Herodote, Paris, n.104, 2002.
- LAMPE, J.R. (2000) *Yugoslavia as History: Twice there was a Country*. Cambridge: Cambridge University Press.

- LARUELLE, M. (2008) *Russian Eurasianism. An Ideology of Empire*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- LASSERRE, G. (1964) Où en est l'Autogestion Yougoslave? Paris : *Revue économique*. Volume 15, n°6, 1964. pp. 988-1006.
- LAVIGNE, M. (1979) *Les Economies Socialistes Soviétiques et Européennes*. Paris : Armand Colin.
- LE BOUCLIER antimissile américain vise la Russie, selon Poutine. *Ria Novosti*, Moscou, 3 févr. 2012.
- LEÃO, R. P. F.; MARTINS, A. R. A.; NOZAKI, W. V. A ascensão chinesa e a nova geopolítica e geoeconomia das relações sino-russas. In: ACIOLY, L.;LEÃO, R.P.F.; PINTO, E.C. (Org.) *China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: Ipea, 2011.
- LEMONIER, K. La flotte russe de mer noire à sebastopol: une “forteresse impériale” au sud? *Herodote*, Paris, n.138, p. 66-78, 2010.
- LEVESQUE, J. Valse confuse entre Moscou et Téhéran. *Le Monde Diplomatique*, Paris, juil. 2010.
- LEWIN, M. (1985) “Taking Grain”: Soviet Policies of Agricultural Procurements before the War. In: LEWIN, M. *The Making of the Soviet System: Essays in the Social History of Interwar Russia*. London: Routledge.
- Liefert, W.M.; Leifert, O. & Serova, E. (2009) *Russia’s Transition to Major Player in World Agricultural Markets*. Choice, Agricultural & Applied Economics Association, vol. 24, n°2.
- Lieven, D. (Ed.) (2006) *The Cambridge History of Russia. Imperial Russia, 1689-1917*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Linn, J.F. (2004) *Economic (Dis)Integration Matters: The Soviet Collapse Revisited*. Washington: The Brookings Institution.
- Linz, S.J.; Petrin, c. & Semykina, A. *Perceptions and Behavior: Analyzing Wage Arrears in Russia*. William Davidson Institute (University of Michigan) Working Paper N° 869.

- Liuhito, K. (2008) Genesis of Economic Nationalism in Russia. Electronic Publications of Pan-European Institute 3/2008. Disponible em:
- LO, B. Axis of convenience: Moscow, Beijing and the new geopolitics. London: Chatham House & Washington; Brookings Institution Press, 2008.
- LO, B. Russian foreign policy in the post-soviet era: reality, illusion and mythmaking. New York: Palgrave MacMillan, 2002.
- LOCATELLI, C. Gazprom's export strategies under the institutional constraint of the Russian gas market. Grenoble: LEPII, 2008. (Cahiers de Recherche, n. 6).
- LOCATELLI, C. Les enjeux politiques des hydrocarbures de la Caspienne et de la Russie. In: DIDOT, B.; CORDELLIER, S.; CHABROL, L. (Coord.). L'Etat du monde 2006. Paris: La Découverte, 2006.
- Mackinder, H. J. (1904) The Geographical Pivot of History. Londres: The Geographical Journal, Vol. 170, No. 4.
- MACKINDER, H. J. (1919) Democratic Ideals and Reality. A Study in the Politics of Reconstruction. New York: Henry Holt & Company.
- MADDISON, A. (1998) Measuring the Performance of Communist Command Economy: an Assessment of the CIA Estimates for the USSR. Review of Income and Wealth.
- MADDISON, A. (2006) The World Economy. Volume 2: Historical Statistics. Paris: Development Centre Studies – OECD.
- Mahan, A.T. (1987 [1890]) The Influence of Sea Power upon History, 1660–1783. New York: Dover Publications.
- MANKOFF, J. Russian foreign policy: the return of great power politics. Lanham: Rowman & Littlefield, 2009.
- MARCHAND, P. Atlas géopolitique de la Russie: puissance d'hier, puissance de demain? Paris: Autrement, 2007.
- MARCHAND, P. Géopolitique de la Russie. Paris: Ellipses, 2008.
- Marshall, A. (2006) The Russian General Staff and Asia, 1800-1917. Londres: Routledge.

- MATELLY, S. Un nouvel aplomb sur la scène internationale? La Russie et l'OMC: un intérêt réciproque mais des enjeux contradictoires. *Revue internationale et stratégique*, Paris, n. 68, p. 133-141, 2007.
- McEvedy, C. (2007) *Atlas da História Moderna (até 1815)*. São paulo: Companhia das Letras.
- Medeiros, C. (2008a) *Desenvolvimento Econômico e Ascensão Nacional: rupturas e transições na Rússia e na China*. Em: Fiori, J.L. ; Medeiros, C. ; Serrano, F. (2008) *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro : Editora Record.
- Medeiros, C. A. & Serrano, F. (1999) *Padrões Monetários e Internacionais e Crescimento*. In: Fiori, J.L. (Org.) *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes.
- MEDEIROS, C. A. O A economia política da transição na Rússia. In: ALVES, A. G. M. P. (Org.). *Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia*. Brasília: Ipea, 2011.
- MEDEIROS, C. A. O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, J.L. (Org.) *O poder americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- Medeiros, C.A. *A Economia Política da Transição na Rússia*. In: ALVES, A. G. M. P. (Org.). (2010) *Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia*. Brasília: Ipea.
- Medeiros, C.A. (2012) *Natural Resources Nationalism and Development Strategies*. Paper elaborated for ESHET 2012 Conference, St. Petersburg, 17-19th May, 2012.
- Medeiros, C.A.(2008b) *Financial dependency and growth cycles in Latin American countries* *Journal of Post Keynesian Economics* / Fall 2008, Vol. 31, No. 1 79.
- Miglioli, J. (1981) *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo: TAQ.
- Mojtahed-Zadeh, P. (2004) *Small Players of the Great Game. The Settlements of Iran's Borderlands and the Creation of Afganistan*. Londres: Routledge.
- MONAGHAN, A.; ROSSINI, A. La Russie, l'Otan et l'Union Européenne: triangle de sécurité européenne ou nouvelle "entente"? *Politique étrangère*, Paris, n. 5, p. 207-220, 2007.

- NATION, R. C. Redémarrage des relations russo-américaines: premiers résultats. Paris: Ifri; Centre Russie/NEI, 2010.
- NELL, E. J. (1997) Understanding Effective Demand: Capitalism versus Socialism. In Essays in honour of Geoff Harcourt, Vol. 2. Markets, unemployment and economic policy. London and New York: Routledge, pp. 178-94.
- NOEL, P. Beyond dependance: how to deal with Russian gas. Policy Brief, Brussels, Nov. 2008.
- NOVE, A. (1970) [1970] Economic Reforms in USSR and Hungary, a Study in Contrasts. In: Nove, A. ; Nuti, D. M. (eds) Socialist Economics. Harmondsworth, England : Penguin Books.
- NOVE, A. (1977) The Soviet Economic System. London : George Allen & Unwin Ltd.
- NOVE, A. (1992) An Economic History of the USSR, 1917-1991. Harmondsworth, England : Penguin Books.
- NUTI, D. M. (1989) The New Soviet Cooperatives: Advances and Limitations. Economic and Industrial Democracy, 10.
- NUTI, D. M. (1990) Stabilisation and Reform Sequencing in the Soviet. Recherches Économiques de Louvain / Louvain Economic Review, Vol. 56, No. 2.
- OFER, G. (1987) Soviet Economic Growth: 1928-1985. Journal of Economic Literature, Vol. 25, No. 4 (Dec., 1987), pp. 1767-1833.
- Osborne, S. & Trueblood, M. (2002) Agricultural Productivity and Efficiency in Russia and Ukraine: Building on a Decade of Reform. Agricultural Economic Report No. (AER-813) 33 pp, July 2002.
- OYE, D. S. (2006) Russian Foreign Policy, 1815-1917. IN: LIEVEN, Dominic (org). The Cambridge History of Russia, Vol. II - Imperial Russia, 1689-1917. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 554-574.
- Panikkar, k.M. (1969) A Dominação Ocidental na Ásia. Rio de Janeiro: Editôra Saga.
- PEJOVICH, S. (1966) The Market-Planned Economy of Yugoslavia. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- PEROVIC, J. (2007) The Tito-Stalin Split. A Reassessment in Light of New Evidence. Cambridge (Mass.): Journal of Cold War Studies, Volume 9, N° 2, p. 32-63.

- Perrie, M. (Ed.) (2006) *The Cambridge History of Russia. From Early Rus' to 1689*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PFLIMLIN, E. Dépenses militaires: les pays émergents relancent la course aux armements. *Le Monde*, Paris, 23 févr. 2012.
- Pineli Alves, A. G. M. (2012) *A Rússia Sofre de Doença Holandesa?* Em: Pineli Alves, A. G. M. (Org.) *O Renascimento de uma potência? A Rússia no século XXI*. Brasília: IPEA.
- PITTMAN, A. (1992) *From Ostpolitik to Reunification: West German-Soviet Political Relations since 1974*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pomeranz, L. (2009) *Rússia: a Estratégia Recente de Desenvolvimento Econômico-Social*. Em: ACIOLY, L.; CARDOSO, J.R.; MATJASCIC M. *Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: Estudos de Experiências Internacionais Seleccionadas*. Brasília: IPEA
- Pomeranz, L. (2012) *O Objetivo da Modernização Econômica e a Capacidade de Inovação da Rússia*. Em: Pineli Alves, A. G. M. (Org.) *O Renascimento de uma potência? : a Rússia no século XXI*. Brasília: IPEA.
- Popov V. (2010) *Life cycle of the centrally planned economy: why soviet growth rates peaked in the 1950's*. CEFIR / NES Working Paper series. Working Paper No 152. Available in:
- Popov, V. (1996) *Inflation During Transition: Is Russia's Case Special*. - *Acta Slav Iaponica*, Tomus XIV, 1996, Sapporo, Japan, pp. 59-75.
- Popov, V. (2007) *Russia Redux?* *New Left Review*, London, n°244.
- Popov, V. (2008) *After 10 Years of Growth, the Russian Economy may be Losing Steam*. *Russian Analytical Digest*, Moscow, n°48.
- PREOBRAZHENSKY, E. (1926) [1964] *On Primary Socialist Accumulation*. In: SPULBER, N. *Foundations of Soviet Strategy for Economic Growth*. Bloomington: Indiana University Press, pp. 174-202 & pp. 230-257.
- PROTASOV, V. *EU-Russia gas relations: a view from both sides*. Cleveland: International Association for Energy Economics, 2010.
- PRYBYLA, J. S. (Ed.) (1969) *Comparative Economic Systems*. New York: Appelton-Century-Crofts.

PUTIN says protective measures for agricultural equipment producers possible. Itar-TASS, Moscow, 21 Dec. 2011.

RADVANYI, J. (2009) Atlas Géopolitique du Caucase. Russie, Géorgie, Arménie, Azerbaïdjan : un Avenir Commun Possible ? Paris : Editions Autrement.

RATZEL, F. (1898) Studies in Political Areas. II. Intellectual, Political, and Economic Effects of Large Areas. Chicago: The American Journal of Sociology, Vol. 3, No. 4, pp. 449-463.

Reynolds, M.A. (2011) Shattering Empires. The Clash and Collapse of the Ottoman and Russian Empires, 1908-1918. Cambridge: Cambridge University Press.

Riasanovsky, N.V. (2005) Histoire de la Russie. Des Origines à 1996. Paris : Robert Laffont.

RLMS (2005) Russian Longitudinal Monitoring Survey. Disponible en:

Roà, F. (2010) On the Organization of Work in Capitalist and Socialist Economies. Mimeo.

ROUBINSKI, Y. La Russie et l'Otan: une nouvelle étape? Politique Etrangère, Paris, v. 62, n. 4, p. 543-558, 1997.

Rozelle S. & Swinnen J.F.M. (2004) Success and Failure of Reform: Insights from the Transition of Agriculture. Journal of Economic Literature, v. 42, n°2, Jun., p. 404-456.

RUCKER, L. La politique étrangère russe. Courrier des Pays de l'Est, Paris, n. 1.038, p. 24-41, 2003.

RUTTAN, V. W. Is war necessary for economic growth? Military procurement and technology development. New York: Oxford University Press, 2006.

Sachs, J. & Wing-Thye W. (1994) Structural Factors in the Economic Reforms of China, Eastern Europe and the Former Soviet Union. Economic Policy, 18, pp. 101-145.

SAGERS, M. J. & TRETAKOVA, A. (1986) Constraints in Gas for Oil Substitution in the USSR : the Oil Refining Industry and Gas Storage. Soviet Economy, Silver Spring, Maryland, vol. 2, n°1.

Sapir, J. (2002) Russia's Economic Rebound: Lessons and Future Directions. Post-Soviet Affairs, vol. 18, n°1, January-March, pp. 1-30.

Sapir, J. (2007) Quel Bilan Economique pour les Années Poutine en Russie? CEMI (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales): Document de Travail 07-1.

SCHUTTE, G. Economia de petróleo e gás: a experiência russa. In: ALVES, A. G. M. P. (Org.). Uma longa transição: vinte anos de transformações na Rússia. Brasília: Ipea, 2011.

SCHWEIZER, P. (1994) Victory. The Reagan's Administration Secret Strategy that Hastened the Collapse of the Soviet Union. New York: The Atlantic Monthly Press.

Sciences Po (2012) Atelier de Cartographie. Disponível em:

Serrano, F. (2008) Los Trabajadores Gastan lo que no Ganan: Kalecki y la Economía Americana en los Años 2000. *Circus : revista argentina de economia heterodoja*, 3.

Serrano, F. (2010a) O Conflito Distributivo e a Teoria da Inflação Inercial. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 395-421, maio/ago. 2010.

Serrano, F. (2010b) Efeitos Multiplicadores de um Superávit Primário: um Teorema do Orçamento Desequilibrado. Mimeo.

Serrano, F. (2012) Continuity and Change in the International Economic Order: Towards a Sraffian Interpretation of the Change in the Trend of 'Commodity' Prices in the 2000s. Versão preliminar apresentada na "Sraffa's Conference. 2010. Roma". A ser publicado.

SERRANO, F. A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000. In: FIORI, J.L.; MEDEIROS, C.A.; SERRANO, F. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. In: FIORI, J. L. (Org.). O poder americano. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

Sharma, S.D. (2011) Not an Exceptional Country: Russia and the Global Financial Crisis of 2008–2009. *Mediterranean Quarterly*, Vol. 22, Nº 2: 31-44.

Shleifer, A. ; Boycko, M. ; Vishny, R. (1995) Privatizing Russia. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

SHLEIFER, A.; TREISMAN, D. Why Moscow says no: a question of Russian interest, not psychology. *Foreign Affairs*, New York, v. 90, n. 1, 2011.

- SIPRI (2012) Military Expenditure Database. Disponível em :
- SLAVIC RESEARCH CENTER (2012) Soviet Economic Statistical Series. Hokkaido: University of Hokkaido. Available in :
- Sprenger, C. & Urošević, B. (2011) The Housing Market and Housing Finance in Russia and Its Regions. In: Bardhan, A. & Edelstein, R.H. (Eds.) Global Housing Markets: Crises, Policies, and Institutions. Hoboken: John Wiley & Sons.
- SPULBER, N. (1964) Foundations of Soviet Strategy for Economic Growth. Bloomington : Indiana University Press.
- SPULBER, N. (2003) Russia's Economic Transition: From Late Tsarism to the New Millennium. New York : Cambridge University Press.
- STALIN, J. (1951) [1972] Economic Problems of Socialism in the USSR. Peking: Foreign Languages Press.
- Stone, D. R. (2006) A Military History of Russia. From Ivan the Terrible to the War in Chechnya. Westport (E.U.A.): Praeger Security International.
- Suny, R. G. (Ed.) (2006) The Cambridge History of Russia. The Twentieth Century. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tilly, C. (1996) Coerção, Capital e Estados Europeus. São Paulo: Edusp.
- TITO (1979) Tito y el no Alineamento. Belgrado: Cas.
- Treisman, D. (2011) The Return: Russia's Journey from Gorbachev to Medvedev. New York: Free Press.
- TSYGANKOV, A. P. Russophobia: anti-Russian lobby and american foreign policy. New York: Palgrave MacMillan, 2009.
- Uegaki, A. (2006) Capital Flight from Russia. Em: Tabata, S. (Org.) Dependent on Oil and Gas: Russia's Integration into the World Economy. Sapporo: The Slavic Research Center(University of Hokkaido).
- UN Comtrade - United Nations Commodity Trade Statistics Database Statistics Division (2012) UN Comtrade Database. Disponível em :
- UNECE – United Nations Economic Commission for Europe. (2012) UNECE Statistical Database. Genebra. Disponível em :

UNSTAT-UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION (2012) National Accounts Main Aggregates Database. New York. Available in :

Uzun, V. (2000) Agrarian Reform in Russia in the 1990s” In: Norsworthy, L.A., Russian Views of the Transition in the Rural Sector. Washington DC: The World Bank.

Uzun, V. (2004) Large and Small Agricultural Business in Russia: Market Adaptability and Efficiency. The Institute for the Economy in Transition, Moscow. Disponível em : <www.iet.ru>

Vercueil, J. (2002) Transition et Ouverture de l’Economie Russe (1992-2002). Paris : L’Harmattan.

VERNANT, J. (1955) Quelques Données de Fait sur la Situation des « Neutres » en Europe. Paris : Politique étrangère, N°4, 20e année, p. 492-499.

Vernikov, Andrei (2009) Russian Banking: The State Makes a Comeback? Bank of Finland, BOFIT, Discussion Paper N° 24/2009.

VITUNIC, B. Enclave to enclave: Kaliningrad between Russia and the European Union. New York: University of Columbia, 2003. Disponível em: <<http://ece.columbia.edu/research/intermarium/vol6no1/enclave.pdf>>.

VOLIN, L. (1970) A Century of Russian Agriculture. From Alexander II to Krushev. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

WALLERSTEIN, I. O que quer Putin? Binghamton: Fernand Braudel Center; Binghamton University, 2007. Disponível em: <<http://www2.binghamton.edu/fbc/archive/221pr.htm>>.

Williamson, J. (1989) What Washington Means by Policy Reform, in: Williamson, John (ed.): Latin American Readjustment: How Much has Happened, Washington: Institute for International Economics.

WILSON, D. (1978) Self-Management in Yugoslavia. International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-), Vol. 54, N°. 2, p. 253-263.

WOLF, J. EUA ignoram pressão russa e mantêm escudo antimísseis. Folha de São Paulo, São Paulo, 2 dez. 2011.

World Bank (2002) Transition: the Ten First Years; Analysis and Lessons for Eastern Europe and the Former Soviet Union. Washington: The World Bank. Disponível em:

World Bank (2012) World Bank Data. Disponível em:

ZALESKI, E. (1980) Stalinist Planning for Economic Growth, 1932-1952. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.